



PRÉ-HISTÓRIA AMAZÔNICA



Os grandes cacicados das várzeas

Alfredo José Altamirano¹

Proibida a reprodução total ou parcial do presente texto sem a autorização do autor.

Rio de Janeiro, Dezembro de 2010.

¹ Arqueólogo, doutorado em ciências, paleopatólogo, ex-pesquisador da FIOCRUZ, UNIRIO, Estácio de Sá-RJ, UNMSM-Lima, membro conselheiro do CBA e criador do Museu de Arqueologia de Búzios. zoarqueologo@gmail.com;

INDICE

INTRODUÇÃO	p. 3
Cap. 1.- A formação geológica e geográfica	p. 9
Cap. 2.- Estado atual do povoamento humano na América.....	p. 24
2.1.- O período Lítico na Amazônia	p. 24
2.2.- O período Arcaico e o surgimento da agricultura	p. 28
2.3.- A cerâmica mais antiga das Terras Baixas.....	p. 30
Cap. 3.- O período Formativo e o surgimento da cultura brasileira.....	p. 53
3.1.- O tronco Arawak ou Aruaque.....	p. 53
3.2.- O tronco Karib ou Caribe	p. 55
3.3.- O tronco Tupi	p. 58
Cap. 4.- O período Clássico e os grandes cacicados das várzeas.....	p. 71
4.1.- Os Marajoara	p. 74
4.2.- Os Santarém ou Tapajós.....	p. 89
4.3.- Os Omágua.....	p. 104
4.4.- O Yurimagua	p. 106
4.5.- Os Paguana	p. 108
4.6.- Os Machifaro	p. 109
Cap. 5.- Os geoglifos da Amazônia Ocidental.....	p. 111
5.1.- Histórico.....	p. 112
5.2.- Hipóteses de sua função.....	p. 118
5.3.- Discussão.....	p. 121
5.4.- Conclusões.....	p. 126
Cap. 6.- A presença de Ihamas na Amazônia no século XVI.....	p. 128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 142

INTRODUÇÃO

O termo Pré-História significa o tempo anterior à História que abrange um amplo período de ausência da escritura ideográfica e simbólica. Em realidade, mais de 99% da história da humanidade é pré-história. Em sentido estrito, a história consiste no estudo das mudanças e continuidades dos grupos humanos entendidos dentro um vasto contexto, abrangendo desde a sua origem, crescimento, expansão e queda, sendo organizados em ordem cronológica e sequencial, e tendo por base os documentos legados, os quais, para os períodos mais recuados precisam da técnica da escavação sistemática dos diversos assentamentos e cemitérios associados de artefatos líticos, cacos, ossos humanos e animais, conchas e outras evidências chamadas arqueológicas (Mendonça de Souza, 1981).

A história da humanidade na faz da Terra é uma só, que tem sido dividida em diversas áreas e períodos por motivos de sua complexidade, pela vasta cultura material legada durante milênios e pela análise da variabilidade tecnológica e adaptativa a diversos ambientes. A evolução filogenética da espécie humana surgiu na África centro-oriental e é certamente anterior a três milhões de anos. Porém o homem só começou a escrever sua história nas regiões de Mesopotâmia e Egito há mais de 5.000 anos antes do presente (A.P.), constituindo os primeiros focos de civilizações do Velho Mundo, junto com a Índia e a China. Somente através da arqueologia e da antropologia física que estudam a cultura material e a biologia humana, respectivamente, - cuja interação é conhecida como o enfoque biocultural - podemos resgatar, aprofundar e elucidar a vida cotidiana das antigas populações humanas que viveram naquelas regiões.

O tema central deste trabalho concerne à pré-história amazônica que a partir da década dos 80 começa a libertar-se da teoria antropológica norteamericana baseada no determinismo ecológico, difusionismo, funcionalismo e neo-evolucionismo dominado pelo casal Evans e cujo centro cultural era o Smithsonian Institution, em Washington. Contribuições recentes de pesquisadores como Lathrap, Roosevelt, Brochado, Heckenberger, Myers, Dias Junior, Miller, Noelli, Ranzi, Gomes, Schaan, Pereira e Magalhães, entre outros, tem permitido a mudança do pêndulo da teoria arqueológica amazônica de terem sido escassos grupos humanos da cultura da floresta tropical para as densas populações humanas que se adaptaram exitosamente num meio tropical rico e multivariado enquanto a recursos de proteínas marinhas, carboidratos e frutas.

As melhores contribuições aos aspectos geográficos e geológicos da Amazônia relevantes para a arqueologia, a história e a etnologia são encontradas nas obras de Gourou (1949), Guerra (1959), Meggers (1977), Moran (1990), Roosevelt (1980), Sioli (1973, 1985) e Sternberg (1975). As cartas planimétricas e mosaicos semi-controlados do Projeto Radam (escala 1: 125,000) são instrumentos adequados para o mapeamento dos dados geográficos contidos nas fontes e o velho Guia da Amazônia (1916), com o registro das distâncias fluviais entre todas as localidades ribeirinhas da Amazônia e seus afluentes, é útil para acompanhar os roteiros de viagem dos cronistas (Fig. 1).



Figura 1.- O geossistema amazônico na América do Sul.

A arqueologia amazônica é complexa, versátil e fascinante que devido ao extenso espaço geográfico que ocupa na América do Sul e por possuir características climáticas quente, chuvosa e enmaranhada havia sido pouco pesquisada. Mas, desde o período colonial, a região tem sido explorada por diversos projetos estrangeiros. Sua importância científica surge lentamente a partir da Segunda Guerra Mundial, com a chegada do casal Evans em 1947 e a descoberta de urânio, adquirindo maior interesse a partir de meados da década dos anos 60 com a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e, após, o Programa do Paleo-Americano (PROPA) nos anos 70, seguido do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA) na década dos 80. Para entender-la melhor tem sido dividida em seis geossistemas: as várzeas, as terras firmes, os cerrados, as savanas, as terras roxas e as terras de águas pretas, que agrupam oito Estados e constituem a Região

Norte do país com grandes implicâncias sociais e econômicas (Costa, 1980; Moran, 1990; Prous, 1991).

Entre 1940 e 1960, os estudos pioneiros realizados por Julian Steward, Clifford Evans e Betty Meggers, sobre a arqueologia amazônica, concluíram que as culturas da floresta tropical ou das Terras Baixas eram sociedades marginais e periféricas procedentes das altas civilizações andinas que haviam degenerado ao nível sócio-cultural de tribo devido às condições ecológicas determinantes da floresta (Steward, 1946/50; Meggers, 1977). Embora em 1957, Robert Carneiro (1974), a partir de seus trabalhos no Alto Xingu, nas aldeias dos Kuikuro, desafiou o modelo do determinismo ecológico limitante, aplicando o modelo evolucionista, tecnológico e adaptativo devido à existência de uma infinidade de recursos que oferece o geossistema amazônico. Mas, Meggers, aplicando o enfoque difusionista e funcionalista, refutou as brilhantes conclusões de Carneiro.

Na década dos 70, surge o pioneiro trabalho de Donald Lathrap (1970, 1985) na amazonia peruana, que discute as hipóteses de Meggers, surgindo grande polêmica entre esses pesquisadores. Lathrap formou dois discípulos: José Proenza Brochado e o portorricense José Oliver que prosseguiram sua obra ligada com a origem do tronco Tupi e a disseminação dos Arawaks para os Andes, respectivamente (Ver subcap. 3.3). As consequências acadêmicas desses confrontos repercutiram nas universidades federais e os museos arqueológicos, entre os discípulos de Meggers, membros do PRONAPABA versus os círculos acadêmicos franceses e contrários nas chamadas *guerras acadêmicas* e que ainda continuam hoje.

Na década dos 90, Anna Roosevelt (1995) e Michael Heckenberger (1996) concluíram que no século XVI, quando chegaram os espanhóis e, no XVII, os portugueses, as densas populações indígenas assentadas nas várzeas que haviam alcançado o nível sócio-político de chefia, um grau incipiente de Estado, começaram um rápido declínio produto da introdução de doenças infecciosas do Velho Mundo, intensa aculturação religiosa e as permanentes guerras. Antônio Porro (1995), pesquisador da USP, reunindo abundante informação etno-histórica, confirmou essa hipótese. Este fenômeno também aconteceu simultaneamente com os Astecas do México e os Incas do Peru.

Três instituições destacadas, ligadas a museus e universidades, impulsionaram no Brasil às pesquisas na Amazônia. Entre elas temos: o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) da Universidade Federal do Pará, o Museu Nacional da Quinta de Boa Vista da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE), que resguardam sendos acervos museológicos sobre a arqueologia e antropologia amazônica, permitindo a elaboração de diversas pesquisas que tem culminado em teses de doutorado e mestrado, livros e inumeros artigos de arqueologia nas três últimas décadas (Alves, 2002).

O presente trabalho se concentra no complexo geossistema amazônico, constituindo-se em importante unidade fisiográfica e sócio-cultural variada dentro do processo histórico-social da América do Sul pré-colombiano, por apresentar características ambientais e culturais impares. Centro de discórdias de teorias arqueológicas dominantes e o fortalecimento da identidade cultural brasileira. A conjunção dessas peculiaridades geológicas, ecológicas e sociais produz como resultado paisagens contrastantes de alto valor cênico.

O estado atual do conhecimento sobre as primeiras manifestações culturais e biológicas do homem pré-histórico que deram origem à ocupação humana na Amazônia, será aqui analisado através da elaboração de uma sequência evolutiva e explanado de acordo à teoria arqueologia da América do Sul, o que permitirá desenvolver nossa hipótese de trabalho concernente à reconstrução cultural das antigas sociedades que ocuparam a região, atravessando pelos estágios da chegada, surgimento, apogeu e queda, organizados através dos períodos lítico, arcaico, formativo, clássico e invasão europeia. No Brasil, esta imensa área é conhecida como a Região Norte (Fig. 2).



Fig. 2.- A Região Norte do Brasil que compreende a bacia amazônica.

Nesse sentido, o presente trabalho procura fortalecer essa identidade, organizado de modo ordenado e sequencial em cinco capítulos. No primeiro capítulo trata sobre a formação geológica e geográfica deste vasto território. O Capítulo 2 aborda o período Lítico enfocando o estado atual do povoamento humano na América, ato seguido vem o subcapítulo do período Arcaico e o surgimento da agricultura e as cerâmicas mais antigas das terras baixas. O Capítulo 3 estuda o período Formativo e o surgimento da cultura brasileira: os quatro troncos linguísticos como Arawak, Karib, Tupi e Jé. O subcapítulo 3.3 concerne aos modelos de origem e dispersão do tronco tupi, partindo dos modelos de Lathrap/Brochado e as recentes contribuições de Heckenberger. O Capítulo 4, é o tema central deste trabalho, ingressa no período clássico e os cacicados amazônicos, enfocando as sociedades dos Marajoaras, os Santarém ou Tapajós, os Omáguas, os Machifaro, os Paguana e os Aparia.

O capítulo 5 é um tema novedoso que expõe a descoberta da presença de lhamas na Amazônia brasileira no século XVI e a hecatombe social causada pelo impacto social europeu. Este enfoque diacrônico e evolutivo permitirá a procura da integração dos países detentores do geossistema amazônico. A continuação apresentamos a sequência cultural da Amazônia brasileira a ser desenvolvido neste trabalho (Tabela 1).

Estados Períodos	Amazonas	Acre	Pará	Maranhão	Amapá/ Roraima	Rondônia / Mato Grosso	Tocantins
Tardio (Séc. XI-XVI d.C.)	Omaguas Paguana Machifaro Yurimagua	Geoglif os Quinari	Santarém TPA (Tupi) Camutins	Chefias TPA (Tupi)	Chefias Aruak Karib	Geoglifos Madeira TIP Moxos (?)	Tribos TPA (Tupi)
Clássico (2.000 a.C.- 1.600 d.C.)	Manacapuru Açutuba II TB		Miracangüera Marajó Aristé Ananatuba TB	Aruã	Macapá	Corumbia ria e Pimenteir a	Aruã
Formativo (4.000-2.000 a.C.)	Açutuba I		Parauá Salgado Mina Taperinha	São Luís	Alaka (Guiana)		
Arcaico (7.500-4.000 a.C.)	Gravuras do Rio Negro	petróglifos	Pedra Pintada		Pedra Pintada, Unini	petróglifos	
Lítico (14.000-7.500 a.C.)	Gravuras do Jau	?	Gavião	?	?	Serra dos Parecis, Periquitos	?

Tabela 1.- Sequência cultural da região amazônica. Chaves: TPA = tradição policrômica amazônica; TB/IM = tradição barrancoide/inciso modelada.

Este trabalho começou a partir de 1996, quando pesquisava informação arqueológica para elaborar minha tese de doutorado em ciências (Paleopatologia da leishmaniose de forma mucosa) na Fiocruz-RJ, realizando cursos da arqueologia amazônica e trabalho de campo com Betty Meggers, Terry Erwin e Abelardo Sandoval em 1990 (na Smithsonian Institution, projeto BIOLAT) e Michael Heckenberger no Museu Nacional da UFRJ em 1999, acumulando abundante informação arqueológica da região Norte do Brasil, contando com o apoio do CNPq e da FAPERJ. Aliás, naquele momento decidimos minha família e eu mudar à cidade de Cabo Frio, lugar aprazível, com belas praias e muita pré-história, ficando enfeitiçados por sua natureza, ecologia tropical, sítios sambaquis e pelos amigos aldeenses, buzianos, cabofrienses, cabistas e iguabenses. Desde o ano 2000 viemos ministrando cursos de Pré-história Amazônica na Casa 500 anos de história de Cabo Frio.

Cap. 1.- A formação geológica e geográfica

O geossistema amazônico é um conjunto heterogêneo de diversas formações ecológicas baseada na densidade da vegetação, do tipo de solos, da pluviosidade, da proximidade aos rios, lagos e de altitude baixa – menos de 1.500m - totalmente integrados e retro-alimentados. Se um deles desaparecesse o resto continuaria com o processo de savanização ou de desertificação. Existem seis tipos de solos e ecologias na Amazônia, entre elas temos: as várzeas, as águas de terras pretas, as savanas, as terras firmes, as terras de águas marrons e as terras de águas negras (Moran, 1990).²

Nas baixadas sulamericanas, a selva tropical predomina numa área de 6.500.000 km², incluindo a maior parte da bacia amazônica e estendendo-se em direção ao norte, das Guianas até a foz do Orenoco na Venezuela e Colômbia. Está distribuída por vários países dentre os quais a maior extensão territorial corresponde ao Brasil, abrangendo uma área de 3.900.000 km², pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, denominada a região norte.³ Esta área representa, fundamentalmente, um espaço onde se formaram centenas de culturas pré-históricas desde fins do período Pleistoceno Tardio, há 12.000 anos, por bandos de caçadores-coletores nômades que procuravam as áreas dos relitos florestais, onde viviam animais de grande porte.

Meggers (1987) em vez de começar sua pesquisa selecionando uma determinada cultura e sua articulação com o ambiente, procurando estudar e comparar, segundo sua teoria ecológica, aos povos humanos da região amazônica como um todo e os ajustou dentro de fatores limitantes ao desenvolvimento cultural. Isto foi fatal para entender que o homem é um ser tomador de decisões e, por isso, conseguiu adaptar-se a um ambiente difícil, mas rico e variado de fauna e flora, e logrou dominar-la através da invenção de técnicas de lavoures agrícolas e, sobretudo, de armazenagem, o que permitiu o incremento demográfico e o surgimento das chefias, denominando-se a cultura neotropical (Magalhães, 2006). Os trabalhos de campo, *surveys* ou prospecções de Meggers somente duravam 1 a 2 meses, feitos através de botes, aliás, usava os dados

² MORÁN, Emilio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

³ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/bacia-amazonica.htm>>. Acesso em 22 de junho de 2006. Internet.

de pesquisadores nacionais⁴ e ocultou outros, como exemplos temos os geoglifos de Acre, a cerâmica inicial Mina de Pará e o sítio Abrigo do Sol em Mato Grosso, todos foram subvencionados pelo Smithsonian Institution e do CNPq. Mas os discípulos de Meggers, formados em Paranaguá-SC, alguns deles dominam até hoje a arqueologia brasileira, jamais saíram em contra da teoria determinista ecológica.

Desde a era Pré-cambriana, há 600 milhões de anos, existiam os escudos Guiano e Brasileiro que começaram a erodir-se e transformar-se em planaltos devido à existência de um grande lago no centro do Brasil, denominado Pebas, e os rios corriam em sentido leste-oeste. A Amazônia começa a formar-se durante toda a era terciária quando surge o levantamento da cordilheira dos Andes, há 80 milhões de anos e a separação do mega-continente de Gondwana⁵ devido às fortes pressões das placas tectônicas de Nasca (no oceano Pacífico) e do Atlântico.

Com a formação da cordilheira andina, os rios começam a mudar de curso para a hielia do Amazonas e do Atlântico. Já durante o período quaternário, na sua primeira fase, denominado de Pleistoceno ou “idade do gelo” (100,000-10,000 a.C.), a Amazônia era um território de savana e clima frio onde viviam megamamíferos, tais como os tatus gigantes, os mastodontes, os megatérios, as paleolhamas, jaguares, cavalos e os paleoveados, entre outros. Haviam quase trinta zonas de refúgios florestais entre os estados amazônicos que se concentravam e dilatavam de acordo às mudanças climáticas. Este fenômeno “cardíaco” permitiu a proliferação de uma riqueza de biodiversidade e formação de novas espécies de plantas e animais (surto do endemismo).

Para uma melhor apresentação do trabalho vamos aprofundar na descrição geográfica de cada um dos Estados que compreende a região Norte. Assim, o território de Acre já pertenceu à Bolívia, como também já foi território federal do Brasil, mas, desde 1962, passou ao status de Estado. Instalado na região norte, com uma área total de 152.150 km², o Acre tem hoje 22 municípios e um relevo caracterizado pela presença de

⁴ No Equador, os trabalhos de Emílio Estrada; no Brasil, os de Mario Simões, Ondenmar Dias Jr e Eurico Miller; no Peru os de Ramiro Matos e Abelardo Sandoval; entre outros. Os dois arqueólogos peruanos ainda trabalham com ela no Smithsonian Institution, em Washington, DC.

⁵ Gondwana era o antigo megacontinente que estava composta por África, Madagascar, Índia, Austrália e Antártica, muito povoada de dinossauros e tinha uma ecologia tropical diferente à atual, com cordilheiras, rios e savanas. A Terra sofreu um grande esquentamento devido à proliferação de grandes animais e fortes mudanças climáticas. Com a lenta separação dos continentes durante a era terciária começou o domínio dos mamíferos.

planaltos, além de um clima equatorial bastante definido. Sua linha de fronteira internacional é de mais de 2.000 Km, sendo limitado a sul e a leste com a Bolívia e a oeste com o Peru. Suas fronteiras nacionais ficam ao norte com o Amazonas e ao nordeste com Rondônia (Fig. 3).

O relevo de planaltos do Estado apresenta uma altitude média de 200 metros, com seu ponto máximo no extremo oeste que, já caracterizado pelo relevo subandino da serra do Divisor, ultrapassa os 600 metros. De todos os Estados do Brasil, o Acre é o que mais se aproxima do Oceano Pacífico, do qual mantém uma distância de 800 km. Todos os rios do Acre pertencem à bacia Amazônica, que inclui nesta região o rio Purus e seus afluentes. Entre eles estão o rio Acre, o Iaco e o Juruá com seus respectivos afluentes da área, como o Tarauacá, o Envira e o Madeira, afluente do rio Abunã.

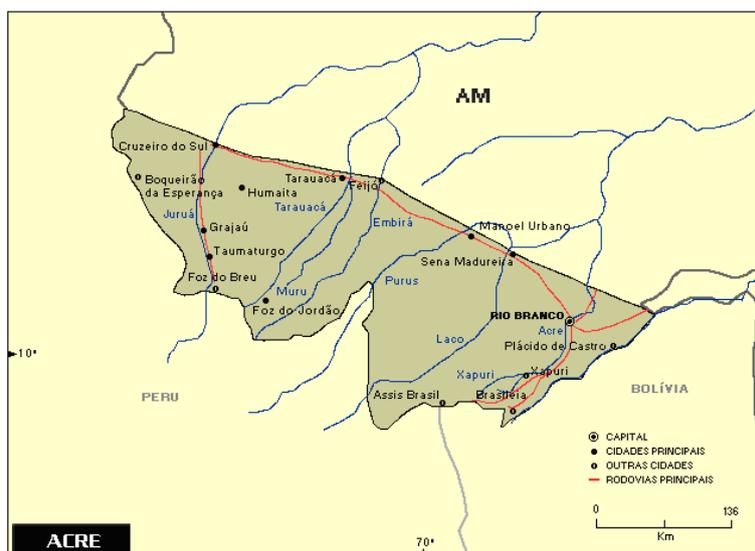


Fig. 3.- O Estado de Acre.

A região do Acre apresenta uma vegetação cujas características são amazônicas, onde árvores como a seringueira e a castanheira têm lugar de destaque. Mas esta não é a única semelhança do Acre com a Amazônia. O clima é equatorial como no estado vizinho, apresentando temperaturas médias que variam entre 24,5° C e 27° C, com muito calor e uma umidade que chega a 83%. No trimestre que abrange os meses de junho, julho e agosto, ocorre uma nítida estação de seca, chamada na região de "verão."

O Amazonas, o maior Estado do Brasil, ocupa uma área total de 1.577.520 km² do território nacional. Situado na região norte, abrange, além da imensa extensão de floresta tropical, cerca de 20 mil quilômetros de trechos navegáveis em rios da Bacia Amazônica, onde somente o rio Amazonas chega a medir mais de 6,5 km de extensão.

Floresta Amazônica, que ocupa a maior parte do território estadual, é considerada o "pulmão do mundo" em função da quantidade e diversidade de espécies verdes. Em 1992, a Amazônia foi um dos temas da I Reunião Ecológica chamada Rio 92, evento que reuniu chefes de Estado de todo o mundo, com o objetivo de discutir sua contribuição na preservação ambiental através de iniciativas fundamentais à saúde do planeta Terra, como o controle de seu desmatamento. O fato é que a harmonia entre o homem amazonense e o meio ambiente, racional, equilibrada e coerente, vem permitindo que o Amazonas registre o menor índice de interferência humana na floresta nativa (Fig. 4).

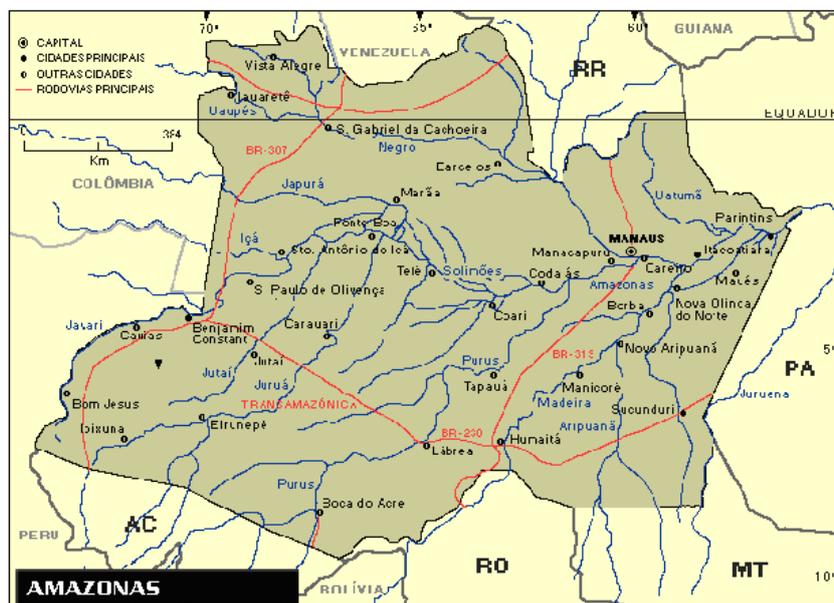


Fig. 4.- O Estado de Amazonas.

Seu relevo é formado por planaltos e pertence ao estado o ponto mais alto do país, representado pelo Pico da Neblina, com mais de 3.000m de altitude. Também o maior rio em extensão do Brasil está no Amazonas, assim como a Amazônia, uma floresta tropical úmida que apresenta a maior biodiversidade de espécies vivas de todo o planeta.

O relevo da região é propício à existência de basicamente três tipos de florestas: a de várzea, a de terra firme e a chamada mata inundada, que leva o nome de *Igapó*. A floresta de várzea margeia rios e seu nome se deve às inundações periódicas, que acabam atuando como um fertilizante natural para a terra, tornando-a uma preferência entre os agricultores. Este tipo de vegetação favorece o cultivo da juta, uma fibra natural muito utilizada na fabricação de sacas para alimentos. Já a floresta de terra firme apresenta árvores gigantescas, algumas com mais de 60m de altura, como as árvores de

madeira de lei, destacando o cedro, a massaranduba, o louro e a itaubá. Esta última apresenta imensa resistência, além de ser muito utilizada na construção de barcos.

Por último, o *Igapó*, nome originário de uma palavra tupi que significa alagadiço, favorece a presença de palmeiras, como a paxiuba e o buriti. O fenômeno acontece quando as águas dos rios transbordam, cobrindo parte da floresta situada às margens e por pouco não alcançando as copas das árvores. Nestas épocas o nível das águas pode chegar a até 5 metros. Também crescem no Igapó árvores grandes, de troncos entrelaçados por cipós, e variados tipos de orquídeas, dando à paisagem um tom inédito.

O ambiente florestal proporciona um habitat perfeito às mais variadas espécies. Cerca de 60% das espécies de seres vivos do planeta habitam as matas de florestas tropicais. Da biodiversidade de fauna que vivem na Amazônia, foram classificados aproximadamente 250 espécies de mamíferos, mais de 1.000 de pássaros e 2.000 de peixes, sem contar répteis, anfíbios e insetos. Mais de 20% das essências farmacêuticas utilizadas pela medicina atual são extraídas de florestas tropicais, além das comestíveis, oleaginosas e corantes.

Entre as plantas medicinais, estão o guaraná, com propriedades vitalizantes, rejuvenescedoras e afrodisíacas; a copaíba, árvore típica das regiões de terra firme, de onde é possível extrair um óleo de efeito anti-inflamatório e cicatrizante; o cajuru, utilizado no tratamento das cólicas intestinais; e o urucum, com propriedades que aumentam a pigmentação do tecido adiposo, utilizado como corante natural na culinária. Não são poucas as frutas regionais do estado. Entre as mais conhecidas estão o cupuaçu, a graviola, o tucumã, o buriti - uma das maiores palmeiras da Amazônia - e a castanha, produto de árvores que podem atingir até 50 metros.

De toda a flora encontrada na Floresta Amazônica, talvez nenhuma espécie seja tão conhecida quanto à vitória-régia (*Vitoria regia Lindl*), que cresce nas águas rasas e sem correntezas dos lagos da região. A planta, cujas raízes prendem-se ao fundo, formando um bulbo comestível revestido de espinhos, pode chegar a 1,8 m de diâmetro, protegendo-se dos peixes através de suas bordas levantadas. A coloração de sua flor muda ao longo do tempo, sendo branca no primeiro dia, rosa no segundo, enquanto no terceiro dia começa a desabrochar em um ciclo preciso que tem início às 17:00 horas e fim às 21:00 horas.

Na Amazônia, a denominação de rio refere-se a um grande afluente de leito extremamente largo. Lá, os pequenos rios e afluentes são chamados de *igarapés*. O fato é que está provado que 1/5 da água doce de todo o planeta pertence à bacia Amazônica.

Somente o rio Amazonas, que nasce nos Andes peruanos seguindo em direção ao Oceano Atlântico com velocidade de até 6 Km/h, tem mais de 6.500 Km de extensão. É chamado de Solimões desde sua origem até o encontro com o rio Negro em Manaus, quando acontece o "Encontro das Águas". Nesse momento, ocorre a união das águas de coloração barrenta do Solimões com as águas extremamente escuras do rio Negro, cuja origem é colombiana. Entre os mais importantes afluentes do Amazonas está o rio Madeira que nasce na Bolívia.

Tanto o hemisfério norte como o sul têm influência sobre o nível dos rios, que variam de acordo com o regime de chuvas. As cheias nas regiões baixas e médias do Amazonas acontecem nos meses de junho e julho, chegando a quase 30m de altura. Aproximadamente 20.000 km de águas navegáveis constituem o elo entre a Amazônia e o mundo dito "civilizado." Estes rios promovem o transporte de alimentos, mercadorias, passageiros e até de informações e notícias de algumas localidades.

O rio Negro possui inúmeras corredeiras. Na altura de São Gabriel da Cachoeira, município a noroeste de Manaus, o relevo se modifica e forma um conjunto de serras, entre as quais a "Bela Adormecida", assim chamada por lembrar uma mulher deitada. Ao nordeste da cidade localiza-se a chamada "Serra do Padre", cujo subsolo abriga uma grande concentração de ouro, além da maior reserva de nióbio de todo o mundo.

Existem na Amazônia os chamados "Paraná", que são braços de rios com saída para a nascente e para a foz dos mesmos rios. Entre eles está o Paraná do Careiro que, largo e extenso, promove a ligação do Solimões com o rio Amazonas, formando a ilha de Terra Nova. Já os chamados "furos," pequenos cursos de água que fazem a comunicação entre lagos e igapós, funcionando como verdadeiros atalhos para os nativos da região. Entre os rios mais importantes do estado estão o Juruá, o Purus, o Içã, o Uaupés e o Japurá.

Formado por aproximadamente 400 ilhas espalhadas pelos 350.000 hectares, o arquipélago fluvial de Anavilhanas situa-se no rio Negro. No período de cheias, entre abril e novembro, metade das ilhas desaparecem, enquanto os animais retiram-se para as partes mais elevadas do arquipélago. No período de vazante surgem praias e canais que ocupam uma extensão de 90 Km. O arquipélago é protegido por lei federal desde 1981, quando foi criada a Estação Ecológica de Anavilhanas. Está situado próximo à maior reserva florestal da América Latina, que é o Parque Nacional do Jaú, com mais de 2.000.000 hectares. Sua fauna e flora são riquíssimas e incluem espécies ameaçadas de extinção, como o peixe-boi e a ariranha.

O clima equatorial resulta em altas temperaturas e um elevado índice de pluviosidade durante todo o ano, favorecendo a imensa diversidade de espécies de plantas e animais presentes na Amazônia. As médias de temperatura variam entre 28° e 40° C, sendo os meses de agosto a outubro os mais quentes. A umidade atmosférica é geralmente superior a 80%.

O Estado de Rondônia é originário da guarnição de Guaporé, por sua vez fruto do desmembramento de terras do Amazonas e do Mato Grosso. Foi em 17 de fevereiro de 1956 que Guaporé viria a chamar-se Rondônia, como lembrança de um de seus primeiros desbravadores. Fazendo fronteira com a Bolívia e com Amazonas, Acre e Mato Grosso, Rondônia foi território nacional até 1981, sendo então elevado ao status de estado. A região possui paisagens de lagos, cachoeiras, igarapés e sítios arqueológicos.

Em seus 238.512 km² de área total, o estado tem sido cenário para disputas sangrentas entre fazendeiros e sem-terra da região. A paisagem rondonense é formada por um relevo de planícies, planaltos e chapadas. A mais elevada altitude, representada pela Serra dos Pacaás Novos, não atinge os 900 metros. Já as menores ocorrem nos vales formados pelos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, podendo chegar a 200 metros.

A Chapada dos Parecis caracteriza-se por solos de origem arenítica e funciona como um divisor de águas entre os rios que deságuam no Madeira, entre eles o Jiparaná, o Candeias e o Jamari, além do Mamoré e do Guaporé. Grande parte da vegetação de Rondônia corresponde às características de floresta tropical. O cerrado marca os traços da paisagem da Chapada de Parecis e da Serra dos Pacaás-Novos.

A proximidade da Amazônia se manifesta tanto na bela vegetação de floresta tropical típica da região quanto no clima equatorial, com marcadas estações de chuvas. O índice pluviométrico chega a mais de 2.000 mm anuais. Estações de seca determinam o inverno no estado, quando as temperaturas podem cair a até 10°C (Fig. 5).

No início da colonização território do Mato Grosso era de posse da Espanha segundo o Tratado de Tordesilhas. Em 1977 foi dividido em dois, com a criação do Mato Grosso do Sul. Situa-se na região centro-oeste, fazendo fronteira com a Bolívia e com os Estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Sua área é de 906.807km². O relevo é composto por planaltos, chapadas e planícies. Um dos mais importantes planaltos é o Mato-Grossense, que separa os rios que correm em direção ao Paraguai daqueles que compõem a bacia Amazônica. As chapadas dos Guimarães e Parecis e as serras de São Jerônimo e São Lourenço circundam o Pantanal.

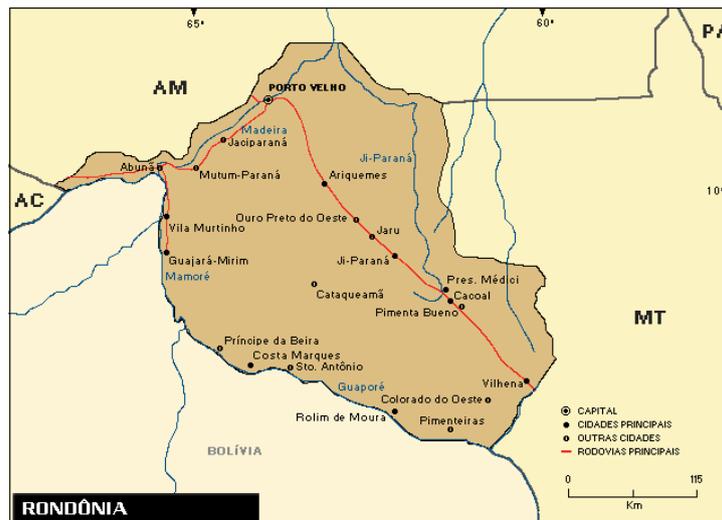


Fig. 5.- O Estado de Rondônia.

O principal rio é o Paraguai e seu maior afluente no Mato Grosso é o rio Cuiabá. Grande parte dos rios que banham a região - entre eles o Juruena, o Teles Pires, o Xingu, o Araguaia e o das Mortes - fazem parte da Bacia Amazônica. A floresta equatorial, com suas características amazônicas, cobre praticamente todo o Estado. Entretanto, ao sul da capital, predomina o cerrado. Nas grandes chapadas, nota-se a presença da vegetação equatorial, típica do Pantanal. A região possui clima tropical com estações bem definidas. O índice de chuvas pode chegar a 2000 mm ao norte do Estado.

O Pará centraliza um dos maiores recursos minerais do planeta. Sua vasta dimensão territorial, 1.248.042 km², equivale a mais de 14% do território nacional e poderia abrigar países como Portugal, França e Holanda. De praias que surgem como pequenas ilhas quase intocadas pelo homem, o estado apresenta uma natureza bastante variada. Banhado a nordeste pelo Oceano Atlântico, o litoral é composto por 562 km de praias.

O sol aparece no estado durante quase todo o ano. Por estar próximo ao Equador, possui clima quente e úmido, típico daquela região, considerada o principal portão de entrada para a Amazônia. O relevo é formado por planícies de várzea: áreas inundadas próximas a rios, sujeitas a permanentes sedimentações, periodicamente invadidas pelas águas do Amazonas ou do arquipélago de Marajó. Ali, o solo é propício à agricultura em função dos nutrientes depositados pela água. As áreas mais elevadas situam-se ao norte, no Planalto da Guiana, onde a altitude pode chegar a mais de 900 metros (Fig. 6).

Terra de frutas exóticas, comidas de raízes tipicamente indígenas e portuguesas, verão no período de julho a outubro e chuva de hora marcada, o Pará é um estado de

características peculiares. Conserva antigas tradições, sejam estampadas no casario da chamada "Cidade Velha," com seus azulejos portugueses e sua arquitetura colonial, como em sua religiosidade, comprovada pela seriedade com que os paraenses homenageiam a festa popular de Círio de Nazaré, que acontece todos os anos em outubro.

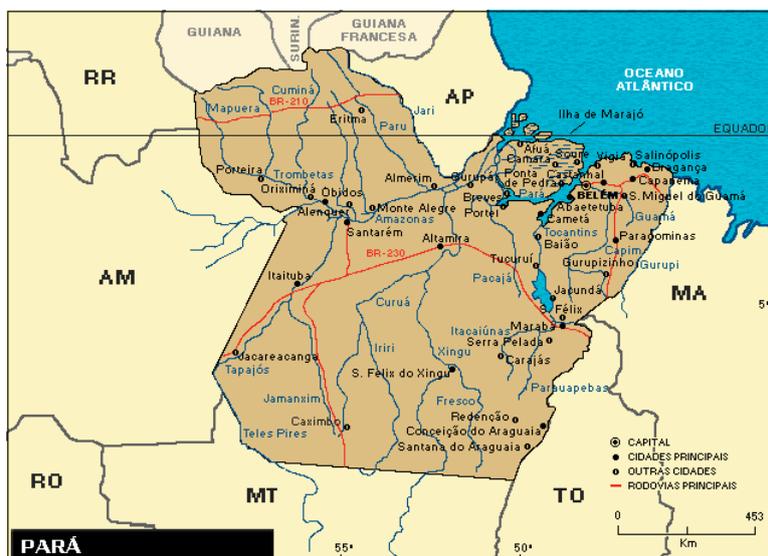


Fig. 6.- O Estado do Pará.

O rio Amazonas atravessa o Pará de oeste a leste. Seus afluentes são: o rio Tapajós, o Xingú e o Tocantins, na margem direita, e o Nhamunda, o Trombetas e o Jari, na margem esquerda. A flora equatorial é riquíssima e os recursos vegetais, infinitos. Há registro de 2.000 espécies da flora amazônica. Considerado um verdadeiro campeão no cultivo de frutas, o Pará é reconhecidamente privilegiado por seu solo e sua estação de chuvas. Algumas das frutas típicas da região são o cupuaçu, o bacuri, o taperebá, e o murici, além do açaí, da pupunha, do cajá e da graviola.

O estado abrange praias oceânicas e fluviais, além de grandes rios, como o Araguaia, lagos, furos, igarapés e até uma cidade circundada por selva, Belém. Uma praia oceânica na Amazônia: é esta a melhor definição para a praia de Salinas, a 200 km da capital, com uma extensão de 15 km de areias brancas. Já Mosqueiro, conhecida praia de água doce, localiza-se a 60 km de Belém.

A maior ilha fluvio-marítima do mundo, Marajó, com área de 50.000 km², empresta sua extensão à criação de búfalos, exportados para todos os outros estados do Brasil, e cavalos e a praias, onde as águas dos rios misturam-se com as do mar. A Ilha de Algodoal reúne um conjunto de lagoas e dunas, quase intocadas pelo homem. As

ilhas constituem uma característica do estado e um deles acontece no rio Tapajós: em Alter do Chão, surgindo praias de areias muito claras como pequenas ilhas no meio do rio. Localizado em uma região equatorial, o clima do paraense é quente e úmido. Curiosamente, lá o verão acontece entre os meses de julho e outubro, quando os índices pluviométricos são menores. As localidades mais quentes são as cidades de Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá e Breves. As regiões mais úmidas ficam próximas à ilha de Marajó e as mais secas, ao Amazonas.

Um curioso fenômeno ocorre em Belém, a capital do estado: chuvas praticamente diárias que caem sempre no mesmo horário, por volta das 14:00 horas. Este fenômeno tem uma explicação: a localização do estado, próximo ao equador, justifica o fato de que os dias tenham aproximadamente a mesma duração, resultando em um processo de evaporação em função do calor, que provoca a precipitação sempre à mesma hora.

Situado na região norte do país, com extensão territorial de 140.276 Km², o estado do Amapá faz fronteira com o Pará, a Guiana Francesa e o Oceano Atlântico. As planícies apresentam mangues e lagos que, por sua vez, estão ligados a rios que desembocam no Oceano Atlântico. Os planaltos da região se constituem de solos pouco férteis. A altitude máxima é representada pela serra de Tumucumaque, com elevação de 500 metros.

Os dois rios que separam o Amapá dos estados do Amazonas e do Pará são o Amazonas e o Jari, enquanto o Oiapoque limita a fronteira com a Guiana Francesa, situada ao norte. As duas bacias hidrográficas existentes, Araguari e Calçoene, desembocam no Atlântico. A vegetação é composta por floresta equatorial em quase toda a sua superfície, com algumas poucas regiões onde se apresenta o cerrado. O clima equatorial da região amazônica se estende ao Amapá. A proximidade do Equador resulta em um clima quente e úmido, com temperaturas em torno de 25° C e índice pluviométrico bastante elevado, chegando a ultrapassar 3.000 mm. (Fig. 7).

Ocupando uma área de 230.104 km², Roraima faz fronteira com os estados do Amazonas e Pará e também com a Guiana e a Venezuela. A disputa por suas terras já passou por mãos espanholas, portuguesas, inglesas e até italianas - uma luta de posse que teve início na primeira metade do século XVIII e chegou ao fim somente em 1904. Englobando o Planalto das Guianas, o relevo de Roraima é caracterizado por suas variadas altitudes, com apenas 1% de elevações ultrapassando os 900 metros.

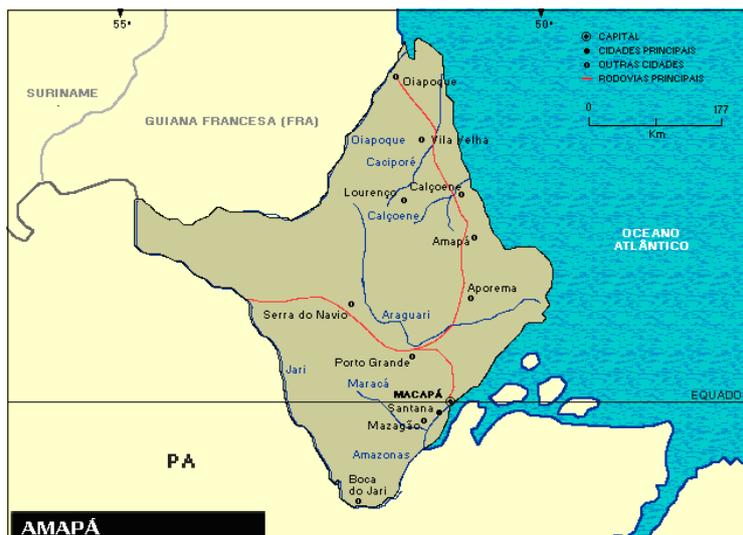


Fig. 7.- O Estado de Amapá.

A paisagem é dividida em dois tipos morfológicos: o planalto e a escarpa. O primeiro cobre a extensão centro-sul estadual, intercalando ondulações de terreno com maciços de baixa altitude. As escarpas se apresentam nas proximidades do Planalto das Guianas, quando recebem as denominações locais. Entre elas apresentam-se as serras de Pacaraima e de Acaraí. O ponto culminante do estado, sendo inclusive um dos picos mais elevados do país, é o monte Roraima, situado na Serra de Pacaraima, com mais de 2.800 metros de altitude.

A hidrografia do estado conta quase que inteiramente com a bacia do rio Branco, a principal de Roraima, que corta o território no sentido nordeste-sudoeste para desaguar no rio Negro, junto à fronteira com o Amazonas. A vegetação da região divide-se entre uma grande parte de floresta equatorial e vegetação de cerrado e uma pequena porção de campo aberto, na altura de Boa Vista. O clima varia entre o equatorial e o tropical, condicionando temperaturas elevadas durante praticamente todo o ano. O índice pluviométrico no oeste do estado alcança os 2.000 mm anuais, caindo a leste para 1.500 mm anuais (Fig. 8).

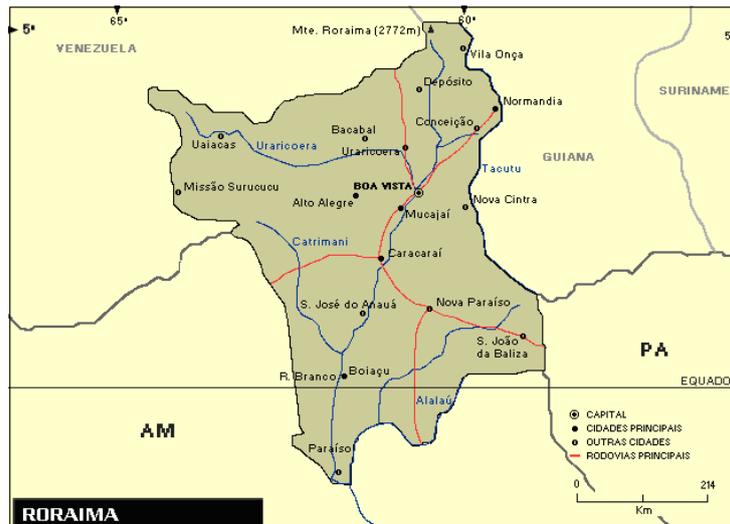


Fig. 8.- O Estado de Roraima.

Desmembrado de Goiás, com uma extensão de 278.420 km², Tocantins foi efetivamente emancipado a partir de lei promulgada em 5 de outubro de 1989, passando a integrar a região norte do país e fazendo parte da Amazônia Legal. O Tocantins limita-se ao norte com Maranhão, a leste com Piauí e Bahia, ao sul com Goiás e a oeste Mato Grosso e Pará. Devido a fatores climáticos, a paisagem do Tocantins exhibe uma imensa diversidade morfológica e, em certas ocasiões, constituições rochosas distintas, somadas às condições estruturais. A interação destes fatores resultou na diversidade da superfície do estado, produzindo quatro tipos distintos de relevo.

Os planaltos da Bacia Sedimentar São Francisco têm a forma de uma faixa estreita, no sentido norte-sul, onde as altitudes médias variam entre 600 e 800 metros. As depressões do Araguaia-Tocantins são formadas por um conjunto de depressões abertas pelas drenagens dos rios Araguaia e Tocantins. Abrangem grande parte do estado e seu limite é marcado por escarpas, elevações e superfícies rebaixadas pelos planaltos que as circundam. A altitude da região oscila entre 200 e 300 metros.

A Planície do Bananal está embutida nas depressões do Araguaia-Tocantins. Nestas planícies a vegetação predominante é de pastagem natural, alimento para a ampla pecuária local. É esta a região mais apta à irrigação por gravidade, uma vez que suas características topográficas, somadas ao índice pluviométrico e à movimentação fluvial, facilitam sua ocorrência. Nas serras do Estrondo, Lajeado, do Carmo e do Paraíso a erosão modelou o relevo, formando canions que transpõem as escarpas.

A vegetação caracteriza-se basicamente por florestas e campos. A grande ocorrência de queimadas vem reduzindo a presença de florestas em larga escala. Dois

terços da bacia do rio Tocantins e um terço da bacia do rio Araguaia pertencem ao estado. A riqueza da região deve-se basicamente aos seus recursos hídricos, visando principalmente a irrigação, a construção de hidrovias e a geração de energia elétrica.

O Tocantins forma-se no alto do planalto de Goiás, a uma altitude de mais de 1.000 metros, a partir dos rios das Almas e Maranhão. Já o Araguaia, principal afluente do Tocantins, é originário da Serra do Caiapó, na divisa de Goiás com Mato Grosso, a uma altitude de mais de 800 metros. Com seus mais de 2.000 km de extensão, grande parte corre paralelamente ao leito do Tocantins, nele desembocando apenas junto à localidade de São João do Araguaia.

Mais de um terço do solo é constituído por latossolos roxos, terras roxas estruturadas, latossolos vermelho-amarelo, vermelho-amarelo-escuro e solos aluviais. A ocorrência de depósitos de calcário é bastante comum, sendo especialmente importante em alguns municípios, como Aurora de Tocantins, Formoso do Araguaia, Conceição do Tocantins e Taguatinga (Fig. 9).



Fig. 9.- O Estado de Tocantins.

O ouro também é figura de destaque, particularmente nas cidades de Natividade, Araguína, Alma, Dianópolis, Porto Nacional, Monte do Carmo e Arapoema. Em Paraíso de Tocantins é possível encontrar cobre. Arapoema, Cristalândia e Formoso do Araguaia são ricas em cristal de rocha. Os recursos minerais do estado abrangem ainda: talco, fosfato, diamante, enxofre, manganês, titânio e rutilo entre outros. Todos os municípios do Tocantins são ricos em águas minerais, especialmente Paraná e Peixe.

De clima tropical, o Tocantins apresenta temperaturas médias anuais que variam entre 24° e 28° C. As estações de chuvas e de seca são bastante definidas. São comuns as mudanças bruscas de temperatura causadas pela entrada de diferentes sistemas atmosféricos ou de ventos vindos simultaneamente de diversas direções. Tipicamente tropicais, as chuvas ocorrem com maior frequência, entre novembro e fevereiro. Esta época é responsável por 70% das chuvas anuais do estado, apresentando maiores índices nas regiões norte e leste.

Os limites do Maranhão, situado na região nordeste, são demarcados pelos estados do Pará, Piauí, e Tocantins. Sua extensão territorial é de 328.663 km². O relevo é quase que inteiramente composto por planícies e planaltos de baixas altitudes. Sua maior elevação é representada pela chapada das Mangabeiras com pouco mais do que 700 metros e situada no extremo sul do estado. Os planaltos predominam na paisagem maranhense e um dos mais importantes é o Brasileiro. O litoral é constituído por planícies, costas arenosas e incontáveis dunas (Fig. 10).



Fig. 10.- O Estado de Maranhão.

Entre os mais importantes rios que banham o estado estão o Parnaíba, o Tocantins, o Gurupi, o Pindaré, o Mearim, o Turiaçu e o Itapecuru. A vegetação caracteriza-se pela presença de mangues no litoral e floresta equatorial, além do cerrado, onde se destaca o babaçu. O clima tropical imprime no estado um regime de pluviosidade elevada, podendo chegar a 2.000 mm por ano. No interior este índice cai, sendo reduzido à metade.

No início da colonização do território do Mato Grosso era de posse da Espanha segundo o Tratado de Tordesilhas. Em 1977 foi dividido em dois, surgindo a criação do Mato Grosso do Sul. Situa-se na região centro-oeste, fazendo fronteira com a Bolívia e com os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Sua área é de 906.807km². O relevo é composto por planaltos, chapadas e planícies. Um dos mais importantes planaltos é o Mato-Grossense, que separa os rios que correm em direção ao Paraguai daqueles que compõem a bacia Amazônica. As chapadas dos Guimarães e Parecis e as serras de São Jerônimo e São Lourenço circundam o Pantanal. O principal rio é o Paraguai e seu maior afluente no Mato Grosso é o rio Cuiabá.

Grande parte dos rios que banham a região - entre eles o Juruena, o Teles Pires, o Xingu, o Araguaia e o das Mortes - fazem parte da Bacia Amazônica. A floresta equatorial, com suas características amazônicas, cobre praticamente todo o estado. Entretanto, ao sul da capital, predomina o cerrado. Nas grandes chapadas, nota-se a presença da vegetação equatorial, típica do Pantanal (Fig. 11).



Fig. 11.- O Estado de Mato Grosso.

Esta síntese da geografia amazônica do Brasil por estados permite fechar o capítulo um, sendo a base para entender o desenvolvimento cultural do homem pré-histórico no meio da floresta tropical que jamais esteve isolado de outros ecossistemas vizinhos.

Cap. 2.- Estado atual do povoamento humano na América

2.1.- O período Lítico na Amazônia

A arqueologia brasileira nasce na região amazônica, sendo pesquisada desde meados do século XIX por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, pioneiros naturalistas que tiveram seus nomes transformados em ícones na história da arqueologia amazônica, como Ladislau de Souza Melo e Netto, Barbosa Rodriguez, Ferreira Penna, J.B. Steere, Orville A. Derby, Hartt, Von Martius e Azevedo da Silva, entre outros (Mendonça de Souza, 1991).

Em 1992 a pré-historiadora Gabriela Martin publicou “*La antigüedad del hombre en el Nordeste del Brasil*”, avaliando o artigo do argentino Juan Schobinger (1988), reproduz informações referentes a quatro assentamentos na América do Norte, cujas cronologias indicam uma suposta presença humana há mais de 100 mil anos antes do presente.⁶ A autora percebe que o estudo sobre a antiguidade humana na América indica a existência de três blocos cronológicos que representam assentamentos datados entre 100 e 300 mil anos; 25 e 50 mil anos⁷ e, por fim, entre 10 e 20 mil anos⁸ antes do presente (Tabela 2).

PERÍODOS LÍTICOS	CRONOLOGIA	Exemplos
Terceira	20 e 10 mil anos	Sítios em todo o continente americano.
Segunda	50 e 25 mil anos	Sul dos EUA e México, Nicarágua, Chile e Brasil.
Primeira	300 mil a 100 mil anos	Old Crow (em Canadá); Texas Street e Calico Mountains (EUA) e Valsequillo (México).

Tabela 2.- Os três blocos cronológicos sobre a antiguidade humana na América (Martin 1992).

⁶ Old Crow-Canadá, Texas Street e Calico Mountains- EUA e Valsequillo no México. No Brasil temos o sítio de Toca da Esperança, na Bahia, cujos materiais líticos são núcleos tipo *chopper* e *chopping-tool* com um ou dois “golpes” associados com fauna pleistocênica e estudados por Maria C. Beltrão.

⁷ Localizados ao Sul dos EUA e México, Nicarágua, Chile e Brasil. Inclui o sítio arqueológico de São Raimundo Nonato, Piauí, pesquisado por Niede Guidon e Ane Marie Pessis, e Monte Verde, estudado por Tom Dillehay. Os artefatos líticos são núcleos e raspadores, tipo pré-formas, que serviam para cortar e talar árvores e plantas, caçadores de fauna menor e bandos nômades de coletores.

⁸ Sítios amplamente disseminados em todo o continente americano, principalmente as pontas de projétil.

Segundo Martin (1992: 7) “as ideias preconcebidas que pretende impor a ortodoxia dos pré-historiadores americanos” faz com que muitos pesquisadores se recusem a aceitar as datações dos três blocos, afirmando que a falta de convencimento de alguns dados, a não aceitação de datas mais antigas na América do Sul em relação à América do Norte, a perspectiva de uma única via de penetração no continente – pelo estreito de Bering - e a ausência física de restos esqueléticos são os principais argumentos para o ceticismo em relação às cronologias obtidas mais recentemente para a penetração humana na América.

A partir de exemplos de várias pesquisas no continente sul-americano, com ênfase nos assentamentos brasileiros, como o Boqueirão da Pedra Furada em São Raimundo Nonato, Piauí, que forneceu cronologias que se estendem de 20 a 48 mil anos antes do presente (Pleistoceno) e entre 6 e 10 mil anos antes do presente (Holoceno), Martin (1992: 11) sugere que “por los dados que hoy se conocen, no se puede negar ya que el Nordeste do Brasil estaba poblado por seres humanos hace por lo menos 50,000 años”.

André Prous (1997), no seu artigo “O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica” informa que desde o início do século XX, a partir dos estudos do antropólogo Ales Hrdlicka, surgiu uma tradição hipercrítica ou ceticismo fanático em relação a qualquer achado que confirmasse uma longa presença humana no Novo Mundo. A descoberta de grandes sítios de matança de animais como bisontes e mamutes, associados a vestígios arqueológicos favoreceram o estabelecimento de uma cultura arqueológica denominada de Clóvis. Isto já em 1926.

A cultura Clóvis⁹ transformou-se em um marco cronológico para a ocupação do continente americano, tornando-se um paradigma “fechado” e de difícil superação com o avanço das pesquisas e a ocorrência de novos achados arqueológicos. Entretanto, mesmo com o advento de novos resultados, a descoberta de sítios tão ou mais antigos que os sítios Clóvis e em outras áreas que não a América do Norte¹⁰, bem como o considerável desenvolvimento de metodologias para a análise dos vestígios

⁹ Estabelecida a partir da descoberta de sítios no planalto norte-americanos com a ocorrência de pontas de lança lascadas em ambos os lados com caneluras associadas a ossos de megafauna, datadas entre 11. 200 até 8.500 anos atrás (Roosevelt, 2000: 36).

¹⁰ Principalmente na América do Sul, com sítios apresentando antiguidade significativa no Nordeste do Brasil. Sim queremos entender a pré-história brasileira temos que dar relevância a nossa própria evidência e não procurar em distantes terras como as dos Norte-americanos. Temos na América do Sul muitos sítios líticos de notável antiguidade na Argentina, Colômbia, Chile, Venezuela, Equador e Peru.

arqueológicos não foram suficientes para abalar a crença auto-referente do *staff* científico norte-americano.

Apesar de bem estabelecida no contexto arqueológico norte-americano, a cultura Clóvis, segundo a pesquisadora Anna Roosevelt (2000), sofreu resistência por parte de alguns antropólogos, principalmente no que concerne à teoria migratória desses povos. Sendo o principal argumento para tais críticas a evidência cultural de populações humanas “caçadores-coletores generalizados, com instrumentos menos sofisticados e um modo de subsistência baseado na coleta de plantas, na caça de animais menores e na pesca, teriam se espalhado pelas Américas bem antes dos caçadores especializados em animais de grande porte” (Roosevelt, 2000: 31).

Visando debater esta controvérsia através de novos olhares, foi organizado na cidade de São Raimundo Nonato, Piauí, a *Primeira Reunião Internacional sobre o Povoamento das Américas*, em julho de 1993, cuja finalidade foi de “promover um encontro de pesquisadores para analisar as propostas explicativas sobre o povoamento dos continentes americanos a luz dos novos fatos que as pesquisas têm fornecido nas duas últimas décadas” (Pessis, 1996: 5).

O cerne das discussões girou em torno da apresentação de sítios arqueológicos que forneceram evidências empíricas e datações que ultrapassaram as cronologias então estabelecidas para o povoamento do continente americano. Segundo Pessis (1996), as comunicações abordaram os resultados das pesquisas realizadas no Boqueirão da Pedra Furada, situado no Parque Nacional Serra da Capivara-PI, que forneceram vestígios da presença humana datados em 48.000 anos antes do presente, como também os resultados das pesquisas em Monte Verde, Chile, cujo material arqueológico resultou numa antiguidade de 33.000 anos e Pendejo Cave, nos EUA, que também apresenta vestígios arqueológicos bastante antigos.

Na Amazônia brasileira temos alguns sítios líticos entre 14 mil e 12 mil antes de Cristo como o de Abrigo do Sol no Mato Grosso estudado por Eurico Miller desde 1980 que teriam sido bandos nômades de caçadores-coletores que tinham pontas de projétil de quartzo de formas foliáceas para a captura de megamamíferos das savanas do rio Alto e Médio Guaporé. Viviam em grupos de 30 a 50 pessoas, próximos às zonas de refúgio das serras dos Paracis e dos planaltos de Pakaas-Novos.

Outro grupo lítico foi descoberto na boca do Amazonas, o sítio de Pedra Pintada em Monte Alegre, Pará, por pesquisadores do MPEG (Museu Paraense Emílio Goeldi) e escavado pelo grupo de Anna Roosevelt a fim da década dos 80. Centenas de pontas

triangulares com ombros e base de pedúnculo com datação de 12 mil a 10 mil anos a.C. aparecem nesse contexto lítico associados a cavernas próximas as várzeas, permitindo comprovar a existência de ocupações pré-históricas muito anteriores ao estabelecimento das culturas tradicionais amazônicas de horticultores de floresta tropical, que têm como base o cultivo da mandioca e do milho. Estas pontas foram denominadas estilo Tapajós, mas este tipo de pontas é muito diferente dos estilos Clovis e Folsom (Fig. 12).

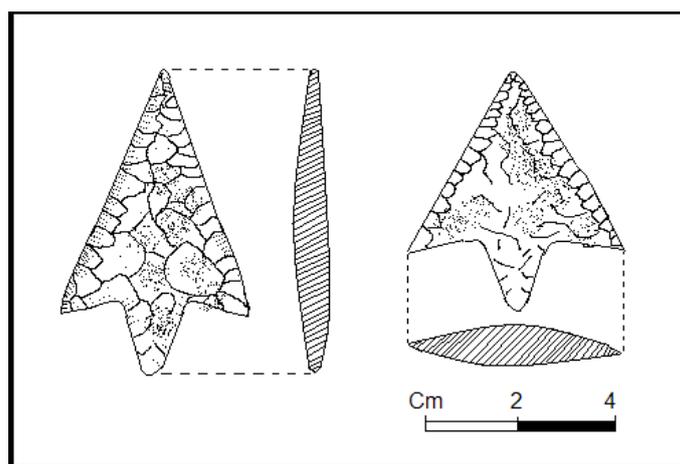


Fig. 12.- Pontas triangulares de estilo Tapajós, Pará.

A partir da década de 1990, surgem novas evidências tais como os achados no Pará, das grutas do Gavião e de Pequiá, na serra dos Carajás, descobertas em 1985 e estudadas por M. Magalhães do MPEG. Tais evidências, juntamente com os achados no Abrigo do Sol no rio Alto Guaporé, sudeste do Mato Grosso ao sul da bacia amazônica, onde as escavações realizadas por Eurico T. Miller na década de 1980, resultaram em descobertas de ocupações pré-cerâmicas com sequências cronológicas compreendidas entre 10.000 e 7.000 anos a.C.

Com relação às dificuldades em se aceitar novos dados acerca dessa problemática, Prous (1997)¹¹ reconhece que os desafios em se verificar uma presença humana no Pleistoceno são de ordem climática, metodológica e até psicológica. Sendo que em áreas tropicais, a exemplo do Brasil, as condições climáticas vigentes dificultam a tarefa do pesquisador, à medida que se considerarmos o litoral daquela época como uma rota privilegiada de difusão de populações humanas em razão das facilidades de transporte e

¹¹ No que concerne aos dados arqueológicos aquele autor reconhece que as dificuldades em se encontrar sítios com idade pleistocênica se devem ao número de assentamentos, às condições de preservação dos artefatos e as dúvidas relacionadas à natureza dos vestígios encontrados, que podem ser atribuídos à ação humana ou a fenômenos naturais (Prous, 1997).

da riqueza do ambiente em alimentos ao longo do ano. Estando agora submersos tais sítios, o acesso do arqueólogo torna-se difícil.

2.2.- O período Arcaico e o surgimento da agricultura

A partir do surgimento da Nova Arqueologia na década dos 60s começa o interesse pela pesquisa da domesticação de plantas e animais no orbe com a ajuda da datação radiocarbônica. Surgiram destacados pesquisadores como o botânico russo Vavilov, Spinden, Robert Braidwood, Julian Steward, Kent Flannery, Paul Mangelsdorf, Richard MacNeish, Duccio Bonavia, Deborah Pearsall, entre outros. Mas todos eles se haviam concentrado nas áreas dominadas pelas grandes civilizações conhecidas como México, Peru, Oriente Médio (Mesopotâmia), Índia e China, descuidando à região amazônica.

Em 1970, Lathrap propôs a hipótese que a origem da agricultura americana teria ocorrido na Amazônia, com a planta da cabaca (*Lagenaria siceraria*) o qual teria se difundido para as regiões dos Andes e da Meso-america, influenciando decisivamente para a formação das civilizações Chavin e Olmeca. No entanto, como já foi mencionado, as *guerras acadêmicas* não permitiram que este pesquisador escavasse na floresta brasileira. Porém, passaram-se quase trinta anos para que a região ocidental da Amazônia brasileira e oriental da Bolívia e do Peru experimentasse o descobrimento de um novo centro de domesticação de plantas, tal como o modelo de Vavilov, localizado nas áreas de Beni e Cochabamba (Bolívia), Acre e Rondônia (Brasil).

A hipótese dominante que considerava os Andes Centrais como o berço de inovações tecnológicas, como a agricultura e a cerâmica na América do Sul vem perdendo sustentação quando se verifica que as Terras Baixas tiveram prioridade cronológica sobre as áreas montanhosas andinas no desenvolvimento da cerâmica e de ocupações sedentárias (Roosevelt, 1992).

O contexto dessa assertiva deve ser compreendido a partir da história do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na área de floresta tropical brasileira, pois como pontuou Eduardo Neves, uma grande parte da arqueologia feita na Amazônia permaneceu enraizada sob influências mono-causais ou possibilísticas e no determinismo, primeiramente apresentadas no *Handbook of South American Indians* (Neves, 1998: 1), com uma forte influência da Ecologia Cultural Norte-americana e do determinismo ecológico (Neves, 1999: 216), onde as linhas teóricas eram desenvolvidas

no âmbito do neo-evolucionismo, com o uso de modelos explicativos para interpretar os vestígios arqueológicos (Neves, 2001: 45), mas que, no entanto, vêm sofrendo um processo geral de revisão, historicamente orientado, da antropologia ecológica, também denominada de ecologia histórica (Neves, 1999/2000: 87).

A descoberta de geoglifos nessa região permite entender o surgimento de domesticação de plantas entre os séculos VII e IV antes de Cristo. Plantas como abóbora, mandioca, aipim, açaí, borracha, cabaça, jerivá, palmito, pimento, tucum ou tucumã, genipapo, entre outros. Permitiram a concentração de povos humanos e levar as descobertas como o da terra preta para outras áreas como as várzeas e a região andina.

Este extenso período, conhecido como Arcaico devido à experimentação de plantas, permitiu posteriormente a descoberta da cerâmica. A maioria dos sítios desse período está associada com montículos de horticultores e pescadores. Prous definiu etimologicamente que a “palavra sambaqui seria derivada de *tamba* (marisco) e *Ki* (amontoamento) em Tupi” (1992: 204), sendo tais sítios obra da atuação humana, caracterizados pela presença maciça de conchas, carapaças de moluscos, e, em menor número, de restos de peixes e outros animais associados a instrumentos líticos e ósseos, objetos cerâmicos e esqueletos humanos, estruturas de habitação e fogueiras, formando colinas que podem alcançar mais de trinta metros de altura em algumas partes do Brasil.

Mais recentemente, Blasis (2001: 22) conceituou os sambaquis como amontoados de conchas de diversos moluscos, cujo tamanho varia desde pequenos montículos de dois metros de altura e dez de comprimento, até verdadeiras montanhas de 500m de extensão e mais de 60m de altura. Encontram-se em diversos pontos da costa, mas concentram-se principalmente em ambientes ricos e diversificados das enseadas, ilhas próximas da costa e das grandes lagunas em contato com o mar.¹²

Os sambaquis brasileiros têm uma grande amplitude geográfica sendo apontados em quase todo o litoral e em algumas áreas fluviais. Existem registros desses assentamentos “pela faixa litorânea do Rio Grande do Sul até a Bahia e do Maranhão até o litoral do Pará, incluindo o Baixo Amazonas” (Gaspar, 2000: 159).

¹² Os primeiros relatos acerca da formação dos sambaquis e sua grande utilidade para a construção civil, como fonte de matéria-prima para a fabricação de cal remonta-se ao período colonial (Duarte, 1968). Entretanto, é somente nos primórdios do século XX que se observa na literatura uma preocupação em entender se o processo de formação de um sambaqui era fruto de fenômenos naturais ou da atuação humana.

2.3.- A cerâmica mais antiga das Terras Baixas

Desde o século XIX havia o interesse pela pesquisa da cerâmica com datas bastante recuadas para sambaquis localizados em áreas de floresta tropical da América do Sul, particularmente na região do Baixo Amazonas e no litoral setentrional do Brasil. Mas, essa evidência não havia entendida na sua real importância sócio-cultural devido às teorias dominantes tanto européias quanto americanas que percorreram e pesquisaram a Amazônia entre os séculos XIX e XX.¹³

Anna Roosevelt, em seu artigo “Early pottery ceramic in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity” (1995), indica que pesquisadores, entre os anos de 1830 a 1945, descobriram evidências para diversas ocupações pré-cerâmicas e cerâmicas. De particular interesse naquele momento foram os grandes sambaquis amazônicos, que foram descritos como acampamentos de pesca do início do Holoceno, a partir de informações geológicas, biológicas e da evidência cultural (Fig. 14).



Fig. 14.- Difusão da cerâmica mais antiga da América do Sul.

Tais expedições resultaram em coleções de vasos, urnas funerárias, ferramentas e outros artefatos, bem como vasto material linguístico e mitológico, e ainda uma profusão de anotações sobre cemitérios, inscrições em rochas, técnicas manufatureiras e

¹³ As contribuições de autores como Charles Hartt, Orville Derby, Ferreira Pena, Curt Nimuendaju, Ladislau Netto, Smith, Steere, Lopes, entre outros, foram de suma importância para se conhecer os povos que habitaram a Amazônia em tempos pré-coloniais a partir da cultura material coletada, e mais ainda pelo universo de informações daí advindas e pelos problemas para investigações legados para as gerações futuras.

rituais cotidianos que constituíam um enorme acervo, a exemplo do que Hartt e Derby levaram da Amazônia (Freitas, 2002: 163).

Apesar disso, essas pesquisas foram desconsideradas e taxadas de pré-científicas por estudiosos pioneiros, como o casal Evans do Smithsonian Institution, que iniciavam suas atividades na floresta tropical da América do Sul, em 1945, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial (Roosevelt 1995, p. 115). Sob o apoio de Julian Steward, Meggers e Evans dirigiram um grande projeto que influenciou a prática arqueológica no país até os dias atuais. Trata-se do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA (1965-1970/71), sob os auspícios do Smithsonian Institution e com o apoio de organismos estatais do Brasil.

Sobre a metodologia do PRONAPA, Alves (2002: 25) escreve:

“...Teve por objetivo primordial mapear e estudar a pré-história brasileira, através da realização de prospecções sistemáticas (“Surveys”) em grandes áreas...para estabelecer as “Tradições”, “Subtradições” e as “Fases” das principais (e diversas) regiões ecológicas do Brasil...”

Apesar da amplidão desse Programa, inicialmente, pouco se pesquisou nos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico, sendo que em 1966, investigadores ligados ao PRONAPA, idealizaram o projeto Salgado (liderado por Mário Simões), cuja meta era estudar os sambaquis no litoral do Salgado, Pará.¹⁴ A partir da correlação dos resultados do projeto Salgado com os dados arqueológicos mais recentes relacionados aos sambaquis, novas sendas de investigação foram descortinadas, a exemplo da provável diferenciação regional desses assentamentos, principalmente quando se observa os padrões de assentamentos e a cultura material dos sambaquis do litoral centro-sul e norte do país.

Alguns autores inclusive especulam sobre a presença de chefias nesses sítios e enfocam o elaborado ritual funerário como forte indício de complexidade e diferenciação social. Outros autores apontam que esses construtores “formavam um grupo étnico, no sentido de que se tratava de uma população, cujos membros se identificavam e eram identificados como tais...” (Gaspar, 2000: 34). Contrária a isso, T. A. Lima, pesquisadora do Museu Nacional da UFRJ, observa que essa aparentemente homogeneidade identificada por alguns pesquisadores deve ser repensada, pois, “não

¹⁴ Segundo Mário Simões, a meta do Projeto Salgado era estabelecer uma sequência de desenvolvimento cultural e temporal do litoral do Pará, a partir de sua ocupação por grupos de agricultores incipientes ou ainda de horticultores de Floresta Tropical (Simões, 1981: 78).

estamos diante de um único e homogêneo sistema sócio-cultural ao longo da costa centro-meridional brasileira, mas frente a diferentes sistemas...” (Lima, 1999/2000: 316).

A tendência recente tenta estabelecer, com base no que se conhece a respeito dos sambaquis meridionais e setentrionais, uma suposta correlação entre todos os sítios no país (Gaspar 2000a; Gaspar & Imazio, 2000). Entretanto, não busca compreender os aspectos regionais que caracterizariam os sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico, a partir de escavações sistemáticas e da análise minuciosa do registro arqueológico. Essa assertiva é corroborada por Lima que julga existir muitos sambaquis ainda desconhecidos no país para poucas pesquisas realizadas, não cabendo, portanto, inferências tão homogeneizantes para um território tão extenso (Lima, 1999/2000).

As divergências apontadas acima refletem principalmente a falta de estudos que possam fundamentar as construções teóricas dos pesquisadores acerca das populações pescadoras-coletoras-caçadoras dos sambaquis cerâmicos do litoral Norte. A grande quantidade de sítios nessa região, muitos desconhecidos entre os arqueólogos, podem oferecer importantes subsídios para compreensão do processo de ocupação e povoamento dessa porção do território brasileiro e das primeiras populações que habitaram o Litoral Equatorial Amazônico, necessitando, portanto, que novas sendas de investigação foquem seus objetivos para essa área, arqueologicamente desconhecida, mas potencialmente promissora.

As ocupações mais antigas para a região Norte, localizadas ao longo da bacia amazônica, costa litorânea e áreas vizinhas estão questionando o entendimento sobre a ocupação do litoral brasileiro e a antiguidade da cerâmica produzida nas Américas. Entretanto, esses resultados devem ser avaliados sob a luz de estudos revisionistas recentes e na observação criteriosa e imparcial de novos dados empíricos acerca do processo de ocupação do continente americano e o estudo arqueológico da cerâmica antiga na América.

Neste sentido, outras leituras interpretativas para o registro arqueológico concernentes ao desenvolvimento cultural no seio da Amazônia vêm ganhando aceitação, quando novos pesquisadores começam a desmistificar os principais pilares da ecologia cultural e do determinismo ambiental ¹⁵, a partir de escavações sistemáticas,

¹⁵ A Amazônia sempre foi vista por pesquisadores como Betty Meggers e Clifford Evans como um ambiente limitador para o desenvolvimento de sociedades complexas. Toda e qualquer inovação cultural

com problemas de pesquisa bem orientados para comprovação ou refutação de hipóteses, fundamentados em construções cronológicas consistentes e no estabelecimento de um contexto espaço-temporal.

Dessa forma, como estatuiu Roosevelt (1991: 113) em seu artigo Determinismo ecológico e desenvolvimento social indígena da Amazônia, o que de fato se sabe até momento sobre a pré-história da Amazônia é uma longa e complexa seqüência de ocupação intensa, sem nenhum sinal de retardamento devido a limitações impostas pelo meio ambiente. As populações da região, longe de serem culturalmente atrasadas e de sempre terem recebido inovações vindas de fora, desenvolveram importantes inovações culturais que mais tarde se observariam pelo Novo Mundo.

Em artigo, *Revisión crítica de la arqueología sudamericana*, Arenas e Obediente (1992) discorrendo sobre o processo de sedentarização na América do Sul, afirmam que a partir do 7º milênio a.C. iniciam-se atividades de apropriação e de produção incipiente de alimentos dentro de um modo de trabalho que envolvia o uso regular de recursos de diferentes ecossistemas e nichos ecológicos, inclusive com a integração recorrente de áreas costeiras e das terras do interior. Isso implicava a exploração de recursos abundantes, estáveis e de acesso relativamente fácil das regiões litorâneas associadas à captação de vegetais (Op. cit. 1992: 39).

Além disso, trabalhos recentes em Ecologia histórica desenvolvidos por Balée e Smith indicam que as sociedades indígenas não são vítimas passivas de supostas limitações ambientais, mas que, ao contrário, exerceram uma influência criativa e modificadora sobre o meio ambiente (Neves, 1999/2000: 104). Sendo assim, novas abordagens interpretativas, a exemplo das descritas acima, vêm liberando a arqueologia desse continente de um modelo explicativo por demais determinista, casuístico e evolucionista, que alcançou seu ápice após a publicação do *Handbook of South American Indians* (1946-50), organizado por Julian Steward, principal fonte de referência para os estudiosos das terras baixas tropicais, a exemplo de Evans e Meggers.

Uma revisão da literatura arqueológica recente, dos registros dos sítios e das datações radiocarbônicas mostra que por mais de 25 anos, o leste da América do Sul tem produzido as evidências mais numerosas e as cronologias mais consistentes para a ocorrência da cerâmica antiga do continente americano em diversos sítios

era encarada como fruto de influências de povos externos que adentraram ao ambiente de floresta tropical.

arqueológicos. Para Meggers (1997: 9), essa profusão de resultados tem implicações diretas com a ideologia que subsidia as pesquisas atuais, quando afirma que o pêndulo da teoria em antropologia tem mudado da aceitação dos princípios evolutivos, que atribuem as distribuições descontínuas de traços culturais livres das limitações adaptativas a antecedentes comuns, à aceitação dos princípios creacionistas, que atribuem tais similaridades a múltiplas invenções independentes.

Partindo desse pressuposto, Meggers (1997: 9) assevera que dependendo da perspectiva que adotem, os arqueólogos chegam a conclusões diferentes apesar de usar a mesma evidência. Esta situação tem provocado desacordos sobre a origem e a dispersão da cerâmica na América do Sul. Em oposição às interpretações de Meggers, a pesquisadora Anna Roosevelt (1991: 113) afirmou que em tempos tardios da pré-história, sociedades complexas e densas, de origem local, desenvolveram-se em todas as áreas ricas em nutrientes que já foram estudadas por arqueólogos. Tais áreas suportaram, muito cedo, forrageio intensivo e por volta de 7200 a. P., no início do Holoceno, desenvolveram-se ali, as sociedades ceramistas mais antigas do Novo Mundo, baseadas em uma economia de coleta aquática intensiva, três mil anos antes da cerâmica aparecer no seio das civilizações do continente americano.

Entretanto, apesar desta autora apontar a ocorrência de cerâmica antiga em vários sítios da região, particularmente em sambaquis, inclusive com níveis datados em 3.500 anos a.C. (Roosevelt, 1992), poucos autores se debruçaram sobre esse tema e pouquíssimas pesquisas problematizaram acerca do aparecimento desse vestígio no registro arqueológico. Dados são encontrados em publicações de Brochado (1984), Correia Lima (1989), Machado et. al. (1991), Prous (1992), Martin (1996), Martin et. al. (2005), Neves (1999, 1999/2000, 2001), Lima (1999/2000), Gaspar (2000a, 2000b), Gaspar e Imazio (2000), Hilbert (1959), Hoopes (1994), Evans e Meggers (1960, 1978), Simões (1978 1981), Roosevelt (1991, 1992, 1995, 1997), Roosevelt et. at. (1991), Scatamacchia (1991), Williams (1997), Meggers (1979, 1997).

Das publicações acima descritas, a grande maioria trata de um tipo cerâmico que será objeto do próximo capítulo, a tradição ceramista denominada Mina, que teve em Mário Ferreira Simões o seu principal especialista. Mais antes disso, cabe pontuarmos que pesquisas pioneiras ocorridas entre 1830 a 1945 já haviam descoberto evidências para diversas ocupações em estágios pré-cerâmicos e cerâmicos bastante antigas. De particular interesse foram os grandes sambaquis cerâmicos amazônicos, que foram

interpretados como campos de pescadores do início do Holoceno, com base em evidência geológica, biológica e cultural (Roosevelt, 1995: 115).

Essas pesquisas foram criticadas por Clifford Evans e Betty Meggers, que insistiam na premissa de que complexidade cultural não poderia ser esperada no interior da Amazônia. Assim, em sua história cultural, afirmavam que povos dos Andes levaram cerâmica e outras inovações culturais para o interior dessa região em tempos pré-históricos tardios. Essa visão difusionsita desenvolveu-se antes da aplicação de datações radiocarbônicas para os estudos arqueológicos nessa porção do Brasil.

Contrariamente à própria premissa inicial de Meggers e Evans, escavações realizadas em meados de 1950, por esses mesmos estudiosos, em sambaquis das Guianas e Equador, forneceram indícios de uma manufatura bastante antiga para cerâmica nas Terras Baixas da América do Sul. Ambos explicaram essa ocorrência antiga como advinda de pescadores navegantes do Japão, onde existia até o momento, a cerâmica mais antiga do mundo. Segundo essa hipótese, a cerâmica seria introduzida por populações navegantes conhecedoras da manipulação da argila que naufragaram no continente sul-americano. Ajudaram a fundamentar essa assertiva as similaridades dos tipos cerâmicos dos sambaquis com o tipo Jomon Médio daquele país.

Para outros sambaquis, Meggers e Evans explicavam a ocorrência de cerâmica antiga, como sendo intrusiva em sítios acampamentos de caçadores-coletores pré-históricos tardios vivendo ao lado de povos ceramistas mais avançados. Entretanto, desde 1960, a emergência de datas radiocarbônicas para a América do Sul tem revelado que vários sambaquis ao longo da costa e do estuário das terras tropicais do Equador e Colômbia, no noroeste desse continente, têm cerâmica começando no início do quarto milênio antes do presente.

O incremento das pesquisas, inclusive com a descoberta de cerâmica antiga nos sambaquis do Pará, por membros da própria equipe daqueles pesquisadores e a consistência cronológica obtida pelos métodos de datações absolutas fizeram com que Meggers (1997: 13) reconsiderasse suas interpretações sobre a ocorrência de tipos cerâmicos antigos na América do Sul, para avaliar a disponibilidade de complexos cerâmicos, com datas iniciais antes de 2800 a.P. Meggers (1997) destaca a ocorrência de tipos cerâmicos mais antigos na Costa do Equador – Valdivia, com cinquenta datações de C-14 para sete sítios, sem hiato cronológico, que vai de 5620 ± 256 a 4300 ± 100 a.P. Na Costa Norte da Colômbia, composta por várias fases cerâmicas, com prioridade da San Jacinto, estabelecida por C-14 de um sítio tipo, que vai de 5940 ± 80 a 5665 ± 75 a.

P., até 5090 ± 80 a. P., quando a fase San Jacinto é substituída pela fase Puerto Hormiga.

Entretanto, o estabelecimento de um contexto arqueológico para a cerâmica em sambaquis se deu de forma complicada, inclusive com acusações de manipulação de dados arqueológicos, com a omissão de datas radiocarbônicas mais antigas e a quase ausência de publicações dos resultados (Hoopes, 1994; Roosevelt, 1995, 1997, Williams, 1997). Essa história se inicia em 1966, quando dois sambaquis parcialmente perturbados foram localizados nas imediações do rio Quatipuru, no Pará, pela equipe de Geologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. Constatados que os sítios eram passíveis de pesquisa arqueológica, um projeto para salvamento desses remanescentes foi submetido ao referido Museu e à Diretoria do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Esse projeto de salvamento (Simões, 1970) teve como objetivo escavar os sambaquis encontrados, bem como fazer o levantamento geográfico da ocorrência desses sítios cerâmicos e realizar prospecções dos sambaquis já destruídos, com vistas a estabelecer através da cerâmica e de outras evidências obtidas estratigraficamente e por colecionamento superficial, uma seqüência de desenvolvimento cultural e a distribuição aérea dos grupos sambaquieiros do litoral paraense, para a partir daí, buscar associações com outros complexos similares, definir uma cronologia e compreender os padrões de subsistência dessas populações pré-históricas (Simões, 1978, 1981).

Tal projeto ficou conhecido como Salgado (1981) e teve como coordenadores o próprio Mário Ferreira Simões e Conceição de Maria Gentil Corrêa. Já em 1968 a equipe de pesquisa já executava as metas estabelecidas, prosseguindo com as atividades de campo em sambaquis até 1973. Através dos dados obtidos em 62 sítios arqueológicos, dos quais quarenta e três eram sambaquis litorâneos, três eram sambaquis de gastrópodes fluviais e dezesseis eram sítios cerâmicos a céu aberto, Simões (1981) estabeleceu a fase ceramista Mina¹⁶, que posteriormente seria interpretada como uma Tradição Ceramista Regional, a partir das correlações com outros complexos cerâmicos, como a fase Alaka, Castália e Peripiri (Simões, op. cit.).

Com base nisso, esse pesquisador criou cinco fases arqueológicas obtidas em sítios cerâmicos próximos da costa ou com supostas correlações culturais com a

¹⁶ O termo de Mina foi proposto devido à existência de uma antiga companhia, entre os séculos XVI-XIX, que extraía o material malacológico dos sambaquis ou tesos para as caieras e fins comerciais e construtivos, então conhecido como as *Minas de sarnambi*.

cerâmica Mina no Pará. Dessa forma Simões (1978) estabeleceu a fase Mina para alguns sambaquis cerâmicos, Uruá para os sambaquis com gastrópodes fluviais e Areião, Tucumã e Marudá para os sítios não sambaquis.

É nesse âmbito que a antiguidade da cerâmica nos sambaquis do litoral Norte brasileiro ficou evidenciada, através de datações em C14 que a situou entre 3.000 a 1.600 a. C. (Simões, 1978, 1981). A partir desses resultados, Simões construiu uma seriação para classificar a cerâmica proveniente desses sítios objetivando ampliar o conhecimento sobre as populações ceramistas costeiras visando, como se segue: Correlacionar os dados obtidos com aqueles disponíveis de complexos similares de Colômbia, Venezuela, Guiana, Maranhão e Bahia, a fim de testar a hipótese de uma ocupação e dispersão de povos ceramistas, adaptados aos recursos do mar, pelo litoral norte, nordeste e leste da América do Sul (Simões, 1981: 8).

Assim, a área da tradição regional ceramista Mina, associada com sítios sambaquis cerâmicos, integra uma grande zona sedimentar sobreposta ao embasamento cristalino, que inclui a região costeira dos Estados do Amapá, Pará, Maranhão e Piauí. Caracteriza-se pela presença de sequências de idade terciária e quaternária, sendo as próprias estruturas cristalinas pré-cambrianas, as áreas-fonte de grande parte dos sedimentos que para aí foram alocados. A outra parte resultou de deposição marinha, sobretudo, restos fósseis de organismos do antigo mar epicontinental de Pirabas, existente entre o Oligoceno e o Mioceno (Terciário) (Zema, 2004).

No Pará, essa região denomina-se Salgado, devido à área banhada por águas salgadas ou salobras que se estende da baía de Marajó até a foz do rio Gurupi e segue por todo litoral ocidental em direção ao Golfão maranhense. Essa região insere-se em termos morfo-estruturais e morfo-climáticos, no Litoral de Rias e reentrâncias Maranhenses. É uma costa de submersão, baixa e recortada, de características fluvio-estuarinas, sujeita a grande variação de marés (Zema, 2004).

A região é cortada por baías, enseadas e estuários com presença de ilhas aluvionais cobertas com floresta densa, floresta secundária e vegetação de mangue, destacando-se o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Avicennia nitida*) e tinteira (*Laguncularia racemosa*). A fauna da região é bastante rica em recursos marinhos como peixes, camarões, crustáceos e moluscos, ainda hoje, a principal fonte de subsistência dos moradores locais.

A cerâmica Mina, como já foi indicado, foi estabelecida primeiramente a partir de um padrão similar de tipos cerâmicos encontrados em 43 sambaquis cerâmicos do

litoral do Salgado no Pará, dos quais dois sítios, Porto da Mina (PA-SA-5) e Ponta das Pedras (PA-SA-6) foram escavados e forneceram os dados empíricos mais importantes para as elucubrações de Simões sobre essa cerâmica. Ambos os sítios, denominados de sambaquis testemunhos (Simões, 1978, 1981), assentam-se sobre terreno areno-argiloso com concreções lateríticas, sendo que o Porto da Mina apresentou em dois cortes estratigráficos nos flancos SW e SE, uma estratigrafia bem visível, com camadas praticamente horizontais e espessura variável que continham conchas, ossos de animais tenazes de crustáceos, fragmentos de cerâmicas, nódulos de laterita e de terra, separadas por camadas mais delgadas e compactas de valvas calcinadas de *Mytella sp.* e o berbijão ou *Anomalocardia brasiliana* (Simões, 1981: 10), enquanto que o sambaqui Ponta das Pedras forneceu uma estratigrafia similar, mas com diferenciações em relação à fauna malacológica.

Desde as primeiras campanhas do projeto Salgado ficou evidente a grande quantidade de fragmentos cerâmicos em relação a outros vestígios arqueológicos. Essa peculiaridade marcaria a feição das publicações acerca desses sítios arqueológicos, onde a ocorrência cerâmica e sua tipologia seria o objeto principal a ser trabalhado. Simões caracterizou a cerâmica como utilitária, de manufatura acordelada, temperada com conchas moídas (Mina simples) e areia (Tijuco simples), cuja forma do vasilhame foi identificada como de tamanho pequeno, de formas arredondadas, base plana, bordas diretas inclinadas ou extrovertidas, com lábio plano ou arredondado. Para a construção dessa tipologia foram analisados e classificados 64.332 fragmentos cerâmicos, dos quais 38.428 foram das escavações estratigráficas e 28.904 de coletas superficiais e prospecções (Simões, 1981: 13).

A decoração analisada resultou na definição de alguns padrões, com ênfase no banho vermelho (Mina vermelho), seguido por insignificante amostragem de escovado (Mina escovado), raspado (Mina raspado), roletes não-obliterados (Mina roletado), e inciso incipiente (Mina inciso), que forneceram dados para a seriação cerâmica com o tipo Mina simples com a maior popularidade no sítio (68%), seguido por Mina vermelho (27,1%) (Simões, 1981).

Cerâmica intrusiva foi observada por Simões nos sambaquis paraenses, com destaque para 1.346 fragmentos temperados por cariapé e 138 com outros temperos que foram descritos como uma cerâmica posterior à extinção da cultura sambaquiana. Apesar de terem sido exumados três sepultamentos junto às bases de ambos os

sambaquis (um no Porto da Mina e dois na Ponta das Pedras) não foi constatada pelo pesquisador, a ocorrência de cerâmica como acompanhamento funerário.

Os resultados mais surpreendentes do projeto Salgado não ficaram a cargo da grande quantidade de cerâmica encontrada, mas sim das datações absolutas obtidas para o início da produção cerâmica nesse tipo de assentamento pré-histórico no Brasil. Cronologias relativamente antigas já estavam sendo obtidas para assentamentos semelhantes em outras partes da América, mas para a época da publicação de seus dados na nota prévia Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado, a cerâmica Mina havia sido identificada como a mais antiga do Brasil e possivelmente das Américas (Simões, 1981).

As primeiras datações obtidas para os sambaquis do Pará foram submetidas em carvão retirados de contexto arqueológico, em estruturas de combustão (fogueiras) nos dois sambaquis testemunhos e encaminhadas ao laboratório Krieger-Massachusetts (EUA), que apresentou uma idade de 3.165 ± 195 a.C. (Gx 2.472) para o Porto da Mina e 1540 ± 195 a. C. (Gx 2474) para a Ponta das Pedras (Simões, 1981: 17).

Em vista de uma datação bastante antiga para a ocorrência cerâmica nos sambaquis do Brasil e da desconfiança do staff arqueológico de que as amostras estivessem contaminadas, outras datações foram obtidas para o carvão, desta vez pelo laboratório de Geocronologia do Smithsonian Institution (EUA), sendo confirmadas as cronologias anteriores, como observadas no quadro abaixo extraído de Simões (1981):

Porta da Mina (PA-SA-5)-Corte 2

Quadra	Nível	Conteúdo analisado	Datação	Laboratório e n° da amostra
A	60-80	Tempero	2430 ± 80 a.C.	SI-2544
A	120-140	Carvão	3195 ± 195 a. C.	Gx- 2472
A	180-200	Tempero	3100 ± 85 a. C.	SI- 2546
A	280-300	Carvão	3095 ± 95 a. C.	SI- 1036
A	40-60	Carvão	2550 ± 30 a. C.	SI-1030
A	60-80	Carvão	2140 ± 90 a. C.	SI- 1031
B	80-100	Carvão	1540 ± 30 a. C.	Gx- 2474

Tabela 3.- Relação das datações radiocarbonicas do sítio Ponta da Mina, PA.

Esses resultados, apesar de terem sido pobremente divulgados surpreenderam a comunidade arqueológica brasileira, inclusive à equipe de pesquisa a qual Simões estava ligado, particularmente a Evans e Meggers. A partir desses resultados, Simões caracterizou esses grupos humanos como populações sambaquianas coletoras-

pescadoras-ceramistas, produtoras de uma cerâmica antiga, de ampla distribuição areal e persistência temporal (Simões, 1978, 1981), cuja subsistência baseava-se principalmente em recursos do mar, com uma economia típica de coletores e pescadores, não excluindo a possível coleta de frutos, sementes e raízes como suplemento alimentar.

Desde a perspectiva diacrônica, a produção da cerâmica na costa paraense ficou situada entre o 4º e o 2º milênios antes de Cristo, o que favoreceu o reconhecimento de uma fase arqueológica, denominada Mina. As semelhanças nos padrões de assentamento, subsistência e características da cerâmica, levaram Simões a postular (1971, 1978) a existência de uma Tradição Regional Ceramista para uma faixa litorânea ainda maior, compreendendo outros países da América do Sul e Estados vizinhos do Pará, como o Maranhão e a distante Bahia.

A Tradição Regional Ceramista Mina englobou as fases cerâmicas dos sambaquis litorâneos paraenses, e Castália dos sambaquis fluviais do baixo Amazonas, relacionando-se ainda com a Fase Alaka da Guiana e com os sambaquis da Ilha de São Luís e do Recôncavo Baiano. Desta forma, essa tradição poderia representar “o segmento nordeste da ocupação do litoral sul-americano, entre os 6º e 4º milênios antes do presente, por grupos ceramistas adaptados aos recursos do mar” (Simões, 1981: 1).

Apesar da limitação dos dados arqueológicos em outros sítios caracterizados como Mina, Simões sugeriu que a origem dessa tradição ceramista poderia residir em qualquer parte do continente americano, excluindo as hipóteses de contato transatlântico ou invenção independente. Baseado no conceito de Formativo Colonial de James Ford (1969)¹⁷, ele inferiu que algumas semelhanças nas cerâmicas de sambaquis norte-americanos, com as de Puerto Hormiga (Colômbia), Valdívia e Machalilla (litoral do Equador) e a fase Alaka (litoral da Guiana) e a Tradição Regional Mina poderiam ter alguma correlação.

Neste sentido, esse arqueólogo afirmou que a Fase Alaka poderia representar um elo intermediário entre os tipos cerâmicos dos litorais colombiano e brasileiro, com a cerâmica Mina originando-se nas costas equatorianas e colombianas e difundindo-se posteriormente para o sul, até o litoral nordeste do Brasil (Simões, 1981).

¹⁷ No modelo do Formativo Colonial, culturas produtoras de cerâmica estabeleceram suas coloniais na costa caribenha da Colômbia e que mais tarde serviu como ponto de origem para tecnologia da cerâmica temperada com fibra da Florida e Georgia, que posteriormente expandiram-se para outras áreas da América do Sul (Hoopes, 1994: 3).

José Proenza Brochado (1984) utilizou os dados de Simões para construir seu modelo de difusão e dispersão de traços cerâmicos por várias partes do território brasileiro. O leque de traços característicos diretos e indiretos da Tradição Regional Ceramista Mina expandiu-se e muitas tradições ceramistas subsequentes tiveram seu foco de origem associado a esse tipo cerâmico. Brochado (Op. cit.) tratou de demonstrar que a tradição que ele denomina de Pedra do Caboclo é diretamente derivada de um foco de desenvolvimento cerâmico, de forma globular extremamente simples, localizado na desembocadura do sistema fluvial amazônico, provavelmente relacionada à Mina.

Olhando a complexidade do problema, Brochado se valeu das cronologias para a Amazônia, até então disponíveis, e construiu juntamente com seu orientador Donald Lathrap, a hipótese de que todas as cerâmicas das Terras Baixas da América do Sul seriam oriundas de uma única tradição ceramista, extremamente simples. As datas iniciais anteriores a 3.000 a.C. para a Mina, postulam a existência de uma cerâmica ainda mais antiga e mais simples, em torno de 5.000 a.C., a ser localizada nos emaranhando cursos fluviais da América do Sul, provavelmente na Amazônia Central. Contudo, a descrição de formas simples e de decoração incipiente para essa cerâmica antiga não corresponderam aos primeiros complexos cerâmicos estudados, visto que Brochado (1984: 306) afirma que essas cerâmicas seriam mais sofisticadas em sua construção e decoração do que nós deveríamos esperar para uma cerâmica simples. Mesmo porque dados recentes, como veremos mais adiante, atestam a localização de um complexo cerâmico mais antigo, não na Amazônia Central, mas sim no Baixo Amazonas.

Além disso, Brochado (1984: 92) tenta indicar que a cerâmica Periperi do Recôncavo Baiano, pouco descrita por Simões, é a mesma da tradição Mina, numa continuação mais tardia e que aparentemente moveu-se para o centro da costa brasileira. Acreditando nesse raciocínio, aquele pesquisador descreveu uma primeira vaga de difusão, através de intrusões de unidades de traços da cerâmica amazônica Mina para dentro do Nordeste, ao redor de 700-1.000 a.C., denominada por ele de Pedra do Caboclo.

Dessa forma, a cerâmica Pedra do Caboclo seria fruto da última fase da tradição Mina, que em adição às formas simples típicas dos vasos Mina, encontravam-se também grandes vasos com bordas reforçadas externamente, potes globulares com

borda invertida fortemente e com boca apertada, como também grelhas e todos os vasos apresentando, em geral, base plana (Brochado, 1984: 92).

A existência da cerâmica Mina para Brochado (1984: 201) parecia indicar um tipo de adaptação marítima relacionada aos manguezais e tendo como atividade predominante a coleta de moluscos e frutos de palmeiras, que derivaram do mesmo tipo de adaptação encontrada até 4.000 a.C. próxima à foz do Amazonas e na Tradição Mina do Maranhão, que se difundiram pelas praias costeiras do nordeste em direção à Bahia. Entretanto, poucos sítios arqueológicos relacionados aos povos pertencentes a essa tradição cerâmica foram encontrados até o momento na área geográfica sugerida.

Maria Cristina Scatamachia, em seu artigo *O aparecimento da cerâmica como indicador de mudança do padrão de subsistência* (1991: 33) avalia que a presença de cerâmica em sítios típicos de grupos pescadores-coletores, a exemplo dos sambaquis do litoral paraense e maranhense, pode indicar uma etapa transitória entre a coleta e a produção. Seu argumento revela que as mudanças no padrão de subsistência não se dão de forma brusca e nem linear, algumas etapas intermediárias experimentais devem ter acontecido, sendo que o modo de vidas das populações pescadoras-coletoras-ceramistas do Salgado poderia ter representado uma dessas etapas (Scatamachia, 1991: 37).

Com base nessa assertiva, essa pesquisadora conclama que apesar de não possuímos muitas evidências arqueológicas para uma análise em maior profundidade entre a ocorrência de cerâmica em sambaquis do litoral setentrional brasileiro com outros complexos com datações aproximadas na América do Sul, correlações entre esses tipos deverão ser pensadas em conjunto, como parte de um processo de mudança. Pois a localização dos sítios com cerâmica Mina ao longo do litoral, onde os recursos marinhos permitem assentamentos duradouros, podem ter favorecido uma longa permanência, com disponibilidade para observação, coleta e possível manipulação de espécies vegetais.

O modelo difusionista proposto por Simões e Brochado para dispersão da cerâmica pela costa da América do Sul, atualmente encontra-se em revisão, dada a emergência de novos dados empíricos, do refinamento das datações absolutas e da mudança de perspectiva na teoria e metodologia arqueológica.

Para John W. Hoopes, em seu artigo *Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World, 6000-1500 B. C.* (1994: 1), os modelos difusionistas predizem que complexos cerâmicos antigos assemelham-se uns com os outros, num primeiro momento e depois

divergem através dos tempos. Entretanto, análises comparativas revelam substancial variabilidade, mesmo nos períodos mais antigos. A heterogeneidade entre os complexos cerâmicos mais antigos indica vários lugares comuns para a evolução independente da produção cerâmica na América, inclusive, as Terras Baixas brasileiras.

As críticas de Hoopes estendem-se aos trabalhos de Meggers, Evans e Lathrap e conclamaram uma reavaliação das cronologias para a cerâmica antiga no continente americano, devido à emergência de novos dados arqueológicos, a exemplo da datação de 6.000 anos antes de Cristo, para o sambaqui da Taperinha, no Baixo Amazonas, Pará. Neste sentido, esse autor sentencia que a origem da tecnologia cerâmica nas Américas tem isso uma longa fonte de debate, pois se a primeira vista essa tecnologia dispersou-se rápida e uniformemente, investigações mais acuradas têm demonstrado um processo variável, por um período de milhares de anos (Hoopes, 1994: 2).

Com relação ao modo de vida dessas populações ceramistas, Hoopes (1994: 3) revelou que por toda a década de 1970, muitos sítios com cerâmica foram caracterizados como sambaquis, ajudando a criar a percepção de que a subsistência e o padrão de assentamento associados a esses complexos eram relativamente homogêneos. Entretanto, o que tem emergido, nos últimos 25 anos de pesquisas em sociedades produtoras de cerâmica antiga é um quadro de enorme variabilidade cultural. Sendo que o crescimento de informações detalhadas em sequências regionais específicas, a criação de modelos para relacionar estilos cerâmicos e identidades locais, práticas culturais e trajetórias históricas específicas têm eclipsado as hipóteses que buscam explicar como padrões culturais se difundiram para fora de um centro comum, fazendo com que o valor de modelos explanatórios amplos decline significativamente (Hoopes, 1994: 4).

Especificamente para a Tradição regional ceramista Mina, Hoopes (1994: 13) afirma que foram obtidas doze datas associadas à cerâmica, entretanto, erros e exclusões foram corrigidas por ele, usando os registros originais dos Arquivos do Smithsonian Institution (Accession No. 87-035, Smithsonian Environmental Research Center, Radiocarbon Dating Laboratory Records, ca. 1968-1986, box 9). Dessa forma, os dados cronológicos omitidos indicariam que a cerâmica Mina no Pará seria mais antiga que as datas divulgadas por Simões.

Roosevelt (1995) vai além e afirma que treze datações radiocarbônicas foram administradas em carvão ou conchas associados à cerâmica e em conchas que temperaram os fragmentos cerâmicos de três sítios Mina: Ponta das Pedras, Porto da Mina e Sambaqui de Urua, que forneceram uma cronologia em torno de 5.570 até 3.490

anos antes do presente, com as datas mais antigas vindo dos níveis mais baixos, algo em torno de 200-300 cm de profundidade. Recursos marinhos permitem assentamentos duradouros, podem ter favorecido uma longa permanência, com disponibilidade para observação, coleta e possível manipulação de espécies vegetais.

Por outro lado, Williams (1997) reconhece que as características da cerâmica do sambaqui do período arcaico recente, denominado Hosororo Creek (que não partilhava as características da fase Alaka), inequivocamente atesta uma filiação com a fase arcaica Mina, na foz do Amazonas, onde cerâmica idêntica já estava sendo feita em torno de 3000 a. P. Este pesquisador assume que do sul para o Norte, em tempo gradual, a relação entre esses tipos cerâmicos é sugerida com base nas similaridades dos dados tecnológicos e tipológicos de Hosororo Creek, negando qualquer tipo de correlação da fase Mina com os sambaquis da fase Alaka (Williams, 1997: 349).

No entanto, Roosevelt contradiz o argumento de Williams, afirmando que desde o início das datações radiocarbônicas, a Amazônia tem tido as sequências cronológicas mais seguras e bem datadas e um número maior de sambaquis pesquisados e datados que o noroeste da América do Sul, a região usualmente creditada com a de ocorrência cerâmica mais antiga das Américas (Roosevelt, 1997: 353).

As evidências arqueológicas atuais para as fases Alaka e Mina indicam que a costa e os estuários do leste da América do Sul e a foz do Amazonas tinham culturas pescadoras ceramistas antigas, da mesma forma que o noroeste da América do Sul. Como apontou Roosevelt (1995: 120), muitos arqueólogos não estão conscientes dessa assertiva, bem como das características da cerâmica, do tipo de assentamento dessas fases e, principalmente de suas datas radiocarbônicas. Isso é devido, segundo Roosevelt (1995, 1997), a vários fatores, como barreiras linguísticas, pouca circulação da bibliografia e a falta de clareza e de coerência na apresentação desses complexos cerâmicos por aqueles pesquisadores familiarizados com os sítios. Por exemplo, a maioria das datações mais antigas não foram publicadas, especialmente aquelas que seriam mais antigas que as da Colômbia e Equador. Ambas foram consideradas como pré-cerâmicas. As omissões confundiram as comparações entre estilos cerâmicos antigos e obscureceram o fato de que os sítios cerâmicos amazônicos foram mais abundantes e mais antigos que no noroeste na América do Sul (Roosevelt, 1995: 120).

Esses novos achados não devem ser vistos com estranheza, pois segundo Roosevelt (1997: 363), não existe intervalo temporal entre os sambaquis cerâmicos do noroeste da América do Sul, com datas entre 6000 e 3000 anos a.P., e os sambaquis

cerâmicos do Baixo Amazonas, com datas entre 7500 e 4000 a.P. Neste sentido, a pesquisadora assevera que futuros estudos em cerâmica antiga e pinturas rupestres na América do Sul necessitam lidar com sequências estratigráficas incompletas, escavações até o solo estéril dos sítios e para resolver a questão da ausência de cronologias seguras e completas, trabalhar com datações mais precisas de um amplo espectro de materiais, a partir de programas radiométricos (Roosevelt, 1995: 121).

Nessa mesma linha, Neves (1999: 22) afirma que as hipóteses recentes sobre a emergência de cerâmica nas Américas tendem a indicar origens múltiplas, mais que a difusão de um único centro. Essa mudança de perspectiva na cronologia mostra que não é mais possível focar a Amazônia como uma área periférica no contexto da arqueologia pré-colonial da América do Sul. Roosevelt utilizou-se dessa assertiva para descortinar espaço na comunidade científica e divulgou os resultados de suas pesquisas com cerâmica antiga, nos sítios arqueológicos de Taperinha (Santarém- PA) e Pedra Pintada (Monte Alegre-PA) que têm resultado na descoberta da cerâmica mais antiga das Américas. A cerâmica do primeiro sítio foi descrita como de raros fragmentos avermelhados com tempero de saibro, cujas formas resumem-se em cuias abertas, de base arredondada e bordas cônicas, arredondas e quadradas, e cerca de 3% da cerâmica apresentou incisões curvilíneas e retilíneas nas bordas (Roosevelt, 1992: 63).

No sítio Pedra Pintada, a cerâmica temperada com terra é similar aos fragmentos de Taperinha, em sua forma hemisférica ou tecomate e decoração incisa e ponteadas, mas com uma decoração ampla e profunda, aparentemente feita com um grande instrumento para incisão e raras bordas carregadas e uma faixa horizontal vermelha e espessa exteriormente (Roosevelt, 1995: 127).

O grande destaque da pesquisa de Roosevelt são as datas extremamente antigas, que colocaram a cerâmica encontrada nesses sítios como as mais antigas das Américas até o momento. Entretanto, Meggers (1997: 12) classifica a cerâmica de Taperinha como um complexo problemático, afirmando que as imagens fotográficas dos fragmentos cerâmicos publicadas em 1995 eram substancialmente diferentes dos desenhos apresentados na mesma obra por Roosevelt. Além disso, Meggers aponta algumas falhas no perfil arqueológico, onde algumas datas não correspondiam às camadas indicadas.

A respeito disso, Hoopes observa que (1994: 6), dada à variedade do material datado e as técnicas empregadas, as datas obtidas por Roosevelt (de Taperinha) são surpreendentemente consistentes. Entretanto, enquanto as escavações de Taperinha não

forem totalmente publicadas, existirão vários temas a se considerar na avaliação desses resultados.

Dando continuidade ao projeto Salgado, desde 1970, Simões começa trabalhar no sítio de São Luis, no estado do Maranhão, objetivando entender a ocorrência cerâmica nos sambaquis do litoral norte da América do Sul e testar hipóteses de uma dispersão e ocupação pré-histórica do litoral norte e leste da América do Sul por grupos ceramistas adaptados aos recursos marítimos (Relatório Sucinto das Atividades Científicas de Mário F. Simões Realizadas no 1º Semestre de 1975, 1975a).

Com o Projeto São Luís foram inspecionados oito sambaquis. Em apenas dois sítios, Maiobinha e Guaíba, foi possível efetuar cortes estratigráficos para determinação do período cerâmico e coleta de amostras datáveis. No sambaqui da Maiobinha foram exumados dois sepultamentos. O carvão extraído junto aos esqueletos revelou duas datações por C14, com uma idade aproximada entre 2.526 a 2.686 anos a.P. (Correia Lima, 1989). Gaspar e Imazio (2000), reproduzindo um quadro de datações para o sambaqui da Maiobinha, com base em Simões (s/d) e Machado *et. al.* (1991), situa essas datações entre 2090 a 1245 a. P.

Apesar da importância desses resultados, a falta de pesquisas arqueológicas na região impossibilita explicações mais sistemáticas sobre a formação dos sambaquis do litoral Norte, bem como sobre o sistema sociocultural de suas populações, sendo a ocorrência cerâmica no registro arqueológico desses sítios a única informação repetidamente apontada.

Além disso, Simões considerava que prospecções e escavações em sambaquis residuais desse Estado, a exemplo do ocorrido no Projeto Salgado, poderiam oferecer subsídios para a correlação cultural e cronológica entre tradições arqueológicas ceramistas. Dos oito sambaquis localizados, “apenas dois (Maiobinha e Guaíba) não haviam sido destruídos. Ambos foram escavados estratigraficamente, enquanto os demais, com apenas delgada camada residual foram prospectados (levantamento topográfico e coleta de amostragem superficial)” (Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975c).

Após quase 35 anos do Projeto São Luís, a análise do material arqueológico coletado nesses assentamentos, cerca de uma tonelada, segundo o Relatório Semestral de Atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira para o segundo semestre de 1971 (1971) não está concluída e as poucas referências que dispomos sobre a campanha de campo no Maranhão foram obtidas através da documentação administrativa do Arquivo

Guilherme de La Penha do MPEG e das fichas de campo de Simões. Sobre as metas pretendidas para o Projeto São Luís, o referido autor pretende reconhecer e comparar o material coletado nos sambaquis, especialmente o MA-SL-4: Maiobinha, elaborar a seriação da cerâmica, enviar amostras de carvão (fogueiras) para análises por C-14 e publicar um trabalho preliminar (Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975, 1975c).

Com relação à fauna malacológica dos sambaquis da Ilha de São Luís, Simões (1975a) afirma que: “com exceção do sambaqui da Maiobinha, todos os demais são compostos por *Anomalocardia brasiliana* (predomínio), seguindo-se em importância *Crassostrea arborea*, *Turbinella Laevigata*, *Thais* sp. e *Chione pectorina*” (Relatório de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975 d).

Descrição mais pormenorizada foi encontrada sobre o sambaqui da Maiobinha, onde Simões realizou escavação estratigráfica que permitiu observar a presença de material arqueológico até 1,95m de profundidade, assentado sobre sedimentos amarelos (Serie Barreiras). Como observado no Plano de Pesquisa de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975, (1975c), o sambaqui da Maiobinha apresenta:

Fauna malacológica composta por *Chione pectorina*, inúmeros fragmentos de cerâmica, conchas, nódulos de laterita, vértebras de peixes e ossos de animais. Encontrados ainda dois sepultamentos: um adulto em posição fletida e decúbito dorsal, com inúmeras contusões de possível colar; outro ligeiramente ao lado e abaixo do primeiro, de uma criança, muito mal conservado. Em um outro documento, o Relatório Sucinto das Atividades Científicas Realizadas no 1º Semestre de 1975 (1975a), Simões discorre sobre a análise micro e macroscópica e classificação tipológica de 14.300 fragmentos de cerâmica, acrescidos de outras evidências, provenientes do sambaqui da Maiobinha:

Constatou-se ter sido o sambaqui construído e habitado por um grupo perfeitamente adaptado ao ambiente marinho litorâneo com subsistência básica apoiada na coleta de moluscos e peixes, e portadores de nível cultural de padrão formativo, comprovado pela presença de vários traços diagnósticos tipicamente formativo em sua cerâmica.

Ainda que não tenhamos realizado a análise dos demais sambaquis pesquisados, essas inferências permitem concluir, preliminarmente, numa dispersão no sentido Norte-Leste de grupos ceramistas adaptados ao ambiente litorâneo, desde a Colômbia (Puerto Hormiga), passando pela Guiana (Fase Alaka), Leste do Pará (Fase Mina), Maranhão até o Recôncavo Baiano (Fase Periperi). Parecem corroborar nessa assertiva as datações

por C-14 já obtidas: Puerto Hormiga – 3000 a. C.; Fase Mina – 2800 a 1600 a. C.; Fase Periperi – 1000 a 800 a. C. (Fig. 15).



Fig. 15.- Cerâmicas da tradição Mina com cariapé (PA).

Com relação aos demais sambaquis localizados e pesquisados por Simões e equipe no Projeto São Luís, observou-se em um documento desse autor, Contribuição do MPEG à arqueologia da Amazônia (1975e) que os outros assentamentos por “sua semelhança com os da fase Mina, são provavelmente mais antigos. Alguns desses sambaquis contêm fragmentos cerâmicos temperados com areia e outros com cariapé, distintos daqueles dos sambaquis”.

Apesar das poucas referências relacionadas aos outros sete sambaquis pesquisados por Simões, a transcrição dos diários de campo desse pesquisador, permitiu sabermos sobre as atividades arqueológicas realizadas em campo e, principalmente, pelo fato de servir de fonte documental para conhecer o estado de conservação desses sítios no momento de sua localização. Atualmente, segundo Machado *et. al.* (1991) o projeto de pesquisa sobre sambaquis da Ilha de São Luís está sendo retomado por Ana Lúcia Machado, Conceição G. Corrêa e Daniel F. Lopes do MPEG para prosseguimento dos trabalhos de laboratório e publicação dos resultados.

O projeto de pesquisa “O sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico” tem como cerne o estudo de populações pescadoras-coletoras-caçadoras-ceramistas pré-históricas que habitaram o sambaqui do Bacanga, no município de São Luís, com ênfase na interpretação das estruturas arqueológicas e na análise tecnotipológica da cerâmica e o

seu uso social, com vistas a caracterizar o perfil sócio-cultural dos grupos humanos que habitaram esse sítio (Bandeira, 2005).

Com relação à situação geográfica, o sambaqui do Bacanga está localizado dentro dos limites do Parque Estadual do Bacanga, inserido na região norte do Estado do Maranhão, ocupando a área centro-oeste da Ilha de São Luís e parte da zona central do município de São Luís. Pertence a uma área próxima ao Equador, cuja linha dista apenas 02° 18' e abrange parte da área ao sul do núcleo central da sede do município de São Luís. As coordenadas geográficas do sambaqui do Bacanga são S 02°34'41.8'' W 044°16'50.4'' Por localizar-se em uma unidade de conservação ambiental (Decreto N°: 7.545/1980), o grau de integridade do sítio está em torno de 75%, ou seja, um bom estado de conservação, mas com risco de destruição devido à construção de moradias em seu entorno, extração de madeira e sedimentos, cultivo, uso de caieiras e vandalismo. Dentre as atividades arqueológicas efetuadas no sítio, localizamos três poços-testes de 1mx1m praticados pelo professor Correia Lima na década de 1980 e recentemente, efetuaram-se coletas superficiais para delimitação da área para cadastro e escavações arqueológicas (Fig. 16).



Fig. 16.- Cerâmica Mina evidenciados no sambaqui do Bacanga. Detalhe pra o antiplástico em concha moída ou cauixi.

A ausência de dados arqueológicos seguros para a área de pesquisa e as hipóteses iniciais sobre a ocorrência cerâmica em níveis profundos foram questões centrais na escolha da metodologia de coleta de documentação empírica. Após um minucioso levantamento topográfico que forneceu a extensão e a altimetria do sítio, optamos por realizar quatro frentes de escavação em áreas de cotas variadas. Tais áreas foram denominadas de área de escavação 1, trincheira exploratória, Perfil 1 e perfil 2. Para fins

dessa comunicação centraremos o eixo de análise no Perfil 1, pelo fato do mesmo ter fornecido o contexto arqueológico de referência para as demais áreas escavadas no sambaqui do Bacanga.

A partir desse procedimento registrou-se a existência de 15 camadas de refugos arqueológicos, com mais três camadas estéreis de solo vermelho-alaranjado, provavelmente de Formação Barreiras, que foram consideradas como a base do sambaqui. Em todas as camadas férteis foi registrada a ocorrência de numerosos fragmentos cerâmicos, associados a outros vestígios arqueológicos, inclusive na mais antiga, com cerca de 1, 50m de profundidade.

A partir da primeira campanha arqueológica no sambaqui do Bacanga, ocorrida entre os meses de junho e julho de 2006 e da análise preliminar dos vestígios arqueológicos evidenciados, pode-se afirmar que a ocorrência cerâmica está associada, principalmente, ao contexto de preparo e consumo de alimentos, a julgar pelas cerca de doze estruturas de combustão ou fogueiras decaídas, onde a cerâmica não apenas estava associada aos restos alimentares, como também compunha as estruturas de rocha laterítica que circundavam os restos alimentares calcinados e de grande quantidade de carvão.

A análise da cerâmica Bacanga aponta que teve um uso utilitário e doméstico, já que na primeira campanha não se obteve contextos arqueológicos em que a cerâmica pudesse atuar como um elemento simbólico. Apesar da evidência de alguns fragmentos cerâmicos perfurados e outros claramente empregados como instrumentos de confecção da própria cerâmica, preferiu-se aguardar a conclusão das análises tecnotipológicas (Bandeira, 2006a, 2006b).

Considerações finais

Em suma, os estudos no sambaqui do Bacanga estão permitindo rever algumas questões, outrora “tabus” na arqueologia brasileira, a exemplo de que a cerâmica em sambaquis litorâneos só ocorreria nas camadas superficiais, pertencendo, portanto a períodos mais recentes e com filiação cultural associada a outras populações pré-históricas que não os sambaquianos. Além disso, as escavações nesse sambaqui favoreceram o estabelecimento de um contexto arqueológico inédito para o litoral maranhense, permitindo, a partir da produção de conhecimento, reinserir os sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico na pauta mais recente da arqueologia brasileira.

Apesar dos embates já descritos sobre a antiguidade cerâmica na América do Sul, e em especial a da Tradição Regional Mina, o estado d'arte da arqueologia dos sambaquis cerâmicos do litoral setentrional brasileiro já nos permite inferir sobre uma série de questões que poderão subsidiar novas pesquisas que venham a se descortinar na região. Já se pode afirmar que esses sítios foram provavelmente construídos e habitados por grupos perfeitamente adaptados ao ambiente marinho litorâneo, com subsistência básica apoiada na coleta de moluscos e peixes, e portadores de nível cultural ceramista, com a alternativa de coleta de recursos vegetais e com provável cultivo incipiente ou manejo de algumas espécies.

Ainda que não tenhamos dados mais precisos sobre a análise da maioria dos sambaquis pesquisados, essas inferências permitem pensar, preliminarmente, sobre a existência de grupos ceramistas antigos no Norte e no Leste do continente sul-americano, adaptados ao ambiente litorâneo, desde a Colômbia (Puerto Hormiga), passando pela Guiana (Fase Alaka), Leste do Pará (Fase Mina), Maranhão até o Recôncavo Baiano (Fase Periperi), que provavelmente partilhavam traços culturais comuns, a exemplo da semelhança da produção cerâmica e do padrão de subsistência e assentamentos.

Os dados cronológicos obtidos até o momento, indicam uma antiguidade considerável para a produção da cerâmica no Brasil, como evidenciado nas datações por C-14 e termoluminescência, a exemplo dos complexos Puerto Hormiga, Valdívia, Machalilla, Taperinha, Pedra Pintada, Tradição Regional Mina e Fase Peripiri, com ampla dispersão temporal e espacial, estendendo-se desde o Litoral da Guiana, passando pelo Baixo Amazonas, litoral nordeste do Pará até o Maranhão, com possíveis correlações com os sambaquis da Costa Norte e Noroeste da América do Sul (Colômbia e Venezuela) e do Litoral da Bahia (sambaqui da Pedra Oca) (Simões & Costa, 1978; Simões, 1981).

Esse modelo de difusão da cerâmica por uma grande porção da América do Sul atualmente está sendo revisto e novas pesquisas começam a questionar esses dados tradicionais. Excetuando as discordâncias de ordem cronológica e os embates dos pesquisadores trabalhados, o estabelecimento de um horizonte ceramista bastante antigo para o interior da Floresta Tropical da América do Sul, a exemplo das pesquisas de Anna Roosevelt no sambaqui da Taperinha, no Baixo Amazonas, tem sido importante para criticar o modelo de migração de povos de cultura mais complexa, oriundos das

Terras Altas e a difusão de seus elementos culturais e materiais para o seio da Amazônia.

Neste sentido, a partir do debate aqui exposto e que foi construído com base nas poucas evidências até agora disponíveis para compreensão da ocupação da costa Norte e Leste da América do Sul por populações ceramistas antigas, percebe-se que as bases empíricas utilizadas são frágeis e não suportam algumas das hipóteses levantadas, a exemplo da cerâmica Mina que percorre praticamente toda a faixa litorânea setentrional da América do Sul, indo em direção ao restante da faixa costeira nordestina.

A inexistência de pesquisas pontuais até o momento, inviabiliza propostas mais concretas para a origem dessa tradição. A ocorrência de tipos semelhantes ou não no amplo território demonstrado, não nos permite pensar em uma fase ou tradição cerâmica única e de grande amplitude regional e temporal, pura e simplesmente pela escavação pontual de dois sítios testemunhos pesquisados por Simões. Sendo que na grande maioria dos 43 sambaquis visitados no Pará e 8 no Maranhão, se realizaram mais coletas ou sondagens, que escavações. Além disso, as bases teóricas de tais assertivas não são claras e a documentação do universo empírico trabalhado está dispersa e nunca foi sistematizada.

A arqueologia dos sambaquis cerâmicos do litoral setentrional do Brasil carece de mais elementos para fundamentar as hipóteses acerca da ocupação humana dessa porção do continente e a sua correlação com a ocorrência de cerâmica antiga no registro arqueológico. Entendemos que somente pesquisas pontuais e com contexto arqueológico melhor definido pode brindar informações mais seguras sobre a ocorrência de cerâmica em assentamentos dessas populações pescadoras-coletoras-caçadoras do Litoral Equatorial Amazônico. Para tanto, insere-se o projeto O sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís-Maranhão: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico, que tem como objetivo problematizar justamente sobre o tema em questão.

Cap. 3.- O PERÍODO FORMATIVO E O SURGIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA

Entre o segundo e o primeiro milênio a.C., surgem diversos grupos sociais em todo o território brasileiro o que implicou a descoberta e difusão das técnicas de horticultura de plantas domesticadas como a mandioca, feijão, algodão, cará, milho, amendoim, batata doce e caqui, incluindo a difusão da cerâmica. As técnicas de preparação das farinhas, o armazenamento, a construção de grandes aldeias nas ribeiras e a consolidação de diversos troncos linguísticos permitiram o surgimento da cultura brasileira. Neste capítulo vamos a estudar três grandes troncos linguísticos que surgiram da Amazônia e se difundiram pelo resto do país, incluindo até fronteiras internacionais. Desde tempos milenares as migrações humanas foram características da espécie humana na procura de novos territórios, comércio e contatos interétnicos.

As migrações desses povos para o litoral brasileiro, seja por causas econômicas, ecológicas ou ideológicas, teriam permitido as mudanças culturais devido às constantes invasões, e partir dos séculos XI ou XII, a notável expansão do tronco tupi. Diversos caminhos - chamados *peabiru* - começam ser construídos a partir desse período, permitindo a rápida locomoção para as terras firmes, os cerrados e as savanas. Quatro grandes grupos linguísticos começam dominar o território brasileiro, destacando os troncos Aruak, Karib, Tupi e Jê. Cada um deles serão protagonistas de complexas articulações sócio-econômicas e difusões, dominando um amplo território limitado por barreiras culturais de grupos guerreiros localizados na bacia amazônica, no nordeste, nas extensas planícies do cerrado e até todo o litoral brasileiro.¹⁸

3.1.- O TRONCO ARUAK, ARAWAK OU ARUAQUE

Aruaques são os numerosos grupos indígenas da América, dentre os quais os *Kali'na* ou Caraíbas, cujas línguas pertencem à família linguística aruaque (de *arawak* que significa “*comedor de farinha*”). São encontrados em diferentes partes da América do Sul - Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Venezuela e, outrora,

¹⁸ O estudo do tronco Jê será motivo para um próximo trabalho já que sua origem localiza-se fora de nossa área de estudo. Ou seja, a região dos planaltos de Goiás, Tocantins, São Paulo e Minas Gerais constituem os focos de origem destas tribos horicultoras e guerreiras Una próprias do Brasil (que tiveram as fases Aratu, Aru e Sapucaí) e praticavam o endocanibalismo ritual.

também das Antilhas. No tronco linguístico *arawak* (*arahuaco* em espanhol; aportuguesado como aruaque) estão catalogadas 74 línguas de vários outros povos indígenas do Brasil, dentre as quais os Tariana, Palikur, Baniwa e Yawalapiti (Rogozinski, 1999).

O grupo linguístico Arawak, Aruak ou Arawaque começa a ser pesquisado pelo antropólogo alemão Max Schmidt no século XIX¹⁹ e com maior rigurosidade por Donald Lathrap a partir da década dos anos 70. Este pesquisador indicou ao seu discípulo portorriquenho José Oliver (1989) dar continuidade a sua obra. Seguindo a hipótese de *Maipuran*, que segundo Lathrap teria se originado nas terras baixas da Venezuela e Colômbia, migraram pelo rio Negro até o coração da Amazônia (Fig. 17).



Fig. 17.- Índia Arawak desenhada por John Gabriel Stedman em 1818.

No fim do século XV, os *arawaks* encontravam-se dispersos pela Amazônia, nas Antilhas, Bahamas, na Flórida e nos contrafortes da Cordilheira dos Andes. Os grupos mais conhecidos são os Tainos, que viviam principalmente na ilha de Hispaniola, em Porto Rico e na parte oriental de Cuba. Os que povoavam as Bahamas foram chamados lucaianos (*lukku-cairi* ou "povo da ilha"). Trata-se de populações neolíticas praticantes da agricultura, da pesca e da coleta. Produziam também uma cerâmica extremamente

¹⁹ SCHMIDT, Max. *Die Arauaken: ein beitrug zum problem de kulturberbrietung*. Leipzig: s.ed., 1917. SANTOS-GRANERO, Fernando. The Arawakan matrix: ethos, language, and history in native South America. In: HILL, J. D.; SANTOS-GRANERO, F. *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press, 2002. p. 25-50.

rica em adornos e pinturas brancas, negras e amarelas. As populações ameríndias das Antilhas não conheciam a escrita (Zinn, 2002).

Os *arawak* foram os primeiros ameríndios a ter contato com os europeus. Quando Cristóvão Colombo chegou às Bahamas, o navio atraiu a atenção dos nativos que, maravilhados, foram ao encontro dos visitantes, a nado. Quando Colombo e seus marinheiros desembarcaram, armados com suas espadas e falando uma língua estranha, os *arawak* lhes trouxeram comida, água e presentes. Mais tarde, Colombo escreverá em seu diário de bordo:

“Eles nos trouxeram papagaios, trouxas de algodão, lanças e muitas outras coisas que trocaram por contas de vidro e guizos. Trocavam de bom coração tudo o que possuíam. Eram bem constituídos, com corpos harmoniosos e feições graciosas. [...] Não usavam armas, que não conheciam, pois quando lhes mostrei uma espada, tomaram-na pela lâmina e se cortaram, por ignorância. Não conheciam o ferro. As lanças são feitas de cana. Dariam bons criados. Com cinquenta homens, poder-se-ia submeter todos eles e fazer deles o que se quisesse.”

Colombo, fascinado por essa gente tão hospitaleira, escreverá ainda: *Desde que cheguei às Índias, na primeira ilha que encontrei, peguei alguns indígenas à força para que eles aprendam e possam me dar informações sobre tudo o que poderíamos encontrar nestas regiões.*²⁰

No Brasil, os povos de língua Aruak distribuem-se principalmente ao longo dos afluentes de ambas as margens do Solimões: no Jutaí (Waraikú), no Juruá (Marawa, Kulina), no Purus (Purupurú, Paimari, Yamamadí, Ipurinán, Kanamari), no Içá (Pasé, Waynumá), no Japurá (Kayuixanã, Yumana) e no Negro-Içana (Manão, Bare, Warekuná, Baniwa). Aparecem também distribuídos de forma descontínua num grande arco que acompanha a fronteira setentrional do Brasil, desde a serra de Parima até a de Acaraí (Guinaú, Wapitxana, Atoraí, Maopityan) e, finalmente, no litoral do Amapá e na ilha do Marajó (Palikur, Arawak, Aruã) (Porro, 1995, p. 25).

²⁰ Trecho do diário de bordo de Christóvão Colombo de outubro de 1492.

3.2.- O TRONCO KARIB OU CARIBE

Os caribes ou caraíbas (do tupi *Kara'ib*; sábio, inteligente) são povos indígenas das Pequenas Antilhas, que deram o nome ao mar do Caribe. Sua origem estaria no sul das Índias Ocidentais e na costa norte da América do Sul. Acredita-se que os caribes tenham deixado as florestas tropicais do Orinoco, na Venezuela, para se estabelecer no Caribe.

Embora os homens falassem os idiomas caribes, seus ataques a tribos vizinhas resultaram em tantas cativas aruaques que não era incomum que as mulheres falassem o *Kalhíphona*, um idioma maipureano (do grupo das línguas aruaques). No sul do Caribe, coexistiram com um grupo que também falava um idioma caribe e com quem tinham parentesco, os galibis, que viviam em aldeias distintas em Granada e Tobago, e que se acredita que tenham sido os caribes do continente.

A evidência mais antiga de seres humanos no sul do Caribe está em Trinidad em Banwari Trace onde foi encontrado restos com 7.000 anos de idade. Estes depósitos pré-cerâmicos, que pertencem à idade arcaica, têm sido descritos como ortoiroides. As primeiras evidências arqueológicas de assentamento humano em La Espanhola data de cerca de 3600 AC, mas a fiabilidade destes resultados é questionável. Datas constituída de 3100 AC aparecem em Cuba. As primeiras datas nas Pequenas Antilhas são a partir de 2000 AC, em Antígua. A falta de sitios pré-cerâmicos nas ilhas Windward e as diferenças em tecnologia sugerem que estes colonos arcaicos podem ter origens da América Central. É incerto se houve uma colonização ortoiroide das ilhas, mas há pouca evidência (Fig. 18).

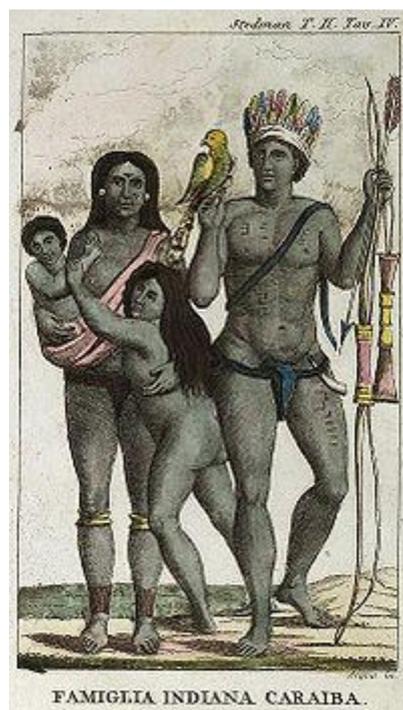


Fig. 18.- Gravura de índios Caribe de Stedman de 1818.

Entre 400 AC e 200 AC, os primeiros agricultores que utilizaram cerâmica, a cultura Saladoides entrou em Trinidad pela América do Sul. Se expandiram abaixo do rio Orinoco, à Trinidad, e depois se espalham rapidamente até as ilhas do Caribe. Algum tempo depois de 250 DC outro grupo, os barrancoides entraram em Trinidad. A sociedade barrancoide desapareceu ao longo do Orinoco em cerca de 650, e outros grupos, os arauquinoides, expandiram nessas áreas e até a cadeia do Caribe. Cerca de 1300 um novo grupo, os mayoides entraram em Trinidad e permaneceram como a cultura dominante até à colonização espanhola.

No momento da descoberta dos europeus da maior parte ilhas do Caribe, três grandes povos indígenas ameríndios viviam nas ilhas: os Tainos nas Grandes Antilhas, nas Bahamas e nas ilhas Leeward, os Caraíbas e os galibis nas ilhas de Barlavento e os Ciboneys no oeste de Cuba. Os Tainos são subdivididos em Tainos clássicos: que detém La Espanhola e Porto Rico, Taínos Ocidentais, que ocuparam Cuba, Jamaica e o arquipélago das Bahamas, e Taínos Orientais, que ocupavam as ilhas Leeward. Trinidad era habitada por dois grupos que falavam tanto o Caribe como o aruaque.

No Brasil, este tronco está amplamente disseminado na margem direita da bacia amazônica procedente da foz do Orenoco ou circum-caraiba, eram horticultores e tinham cerâmica. Os povos de língua Karib ocupam quase exclusivamente o maciço das Guianas e regiões circumvizinhas, além dos médios e altos cursos dos afluentes

setentrionais do Amazonas a leste do Rio Negro. Na região montanhosa estão, entre muitos outros, os Purukotó, Makiritare, Makuxá e Taulipang; no Rio Branco, os Pauxiana e Parauiana, no Jauaperi, os Yauaperi e Waimiri-Atruahi; no Jatapu, os Bonarí; no Nhamundá, os Xauainá e Piranya; no Trombetas, os Kaxuiana, Pauxi e Pianakotó; e no Paru, os Apalai, Wayana e Tirió. Ao sul do Amazonas havia poucos grupos de língua Karib, os conhecidos como Arara, entre o baixo Xingu e o Tocantins (Porro, 1995, p. 25). Alguns arqueólogos aceitam que estes grupos produziam um tipo de cerâmica conhecida como a tradição barrancoide inciso-modelado, caracterizada por sua técnica de incisão e modelado com aplicações.

3.3.- O TRONCO TUPI

Desde a publicação de *The Upper Amazon* em 1970, a obra fundamental de Donald Lathrap sobre a história cultural amazônica, tomou corpo a hipótese que propõe a precedência temporal de cerâmicas policromas na Amazônia central. Do mesmo modo, estabeleceu-se a hipótese de que essas cerâmicas, associadas à chamada “tradição policroma da Amazônia” (TPA), seriam correlacionadas arqueologicamente às populações falantes de línguas do tronco Tupi, principalmente as línguas da família Tupi-Guarani. Lathrap tentou explicar a distribuição dos grandes grupos linguísticos e estilos cerâmicos na Amazônia através de seu “modelo cardíaco”.

Esse modelo preconizava que a pressão populacional nas áreas ribeirinhas da Amazônia central teria sido o centro mais antigo do desenvolvimento da agricultura e sedentarismo no continente americano, resultando num êxodo populacional contínuo e centrífugo através da colonização das bacias dos principais afluentes do Amazonas, como o Negro e o Madeira, assim como pela colonização do Solimões e do baixo Amazonas (Lathrap, 1974, 1977). Concentrou seu foco em duas migrações principais: de um lado na migração de grupos falantes de línguas da família Maipuran do tronco Arawak, que associou à série ou tradição cerâmica "Barrancóide" ou Inciso-Modelada²¹ (TB/IM) (Lathrap, 1970a: 113); de outro lado, à migração de grupos da família linguística Tupi-Guarani, que de acordo com Lathrap seriam representados nessa expansão pela distribuição de cerâmicas policromas (com pinturas em preto, vermelho

²¹ Tradição Borda Incisa, no sentido de Meggers & Evans (1961, 1983). Decoração incisa da cerâmica nos lábios e bordos superiores dos pratos, panelas e tecomates em forma de linhas paralelas, sinuosas e volutas.

ou preto e vermelho sobre engobo branco) associadas à TPA (Lathrap, 1970a: 150-151; 1972).

O modelo geral brevemente apresentado acima foi posteriormente expandido pelas dissertações de doutorado de dois alunos de Lathrap: o brasileiro José P. Brochado (1984) que refinou o componente referente às expansões Tupi e Guarani pelo leste e sul do Brasil enquanto que o portorriquenho José Oliver (1989) trabalhou com os problemas da expansão Maipuran pelo norte da América do Sul e Caribe.

Recentemente, a questão da expansão dos grupos Tupi e Guarani foi retomada por um dos estudantes de Brochado, Francisco Noelli (1996). O artigo de Noelli apresenta uma elaboração engenhosa dos modelos de Lathrap e Brochado, em particular a "hipótese da pinça" – ilustrada por Brochado que representa a figura da boca de um imenso jacaré cujo maxilar é o baixo Amazonas e sendo a mandíbula o rio Madeira (Brochado, 1984, 1989)(Fig. 19).



Fig. 19.- A origem do tronco tupi e sua difusão a partir dos séc. XII-XIII d.C.

O trabalho de Noelli tem o mérito de chamar a atenção para a contribuição indispensável que a arqueologia pode fazer para os estudos de história indígena. O presente trabalho é oferecido como uma contribuição à discussão desencadeada pelo artigo de Noelli. Pretendemos aqui apresentar elementos arqueológicos para questionar a suposta origem na Amazônia central das línguas proto-Tupi ou proto-Tupi-Guarani. Tal questionamento é baseado nas recentes pesquisas arqueológicas realizadas por

Michael Heckenberger (1996) na área de confluência dos rios Negro e Solimões, Estado do Amazonas.

O modelo tradicional sobre a origem e rotas de expansão dos antigos falantes das línguas Tupi, apresentado por Lathrap, Brochado e Noelli, baseia-se em duas premissas básicas: em primeiro lugar, cerâmicas policromas da TPA estariam associadas a falantes de línguas do tronco Tupi; em segundo lugar, essas cerâmicas seriam mais antigas na Amazônia central do que em qualquer outra área da América do Sul. A primeira dessas premissas foi criticada por Viveiros de Castro (1996:57) e Urban (1996: 81) em seus comentários à Noelli (1996). Embora concordemos com essas críticas, gostaríamos de acrescentar três outras ressalvas que consideramos pertinentes:

– Algumas áreas com cerâmicas policromas semelhantes às supostamente produzidas pelos Tupi, como o baixo e médio rio Negro, não foram aparentemente ocupadas por grupos Tupi (Nimuendajú, 1982), um fato aliás do conhecimento de Lathrap (Lathrap & Oliver, 1987); Minha obs. (1) é que os grupos Machifaro não eram tupi.

– Não há nenhuma ligação histórica ou etnográfica estabelecida entre a TPA e falantes de línguas da família Tupi-Guarani tradições Tupinambá e Guarani, na Amazônia, ao contrário da chamada tradição Tupiguarani - ou das como quer possível exceção na Amazônia, Brochado (1984) - do leste e sul do Brasil. Os Kokama/Omágua, uma não tem sua origem Tupi-Guarani satisfatoriamente atestada, conforme sugeriu Urban (1996: 82-93). Minha obs. (2) é que os grupos Kokama/Omágua não eram tupi.

– As evidências de troca e comércio de bens utilitários e de prestígio - como cerâmicas - entre diferentes grupos lingüísticos na Amazônia devem ser integradas ao modelo; deve-se reconhecer que estilos cerâmicos, dentre outros estilos de cultura material, são freqüentemente imitados, como acontece na Amazônia e em outros locais (DeBoer, 1990).

Nessa discussão discutiremos o problema referente à justificação empírica para a escolha da Amazônia central como o centro de desenvolvimento da TPA. Afirmamos aqui, juntamente com Urban (1996: 63, 80-82), que as bases desse argumento, malgrado sua elegância, baseiam-se mais em expectativas hipotéticas que em evidências arqueológicas concretas, já que por uma série de problemas resultantes de *guerras acadêmicas* da arqueologia Amazônica nas décadas de 60 e 70 e continuam até hoje (Roosevelt 1991, cap. II), Lathrap nunca teve oportunidade de fazer pesquisas de campo na Amazônia brasileira. Como nem Lathrap, Brochado ou Noelli trabalharam na

Amazônia central, os métodos rigorosos de escavação estratigráfica empregados por Lathrap na Amazônia peruana não foram duplicados na Amazônia central. Tal lacuna dificulta o estabelecimento de comparações regionais, já que associações seguras entre complexos cerâmicos e datas radiocarbônicas não foram apresentadas para os sítios da Amazônia central estudados por autores como Peter Hilbert (1968) – o pioneiro da arqueologia moderna na Amazônia central – Mário Simões (1974) e Simões & Kalkmann (1987), mesmo nos casos em que as datas foram obtidas a partir do próprio antiplástico da cerâmica. Do mesmo modo, o contexto estratigráfico de sítios individuais foi minimamente reportado (Heckenberger, Petersen & Neves, 1998). É compreensível que Lathrap, Brochado e Noelli tenham aceitado as partes do trabalho de Hilbert que estejam de acordo com suas interpretações, mas é necessário que se reconheça que há problemas sérios com os sítios investigados, tais como o alto grau de perturbação dos depósitos; os métodos de escavação, atualmente superados, cujo objetivo principal foi o de coletar amostras cerâmicas para seriação; os métodos utilizados para se construir os tipos e realizar as seriações, baseados em variações de antiplástico. Todos esses problemas tem sido do conhecimento de Lathrap (1970b), Brochado (1984), Brochado & Lathrap (1982) e Noelli (s.d).

Inicialmente Lathrap – e posteriormente Brochado e Noelli – propôs que a subtradição Guarita surgiu como um desenvolvimento antigo da tradição Barrancóide/Incisa e Modelada (TB/IM) na Amazônia central. Em uma reinterpretação do trabalho de Hilbert (1968), Lathrap sugeriu que as evidências apresentadas “indicavam que todas as características cruciais da subtradição Guarita da TPA já estavam presentes na Amazônia central ao redor de 500-600 D.C., se não antes” (1970a: 157). De acordo com Brochado e Lathrap (1982: 86): "cauíxí (TB/IM) foi substituído como caraipé (TPA) como antiplástico; incisões em linhas largas foram gradualmente substituídas pela pintura policroma, que manteve os motivos característicos da tradição TB/IM tardia" A variedade simples de formas de vasilhame, no entanto, não se modificou muito, resultando na hipótese de que a TPA foi uma transformação gradual de TB/IM ao longo de um intervalo de tempo de um milênio: 500 AC a 500 D.C. (Brochado, 1984: 319-320; Brochado, 1989: 72; Lathrap, 1970a: 156).

Lathrap (1970, 1970a), Brochado (1984: 328) e Brochado & Lathrap (1982) identificaram duas subtradições na Tradição Policroma da Amazônia: Miracanguera e Guarita. Para eles, ambas subtradições foram desenvolvimentos na tradição TB/IM da Amazônia central. Miracanguera foi vista como um desenvolvimento paralelo à Guarita

que incluía um “grupo mais complexo de formas de vasilhame, incluindo vasilhames com bocas ovalada ou quadrangular, em alguns casos com bordas com decoração acastelada ou onduladas, bem como jarros antropomórficos”. De acordo com essa observação, diferenças entre as duas subtradições estariam também ligadas à sua distribuição geográfica: Guarita estava restrita apenas à Amazônia central, enquanto Miracanguera seria a denominação para cerâmicas policromas encontradas no resto da bacia Amazônica. Meggers, que normalmente discordava de Lathrap em quase todos os aspectos, parece também concordar que a distribuição regional da subtradição Guarita foi limitada por manifestações mais recentes e sofisticadas da TPA, como Miracanguera, no alto e baixo Amazonas (Meggers & Evans, 1983: 311; Meggers *et al.*, 1988: 290).

Mas, o trabalho de Heckenberger no baixo rio Negro tem indicado que Guarita não é necessariamente mais tardia, nem menos sofisticada, que complexos cerâmicos da TPA localizados no alto ou baixo Amazonas, com a possível exceção da fase Marajoara, da ilha de Marajó. Do mesmo modo, Guarita não parece ser apenas um desenvolvimento gradual de complexos TB/IM na Amazônia central, representando de fato uma mudança abrupta e uma inovação radical em tradições locais, relacionada ao movimento de populações ou de idéias ao longo de áreas amplas.

As pesquisas de Heckenberger no baixo rio Negro e no rio Solimões, têm trazido evidências de que a TPA não é muito mais antiga na Amazônia central que em outras partes da bacia amazônica²². Pesquisas no complexo sítio de Açutuba, uma série de áreas de habitação com terra preta localizadas em terraços fluviais adjacentes no baixo rio Negro, têm documentado uma sequência de ocupação para a área diferente da proposta por Lathrap. Pesquisas nessas áreas de habitação, designadas Açutuba I, II e III, têm incluído mapeamento sistemático, coletas superficiais, e escavações. Análises detalhadas de artefatos, vestígios macro-botânicos, fitólitos e de química de solo estão sendo atualmente realizados (Heckenberger, Neves & Petersen, 1997).

A história da ocupação do baixo rio Negro, tal como ela é documentada pelas cerâmicas de Açutuba, difere marcadamente do que foi proposto por Lathrap, e do que

²² O "Projeto Amazônia Central" tem o apoio institucional do MAE-USP e do Carnegie Museum of Natural History de Pittsburgh. Os trabalhos de campo, laboratório e as análises conduzidas entre 1995 e 1997 foram financiados por fundos cedidos pela William T. Hillman Foundation (1995-1996), pela Wenner-Gren Foundation for Anthropological research (1997), pelo Archaeology Research Center, University of Maine (1996-1997), pela Pró-Reitoria de Pesquisas da Universidade de São Paulo (1997) e pelo Carnegie Museum of Natural History (1995). O projeto é autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, portaria nº 177, 19/4/96.

está no cerne de seus modelos sobre a origem Tupi na Amazônia central, em três maneiras fundamentais:

- 1) TB/IM foi a tradição cerâmica predominante na Amazônia central até ca. 900 D.C.;
- 2) TPA (a subtradição Guarita) aparece no complexo Açutuba depois de 900 D.C.;
- 3) A subtradição Guarita, em geral, não é menos sofisticada ou tem menos diversificação interna que a subtradição Miracanguera.

Baseado em contextos arqueológicos e datações por C14 em várias unidades de escavação no complexo Açutuba, percebe-se que atributos cerâmicos associados à TB/IM predominam até cerca de 900 D.C. no local. Uma data radiocarbônica de 920 ± 100 D.C. obtida de uma concentração cerâmica intacta é a data mais recente disponível para TB/IM. Cerâmicas relacionadas foram obtidas na escavação de Açutuba II-B em contextos datados em 960 ± 70 A.C.; 360 ± 140 A.C.; 360 ± 60 D.C.; 680 ± 60 D.C.; 720 ± 70 D.C. e 120 ± 80 D.C. e 850 D.C. em outras escavações. É interessante notar que há, na estratigrafia da escavação de Açutuba II, uma mudança qualitativa, em termos do grau de transformação antropogênica do solo (formação de terra preta), e uma mudança quantitativa, em termos do aumento da quantidade de restos cerâmicos, a partir de 960 AC. Essas mudanças indicam um aumento na intensidade do uso do sítio a partir desse período, talvez relacionada ao processo de crescimento demográfico sugerido por Lathrap, Brochado, Noelli e outros autores (Roosevelt, 1994, Carneiro, 1995). Baseando-se na data de 150 D.C. para a base dos depósitos culturais em Açutuba I, infere-se que houve, a partir do *anno domini*, uma aparente expansão das áreas de ocupação desde Açutuba II para outras áreas do complexo, tais como Açutuba I e III.

Em Açutuba I, uma variante antiga de cerâmicas policromas, datada em 150 D.C. (Beta-90724)²³, foi encontrada próximo à base dos depósitos culturais da área escavada; esse variante policroma é bastante diferente dos materiais Guarita tardios. Sua posição

²³ As datações radiocarbônicas calibradas, com seus respectivos desvios padrão, foram apresentadas em Heckenberger, Neves e Petersen (1998a).

²³ Escavações realizadas em julho de 1997, em Açutuba II, revelaram uma grande densidade de materiais Guarita em estratigrafia. Esse material está sendo datado, mas os resultados não estão ainda disponíveis.

estratigráfica é também bastante específica dentro do depósito: cerca de 60-80 cm. de profundidade. Esse material está associado à outra variedade específica datada do mesmo período constituída por cerâmicas com incisões lineares finas. Tudo parece indicar que essas cerâmicas constituem uma variedade policroma de pequena duração temporal não associada à tradição Guarita que se desenvolveu posteriormente na região, mas sim à fase Paredão definida por Hilbert (1968).

As cerâmicas relacionadas à TB/IM encontradas em Açutuba, com exceção da variedade policroma mais antiga mencionada acima, estão bem correlacionadas a materiais normalmente atribuídos à fase Manacapurú, identificada por Hilbert (1968: 302-6) na Amazônia central. Cerâmicas semelhantes foram identificadas por Hilbert (1968: 256) em depósitos datados nos sítios amazônicos (Tabela 4).

Cronologia	Fases culturais (Hilbert, 1968)
870 e 880 d.C.	Paredão
763 d.C.	Coari II
ca. 640 e 730 d.C.	Caiambé
425 d.C.	Manacapurú

Tabela 4.- Sequência cultural de Hilbert da Amazônia Central (1968).

Cerâmicas da TPA não foram até o momento encontradas em contextos estratigráficos intactos nas escavações de Açutuba II ou I realizadas em 1995²⁴, tem produzido sequências datadas em, respectivamente, ca. 5000 AC. a 720 D.C. e 150 D.C. a 920 D.C.. Cerâmicas associadas à subtradição Guarita têm uma ampla distribuição pela superfície dos terraços de Açutuba I, II e III, todos eles parcialmente perturbados por agricultura mecanizada. Algumas dessas cerâmicas tiveram seus antiplásticos orgânicos datados diretamente por AMS (acelerador de espectômetro de massa). Dentre as técnicas decorativas dessas cerâmicas há pinturas com motivos complexos em vermelho e negro sobre engobo branco (antiplástico de caraipé); incisões largas e acanalado (antiplástico de caraipé) e com bordas ponteadas (antiplástico de cauíxí) datadas, respectivamente, em 970 ± 60 D.C.; 1160 ± 40 D.C. e 1260 ± 40 D.C.

As formas de decoração do material datado representam claramente a subtradição Guarita no baixo rio Negro e, por conseguinte, toda a região onde a antiga fase Guarita

foi inicialmente definida (a área localizada dentro de um raio de 100 km a partir de Manaus). As datas recentes e a distribuição localizada das cerâmicas Guarita nas partes superiores da estratigrafia demonstram que Guarita foi mais ou menos contemporânea a outros complexos cerâmicos da TPA localizados no médio e alto Amazonas: Zebu na Colômbia; Napo no Equador e Caimito no Peru (Brochado e Lathrap, 1982). Cerâmicas similares foram encontradas no rio Uatumã, localizado a leste do rio Negro e foram atribuídas à fase Caparú, datada entre 890-1520 D.C. (Miller et al., 1992: 17-20). No rio Apuaú, afluente do baixo rio Negro, Simões e Kalkmann (1987) dataram algumas cerâmicas da fase Guarita entre 825 e 1560 D.C.. No sítio Coarí II, no médio Solimões, Hilbert (1968: 256) datou materiais Guarita em 1150 D.C.. Os dados de Açutuba permitem então que se insira a subtradição Guarita no baixo rio Negro desde 900/1000 até 1500 D.C. ou mesmo depois.

A asserção de Lathrap e Brochado (1982) de que as cerâmicas Guarita são mais simples em forma e decoração que as cerâmicas Miracanguera parece também prematura. Um amplo leque de formas, incluindo urnas antropomorfas e vasos com morfologia de borda quadrangular ou oval foi identificado em Açutuba, bem como em outros locais na Amazônia central. Essas formas e estilos estão bem correlacionados à outras formas e estilos policromos na Amazônia, embora em alguns casos, como por exemplo a fase Marajoara, tenha havido desenvolvimentos mais sofisticados.

Como foi sugerido por Brochado (1984) e Lathrap (1970a; 1970b: 500), nossas pesquisas têm indicado que houve, na Amazônia central, pelo menos em linhas gerais continuidade entre formas cerâmicas e certas técnicas decorativas (incisão, ponteados e decoração modelada), bem como na escolha dos campos decorativos: lábios, bordas e a parte superior das paredes. Essa continuidade estendeu-se ao longo de uma longa história de manufatura cerâmica desde antes de 1000 AC até depois de 1000 D.C., baseado nas datações radiocarbônicas seja de fragmentos cerâmicos, seja de contextos arqueológicos bem estabelecidos.²⁵ A única ruptura significativa verificada nas cerâmicas de Açutuba está relacionada ao surgimento das cerâmicas policromas (Guarita) a partir de 900-1000 D.C. Esta ruptura pode ser notada nas inovações decorativas que se introduzem na indústria cerâmica tais como a ocorrência de policromia (vermelho e negro sobre engobo branco); a ocorrência de flanges mesiais

²⁵ A substituição taxonômica de Guarita de fase à subtradição foi proposta por Simões (1974).

com decoração na superfície dorsal; a ocorrência do acanalado e a ocorrência do ponteadado nas bordas.

Outras mudanças notáveis na cerâmica são visíveis, por exemplo, na breve ocorrência de cerâmicas pintadas em vermelho, laranja ou roxo sobre branco, e também incisões em linhas finas, datadas de 150 D.C. Esse último caso não descaracteriza no entanto a impressão geral de continuidade tecnológica e estilística na cerâmica. Nesse sentido, é interessante notar que as cerâmicas mais elaboradas, particularmente as policromas, estão concentradas próximo ao centro do terraço onde está Açutuba II (que é também o centro do complexo de sítios). Essa localização levanta a possibilidade de terem sido essas cerâmicas restritas a algumas áreas do sítio (por exemplo, uso ritual ou de elite específico e exclusivo para algumas funções).

Conclusões

As hipóteses das origens e dispersões dos Tupi baseadas em evidências linguísticas e etnológicas são mais seguras que as propostas baseadas em evidências arqueológicas. Assim, linguistas e etnólogos parecem concordar no que se refere a alguns aspectos chave sobre as origens Tupi e a dispersão dos Tupi-Guarani (Fausto, 1992; Urban 1992, 1996; Viveiros de Castro, 1992, 1996). Deste trabalho podemos destacar algumas conclusões:

1.- Não há consenso entre os linguistas (Rodrigues, 1985) sobre uma eventual relação genética entre o Proto-Tupi e o Proto-Arawak, ao contrário do proposto por Noble (1965) e Lathrap (1970a).

2.-Parece haver um consenso quanto uma origem das línguas proto-Tupi no sul da Amazônia, provavelmente na área situada entre o alto rio Tapajós e alto rio Madeira (Migliazza, 1982; Denny Moore, com. pessoal, 1996; Rodrigues, 1964; Urban, 1992, 1996).

3.- Parece que as línguas da família Tupi-Guarani aparentemente se expandiram rapidamente a partir de um centro localizado ao sul da Amazônia, mas provavelmente mais ao norte a ao leste do centro de origem proto-Tupi (Urban, 1992; 1996; Viveiros de Castro, 1992; 1996). Poucos autores discordam seriamente de uma origem fora da Amazônia para o proto-Tupi e em particular para família Tupi-Guarani. Concordamos, no entanto, com Urban (1997: 62-3) quando afirma que Lathrap e Brochado tinham em mente "as margens dos cursos principais do médio Amazonas", o que não é apoiado pelas evidências arqueológicas muito menos linguísticas ou etnológicas.

A pesquisa em Açutuba pode esclarecer alguns dos problemas arqueológicos. Embora preliminares, esses resultados questionam algumas das premissas que guiam a reconstituição feita por Lathrap, Brochado e Noelli para uma suposta origem da TPA antes da era cristã, e conseqüentemente, para uma localização na Amazônia central para o centro de dispersão inicial dos grupos Tupi. Nossos dados não corroboram a hipótese de Brochado (1989: 73) que associa os grupos "Guarita" a populações Tupi-Guarani com origem na área de Manaus (sítios de Paredão e Refinaria) cerca de 400-500 AC. Do mesmo modo, parece igualmente falsa sua reconstituição de uma expansão Guarita rio acima em direção a Manacapurú ao redor de 400-500 D.C., e em direção a atual fronteira entre o Brasil e a Colômbia ao redor de 700 D.C.

É necessário que se reconheça a ampla distribuição e a distribuição quase contemporânea em outras palavras, o florescimento – da Tradição Policroma Amazônica em um período já tardio, a partir de 900 D.C. Não está ainda claro se a TPA foi intrusiva na Amazônia central, mas ela foi certamente representou uma inovação para indústrias cerâmicas locais. O problema com as reconstituições de Brochado resulta da aglutinação de TB/IM (fase Manacapurú) com a TPA (subtradição Guarita), já que elas são claramente duas coisas diferentes.²⁶ Embora esses complexos apresentem algumas características formais e decorativas em comum, as características decorativas de Guarita, como flanges mesiais, o acanalado e particularmente a elaborada pintura policroma, freqüentemente usados em combinação, são muito distintas e em Açutuba estão associadas a depósitos datados a partir de 900 D.C.. Urnas antropomorfas e outras formas "sofisticadas" parecem também estar relacionadas a essas ocupações tardias (1000-1500 D.C.) devido à sua distribuição restrita aos depósitos superficiais ou ligados estratigráficamente a ocupações tardias. É importante reconhecer também que a distribuição superficial limitada das formas elaboradas de vasilhames Guarita pintados está restrita à parte central do sítio que delimita uma depressão quadrangular que interpretamos provisoriamente como uma praça central de mais de quatro hectares de área. Embora tal interpretação, bem como as impressões iniciais sobre a distribuição de cerâmicas Guarita elaboradas, necessitam ser confirmadas por pesquisas posteriores, essas observações permitem que se sugira que algumas formas de vasilhames no período pré-colonial tardio estejam relacionadas com uso ritual e talvez de elite. Assim, sua ampla distribuição pela Amazônia pode ter sido relacionada à produção

²⁶ Como foi indicado por Urban (1996: 93) o modelado é um importante elemento decorativo tanto da TB/IM como da TPA, mas não é característico das cerâmicas das Tradições Tupinambá e Guarani.

especializada e troca, talvez a troca de elite, tal como foi sugerido por Helms (1979) para os "cacicados" do Panamá do final do século XV e século XVI.

As variedades antigas de cerâmicas policromas e de incisões finas são diferentes tanto da TB/IM como da TPA, datando em Açutuba de cerca 1-300 D.C.. Essas cerâmicas parecem estar relacionadas às cerâmicas da fase Itacoatiara (100 AC – 100 D.C.) definida por Hilbert (1968) e caracterizada por incisões em linhas finas, mas diferem bastante das cerâmicas "clássicas" TB/IM ou TPA. Pode-se presumir, conforme Lathrap e Brochado, que essas formas mais antigas estão relacionadas à falantes antigos de línguas Tupi que emergiram de um substrato ainda mais antigo na Amazônia central enquanto que Guarita e Miracanguera (TPA) estariam relacionadas à uma expansão contemporânea mais tardia? Essa hipótese contradiz as evidências linguísticas atualmente disponíveis, sendo por isso, no mínimo, especulativa.

Dado que Guarita não parece ser mais antiga nem menos sofisticada ou diversificada que Miracanguera, parece não haver no momento uma boa razão para separá-las como dois ou mais fenômenos regionais distintos, permitindo estabelecer padrões de variabilidade regional. Assim, deve-se ter cautela com reconstruções de movimentos populacionais dentro da Amazônia relacionados à distribuição de cerâmicas policromas, particularmente o "modelo de pinça" proposto por Lathrap e Brochado. Nesse momento, as cerâmicas policromas da Amazônia parecem mais ser manifestações regionais mais ou menos contemporâneas, com um certo grau de variabilidade geográfica e cronológica, de uma mesma grande tradição cerâmica.

A exceção para essa regra pode ser a fase Marajoara, que aparentemente tem cerâmicas policromas mais antigas e que parece ser tecnicamente mais sofisticada e diversificada que Açutuba, Napo, Caimito e outros complexos da TPA (Roosevelt, 1991). Esteve essa expansão tardia da TPA ligada à uma expansão tardia e relativamente rápida de grupos Tupi-Guarani, talvez associada ao desenvolvimento e adoção de uma língua geral como foi sugerido por Urban (1996) e Viveiros de Castro (1992; 1996)? Nenhuma dessas perguntas pode ser ainda respondida, o que não é uma surpresa em face da confusa massa de dados empíricos a partir das quais modelos devem ser desenvolvidos na arqueologia amazônica, um problema já apontado pelo próprio Brochado (1984: 317). Respostas a essas perguntas não aparecerão tão cedo, mas a pesquisa em Açutuba, o artigo de Noelli e os comentários que o acompanham indicam que nós já temos tido ao menos algum sucesso em definir melhor a escala dos problemas.

Retornando à questão mais ampla das migrações pré-históricas, é importante reconhecer que havia um padrão dinâmico de movimentação populacional na Amazônia pré-colonial. No entanto, as hipóteses de migração são difíceis de provar em arqueologia (Renfrew, 1987; Rouse, 1986). Independente dessas ressalvas, migração, dispersão, difusão e invasão têm na arqueologia um papel explanatório semelhante, ou mesmo mais importante, que hipóteses que postulam processos de desenvolvimento interno para explicar mudança cultural (Anthony, 1990).

Brochado e Noelli, ao dar continuidade à linha de pesquisa iniciada por Lathrap, além de apresentar um modelo refinado, demonstram que é impossível se fazer história indígena na Amazônia ignorando os difíceis, mas fundamentais problemas de distribuição de línguas e movimentos populacionais, problemas esses caros à arqueologia. Nossa única ressalva consiste na dependência em premissas baseadas em dados arqueológicos vagos ou incompletos. É óbvio, nesse caso, que a pobreza documental não é responsabilidade de Brochado ou Noelli, que conhecem muito bem a informação disponível sobre a Amazônia, mas sim um reflexo da falta de pesquisas sistemáticas – ou da falta de publicação dos resultados dessas pesquisas, como no caso do PRONAPABA (Simões, 1974) – nessa imensa região (Fig. 20).



Fig. 20.- Desenho de índio tupinambá da região de Cabo Frio, Hans Staden 1555.

Das várias famílias do tronco Tupi, a família Tupi-Guarani é a mais extensa em número e na distribuição geográfica de suas línguas. São encontradas em todas as partes do Brasil (exceto no nordeste), bem como na Guiana Francesa, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. Rodrigues (1964) propôs 8 subgrupos tentativos, os quais são referidos

por números. Outras famílias do tronco Tupi estão concentradas no oeste do Brasil. Comparações e reconstruções extensas têm sido feitas com a família Tupi-Guarani, tanto em fonologia como em morfo-sintaxe.

Subgrupo I (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai) subgrupo guaraniano; Caiuá, Mbyá, Nhandéva e Xetá (quase extinto); outras línguas fora do Brasil: Chiriguano (Guarani Boliviano); Guayaki (Aché); Guaraní Paraguaio.

Subgrupo II (na Bolívia): Guarayo e Sirionó.

Subgrupo III (Peru e Brasil): Kokama ou Cocama (especialmente no Peru), língua Geral Amazônica (Nheengatú), língua Geral Paulista (extinta). Tupi (extinta) e Tupinambá (extinta).

Subgrupo IV (Brasil): *Subgrupo dialetal Tenetehára*, Guajajara, Tembé e o *Subgrupo dialetal Akwáwa* conformado pelos Asurini do Tocantins, Ava e Suruí do Tocantins, Parakanã e Tapirapé.

Subgrupo V (Brasil): Arawete, Asurini do Xingu e Kayabi.

Subgrupo VI (Brasil): Apiaká, *Subgrupo dialetal Kawahib*: Juma, Karipuna, Parintintín, Tenharim, Uru-eu-wau-wau.

Subgrupo VII (Brasil): Kamayurá.

Subgrupo VIII (Brasil): *Ao sul do rio Amazonas*: Amanayá (provavelmente extinta), Anambé (quase extinta), Auré-Aurá, Guajá, Kaapor, Takunyape (extinta), Turiwara (provavelmente extinta).

Ao Norte do rio Amazonas: Emerillon (Guiana Francesa), Waiâpi (Brasil, Guiana Francesa), Zo'e (Paturu).

Outras famílias (não Tupi-Guarani)

Família Arikém: Karitiana

Família Juruna: Juruna

Família Mondé: Aruá, Cinta-Larga, Gavião, Mekém, Monde, Suruí, Zoró.

Família Mundurukú: Kuruáya e Mundurukú

Família Ramaráma: Káro

Família Tuparí: Makuráp, Tuparí e Wayoró

Família Awetí: Awetí

Família Puruborá: Puruborá

Família Mawé: Sateré-Mawé.

Cap. 4.- O PERÍODO CLÁSSICO E OS GRANDES CACICADOS DAS VÁRZEAS (Séc. IV-XVI d.C.)

Este capítulo é o tema central do presente estudo e concerne à mudança teórica das sociedades humanas que ocuparam as várzeas entre os séculos IV e XVI d.C. A revisão da literatura arqueológica (publicações geradas dos trabalhos de campo, análises de laboratório e datações radiocarbônicas) e da etno-histórica permitem concluir a existência de densas sociedades humanas hierarquizadas na hiléia amazônica. Aliás, a reavaliação da cerâmica amazônica existente nos museus brasileiros (MAE, MPEG, MN-UFRJ) conduz ao estabelecer as seguintes inferências: (1) a exibição de uma arte e cosmologia indígena complexa; (2) a existência de diversas sociedades tardias complexas; (3) o surgimento de grupos especializados (ceramistas, comerciantes, horticultores, escravos, elite de poder, sacerdotes e guerreiros).

No nível da inferência, tentaremos discutir a hipótese da sofisticação dos poderes políticos femininos, como uma organização social diferente de outras sociedades humanas e o posicionamento do indivíduo dentro de uma complexa estrutura social.

Para entender as estratégias de sobrevivência dos grupos pré-históricos amazônicos há que distinguir dois ecossistemas diferenciados, além de outros: a *várzea* e a *terra firme* (Capítulo 1). A várzea corresponde às planícies inundáveis pelos rios que nascem nos Andes e que são ricos em nutrientes. Na terra firme predominam solos pobres e rios com poucos nutrientes, conhecidos na região como rios da *fome*, provenientes dos escudos da Guiana e do Brasil dentre os quais o mais significativo é o rio Negro. As áreas de várzea contam com maiores recursos alimentares embora dependam de níveis inseguros de inundações. Entretanto, a terra firme, que apresenta solos menos férteis, é também menos vulnerável a mudanças climáticas. Um complexo sistema de adaptação biocultural e relações entre as tribos levaram os homens das várzeas e das terras firmes amazônicas a criar mecanismos de subsistência agrícola e tecnologias que permitiram o desenvolvimento de culturas inéditas e originais como as de Marajó, de Santarém ou dos Omaguas, para citar algumas das mais significativas.

A ocupação de grandes áreas da região amazônica durante a pré-história é ainda desconhecida e apesar das pesquisas continuadas dos últimos cinquenta anos, ao observarmos o mapa arqueológico da região, podemos perceber a existência de apenas ilhas de conhecimento no meio de um imenso mar de ignorância. Para explicar a

densidade populacional da região em épocas pré-colombianas, tem-se recorrido mais a dados etnográficos do que a provas resultantes de registros arqueológicos, entre os quais estão os relatos dos primeiros cronistas (Porro, 1995). O desconhecimento de grandes áreas que nunca foram pesquisadas dificulta o estabelecimento de um fio condutor, que nos indique a relação entre os primeiros habitantes caçadores nômades e as culturas agrícolas com organização mais complexa existentes na época do contato e que, como a arqueologia tem demonstrado, estavam já adaptadas às condições da floresta tropical há milênios.

Sobre a ocupação humana na Amazônia existem duas hipóteses de trabalho:

a).- A primeira propõe que as populações tardias não eram descendentes daqueles caçadores e coletores de moluscos e conchas, nem originários de áreas de planalto com vegetação de cerrado com maiores recursos animais e floresta menos densa, já que estes não conseguiram se adaptar às matas cerradas e extinguiram-se muito antes da chegada de novas levas portadoras de também novos conhecimentos técnicos (modelo difusionista de Meggers). Meggers (1978) defendeu a hipótese com relação ao povoamento da Amazônia apoiada principalmente nos grupos agricultores e ceramistas atuais com marcado difusionismo e determinismo ecológico. Baseada nas formas e nas decorações das cerâmicas policrômicas, zoomorfas e antropomorfas do baixo Amazonas, deduziu que as populações assentadas nas ilhas de Marajó, Cabiana e Mexiana, provinham de grupos originários dos vales formadores do alto Amazonas, como o Ucayali e o Napo, grupos que depois de um período de esplendor relativamente curto não conseguiram se adaptar e criar os necessários mecanismos de sobrevivência e acabaram se extinguindo ou foram cooptados por outros grupos. Esse seria o caso da florescente cultura Marajoara e também a de Santarém na foz do rio Tapajós.

b).- A segunda defende que houve continuidade e permanente adaptação e evolução das populações no seio da Amazônia, diversificando-se segundo as línguas e regiões e inclusive criaram sociedades hierarquizadas devido ao êxito das tecnologias e rituais sofisticados (modelos de Roosevelt e Heckenberger). Este linha de pesquisa, defendida por Lathrap, Roosevelt, Heckenberger, Schaan e Gomes, entre outros, têm, nas últimas duas décadas, apontado outras vias de ocupações humanas muito densas e com classes sociais diferenciadas, mudando o pêndulo da história da teoria arqueológica na floresta amazônica. As populações encontrariam ambientes propícios para a vida humana e seriam capazes de criar processos originais de desenvolvimento local e de difusão da sua cultura. Indubitavelmente, a ocupação da imensa região não se deu de

forma única nem tampouco linear e, em tempos diversos, grupos étnicos diferentes também em períodos diferentes ocuparam a Amazônia. Esses movimentos facilitaram o intercâmbio entre as populações amazônicas, contribuindo para sua complexidade cultural e linguística.

Diversos modelos teóricos foram formulados para explicar o povoamento pré-histórico da Bacia Amazônica, entre os quais se destaca a identificação de fronteiras étnicas determinadas a partir da linguística. Por isso, os três grandes troncos das línguas Tupi, Arawak e Caribe serviram de base para explicar a distribuição étnica na grande hiléia e sua caráter altamente dinâmicos. Ainda, a caracterização dos estilos cerâmicos em tradições e fases serviu também de base para se determinar a difusão das culturas na região. Eduardo Goes Neves (1994) realizou uma boa síntese das correntes teóricas formuladas como modelos explicativos do povoamento das terras tropicais amazônicas.

As pesquisas arqueológicas revelam que houve uma variação de cerâmica notavelmente intensa desde o início da era cristã até a época da chegada dos europeus. Esse importante dado permite questionar a associação que usualmente é feita, sob influência das teorias evolucionistas, entre agricultura, produção de cerâmica, sociedade complexa e urbanismo de edificações monumentais. Para tais teorias, o nomadismo ou o seminomadismo e o aproveitamento direto dos recursos naturais seriam estágios anteriores ou mais primitivos de desenvolvimento social e, portanto incompatíveis com a produção cerâmica ou com concentrações populacionais relativamente grandes. Tais ideias tornaram-se cada vez obsoletas diante dos vestígios deixados pelas populações que ocuparam a Bacia Amazônica, que revelam sociedades complexas, com instituições sociais – com liderança política e práticas xamânicas – e técnicas sofisticadas de manufatura de objetos.

Desde a década dos anos 80, vêm confirmando-se um verdadeiro florescimento de diferentes culturas na região, sobretudo no baixo Amazonas, durante o primeiro milênio da Era Cristã. Tais culturas são reconhecidas pelos diferentes estilos de cerâmica funerária, quase sempre representando figuras humanas, como por exemplo, as urnas funerárias Guarita (no médio Amazonas) e as do Marajoara, Maracá, Aruã e Aristé (no baixo Amazonas). Essa profusão de objetos decorados, provavelmente usados em contextos cerimoniais, tem sido interpretada como resultado da rápida transformação de pequenas sociedades tribais em grandes cacicados rivais, onde a intensificação de rituais e cerimônias, legitimando novas estruturas de poder. Muitos dos objetos eram

provavelmente usados como símbolos de prestígio e poder dos chefes e elites locais. Vejamos estas sociedades.

4.1.- OS MARAJOARA

Por volta 400 A.D., surge um dos principais cacicados da Amazônia nas planícies alagadas da Ilha do Marajó, no Estado do Pará. Durante quase um milênio, aquelas sociedades ocuparam um ambiente caracterizado por uma alternância profunda entre a enchente e a seca, entre a várzea e o igapó, construindo aterros, canais e diques. As populações Marajoara transformaram a paisagem tropical e otimizaram a tecnologia da coleta e produção de alimentos, obtendo recursos em quantidade suficiente para o incremento demográfico e a complexidade social. A partir do século XI d.C., sociedades hierárquicas e populosas estavam estabelecidas ao longo das margens do rio Amazonas e seus principais afluentes, explorando de maneira intensiva os recursos aquáticos e desenvolvendo agricultura nos solos férteis da várzea amazônica, aquelas populações desenvolveram complexas instituições sociopolíticas e uma rica cultura material (Fig. 21).

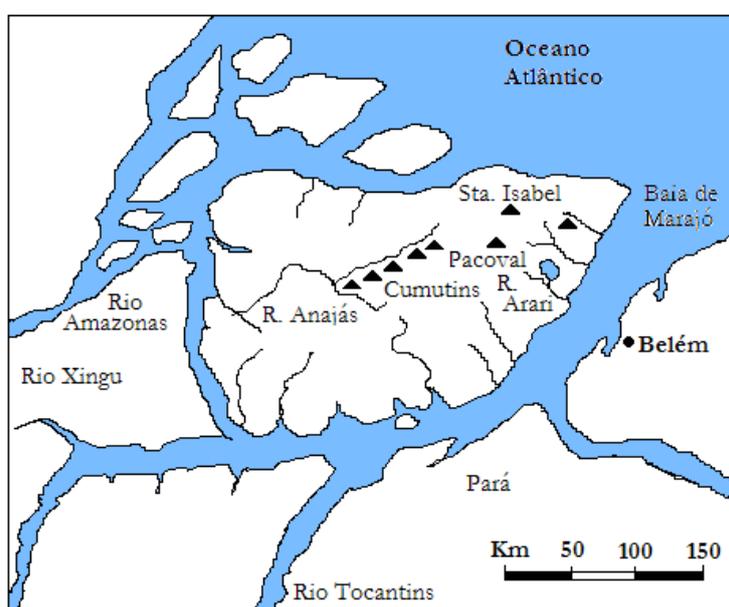


Fig. 21.- Localização da Ilha de Marajó ou Joanes e os sítios arqueológicos.

Pesquisas arqueológicas recentes têm demonstrado que sociedades extensas, hierárquicas e sedentárias ocuparam também a terra firme e o cerrado, fazendo parte de complexas redes de troca à longa distância. As trocas uniam as sociedades amazônicas e estabeleciam contatos que explicam as semelhanças culturais entre elas, expressas

principalmente na produção da cerâmica e na arte rupestre. Objetos e instrumentos de pedra, como achados de basalto e granito e adornos de jadeíte (pedras verdes) circulavam como bens de prestígio, unindo as elites indígenas regionalmente.

Desde o ciclo da borracha na Amazônia central, no final do século XIX, paralelamente à extração do látex, surgiu a descoberta de diversas cerâmicas funerárias ou *urnas* que era encontrada nos grandes aterros artificiais. A cultura Marajoara começou a ser estudada pelos viajantes e naturalistas europeus como Steere, Palmatary, Orville, entre outros, mas sem metodologia científica. Os primeiros arqueólogos a estudar aqueles sítios foram os americanos Betty Meggers e Clifford Evans em 1947, que impressionados com a cerâmica altamente elaborada e de ótima qualidade, e com a monumentalidade dos aterros construídos pelos índios, concluíram que aquele povo teria migrado dos Andes. Atualmente, sabe-se que a cultura Marajoara originou-se localmente, a partir de um prolongado processo cultural que perdurou quase um milênio até a sua extinção por causas externas como invasões ou doenças infecciosas, mas tendo sido pouco pesquisado este declínio (Fig. 22).

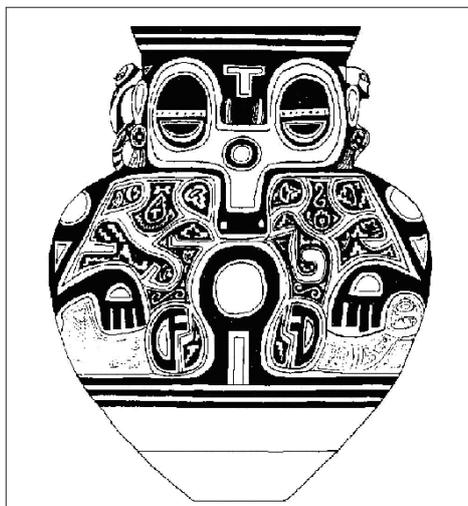


Fig.22.- Urna funerária ornamental da fase Marajoara (Schaan, 1999).²⁷

Meggers (1958) dividiu a cultura Marajó em cinco fases, sendo que a fase Marajoara é a mais complexa e a quarta na sequência. Os vestígios materiais mais abundantes dos povos Marajoaras são as cerâmicas, cujo traço mais típico é a modelagem antropomorfa. Os objetos em cerâmica podem ser divididos entre vasos de uso doméstico, que são mais simples e geralmente não apresentam (ou apresentam pouca) decoração na superfície, e vasos de uso cerimonial e funerário, que possuem

²⁷ SCHAAN, D. Marajó: Retratos no Barro, Museu de Arte de Belém, 1999. MPEG.

uma decoração elaborada, resultante da pintura bicromática ou policromática de desenhos feitos com incisões na cerâmica e de desenhos em alto-relevo.

Outros objetos Marajoaras de cerâmica, tais como bancos, colheres, apitos e adornos para orelhas e lábios, as estatuetas representando seres humanos, teriam sido usadas em cerimônias ou como adornos. Essas estatuetas, correspondem a representações de seus deuses, podem ser decoradas ou não e reproduzem as formas humanas de maneira estilizada, indicando que reproduzir fielmente as características visuais dos seres naturais não era uma preocupação central desses grupos. As diversas estatuetas Marajoara foram encontrados sem a cabeça e outras tantas cabeças sem seus corpos, permitindo sugerir que elas teriam sido fraturadas intencionalmente como parte de algum ritual importante elaborado próximo aos aterros de sambaquis.

É necessário ressaltar que a cultura Marajoara não pode ser confundida com a sociedade Marajoara; apesar de existirem semelhanças culturais em termos de organização do espaço físico, técnicas arquitetônicas e construtivas, tecnologia de fabricação cerâmica e estilos decorativos, há diferenças significativas entre as comunidades identificadas com essa cultura. Schaan (2006) aponta que a sociedade Marajoara parece ter estado dividida em regiões, politicamente relacionadas, mas administrativamente independentes. Isto é a definição de chefia que provavelmente viviam guerreando com outros povos da boca do Amazonas.²⁸

Em Marajó, a rápida formação de cacicados parece ter ocorrido a partir do século V de nossa era. Nessa época, uma grande quantidade de *tesos* - montículos artificiais - começa a ser construída na porção leste da ilha, aparentemente destinada à formação de áreas mais elevadas, protegidas das inundações anuais tão intensas na ilha. Os arqueólogos acreditam que, ao longo do tempo, esses *tesos* se tornaram símbolos físicos de prestígio de cada comunidade e de liderança e capacidade de mobilização das chefias locais. Diversos conjuntos de *tesos* de diferentes tamanhos são encontrados nos pequenos rios e lagos nessa parte da ilha, e enquanto certas áreas parecem ter sido usadas para a habitação e fabricação de uma grande quantidade de cerâmica, outras

²⁸ O modelo de Meggers (1971) concernente à bacia Amazônica teria sido receptora de culturas vindas de áreas andinas ou subandinas, nos quais a permanência e o desenvolvimento teriam sido mais propícios jamais uso seus dados da cerâmica Marajoara para interpretar as classes sociais. No entanto, a hipótese de Lathrap (1970) se opõe a esta abordagem a partir da análise da distribuição linguística e da evidência do cultivo de sementes na amazonia peruana, propondo um processo inverso, de acordo com o qual o médio Amazonas teria sido o centro de difusão de populações e seus respectivos traços culturais para as regiões periféricas. Mas Lathrap jamais escavou os sítios da Amazônia brasileira.

eram usadas como cemitérios. Nestes últimos, encontra-se uma variada gama de objetos mortuários.

As urnas funerárias são enterradas contendo não só os ossos dos indivíduos, mas também pequenos vasos, estatuetas e objetos pessoais, como bancos, utensílios de pedra e adornos corporais como tangas, pingentes e colares. Neste contexto altamente ritual, a cerâmica é sempre muito decorada, em geral com pintura policromada, mas também com incisões e apliques modelados. Estudos iconográficos da decoração dos objetos revelam a representação figurativa e estilizada de animais e humanos como expressão de mitos e crenças que estruturaram o universo espiritual Marajoara. Padrões decorativos simétricos e símbolos geométricos são combinados de acordo com regras bastante rígidas, representando criaturas de traços mistos, entre animais e humanos e lembrando as transformações animísticas que até hoje perduram nas lendas amazônicas.

A representação dessas figuras e especialmente a forma como os corpos humanos são concebidos têm sido uma fonte de inspiração particularmente rica para se entender o universo social e cultural Marajoara. As práticas funerárias investigadas nos aterros da Ilha do Marajó indicam a associação de enterramentos femininos com tangas e pequenos potes cerâmicos, o que poderia sugerir que as mulheres estavam encarregadas da produção de cerâmica, sendo ambos os objetos elementos que veiculam informação sobre gênero e papéis sociais. Se as análises ósseas humanas confirmarem que as urnas funerárias decoradas com símbolos femininos realmente continham indivíduos do sexo feminino, o alto número de mulheres em relação ao número de homens pode indicar que as mulheres mereciam ritos funerários especiais e que tinham um alto status naquela sociedade. Os desenhos de símbolos femininos e outros desenhos geométricos nas urnas funerárias devem também ter veiculado informação sobre sua linhagem. A associação destes desenhos com esqueletos femininos e a ausência de desenhos nas urnas masculinas pode indicar que a genealogia seguia a linha materna, como foi sugerido por Anna Roosevelt.

Dados obtidos através de escavações arqueológicas indicam que nos rituais funerários enterravam-se os mortos em diferentes tipos de urnas, antropomorfas ou não, com e sem decoração, de vários tamanhos e formas, atestando tratamento diferenciado como em toda sociedade hierárquica. As urnas eram enterradas juntamente com outros objetos cerâmicos como banquinhos, estatuetas, tangas, pratos, tigelas, vasos, vasilhas em miniatura, e em alguns casos objetos líticos como machados de basalto e adornos diversos. Um padrão repetidamente observado consiste no enterramento de ossos

desarticulados, que teriam sido previamente pintados de vermelho, e então colocados dentro da urna de acordo com alguma ordem pré-estabelecida. O crânio teria sido colocado no fundo da urna, justamente sobre uma tanga decorada; os ossos longos, então, teriam sido colocados em seguida, antecedendo os menores. Objetos de cerâmica são comumente encontrados dentro ou ao lado da urna, e alguns parecem ter sido colocados sobre a superfície, uma vez que é provável que as urnas tenham sido enterradas somente até a borda, e então cobertas por uma tigela decorada invertida, que restava então visível sobre o chão da casa.

A cerâmica Marajoara é considerada uma das mais bonitas e sofisticadas das Américas. Seus desenhos labirínticos e repetitivos podem ser entendidos como uma linguagem iconográfica, que comunicava sobre a ordem das coisas, as relações entre humanos e animais e sobre papéis sociais, gênero e status. A complexidade, a beleza e a enorme diversificação formas e padrões decorativos das cerâmicas arqueológicas amazônicas despertam, desde o século XIX, o interesse de eruditos e colecionadores brasileiros e estrangeiros. Por todo o mundo, em museus e coleções particulares, encontra-se um grande número das mais belas peças oriundas das culturas do Marajó.

Os motivos decorativos na cerâmica Marajoara são em geral geométricos na forma e parecem abstratos para a maior parte dos observadores. No entanto, eles representam seres mitológicos, espelhados na fauna local, como cobras, jacarés, lagartos, urubus, corujas, tartarugas, macacos e escorpiões são os temas mais comuns, e aparecem em vários tipos de objetos. Os animais são representados tanto em três dimensões, em relevo, como em duas dimensões, como grafismos geométricos. Comparando os dois tipos de representações é possível identificar que os ceramistas tinham a intenção de representar os mesmos seres nos desenhos geométricos. Ainda que não possamos determinar significados específicos para os desenhos, é possível mostrar o que eles representam e comparar com histórias mitológicas amazônicas.

Os Marajoara fazem referência à serpente e padrões decorativos da pele desse ofídio, representando-os praticamente em toda a sua produção de objetos em cerâmica, seguindo regras rígidas de composição. As serpentes Marajoara têm em geral uma cabeça triangular, ou composta por três esferas, que uma clara alusão simbólica à guerra como entre os deuses olmecas de Quetzalcoatl e os sacerdotes-guerreiros chavin. O corpo da serpente é sempre representado através de desenhos característicos e sinuosos. Na maioria dos casos, os padrões da pele da serpente consistem em dois elementos que

se repetem ao longo de uma faixa, geralmente colocada em volta do vaso. Os mesmos padrões são também usados nas tangas, no segundo campo decorativo.

Porém, a serpente pode ter sido considerada uma divindade principal e responsável pela abundância da pesca, a maior fonte de proteína para os povos da Ilha. Com relação à mitologia, a serpente protegeria os peixes e asseguraria sua reprodução anualmente (Fig. 23).



Fig. 23.- Representação das serpentes na cerâmica Marajó.

A produção cultural Marajoara comprova que estes povos atingiram um nível de organização sócio-cultural mais complexo que o daqueles que ocupavam a costa litorânea. Existe uma ampla discussão sobre a existência e da complexa estrutura dos cacicados na região Amazônica, com evidências arqueológicas e etno-históricas. Porém, vale a pena mencionar que as manifestações artísticas - o volume e a qualidade da cerâmica, por exemplo - desses grupos justificam a hipótese de que tivessem uma chefia forte e bem estabelecida, capaz de organizar obras comuns que requeriam mão-de-obra especializada o que pressupõe uma sociedade hierarquizada.

Mas, para resolver o problema das enchentes a sociedade Marajoara construiu grandes aterros artificiais que ficavam acima das áreas alagadiças da ilha. Estas barreiras de terra serviam para a edificação de suas estruturas domésticas e cerimoniais, onde enterravam seus mortos em urnas. As escavações arqueológicas realizadas nesses aterros, denominados tesos, evidenciaram objetos cerâmicos cuja extrema elaboração permite inferir que seus produtores deviam ser altamente especializados, dominando técnicas construtivas e decorativas muito apuradas. Admirada e valorizada por sua qualidade estética, a cerâmica da cultura Marajoara passou a ser visada por colecionadores e comerciantes, e desde o fim do século passado registrou-se a retirada de inúmeras peças da ilha de Marajó - razão pela qual não há informações controladas

sobre o contexto de muitas das que hoje se encontram em museus e em coleções particulares.

A produção da cultura Marajoara, classificada como integrante da tradição policrômica, destaca-se pela exuberante decoração, resultante de uma complexidade de padrões e variedade de técnicas e motivos, caracterizada principalmente pelo emprego de pintura vermelha ou preta sobre superfície branca. Os grupos integrantes da tradição policrômica baseavam a subsistência na agricultura intensiva. O aumento demográfico decorrente da grande produção de alimentos permitiu o desenvolvimento de estruturas religiosas expressivas, cujas práticas rituais elaboradas são indicadas por vários elementos, como por exemplo, o sepultamento em urnas de cerâmica cuja iconografia retrata a existência de um sistema simbólico aprimorado.

Muito clara é a profunda diferença entre as vasilhas de uso diário e os objetos muito trabalhados encontrados em contextos funerários, relacionados aos rituais mortuários. As técnicas utilizadas na decoração de peças produzidas com preocupações estéticas e para atender a atividades cerimoniais, como estatuetas, tangas, urnas, pratos e vasos de diferentes tamanhos e formatos, consistiam na incisão, excisão, impressão e pintura, empregadas isoladamente ou em conjunto.

A incidência de padrões decorativos cujos motivos se repetem em vários artefatos, aliada à variedade de formas e ao domínio das técnicas de manufatura e de decoração, permite inferir uma alta especialização e alguns aspectos da organização social da cultura Marajoara. A complexidade dos padrões decorativos está relacionada a um provável sistema simbólico de comunicação, divulgado e perpetuado pela cerâmica. Esse fato tem sido comprovado em várias sociedades ágrafas, nas quais a arte assume o papel de transmissora dos conhecimentos e dos valores simbólicos e mitológicos.

Denise Schaan, baseados em estudos etnográficos realizados em sociedades indígenas contemporâneas e na análise comparativa dos motivos utilizados na arte Marajoara, propõe a existência de uma linguagem visual iconográfica na decoração dessa cerâmica, cujos signos gráficos, ligados ao repertório mítico do grupo, constituiriam um instrumento de afirmação étnica. Mesmo que não reconheçamos o significado dos símbolos presentes nos padrões decorativos, podemos verificar certas constantes na representação. Essa linguagem, ou sistema de significações socialmente compartilhado, teria uma gramática estrutural com regras de funcionamento determinadas a partir das relações entre seus termos constitutivos.

A iconografia presente na cerâmica apresenta animais da fauna amazônica e permite inferir o conteúdo simbólico de certas espécies que estariam ligadas a histórias míticas. A figura humana, representada de várias formas, está sempre presente na decoração das urnas funerárias, normalmente através da representação de figuras duais e híbridas - dotadas de traços humanos e de animais nos apêndices modelados, provavelmente relacionadas a seres míticos ou sobrenaturais, demonstrando um grande domínio da técnica e a intenção simbólica da representação. Esta arte indica claramente a importância da figura do xamã e sua “transformação” em diversos animais através de uso de plantas alucinógenas.

As estatuetas antropomorfas têm sido encontradas junto aos sepultamentos, o que permite associá-las a rituais funerários. Representam figuras femininas, mas em forma de falo, e a decoração pintada provavelmente reproduz pinturas corporais. Não possuem braços, ou eles são simplesmente indicados. A figura é representada sentada, e as pernas formam uma base em forma de 'U', os seios e 'C' e com referências em relevo aos órgãos sexuais.

Um artefato característico dessa cultura é a tanga de cerâmica, assim denominada por analogia com a forma da peça de vestuário utilizada pelos indígenas para cobrir a região genital. Encontradas junto a sepultamentos, as tangas são decoradas com desenhos muito elaborados e os mesmos padrões encontrados nas outras peças. Trata-se de peças modeladas, de paredes finas, dotadas de curvatura anatômica e três orifícios nas extremidades, para possibilitar que as mulheres as vestissem. Em decorrência da fragilidade do material e do uso incômodo, deviam ser utilizadas em situações restritas, provavelmente ligadas a rituais funerários. Uma reflexão mais abrangente acerca das tangas é realizada no próximo capítulo, que aborda a representação feminina presente na cerâmica Marajoara.

A elite feminina

Roosevelt (1990) propôs a hipótese de sociedades lideradas por mulheres, ou ao menos organizadas em torno de figuras femininas, tais como linhagens ancestrais ou clãs femininos, parece, a princípio, particularmente atraente em Marajó, onde a mudança para uma organização social mais complexa e para uma sociedade mais desigual corresponde claramente a um crescente número de objetos cerâmicos que apresentam temas femininos. Representações femininas aparecem tanto na pintura dos potes e urnas funerárias como também em estatuetas cerâmicas.

Os melhores exemplos são as urnas funerárias policromadas de um estilo particularmente popular na ilha de Marajó, usadas para enterramentos secundários. Parecem representar sempre a mesma figura feminina, talvez uma figura ancestral ou mítica, que combina traços humanos e animais, lembrando em seus olhos e membros uma espécie de coruja. Estes recipientes podem variar consideravelmente em tamanho, de trinta centímetros até mais de um metro de altura, provavelmente refletindo a idade e a importância social do indivíduo à qual se destinava, mas os atributos femininos representados nas urnas são constantes, seja qual for o sexo do indivíduo nela enterrado. Em contextos funerários, referências a aves noturnas ou aves de rapina, como as corujas, podem ser consideradas de várias maneiras: uma representação da vigilância noturna que protegeria o indivíduo na escuridão pós-morte ou uma referência à capacidade do animal de engolir um corpo inteiro e regurgitar seus ossos, trazendo-o de volta após a morte. Alusões semelhantes à idéia de renascimento ou de outra vida pós-morte podem também explicar a razão dos enterramentos em recipientes com formas de corpos femininos grávidos, ou ginecoformes, nos quais a decoração enfatiza os órgãos sexuais femininos, tais como mamilos, púbis, e útero (representado por círculos). Muitas vezes estes marcadores sexuais são pintados em cores mais fortes, como o vermelho, outras vezes, em vez de úteros, criaturas são representadas no interior dos ventres, como uma alusão gráfica à gravidez.

Considerando-se o contexto mortuário, as referências à fertilidade feminina e à reprodução podem ser vistas como uma simples demarcação de ciclos de vida, reprodução e morte na sociedade Marajoara de então, e talvez não diga respeito nem ao papel diferente da mulher na sociedade nem a cultos a figuras femininas ancestrais, porém, torna obrigatória a questão de por que, em Marajó, objetos tão importantes, imbuídos de grande valor simbólico e ritual, sejam sistematicamente representados como figuras femininas.

As estatuetas de Marajó parecem ter sido utilizadas em rituais de dança, pois muitas servem de chocalho, instrumentos que ainda são comumente utilizados em performances rituais em várias sociedades indígenas amazônicas. Algumas estatuetas apresentam orifícios laterais que possibilitariam sua amarração para serem penduradas, do mesmo modo que estatuetas similares de madeira são ainda usadas pelos xamãs Cuna e Choco em rituais de cura. Parecem, portanto, pertencer a um domínio extremamente cerimonial da vida Marajoara.

A maioria das estatuetas Marajoara representa uma mulher acocorada, na tradicional posição de parto das sociedades amazônicas, ou também, a genitália feminina é claramente representada, especialmente a região púbica, demarcada por desenhos de triângulos, retângulos e ovais. A grande maioria dessas estatuetas é encontrada fragmentada na altura do pescoço ou da cintura, faltando a cabeça, um padrão que parece indicar a retirada intencional das cabeças previamente ao seu descarte, relacionado a algum ritual, como foi anteriormente mencionado. Observa-se que o que lhes dá uma identidade individual é justamente a cabeça, na qual as variações na forma de representação dos olhos, nariz, boca e cabelos são o que as tornam únicas e diferenciadas entre si.

Muitas das estatuetas apresentam decoração pintada com variados motivos geométricos, lembrando a tradicional prática da pintura corporal amazônica e, alguns grupos de estatuetas são decorados com os mesmos padrões da pintura corporal, uma provável indicação de que as mulheres representadas pertencem ao mesmo grupo social que conformava a aldeia, linhagem, clã ou casal.

Uma outra característica das estatuetas Marajoara é sua forma fálica em geral, com a cabeça e o corpo formando um pênis, e as pernas flexionadas e semi-abertas formando os testículos, combinando assim as características femininas e masculinas em um único objeto. Na cerâmica Marajoara, apesar de referências à genitália masculina serem encontradas em outros objetos, esta combinação de traços masculinos e femininos aparece apenas nas estatuetas. Tais corpos fálicos privados de suas cabeças e decorados da mesma maneira parecem destituir-se por completo de suas identidades originais sendo transformados em meros corpos reprodutivos que compartilham um mesmo lugar na sociedade. A remoção intencional das cabeças, isto é, de suas características individuais talvez se desse durante rituais específicos, rituais de passagem da vida da mulher, simbolizando talvez o conflito pelo qual a mulher Marajoara atravessou naquela época, entre a sua identidade individual e o seu papel como reprodutora de seu grupo social (Fig. 24).

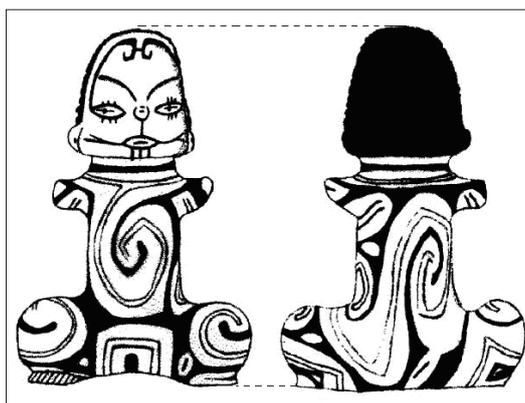


Fig. 24.- Estatuetas fálicas marajoara (Schaan, 1999).

Uma outra singularidade da cerâmica da fase Marajoara que poderia corroborar a idéia de antigas linhagens, e talvez de elites femininas, é a tanga, também conhecida como "tapa-sexo", encontrada em grande número nos sítios arqueológicos de Marajó, inclusive dentro das urnas funerárias.

As tangas são objetos triangulares de cerâmica com orifícios nas extremidades para a amarração junto ao corpo que eram provavelmente usadas por meninas e mulheres em contextos cerimoniais. Os únicos exemplos etnográficos similares são protetores púbicos usados por grupos de mulheres no vale do rio Ucayali, no Peru Central, onde as meninas os vestem durante rituais de puberdade. As tangas parecem ter sido feitas sob medida, como atestam as variações de tamanho, curvatura e forma destes finos objetos cerâmicos, que em alguns casos mostram sinais de uso intenso, com sinais de forte abrasão nas áreas de amarração. Outras, contudo, parecem intactas e, às vezes, nem sequer apresentam os orifícios para amarrá-las.

Apesar das tangas Marajoara serem conhecidas já há mais de um século, de modo geral pouco se sabia sobre os contextos em que foram encontradas. De acordo com Schaan (1999), somente um pequeno número de tangas era decorado, em geral com uma série de complexos motivos geométricos pintados em vermelho ou preto sobre um fundo branco. Estas proporções podem representar diferenças de prestígio social entre mulheres, e confirmar a existência de uma elite feminina à qual se destinariam as poucas tangas decoradas. Isto parece se confirmar nos contextos funerários, em que urnas maiores e mais decoradas contêm tangas também decoradas. Algumas tangas puderam ser encontradas também em urnas de indivíduos masculinos, o que levanta a hipótese de que elas tenham se tornado, ao longo do tempo, um tipo de oferenda

funerária prestigiosa ou, simplesmente, um meio de demarcar a origem social do indivíduo a partir de sua associação a grupos femininos.

Assim como em outros objetos cerâmicos da fase Marajoara, a decoração das tangas parece ter seguido regras rígidas. A superfície externa triangular é quase sempre dividida em três campos decorativos. O primeiro é uma faixa superior, composta de triângulos, barras verticais e inclinadas, com um retângulo, ou 'U' no centro, símbolo também utilizado nas estatuetas para indicar o púbis. Esse arranjo se repete em um grande número de tangas, com triângulos totalmente preenchidos ou com linhas quadriculadas. O segundo campo decorativo é uma outra faixa, em geral mais estreita, com motivos geométricos compostos por ziguezagues, linhas, cruces e pontilhados, em geral representados em outros tipos de cerâmicas como corpos de cobras. Estes padrões se repetem em pequenos cem constituir um número finito de variações gráficas. O terceiro campo decorativo, maior e mais chamativo, corresponde ao corpo da tanga. São composições com figuras geométricas como linhas, cruces, seta combinadas em arranjos únicos.

Este grau de variação entre os campos decorativos faz com que mesmo semelhantes entre si, elas nunca são exatamente iguais e, também por isso, tem sido interpretada como meio de veicular os diferentes níveis de inclusão social dos indivíduos com os quais eram enterradas, seguindo uma ordem do grupo social maior, como adolescentes e adultos jovens, para outro mais específico, como a linhagem ancestral ou idade individual da pessoa.

Schaan (2004) identificou e mapeou os aterros da fase Marajoara localizados ao longo das margens do igarapé, pesquisados anteriormente por Meggers e Evans (1957) e Hilbert (1952). Foram visitados 26 dos 30 aterros localizados na Fazenda Maravilha e os dois localizados na Fazenda Santa Águida, com o objetivo de medir sua área, altura e fazer a localização com o GPS. Durante o trabalho, identificou-se 28 aterros que fazem parte do grupo de 37 descritos por Meggers e Evans (1957) e Hilbert (1952) e estes foram medidos em sua altura e área aproximadas e foram realizadas algumas observações sobre seu estado de preservação. Foi realizada também localização precisa do curso do rio com GPS, assim como a plotagem em mapa dos aterros localizados às suas margens. No médio curso do rio encontram-se 10 aterros-habitação e no alto curso do rio encontram-se aterros cerimoniais e de habitação.

Em julho de 2001, com financiamento do Earthwatch Institute, Schaan realizou escavações estratigráficas na parte ainda intacta do aterro Camutins, todas localizadas

próximo aos limites oeste do aterro, às margens do igarapé, onde os depósitos estavam mais intactos. Percebeu-se que, devido às escavações anteriores realizadas por amadores e pelo próprio proprietário, para busca de peças de cerâmica, o aterro estava muito destruído. Além disso, algumas partes do terreno estavam cobertas por uma camada de solo de terra preta, de variada espessura, com muitos fragmentos de cerâmica, resultado das perturbações em busca de peças e descarte de peças quebradas e sem decoração. Durante as escavações foram identificados pisos de argila queimada que são parte da estrutura construtiva do aterro, assim como camadas de carvão e um enterramento, de onde foram coletadas amostras para datação. As quatro datações radiocarbônicas obtidas mostram uma ocupação contínua que vai de 600 A.D. a 1.100 A.D.

De setembro a outubro de 2002, o Projeto Anajás teve continuidade através do desenvolvimento de projeto de pesquisa financiado pela Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos (NSF). Durante aquele período, foram realizadas prospecções e coletas de superfície nos aterros do igarapé dos Camutins que não haviam sido pesquisados em 2001. Além disso, escavou-se o aterro Belém, o segundo em hierarquia no grupo dos Camutins, localizado em frente ao aterro, estudando suas estruturas construtivas, escavando também áreas domésticas e uma área de enterramentos. A escavação nessa área de cemitério foi concluída em novembro de 2002, com financiamento e ajuda de voluntários do Instituto Earthwatch, e resultou no estudo de enterramentos e acredita-se que os dados coletados devam permitir conclusões sobre organização social, gênero, e período de ocupação do sítio, além de um melhor entendimento da estrutura sociopolítica na área durante a pré-história.

Resultados preliminares das pesquisas referentes ao Projeto Anajás foram publicados na Revista Britânica *Antiquity*, em 2000, e apresentados no Congresso da Sociedade de Arqueologia Americana e no Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB em 2001 e em setembro de 2003. Resultados finais da pesquisa são parte da Tese de Doutorado defendida em agosto de 2004.

No contexto social do baixo Amazonas e comparando-se a cerâmica Marajoara a outras cerâmicas contemporâneas a ela, notamos diversas características comuns. A cultura Santarém, por exemplo, possui também estatuetas com bases em forma de meia lua, personagens com mãos à boca, a posição sentada ou de cócoras. Em sítios da região do rio Maracá, no Amapá, também encontram-se enterramentos em urnas, onde o personagem humano encontra-se sentado sobre banquinhos, com mãos apoiadas sobre

os joelhos. Urnas funerárias que combinam figuras femininas e aves também são encontradas no baixo Amazonas (Miracangüera) e no norte da Colômbia (Tairona).

O enterramento em urnas (femininas ou não), a existência de estatuetas femininas, a utilização recorrente de imagens humanas e antropomorfização de vasilhas tudo isso faz parte de um conteúdo simbólico supra-regional. No entanto a presença desses elementos, notadamente comparando-se a cultura Marajoara às demais culturas Amazônicas, supera em muito o aparente compartilhamento de itens e conceitos simbólicos. Na verdade, mostra a existência de uma economia simbólica com importantes consequências em nível de organização política intra e interregional, ou seja, a legitimação da ordem social dependia também de negociação política externa.

A cultura Marajoara desenvolveu-se em um momento de florescimento de sociedades complexas na bacia Amazônica, período em que acredita-se havia importantes redes de trocas que funcionavam a consideráveis distâncias (Porro, 1987, 1992). Isso obviamente implica também em trocas culturais e uma permeabilidade cultural a valores simbólicos de origem externa. Nesse sentido, é natural que um sistema simbólico abrigue e veicule conceitos cosmológicos compartilhados por várias culturas (mesmo distantes) e que determinados caracteres visuais tenham sido tornados de empréstimo de outras culturas.

Ter consciência desses fenômenos de empréstimo e partilhamento de símbolos é especialmente importante quando se trata de definir um estilo estético como algo próprio de determinada cultura, pois nem tudo o que entendemos como característico e freqüente pode necessariamente ser usado para distinguir uma cultura de outra.

O grande gasto de tempo e recursos humanos na manufatura da cerâmica, uma atividade não essencial, sugere que na sociedade Marajoara havia a divisão de tarefas sociais. A demanda de bens simbólicos nesse contexto indica a existência de uma sociedade hierarquizada, que necessitava de permanente suporte e legitimação simbólica.

Estudar a arte nas sociedades pré-históricas não significa apenas descrever estilos estéticos, mas entender como estes se relacionavam com a vida social. A arqueologia proporciona a oportunidade de entender no tempo e no espaço os momentos de maior dispêndio de tempo e recursos para a produção de bens simbólicos, os locais privilegiados para a produção e desenvolvimento das atividades artísticas e os locais de uso dos objetos produzidos. As transformações sociais estão marcadas nos objetos artísticos, que são verdadeiros textos culturais à nossa disposição e, portanto, fontes de

informação privilegiada sobre a vida social e o comportamento cultural das sociedades do passado.

A fase Marajoara conheceu um lento, mas constante declínio e desapareceu em torno de 1400 d.C. Brochado (1986) propõe a hipótese de que a população tenha sido expulsa ou absorvida por povos guerreiros tupi que dominaram à ilha de Marajó durante o período tardio. Quando chegaram os portugueses, no século XVI, a sociedade Marajoara e sua cultura já haviam desaparecido. Mas a ilha havia sido ocupada por outras sociedades indígenas que não resistiram às doenças introduzidas, guerras e missionização. Isto já corresponde ao período colonial quando as sociedades amazônicas autoctones sofreram a hecatombe produzida pela invasão europeia.

4.2.- OS SANTARÉM OU TAPAJÓS

A história da arqueologia da região de Santarém, no Pará, começou a meados da segunda metade do século XIX, com as escavações e coletas de superfície realizadas pelo geólogo Frederick Hartt nos anos de 1870 e 1871 (Hartt, 1885) e no ano seguinte pelo botânico Barbosa Rodrigues (Rodrigues, 1875). Entre 1923 e 1926, a região foi investigada pelo etnólogo Curt Nimuendaju, registrando sessenta e cinco sítios arqueológicos localizados entre as cidades de Santarém e o povoado de Alter-do-Chão, nas margens do rio Tapajós, e na região de Arapixuna, na margem meridional do Lago Grande de Vila Franca, no rio Amazonas (Nimuendaju, 1948; Palmatary, 1960). Segundo Nimuendajú, entre todas as regiões do rio Tapajós, foi à cidade de Santarém, o local onde encontrou maior quantidade de material arqueológico, referente à urbe escreveu “esta mina inesgotável de cerâmica, me deu outra vez mais que todo o resto da viagem” (Hartmann, 2000: 58) (Fig. 25).



Fig. 25.- Mapa de localização da sociedade Santarém ou Tapajônica.

No final da década de 1930, Helen Palmatary (1939,1960) realiza o primeiro de uma série de estudos de coleções, que são apresentados a seguir, como os de Frederico Barata (1950, 1951, 1953a, 1953b e 1959) e de Conceição Corrêa (1969). Os estudos de Palmatary e Corrêa tinham como orientação teórica às hipóteses difusionistas e migratórias dominantes na época de Steward e Meggers (Gomes, 1997). Embora incluída no mesmo período, a contribuição de Barata teve natureza diversa, marcada

pela formação de artista plástico. Porém, seus estudos valorizaram os aspectos artísticos da cerâmica de Santarém, inclusive influenciando outros artistas plásticos, como o paraense Manoel de Oliveira Pastana que criou uma série de móveis inspirados na arte tapajônica e cujos desenhos encontram-se hoje no acervo do MPEG na cidade de Belém.

A partir da década de 1980, Anna Roosevelt inicia o primeiro projeto de pesquisa na região de Santarém “com uma metodologia que combina pesquisa de arquivo, estudo de coleções e escavações estratigráficas” (Gomes, 1997). Nos anos de 2000 e 2001 novas escavações arqueológicas foram realizadas por Roosevelt na região de Santarém. Os resultados dessas pesquisas ainda não foram publicados, mas, segundo informação pessoal da referida pesquisadora, brevemente serão divulgados.

As pesquisas de Roosevelt (1991, 1996) em outras áreas da região do baixo Amazonas, como em Taperinha e Monte Alegre, estabeleceram a presença humana na Amazônia por volta de 11.200 A. P., e o surgimento das atividades ceramistas na região em cerca de 8.000 A. P. Estes resultados modificaram a idéia “de que as tradições ceramistas da Amazônia teriam derivado dos Andes Centrais e da Mesoamérica através da difusão cultural ou migração” (Gomes, 1997). Depois do início das pesquisas de Roosevelt, mais três estudos de coleções foram desenvolvidos. O primeiro de Vera Guapindaia (1993) que abordou especificamente a coleção Frederico Barata do MPEG. O objetivo do trabalho foi caracterizar culturalmente os Tapajó, dando ênfase ao aspecto tecnológico da cerâmica. O segundo trabalho foi o de Cristina Scatamacchia, Célia Demartini e Alejandra Bustamante que iniciaram a organização e classificação da coleção Tapajônica do MAE/USP. O objetivo geral deste trabalho foi “fazer algumas considerações sobre o aproveitamento científico de coleções arqueológicas” (Scatamacchia *et al*, 1996: 317).

O terceiro trabalho foi de Denise Gomes (2002), que realizou um estudo mais detalhado da coleção do MAE/USP. Seu trabalho procurou contextualizar a cerâmica de Santarém no quadro cronológico proposto para a Amazônia pré-histórica. A pesquisa de Gomes obteve uma datação a partir de um dos componentes orgânicos da cerâmica, que coloca a “Cultura Santarém” no período de 1000-1500 d.C. Os conhecimentos resultantes dos estudos de coleções associados às pesquisas sistemáticas permitiram a

primeira elaboração de uma sequência de ocupação humana na região do Baixo Amazonas.²⁹

Por volta de 3.000 anos a.C., surgiu nas várzeas da Amazônia, um modo de vida muito semelhante ao que existe hoje entre os índios amazônicos (Roosevelt, 1992). Viviam em aldeias, cultivavam raízes, coletavam, caçavam e pescavam. A cerâmica produzida por estes grupos tinha como aditivo cauxi, areia e cariapé, e apresentava decoração em motivos geométricos, pinturas e alguns *apliques* em formas de animais. As vasilhas mais comuns possuíam formas ovais, semelhantes a cuias. As sociedades de organização mais complexa se consolidaram na região de Marajó e Santarém, em torno de 1.000 a.C. (Roosevelt, 1992). Entre elas, uma das mais conhecidas foi a dos índios Tapajó, que ainda habitavam a região até o século XVII, quando os primeiros europeus começaram a ocupar a região.

Os Tapajó habitaram a região do rio Tapajós, no Estado do Pará, pelo menos desde o século X até ao XVII (Acuña, 1941; Rojas, 1941; Gomes, 1999). Sua principal aldeia estava situada na foz do rio Tapajós, local do atual bairro de Aldeia, na cidade de Santarém. Alguns autores mencionam além da aldeia principal, além de outros localizados rio acima, ou para o interior (Barbosa Rodrigues, 1879; Hartt, 1885; Roosevelt, 1987). Até o século XVIII as informações históricas fixavam a presença dos Tapajó na embocadura do rio Tapajós estendendo-se até Alter-do-Chão. Uma das razões prováveis desta localização restrita, é que a partir deste ponto o rio Tapajós ainda não havia sido explorado. No século XIX, com a navegação do alto Tapajós já estabelecida e com os primeiros estudos de interesse arqueológico realizados por Hartt e Barbosa Rodrigues, estes limites foram estendidos até a cachoeira de Boruré, a 40 km acima de Itaituba. Já no século XX as pesquisas de Nimuendajú estenderam os limites da área

²⁹ A área começou a ser ocupada a cerca de 9.500 a.C. Os primeiros habitantes, provavelmente viviam em pequenos grupos familiares habitando as grutas e os abrigos-sob-rochas, alimentando-se da caça de animais de pequeno porte, da pesca e da coleta de frutos e sementes (Roosevelt, 1996). As evidências arqueológicas características deste período são os instrumentos líticos, como raspadores, pontas de projétil bifaciais, furadores, facas, etc. e as pinturas rupestres como as encontradas em Monte Alegre e Prainha (Pereira, 1996, 2003). Os primeiros grupos ceramistas começaram a surgir por volta de 6.500 anos a.C., como mostram as evidências arqueológicas do sambaqui de Taperinha, localizado a sudeste da cidade de Santarém, nas margens de um pequeno rio, denominado Ituqui. Os fragmentos de cerâmica encontrados em Taperinha pertenciam a vasilhas de formas simples, pratos de aparência tosca, certamente destinada ao uso utilitário. O antiplástico utilizado na confecção da cerâmica era areia. A maioria dos fragmentos não apresentava decoração e alguns poucos eram decorados com incisões. Estes grupos ceramistas viviam em pequenas aldeias às margens dos rios e tinham sua alimentação baseada no consumo de moluscos, peixes, plantas e frutos silvestres.

“tapajônica” para Norte, Sul, Leste e Oeste, tendo como ponto central à região de Santarém.

Considerando a mobilidade característica dos grupos indígenas amazônicos e o fato dos Tapajó dominarem a área, é provável que a partir da foz do rio Tapajós, eles tenham se expandido para o sul, chegando até Itaituba, nas margens do próprio Tapajós; e a leste, até o rio Jaracú, afluente do baixo Xingu; para oeste, até a serra de Parintins, no atual estado do Amazonas. Roosevelt (1992) interpreta as evidências arqueológicas encontradas na atual cidade de Santarém, associadas às informações históricas, como evidência da existência de uma grande chefia, cujo apogeu foi do século X ao XVI. Este modelo proposto por Roosevelt implicaria a existência de chefes unificando e controlando vastas áreas, com assentamentos densamente povoados por centenas de pessoas. Os relatos históricos informam que os Tapajó estavam organizados em aldeias com 20 a 30 famílias, onde os membros de cada família viviam juntas em casas coletivas (Cruz, 1900). Os grupos familiares possuíam líderes, a quem deviam obediência. Além deles, existia um chefe geral com atributos divinos (os caciques ou chefes), no qual se sometiam os líderes familiares e o povo (Heriate, 1941).

A estratificação social era bem marcada, havendo um grupo de pessoas de status diferenciado que só podiam casar entre si e detinham o poder de chefia. O casamento era poligâmico e as mulheres adúlteras eram punidas com a morte (Bettendorf, 1909). Existiam escravos, provavelmente capturados nas guerras, que eram fieis a seus “amos”. Com a expansão colonial surge um outro tipo de escravidão: a do indígena pelo português. Esta tinha objetivos puramente comerciais, de abastecimento da colônia, que assentava sua economia em um regime escravista.

Possuíam locais especiais para a prática de seus rituais e também para guardar objetos considerados sagrados. A maioria destes rituais foi registrada pelo padre jesuíta Felipe Bettendorf, que foi enviado para fundar uma missão entre os Tapajó no ano de 1661. Segundo ele, em um dos rituais os homens bebiam e dançavam. As mulheres transportavam as bebidas para o local, porém, por não possuírem permissão para ver o que se passava, cobriam os olhos com as mãos. Talvez exista alguma relação dessa proibição feminina com as representações das cariátides (Barata, 1953).

O local de realização destas cerimônias foi denominado por Bettendorf (1909) como "Terreiro do Diabo". Um outro ritual também acontecia em um local específico na própria aldeia, onde se consumia bebidas e realizavam-se danças. O ritual era chamado de "Mafoma" pelos jesuítas portugueses. Esse termo era usado na época para designar

pessoas não católicas (Ibid.). A adoração de objetos pintados para os quais ofertavam milho demonstra a importância deste cereal na vida do grupo. Com este cereal faziam uma bebida para ser consumida durante o ritual, no qual tocavam instrumentos para invocar seus deuses (Heriarte, 1874).

Quanto ao tratamento dos mortos, foram registradas duas práticas diferentes. Na primeira o morto era colocado em rede, com todos os objetos que usava em vida a seus pés. Em sua cabeça colocavam a figura de algum deus e depositavam-no em uma casa feita para este fim. Ali ficava a decompor-se até que restassem apenas ossos. Estes eram moídos e colocados em bebidas, que eram tomadas por seus parentes e outras pessoas consideradas especiais (Heriarte, 1874). Na segunda os ossos eram colocados em urnas funerárias e enterrados (Barbosa Rodrigues, 1875). A primeira prática foi registrada historicamente; a segunda é um registro arqueológico. Pelas limitações dos registros arqueológicos (Ibid.) da época e pela possibilidade dos enterramentos pertencerem a uma das muitas tribos que viviam naquela região junto com os Tapajó, o primeiro registro torna-se mais confiável. Diante destes dois registros, podemos ainda considerar outro aspecto que não invalida o que foi colocado anteriormente. Essas duas práticas registradas poderiam significar que existia um tratamento diferenciado para os mortos, talvez segundo seu grau de nobreza e importância política e social.

Acuña (1941) reforça esta suposição quando registra entre os índios do rio Amazonas e seus afluentes, a existência de diferenças no enterramento dos mortos. Alguns eram conservados dentro de suas próprias redes e outros eram queimados em grandes fogueiras com todos os objetos que em vida lhes pertenceram. E ainda, os ossos dos xamãs eram conservados pendurados em suas redes, no alto de uma maloca e adorados como deuses ancestrais. A literatura etnográfica registra várias formas de tratamento diferenciado na maioria das vezes relacionadas com sexo, idade e importância da pessoa perante o grupo (Montardo, 1995: 35-39; Chaumeil, 1997).

Sobre a língua que falavam os Tapajó existe poucas informações. É quase certo que eles não tinham o Tupi como sua língua oficial, já que houve necessidade da tradução do catecismo escrito nesta língua para as outras (Bettendorf, 1909). Porém, é bastante provável que eles utilizassem o Tupi para comunicar-se com os povos falantes desta língua que habitavam as proximidades e com quem comerciavam. Pois, do seu vocabulário as poucas palavras que chegaram até os dias atuais, cinco são de origem Tupi (Barata, 1949).

A questão dos Tapajó ser ou não uma tribo agressiva foi motivo de contradição entre os autores. Carvajal (1941) e Heriarte (1874) descreveram comportamentos agressivos. Por outro lado, Rojas (1941), Acuña (1941) e Bettendorf (1909) relataram a maneira bastante receptiva como foram tratados. E há ainda as referências de Frei Laureano de la Cruz (1900), que em sua primeira menção aos Tapajó cita-os como uma tribo bastante agressiva, porém, na segunda vez refere-se a eles como amigos. Existem dois aspectos que devem ser considerados. O primeiro é a existência de guerras intertribais, pois existem referências sobre o temor que outras tribos tinham dos Tapajó e a prática de escravidão, provavelmente como resultado destas guerras. Os relatos históricos mencionam que os Tapajó eram guerreiros temidos entre os outros índios (Carvajal, 1941; Acuña, 1941). O segundo aspecto é a afirmação (Idem) que os Tapajó não atacavam os homens brancos e o registro da maneira receptiva como receberam alguns viajantes. Ao que parece, eles temiam aquela gente diferente que possuía armas de fogo e aos quais alguns índios do rio Amazonas chamavam de filhos do sol (Rojas, 1941).

Sobre o registro de Carvajal que mencionou a agressividade dos Tapajó, Mello Leitão considera que o dominicano teria exagerado em seu relato "para dar realce à proeza de seu capitão, pois era tal a segurança na subida, que Pedro Teixeira pode mandar adiante um simples batelão, no feliz estratagema de que nos conta Acuña" (1941: 111). Quanto a Heriarte, apesar de considerá-los como bárbaros e mal intencionados, não registra nenhum incidente em sua viagem que demonstre esta agressividade. Sem dúvida, como já foi abordado, os Tapajó eram um grupo de muitos guerreiros, armados com poderosas flechas envenenadas, porém se realmente fossem agressivos, a implantação dos jesuítas não teria sido tão tranqüila, e o seu extermínio não teria sido tão rápido e fácil (Guapindaia, 1983). Ao que parece os Tapajó construía caminhos destinados ao deslocamento entre as aldeias, pois evidências desses caminhos foram encontradas entre as terras pretas. Eram feitos quase em linha reta e tinham aproximadamente um metro e meio de largura e trinta centímetro de profundidade (Barbosa Rodrigues, 1875; Nimuendajú, 1949). Os registros históricos afirmam que as casas eram muito grandes e feitas com madeiras trabalhadas (Rojas, 1941), provavelmente cobertas de palhas, que eram abundantes na região. No ano de 1872, em Santarém, ainda existia uma parte da cidade, o que hoje constitui o bairro de Aldeia, que era habitada somente por índios, alguns descendentes dos antigos Tapajó,

misturados a outras tribos. Neste caso, os índios moravam em cabanas feitas de folhas de palmeira (Barbosa Rodrigues, 1875).

Quanto à produção de armas, tornaram-se famosas as suas flechas envenenadas (Carvajal, 1941; Acuña, 1941; Heriarte, 1874). Segundo, Nimuendajú, o veneno usado não seria o curare, comum entre as tribos atuais da Amazônia, pois os sintomas de morte registrados eram diferentes dos provocado por este veneno (Nimuendajú, 1948). Também se registrou o uso de veneno em comidas, para matar pessoas indesejáveis (Bettendorf, 1909). No que diz respeito à manufatura de objetos, além da produção de um variado vasilhame, estatuetas de cerâmica e objetos em pedras, há registros de esteiras, redes de palha, mantas de algodão e trabalho em madeira (Heriarte, 1874; Bettendorf, 1909). Apesar de ter sido registrado o uso de mantas de algodão, a julgar pelas representações cerâmicas das estatuetas antropomorfas, eles não usavam vestimentas. Algumas estatuetas mostram o cabelo amarrado com uma faixa e pulseiras nos tornozelos, que poderiam ser de algodão. As mantas, ao que parece, serviam apenas para forrar as casas, como descreveu Heriarte (1874). Estas são as poucas informações registradas sobre os Tapajó. Ao contrário dos cronistas que viajaram pela costa do Brasil nos séculos XVI e XVII, os viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia não deixaram extensos relatos sobre esta região, mesmo assim, conforme já mencionado, as informações disponíveis permitiram formular um idéia geral sobre a organização dos Tapajó.

A cerâmica de Santarém

A cerâmica tipicamente Santarém caracteriza-se pela grande variedade e complexidade nas formas dos objetos. A pasta usada para a confecção da cerâmica era elaborada com mistura de argila, cacos de cerâmica triturados e um tipo de espongíario de água doce, conhecido como *cauixi*. Os tratamentos de superfície predominantes eram os plásticos marcados pelos modelados e incisos; a pintura era usada em menor quantidade, porém, sua técnica era muito bem controlada, incluindo o uso da bicromia e da tricromia. As vasilhas apresentam contornos complexos associando harmoniosa e regularmente a representação de figuras humanas e animais. Os objetos mais significativos, da grande variedade apresentada na cerâmica de Santarém, são os vasos de cariátides, os vasos de gargalos, as estatuetas e os cachimbos.

Os vasos de cariátides foram assim denominados por Frederico Barata (1950) em função de um dos seus componentes - as pequenas figuras modeladas que sustentam

uma vasilha sobre suas cabeças relembrando os elementos clássicos da arquitetura grega. Eles são compostos por três partes distintas superpostas (Figura 2). A primeira, é um recipiente semi-esférico, com boca circular, borda direta e base arredondada, apresentando incisões contornando a parte externa, localizadas próximas à borda, e apêndices zoomorfos e antropozoomorfos (Fig. 26).



Fig. 26.- Vaso de Cariátides, Acervo do MPEG.

Os elementos zoomorfos são pássaros (urubus-reis) de bico curvo, que podem estar de asas abertas ou fechadas. Os elementos antropozoomorfos representados são de dois tipos. O primeiro possui uma cabeça humana com traços faciais bem definidos (olhos, nariz, boca e orelhas) e uma cabeça de pássaro (semelhante ao já descrito acima) colocado lado a lado e ligados ao mesmo corpo. No segundo há dois animais (não identificados) representados de perfil e colocados de costas um para o outro, formando um só corpo. É possível identificar as cabeças pela presença dos olhos e da boca, e os membros inferiores, tendo as pernas dobradas e a presença de pés. A figura humana é masculina e possui traços faciais bem definidos, porém, o corpo é representado através de um fino rolete, onde se identificam apenas as mãos, os pés e o falo. Ela está localizada entre os dois animais e liga-se a eles pela cabeça e pelos pés, deixando o corpo solto, formando uma espécie de alça. No primeiro elemento antropozoomorfo há a integração da figura humana com os animais, enquanto que no segundo, há o destaque da figura humana em relação aos animais.

Os elementos zoomorfos (pássaros) aparecem em todos os vasos ^[10], enquanto que os dois tipos de elementos antropozoomorfos são auto-excludentes, isto é se um tipo está presente o outro está ausente. Existe simetria na distribuição desses elementos no recipiente e sempre são representados aos pares obedecendo a seguinte ordem: um

elemento zoomorfo, um elemento antropozoomorfo, um elemento zoomorfo, e assim sucessivamente.

A segunda parte do recipiente é formada por três figuras antropomorfas modeladas - as "cariátides" - que fazem a ligação entre o recipiente e a base. Elas sustentam o recipiente sobre suas cabeças e assentam-se sobre a base. Suas cabeças são, geralmente, do mesmo tamanho ou maior que o corpo e possuem representações de olhos, nariz, boca e orelhas. A presença do corpo é quase inexistente. Os membros superiores, quando representados sugerem movimento: cobrindo os olhos com as mãos; com uma das mãos cobrindo um dos olhos enquanto a outra repousa sobre o joelho; ou com as mãos sobre os joelhos. Existem também cariátides nas quais não há representação dos membros superiores. Os membros inferiores encontram-se dobrados, sugerindo que as figuras estão de cócoras. Há a representação dos dedos dos pés feitos através de incisões.

Além das características técnicas, é possível observar alguns outros aspectos na análise destes objetos, como, por exemplo, à preferência por representar certos temas. A observação minuciosa de um vaso de cariátides não deixa dúvidas que a figura humana (cariátides) é o ponto central do objeto. As cariátides possuem um papel fundamental na estrutura do objeto. Não são apenas apêndices decorativos, cuja ausência não comprometeria a sua estrutura. A ausência de apenas uma das três figuras, inviabilizaria a existência do vaso. Em oposição à presença fundamental das cariátides, existem os apêndices zoomorfos e antropozoomorfos. Estes elementos, embora estejam presentes em todos os vasos, não têm função estrutural/central. Sua ausência não inviabilizaria a existência do objeto. Não supomos que tenha menor importância estética do que os outros componentes. Mas, observamos que estão restritos a esta única função, o que torna a figura humana, simbolicamente mais relevante nesse objeto.

Gomes (2001) considera os vasos de cariátides como objetos sofisticados na organização dos seus componentes^{11]}. Analisando os objetos do ponto de vista estético considera que são caracterizados por quatro tipos distintos de elementos decorativos: a) faixas padronizadas distribuídas em torno da borda; b) apêndices modelados representando urubus-reis arranjados em intervalos regulares e voltados para o vaso; c) as cariátides e d) os padrões incisos na base.

A autora observa que a decoração em faixas em torno da borda “é composta principalmente de motivos bilaterais, mas existe também elementos assimétricos, combinando simetria bilateral e rotacional. Os urubus-reis modelados seguem este

mesmo movimento translacional no qual as figuras se alteram entre vistas frontais e dorsais de um pássaro também de asas abertas. E ainda, as pequenas figuras humanas sustentando o recipiente estão arranjadas em um padrão radial. Finalmente, a aplicação do princípio de simetria bilateral é também evidente na organização dos motivos da faixa basal” (Gomes, 2001).

A autora reafirma a observação feita por Barata (1950) sobre a transformação de algumas figuras modeladas que, quando vistas de perfil, representam um animal, e quando vistas de frente tem a forma humana. E vai mais além quando propõe que este tipo de transformação relembra aquelas experimentadas nos transe xamanísticos. “Sob o efeito de drogas alucinógenas os humanos mudam e se metamorfoseiam. Esta é uma visão de mundo onde a oposição cultura e natureza torna-se clara e onde, na verdade, a natureza cessa de existir como um reino externo.” (Gomes, 2001:147). Outro aspecto relevante abordado por Gomes, é o contexto ritual e social em que os vasos foram criados e usados. Certamente, um objeto tão elaborado, tanto do ponto de vista técnico como artístico, não seria utilizado quotidianamente. Associando informações históricas e etnográficas, a autora propõe que a iconografia dos vasos de cariátides esteja talvez, estreitamente ligada à transmissão de tradições orais durante cerimônias coletivas de colheita e outras (*Ibid*). O fato de a figura humana ser o ponto central nos vasos de cariátides, e estarem juntas ordenadamente corrobora esta proposta, pois as cerimônias coletivas pressupõem a reunião de pessoas que devem obedecer a determinadas regras.

Os vasos de gargalo (Fig. 27) são de dois tipos: o primeiro, é o vaso de gargalo propriamente dito, e o segundo, é o vaso de gargalo zoomorfo. Os vasos de gargalo são compostos por quatro partes: a primeira é um gargalo com flange; a segunda parte, logo abaixo da flange, é um pequeno bojo esférico, que pode possuir representações de rostos humanos, ou de elementos não-reconhecíveis, de ofídios, de batráquios e de lacertílios. A terceira parte é o bojo, que pode ser formado por seis abóbadas ou possuir a forma esférica. Sua parte inferior tem o formato cônico e repousa sobre a base do objeto. Na superfície do bojo existem figuras modeladas antropomorfadas ou zoomorfadas, que se apresentam aos pares e são posicionadas sempre em lados opostos. Em alguns vasos, as figuras modeladas assemelham-se a cabeças de répteis crocodilianos. Algumas estão com a mandíbula aberta e outras fechadas. Sobre as mandíbulas superiores pode existir um animal quadrúpede e uma ave, ou somente uma ave, um quadrúpede ou ainda dois símios ou figuras antropozoomorfadas.



Figura 27 - Vaso de Gargalo – Acervo MPEG.

Em outros vasos, em vez das cabeças de crocodilianos, existem cabeças de aves semelhantes às encontradas nos "vasos de cariátides", só que em dimensões maiores. Nas outras abóbadas existem batráquios fixados pelos pés e posicionados em sentido oposto. No espaço entre os crocodilianos e os batráquios, há a representação de ofídios. É possível ainda que no lugar das cabeças de crocodilos ou aves, existam figuras antropomorfas semelhantes às que compõe os elementos antropozoomorfos, e no lugar dos batráquios modelados, existem batráquios aplicados.

A quarta parte do vaso é a base, que possui forma anelar. São decoradas com tratamento plástico, algumas vezes representando rostos, figuras zoomorfas ou elementos não-reconhecíveis.

O segundo tipo é o que Barata (1950) classificou como "vasos de gargalos zoomorfos" e podem ser divididos em três partes. A primeira é um gargalo cilíndrico, com flange recortada com perfurações. A segunda é o bojo, que pode possuir quatro abóbadas ou ter a forma oval. O bojo representa o corpo de um animal que possui a cabeça localizada em uma das abóbadas e a cauda na abóbada oposta. A terceira parte é a base do objeto, que possui forma anelar. Nos "vasos de gargalo" há o predomínio, quase absoluto, de apêndices zoomorfos. Existem representações zoomorfas distribuídas por toda a superfície dos objetos, como batráquios, ofídios, lacertílios, símios e aves. Há inclusive, "vasos de gargalo" cujas formas representam animais (vasos de gargalo zoomorfos). Em um número significativo de "vasos de gargalo" ocorrem representações de rostos humanos nos bojões esféricos (abaixo dos gargalos) e nas bases. Nos "vasos de gargalo" a representação antropomorfa não aparece de maneira tão fundamental como

ocorre nos vasos de cariátides, onde, conforme já mencionado, ela não é apenas um motivo, mas interfere na própria estrutura do objeto. Contudo, Gomes (2001) em sua análise, considera que, do ponto de vista formal, os elementos antropomorfos ocupam a parte central, ficando no centro de uma cornucópia de animais tropicais ordenados em diferentes níveis. Sugere que esta profusão de imagens zoomorfas evocaria um tipo de mito de criação no qual os atores principais entrelaçam-se reforçando a ordem social e cosmológica durante cerimônias coletivas (Gomes, 2001: 151).

As estatuetas (Fig. 28), em sua maioria, representam formas humanas. Na coleção do Museu Goeldi, analisada por Conceição Corrêa (1965), e que possui no total 119, apenas 2 são zoomorfas (simiescas). As 62 estatuetas analisadas por Guapindaia (1993), pertencentes à coleção *Frederico Barata*, também sob a guarda do Museu Goeldi, são antropomorfas. Outro aspecto relevante é que a maioria é feminina (Corrêa, 1965; Guapindaia, 1993 e Gomes, 2001). As estatuetas antropomorfas possuem variadas formas de apresentação e podem ser classificadas quanto à anatomia como completas ou incompletas. Entre as anatomicamente completas, existem as que possuem representação naturalista e outras estilizadas. As naturalistas podem ter postura ereta (em pé) ou flexionada (sentada, sentada de cócoras ou sentada sobre as pernas). As estilizadas apresentam postura flexionada sentada (Guapindaia, 1993).



Fig. 28.- Estatuetas Tapajônicas procedente do MPEG.

As estatuetas possuem em comum a maneira de representar os braços, eles estão sempre presentes e invariavelmente sugerindo movimento. Este aspecto pode ser comparado com as cariátides, que também apresentam os braços em movimento. Outro aspecto comum entre as estatuetas e as cariátides é a melhor elaboração da cabeça em relação ao corpo. A cabeça apresenta todos os componentes característicos, sendo por isso sempre mais detalhada que o corpo. A maioria das estatuetas possui a parte posterior da cabeça plana, ocorrendo também cabeças com a parte posterior côncava e de forma oval. As cariátides também possuem a parte posterior da cabeça plana.

Os rostos das estatuetas apresentam “feições” variadas que são compostas pela associação de formas diferentes na representação dos olhos, das bocas e dos queixos, o que, lhes confere expressões de alegria, tristeza, aborrecimento, etc. Existem pelo menos três formas de representar os olhos. As bocas, embora sejam representadas por incisões, tornam-se variadas porque existe diferença na maneira de representá-las. Às vezes os lábios estão com as pontas para baixo; às vezes estão com as pontas para cima; outras vezes fazem um "bico", etc. Os queixos podem apresentar-se proeminentes ou pequenos.

A decoração das estatuetas na cerâmica Santarém inclui pinturas corporais, cabelos trançados e arrumados com faixas, adornos auriculares, pulseiras e tornozeleiras, mostrando uma pessoa ornamentada para uma ocasião especial. Elas são na maioria femininas e possivelmente estão relacionadas ao papel social de algumas mulheres importante entre os Tapajó. De fato, as informações históricas relatam a existência de um grupo de pessoas de status diferenciado entre os Tapajó, e dentro deste grupo, mulheres que exerciam papéis destacados nessa sociedade, como a "princesa" Maria Moaçara. (Bettendorf, 1909). Ela só, tinha permissão para casar com um homem "que lhe fosse igual em nobreza" (Ibid. Realmente, ela era casada com o chefe dos Tapajó, o "Principal Roque". O papel político dessa nobreza feminina parece bastante evidente quando Bettendorf diz que "costumam os índios além de seus Principaes escolher uma mulher de maior nobreza, a qual consultam em tudo como um oráculo, seguindo-a em seu parecer" (Ibid). Serafim Leite (1943: 359) informou que entre "os índios do rio Tapajós, merece figurar o nome de Maria Moaçara, principalesa, repetidamente mencionada nos começos da civilização deste rio. Era esta índia quem governava o Tapajós".

Os estudos de antropologia estética têm demonstrado que os desenhos, os padrões, as cores e até mesmo as matérias-primas utilizadas nas pinturas corporais e em outros

adornos entre os povos indígenas fazem parte de um sistema de comunicação cujas regras são compartilhadas por todos (Silva e Farias, 1992; Andrade, 1992; Müller, 1992; Vidal, 1992; Galois, 1992, Van Velthem, 2003). Por isso, a observação atenta das representações humanas em objetos tem se revelado uma fonte de dados importantes nos estudos arqueológicos.

Entre os objetos que compõe as coleções provenientes de Santarém existe um grupo de peças que apresenta diferenças em relação àqueles considerados tipicamente Tapajó: são os cachimbos. As diferenças fundamentais apresentadas são quanto à forma, à confecção e aos motivos ornamentais. No aspecto morfológico o que mais chamou atenção é o fato de serem todos, cachimbos angulares. A presença de cachimbos entre os objetos arqueológicos provenientes de Santarém, é relevante, se levarmos em consideração que os registros etnográficos até o ano de 1700, ou antes, nada dizem sobre o uso do tabaco entre os grupos tribais na maior parte do rio Amazonas e seus afluentes (Cooper, 1987: 102) (Fig. 29).

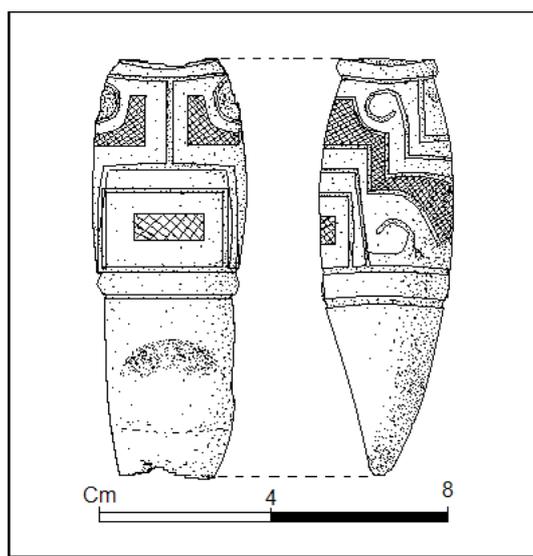


Fig. 29.- Um cachimbo tubular Santarém. Acervo do MPEG.

E quanto ao tipo de cachimbos utilizados entre os índios da América do Sul, os mais comuns são os de forma tubular. Os cachimbos angulares ou de cotovelo foram, provavelmente, adotados por influência européia (Ibid: 103). Embora os cachimbos apresentem também o tratamento de superfície plástico e raramente pintado, diferencia-se pela presença de motivos ornamentais ligados à flora em oposição à maioria dos outros objetos que em suas representações foi priorizada a fauna como motivo ornamental. Frederico Barata (1951) levantou a hipótese de terem sido alguns

cachimbos executados pelos próprios jesuítas, e outros pelos índios sob a orientação desses padres. Isso parece possível, uma vez que há informações históricas relatando as habilidades artesanais dos jesuítas. Barata (Ibid, 1951: 186) afirmou que nos cachimbos "o barro empregado é muitas vezes o mesmo dos vasos típicos" referindo-se aos vasos de gargalo e de cariátides. Porém, a análise técnica mostrou que o aditivo mais utilizado nos objetos tipicamente Santarém é a mistura de cauixi e caco moído, e que entre os cachimbos a maioria não possui aditivo, ou naqueles poucos que apresentam aditivo, este é o cariapé.

Os vasos de cariátides, os vasos de gargalo e as estatuetas (Fig. 30) apresentam um conjunto de características técnicas e estilísticas compartilhadas, demonstrando haver entre estes objetos uma coesão de elementos culturais. O compartilhamento destas características permite classificar esses objetos como sendo tipicamente Tapajó e considerá-los como os objetos mais típicos da cerâmica de Santarém. Por outro lado, a análise dos cachimbos revelou uma descontinuidade entre as características consideradas como tipicamente Tapajó, levando a considerá-los como objetos resultantes de um outro momento histórico: o período de contato com a sociedade européia, que resultou na desestruturação e finalmente na extinção dos grupos indígenas que habitavam a foz do rio Tapajós.



Fig. 30.- Divindade tapajós com linhas pintas paralelas e alternadas, com atresia dos braços e polidatilismo, simbolizando ao raio, o deus dos trovões. Foto do MN-UFRJ.

4.3.- OS OMAGUA

Também conhecidos como Cambebas, devido a ter suas cabeças achatadas de forma oblíqua, outrora um dos grandes grupos indígenas do alto Amazonas brasileiro. Possui uma vasta documentação etno-histórica (Grohs, 1974; Lathrap, 1980, 1975; Métraux, 1926; Oberem, 1967-68; Schwem, 1972; Porro, 1981, 1995, p. 91-110). Possui duas características básicas: sua aparência física e indumentária, distinta em relação às das tribos vizinhas, e sua exitosa adaptação a um nicho ecológico específico e limitado das várzeas.

A deformação artificial do crânio do tipo tabular oblíquo (que deu origem, na língua geral, ao nome *canga-peba* ou *cambeba*, “cabeça-chata”) e as roupas de algodão tecido e pintado que vestiam, chamaram a atenção dos cronistas. Acuña (1874, p. 109) relata “é essa gente a de mais razão e de melhor governo que há em todo o rio”. O habitat estritamente fluvial, numa região de transito obrigatório para os exploradores da Amazônia, fez com que esses relevassem o povoamento contínuo e o domínio incontestado desses “fenícios da América”, ao longo do alto Amazonas, numa extensão de mais de 700 km (Fig. 31).

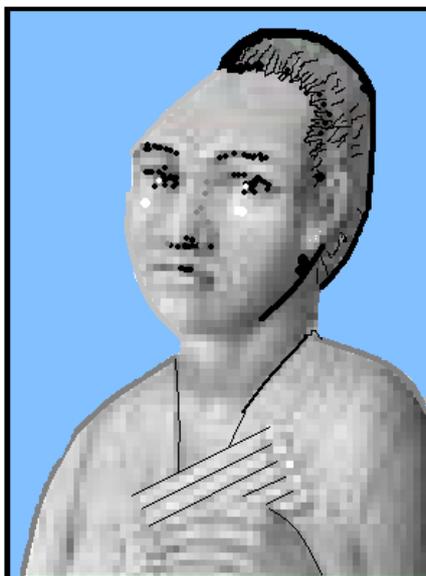


Fig. 31.- Índio omagua visto no século XVIII (Porro, 1995, p. 167).

Os Omagua constituíam, junto com os Cocama, que ainda habitam a bacia do Ucayali, grupos tupi-guarani deslocados para o alto Amazonas do Peru e do Equador. Isto já a partir do século XVI com o advento dos espanhóis. Lathrap (1972: 18-19), através de trabalho de campo e datações radiocarbônicas, apontou que eles estavam

ocupando a junção do Napo-Marañón (Peru) entre os séculos IX e X d.C. No alto Napo equatoriano, os *Omagua-Yetê* “os verdadeiros Omagua” e no Solimões “os Omaguas das ilhas” ou “La gran Omagua”. Houve um controle político-econômico e de inter-relação vertical ao longo do rio alto Amazonas. Esse modelo teria surgido de outros fortes grupos sociais como os Chupachu, os Collas, os Chachapuyas, os Cañaris, entre outros, que dominaram tanto as serras andinas e tinham terras na Amazônia. Mas os Omaguas, assim como os Yurimaguas, Machifaro, Paguana, Tapajós, Codajás e Marajó eram grupos próprios da Amazônia que desenvolveram modelos econômicos adaptados às várzeas e terras firmes.

As constantes lutas dos espanhóis no século XVI e dos portugueses nos séculos posteriores fizeram que os Omaguas fugizem em grande número às terras peruanas e equatorianas, devido às pressões políticas e pelas doenças virais que arrasaram aldeias inteiras.

Lathrap (1975) equacionou a sequência arqueológica e histórica do Napo e do Amazonas peruano através de um modelo que leva em conta os deslocamentos dos Omaguas até meados do século XVI. Indicou, aliás, que esta sociedade já era um estado ou um reino complexo, mas naquela década a teoria antropológica da Amazônia era dominada pelo enfoque ecológico do casal Evans apontando que os índios da Amazônia somente chegaram ao nível sociocultural de tribo e eram grupos degenerados e marginais de povos andinos. O modelo de Lathrap balançou levemente à velha teoria e esta somente tomaria força a partir da década dos 90s.

Porro (1995) assinala que, entre os anos de 1540 e 1640, a tribo dos Omagua de Aparia dominava desde o baixo curso do Napo, o Amazonas em seu trecho peruano até a região de Santa Rita de Weil no oeste. Sua aldeia principal era a Aparia Grande de Carvajal, situava-se pouco acima da foz do Javari; abaixo dela, o povoamento muito denso, tornava-se mais disperso, com diversas aldeias abandonadas. Dali para baixo, numa extensão de mais de 600 km, a várzea era despovoada até a foz do Japurá e a do Tefé, onde tinha início o território da tribo de Machiparo. Conforme Carvajal, abaixo do Machiparo continuavam as terras dos Omagua, mas estes já eram diferentes dos Omaguas do Napo e da Grande Omagua dos Aparia.

A primeira aldeia Omagua *Piramota* foi encontrada por Frei Laureano de la Cruz em 1647, numa ilha a 70 léguas abaixo da foz do Napo (Cruz, 1900: 79). Daí até a foz do Içá, o cronista conta 100 léguas (cada légua média em média de 4.8 km). A ilha de Piramota estaria localizada a 38 km abaixo da foz do Atacuary, nesse ponto aparece a

ilha do Cação, entre Caballo Cocha (Peru) e Loreto (Colômbia). Oito léguas (ou 38 km) abaixo ficava, também numa ilha, a aldeia de *Sacayey*; a distancia sugere a ilha Tucana, na margem colombiana acima de Santa Sofia ou, mais provavelmente, a grande ilha da margem peruana, junto à foz do rio *Cayaru*. Assim, centenas de ilhas (Maity, Aramaçá, Caraute, Arariá, Ourique, Paguaperi, Guaribas) foram ocupadas pelos soberanos das águas, os omaguas.

Nos últimos anos do século XVII, o padre Samuel Fritz empreendeu a catequese na aldeia dos Omagua, incorporando 38 aldeias omaguas aos jesuítas localizados no alto Amazonas e fundando a missão Nuestra Señora de Las Nieves de Yurimaguas e reduzindo também outros povos como os Jurimaguas, Aisuares e Ibanomas. Segundo o projeto Radam, a extensão da várzea amazônica ocupada pelos Omagua era de 17.500 km².

A queda dos Omaguas ocorreu devido a diversas epidemias de varíola, sarampo, febre tifoidea, pneumonia e tuberculose que alastraram-se pela hiléia do Amazonas entre os séculos XVI-XVII, associados com a intensa catequização jesuítica que justificava a pugna divina entre os deuses indígenas e os introduzidos (cristão-católico). Morreram milhares de nativos e os poucos sobreviventes fugiram ao interior das terras firmes e subiram ao alto Amazonas, vivendo até hoje.

4.4.- OS JURIMAGUA

Também chamado de Caliman, Yoriman ou Solimões (Porro, 1995, p. 52-4). Estavam localizados duas léguas acima do rio Coari, começava uma província que se estendia quase até a foz do Purus, por quase 250 km. Pelo menos em sua porção oriental ela ocupava também a margem esquerda do Amazonas na região do Codajás. Carvajal (1542), um dos membros da descoberta do Rio Amazonas, denominou a esta província de Oníguayal, Omega e Omágua, é a última se fixou nas demais crônicas quinhentistas, que por outro lado nada dizem sobre ela.

Estes omáguas são diferentes dos do século XVII. Sua língua era também distinta das do Aparia. Os omaguas eram moradores da região do Coari-Codajás. Eram ribeirenhos e navegantes, mantinham íntimas relações com as tribos da terra firme. De suas principais aldeias partiam caminhos “bons e largo que entravam pela terra adentro”, que quando mais se afastavam do rio “eram melhores e maiores” (Carvajal, *Op. cit.*).

A maior aldeia estava na ilha de Codajás e foi batizada como “aldeia da loça” pelos companheiros de Orellana devido à abundância da belíssima cerâmica policrômica e vitrificada. Alguns dos espanhóis, a consideraram superior à cerâmica peruana. Haviam grandes ídolos feitos de fibras vegetais trançados, “de formas inusitadas que faziam espanto e de estatura de gigante”; ostentavam braceletes e orelhas furadas de grande tamanho, semelhante a os “orelhões andinos”, e eram guardados numa cabana de fins rituais ou festivas (“casa do prazer”)(Carvajal, Op. cit.).

O termo Solimões, segundo Porro (1995), estaria ligada com o de Yurimagua que teria dado nome ao famoso rio do Alto Amazonas brasileiro. “Solimões para alguns autores antigos significa ‘rio dos venenos’, nada mais é uma curiosa convergência linguística: solimão do latim *sublimatum*, era o nome popular do sublimato corrosivo (biclureto de mercúrio) e, por extensão, qualquer poção venenosa, que os eruditos do século XVIII associavam às flechas envenenadas de algumas tribos do rio Amazonas. Os Solimões eram tidos como os mais belicosos da região (Acuña). Sua língua não era da família tupi-guarani e, ao contrário dos omágua e dos aisuari do rio acima, não usavam qualquer roupa. Tinham enormes povoados que se estendiam por quilômetros no longo do rio.

As casas eram comunais que segundo Acuña aponta que em cada uma viviam entre 4 a 5 famílias, ou seja, entre 200 e 300 pessoas. Eles viviam da horticultura e preparavam muita farinha de mandioca. Mantinham intenso contato comercial com as tribos vizinhas e, indiretamente, com as regiões distantes. Até o século XVII participavam do circuito comercial através dos rios Japurá, Negro e Branco trocando suas cerâmicas, cuias pintadas e contas de caracol por armas e ferramentas de metal que os holandeses da Guiana forneciam em troca de escravos (Porro, 1983, 1984, 1987; Farage, 1991).³⁰

Entre 1651 e 1670, houve fortes conflitos com os espanhóis em busca do “rio do ouro” (o Japurá ou um de seus tributários), fugindo a uns 300 km rio acima para conviver com os Aisuari na periferia do território Omagua e se espalharam pela terra firme ao sul. Em 1689, Samuel Fritz fundou a aldeia Nuestra Señora de las Nieves de Yurimaguas, de breve existência e posteriormente reativada pelos carmelitas. Houve grande mortalidade indígena pelas doenças introduzidas de caráter altamente epidêmico.

³⁰ FARAGE, Nadia (1991). As Muralhas dos sertões. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

4.5.- OS PAGUANA

Também chamados de Cuchiguara e Carabuyana (Porro, 1995, p. 54-57). Mas estes eram grupos vizinhos aos Paguana que estavam inter-relacionados e integrados a um modelo econômico horizontal e arquipélago com tribos da terra firme que permitisse fornecer materiais e seres humanos (escravos) ao serviço da chefia Paguana. Viviam na margem direita do rio Amazonas, após a região do Codajás, entre a foz do rio Purus e a uns 100 km acima do rio Negro (Carvajal, 1542).

Tinham dois grandes povoados, rodeados de outros menores ao longo de 150 km. O primeiro povoado localizava-se acima da foz do Purus, tinha duas léguas de extensão (aproximadamente 5 km). Os espanhóis denominaram a “aldeia dos bobos”, pela cínica interpretação da docilidade dos indígenas; o segundo chamado “vicioso”, estava localizado na porção oriental do território. Era de aparência guerreira e insidiosa.

Tinham muitos pomares e mais de 500 casas (Carvajal). Da “aldeia dos bobos entravam muitos caminhos pela terra adentro, porque o senhor não reside sobre o rio”. Aqui Carvajal indica que “este senhor possui muitas ovelhas dos do Peru e é muito rico em prata”. A posse de lhamas e prata só pode ser explicada por um comércio regular de longa distância, fato até aqui não comprovado mas tão plausível quanto à rota do ouro do alto rio Negro.

Paguana, segundo Carvajal, era o nome de seu chefe e, por tanto, de seu reino. No século XVII, havia uma tribo Paguana ou Pauana a 400 km rio acima entre o Tefé e o Catuá (Acuña, Fritz). Outra possibilidade é que os descendentes do povo Paguana, ou de um contingente seu que não tinha migrado, tenham sido os Cuchiguara que deram ao rio Purus o seu primeiro nome.

Os Carabuyana era um conjunto de tribos acima do rio Negro composta pelos Caripuna e Zurina (na margem direita), tinham excelentes entalhes em madeira; na margem esquerda, estendendo-se pelos lagos de Manacapuru e ao norte e do baixo Negro, vivia um conjunto de tribos chamado Carabuyana, os quais tinham intenso comércio.

A mandioca era plantada na vazante e colhida antes da enchente, enterravam as raízes desta planta para sua preservação durante as épocas de inundação. Com o cacau faziam uma bebida fermentada que utilizavam nos rituais de competições, denominadas as “batalhas sagradas”. E faziam estes índios quantidade de sal de uma erva fluvial que chama de *capivasu* e que se açucara em pães, feitos da farinha de mandioca, que mais

parece salitre do que sal. Estes pães eram levados em troca para outras nações de lugares distantes.

Não dormem em redes como os demais desta bacia, senão em camas feitas de palhas. Não comem carne de animais exceto de humanos que são muito carnicheiros. Tem ídolos de madeira muito curiosos e cada aldeia tem um que são adorados e protegidos em casas especiais. Tem muitos feitizeiros que custodiam estes ídolos (Heriarte).

No século XVII, a etnia Paguana havia totalmente devastada pelas incursões guerrerias dos espanhóis na procura de ouro e alastraram diversas doenças epidêmicas, conduzindo a uma rápida queda da extensa população indígena que ocupava as ribeiras da bacia e as várzeas, e estavam controlado a outras etnias menores da periferia através do comércio inter-tribal. Os diversos rituais xamânicos foram catequizados e nas reduções indígenas em aldeias de espanhóis causaram essa crise e hecatombe demográfica.

4.6.- OS MACHIFARO

A província de Machiparo ou Machifaro, no século XVII foi ocupada pelos Aisuari ou Curuzirari devido aos distúrbios sociais causados pela invasão europeia. Comprendia desde a margem direita do Amazonas desde a foz do Tefé até a do Coari (mais de 200 km) e pela margem esquerda numa extensão indeterminada. Os seus povoados sucediam sem interrupção. Cada povoado mantinha enormes quantidades de tartarugas em viveiros cercados no próprio rio (*caiçaras*) e em lagunas e lagunetas junto às casas.

O peixe, moqueado e armazenado em edifícios próprios, “eles o levam a vender pelo sertão e têm suas contratações com outros índios; vão os caminhos muito abertos, de muito seguidos, porque corre muita gente por eles” (Nunes). Na guerra, em grandes canoas de um só tronco, os índios protegiam o corpo com longos escudos feitos de couro de jacaré, anta e peixe-boi. Era gente “política, vestida e de muita razão” (Capitão Altamirano)³¹. Vivia em casas quadrangulares cobertas com folhas de palmeira e na

³¹ O Capitão Altamirano era o cronista membro da expedição de Ursua e Aguirre ao Amazonas em 1559-61. Foi citado por primeira vez por Vasquez de Espinoza em cerca de 1615. Morava na região do Chachapoyas no Peru e deixou um manuscrito que chegou às mãos de Vasquez de Espinoza. Contém importantes notícias sobre as tribos do Alto Amazonas desde as foz do Ucayali até a do Coari, incluindo as províncias de Cararo (Omagua), Arimocca e Machifari (Aisuari) (Porro, 1995, p. 182).

época das enchentes mudava-se para abrigos construídos sobre as árvores “com todo o necessário para poder viver” (Cap. Altamirano, Apud Porro, 1995).

Tinha duas aldeias principais, sendo *Mocomoco*, a segunda próxima ao Tefé. Nas guerras, os feiticeiros se pintavam de branco e iam adiante das embarcações com as bocas cheias de cinça (provavelmente de ossos queimados e triturados de grandes guerreiros), que soprovam para o ar, tendo nas mãos uns hissopes com os quais iam jogando água ao rio com o objetivo de atrair os espíritos dos guerreiros mortos e começavam tocar suas trombetas e tambores, fazendo grande gritaria ao redor dos bergantins dos espanhóis.

Os habitantes possuíam pingentes de ouro como brincos e braceletes que as obtinham pelas trocas com povos vizinhos. Na aldeia Aisuari, chamado pelos companheiros de Teixeira de “aldeia do ouro” devido à abundância deste metal entre os habitantes. Acuña e Fritz apontam que o ouro, procedente do alto Uaupés, era trazido pelos Manaos do Rio Negro para o Japurá, e daí chegada aos Aisuari (Porro, 1987). Fritz aponta que os manaos traziam para Machifaro lâminas de ouro, urucu, raladores de mandioca, redes de miriti, cestaria e tacapes.

No final do século XVII, as principais aldeias Aisuari eram Quirimataté (provavelmente a “aldeia do ouro”), junto à foz do Tapiú; Guaioeni na ilha de Manacapuru, Turucuaté, no lago Uará, a leste da foz do Juruá; Aranariá, na ilha de Taiaçatuba fronteira à foz do Juruá; e Samonaté, na ilha Tupé, 15 km acima do Juruá. Nos séculos posteriores, os jesuítas espanhóis e, após, os carmelitas portugueses reduziram estes povos em novas fundações, tanto a catequização quanto ao convívio com europeus dizimaram estas populações autóctones com a promessa da “vida eterna” e “da salvação”, sendo enganados milhares de machifaros e a morte massiva pelas doenças virais introduzidas.

Cap. 5.- Os geoglifos da Amazonia Ocidental

Nos últimos vinte anos, pesquisas arqueológicas na região amazônica têm desafiado o velho modelo, até então aceita por muitos estudiosos, de que o desenvolvimento cultural nas terras baixas sulamericanas havia sido limitado pelas particularidades ecológicas da região (Erickson 1980, 2000; Heckenberger *et al.* 2003; Heckenberger *et al.* 1999; Roosevelt 1991, 1999; Schaan 2004). Atualmente diversas paisagens antropogênicos identificados por arqueólogos, antropólogos, geógrafos, geólogos e etnobotânicos são considerados evidências empíricas de que a ocupação humana foi decisiva para vencer qualquer obstáculo oferecido por condições ambientais por ventura adversas.

A pesar de reconhecer-se, desde o século XIX, a existência de obras monumentais de terra feitas por populações pré-colombianas e as mesmas haviam sido estudadas anteriormente por arqueólogos (ex. os *mounds* de Marajó, Meggers & Evans 1957), novas interpretações sobre sua função e escala tem sido cruciais para proveer novos modelos sobre as maneiras pelas quais os antigos amazonenses viviam e até onde foram em seu empenho de transformar seu entorno (Roosevelt 1991, 1999; Schaan 2005, 2008). Aliás, etnobotânicos como William Balée e Darell Posey, por exemplo, documentaram em suas pesquisas, practicas indígenas que se acredita ter contribuido significativamente para a biodiversidade da região (Balée 1989a, 1989b; Posey & Balée 1989; Posey 1985).

Evidências arqueológicas que indicam transformações da paisagem tem sido identificadas nos lhanos bolivianos (Erickson 2006), na Amazônia central (Neves *et al.* 2004), no alto Xingu (Heckenberger *et al.* 2003), na ilha de Marajó (Schaan 2006, 2008) e na Amazônia equatoriana (Salazar 2000), além de outros locais, comprovando que as antigas sociedades amazônicas eram mais complexas do que indicava o “modelo-padrão”.³²

Mas na Amazônia ocidental, e mais especificamente no Estado de Acre, estruturas de terra compostas por trincheiras monumentais e muretas foram observadas por primeira vez ao final dos anos 1970, por ocasião de um levantamento inicial de sítios

³² El “modelo patrón” es como se refiere Viveiros de Castro (1996) al modelo de ocupación de las tierras bajas tropicales señalado por Betty Meggers a partir de la propuesta de la división de América del Sur en áreas ecológico-culturales (Steward 1948).

arqueológicos realizados na região (Ranzi 2003; Schaan 2007). No entanto, pouca atenção lhes foi dada, uma vez que os pesquisadores da época estavam mais interessados em estudar restos de artefatos de cerâmica, com finalidade de estabelecer sequências seriadas que produzissem frias cronologias de ocupação. No entanto, a população sofria os problemas de desemprego, violência, saúde e progresso social. Naquela época, os pesquisadores acreditavam que a ecologia (principalmente os solos inférteis) seria um fator externo importante para limitar ou “legitimar” o desenvolvimento da complexidade social; por tanto, as obras de terra foram ignoradas quando se tratava de definir diferentes tipos de ocupação humana na região.

Os geoglifos até então identificados se localizam na porção leste do estado do Acre, atingindo o Sul do estado de Amazonas, Oeste de Rondônia, Madre de Dios no Peru e Norte de Bolívia, abarcando uma área de 250km no sentido sul-norte (Fig. 32).

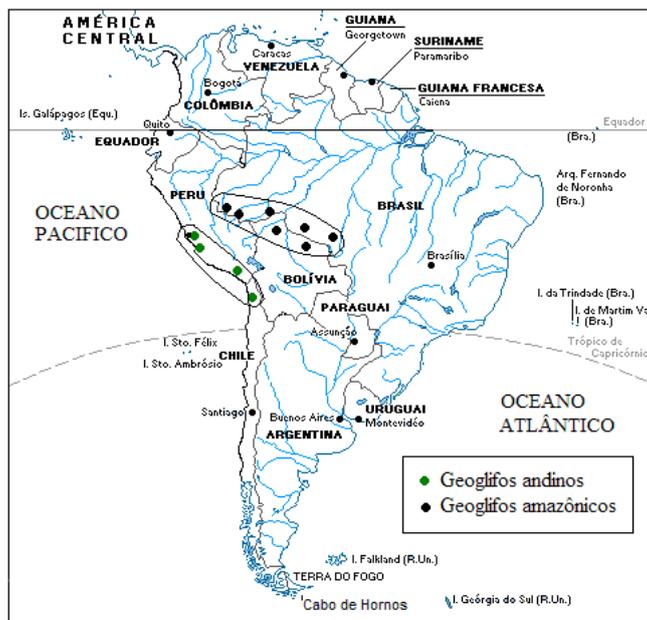


Fig. 32.- Distribuição dos geoglifos na América do Sul.

A partir de 1970, no entanto, extensas áreas do estado de Acre começam a ser desmatadas para o assentamento de famílias de agricultores e estabelecimento de fazendas de gado. Ao mesmo tempo, estradas passaram a ser abertas, procurando a “integração” econômica e política daquela região ao restante do país, isto era uma meta do governo militar daquela época. Com isso, os sítios arqueológicos que estavam até então cobertos pela mata tornaram-se visíveis.

5.1.- Histórico

Em 1977 o estudante de geologia Alceu Ranzi, voando de Porto Velho a Rio Branco, descobriu uma imensa estrutura circular que logo comunicou aos pesquisadores do PRONAPABA liderado por Ondemar Dias e Mario Simões que não deram importância a esta importante jazida.³³ Mas somente a partir de 1986 que tais monumentos passaram a serem divulgados, graças ao esforço do paleontólogo Ranzi, ora professor da Universidade Federal do Acre, que percebeu estar diante de algo espetacular e batizou as estruturas como “geoglifos”.

Em 1986 Ranzi novamente voava em um avião comercial de Porto Velho para Rio Branco quando vislumbrou outra grande estrutura geométrica localizada próxima à BR-317. Impressionado com a dimensão e perfeição da estrutura – um círculo duplo (que hoje se denomina sítio Seu Chiquinho (código AC-RB-06). Ranzi conseguiu sobrevoá-la posteriormente em um avião menor, levando consigo Agenor Mariano, fotógrafo profissional. Essa descoberta mereceu uma reportagem no jornal O Rio Branco, em edição de 15 de agosto de 1986.

Em 1999, em nova viagem, Ranzi avistou outro grande círculo, também próximo à BR-317, nas imediações da sede do antigo Seringal Bagaço, próximo a Rio Branco (hoje chamado sítio AC-IQ-13: Fazenda Colorada). Apesar de ter participado das pesquisas de O. Dias em 1977, Alceu na época era muito inexperiente e ele, como os outros, não entendiam a real dimensão daquele achado. Dando-se conta, no entanto, de que aquelas estruturas construídas pela ação humana eram algo de grandioso, passou a partir de então a procurá-las e localizá-las sistematicamente (Fig. 33).

³³ Naquela época, a guerra fria entre EE.UU. e Rússia pela chegada à Lua, o movimento dos beatnecks, ligados ao crescimento da música Rock, uso da maconha e o surgimento dos ufólogos levava a considerar que estas imensas estruturas estariam ligadas com seres extraterrestres que sobrevoavam na imensa Amazônia. Isto havia cegado a muitos pesquisadores cuja cientificidade sempre foi forte, cética e fechada. Por outro lado, o domínio da arqueologia Amazônica estava em mãos de Betty Meggers da Smithsonian Institution, Washington DC, que outorgava bolsas de pesquisa aliados do CNPq para aqueles que se enquadrassem nos moldes do método Ford da análise da cerâmica (“os irmãos de Paranaguá”). Pois não havia credibilidade nos geoglifos e as descobertas foram tomadas com muita reserva e sigilo.



Fig. 33.- O primeiro geoglifo descoberto por Ranzi em 1977.

Em 8 de abril de 2000, Ranzi realizou, juntamente com o fotógrafo Edison Caetano, e graças ao patrocínio do Gabinete Civil do Governo do Acre, duas horas de sobrevôo sobre a mesma região onde havia avistado o geoglifo circular em 1999, o que lhe rendeu a descoberta de outros seis sítios. As fotos foram publicadas em jornais e revistas locais e nacionais, e Ranzi passou a visitar os sítios por terra, para coletar informações detalhadas sobre sua localização, dimensão e estado de conservação. A divulgação na imprensa também colaborou para a obtenção, em 2001, de verba da Lei de Incentivo à Cultura e ao Desporto, que foi utilizada para obter mais informações e fotos aéreas. Em pouco menos de dois anos, Ranzi já havia localizado 25 geoglifos (ver Ranzi, 2003).

O trabalho de Ranzi era o de sensibilizar órgãos públicos e pesquisadores para a necessidade do estudo e da preservação dos geoglifos, alguns dos quais já estavam cortados por estradas federais, estaduais e estradas de terra dentro de fazendas. Como parte desse esforço, destaca-se a visita do arqueólogo Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida e do geólogo Matti Rasanen, da Universidade de Turku, Finlândia, que, no verão de 2000, visitaram alguns geoglifos. A partir dos contatos estabelecidos, em 2001 Ranzi proferiu palestras em ambas as universidades, estabelecendo um princípio de cooperação científica com pesquisadores da Finlândia.

Ainda em 2001, Ranzi publica, em parceria com Rodrigo Aguiar, arqueólogo e professor das Faculdades Energia, em Florianópolis, um artigo na Revista *Munda*, intitulado “Registro de Geoglifos na Região Amazônica, Brasil”. Nele, os autores avaliam a importância e motivação para a construção dos geoglifos. Impressionados pela perfeição geométrica das estruturas e considerando que possivelmente seu formato tinha algum significado simbólico, os autores as comparam às linhas de Nazca,

perguntando-se se a proximidade com os Andes peruanos poderia ter levado a algum intercâmbio de idéias ou mesmo uma relação cultural mais próxima entre as duas culturas. Levanta-se ainda uma questão fundamental, a de que dificilmente os geoglifos teriam sido construídos em ambiente de floresta, dada a necessidade de derrubada de árvores de grande porte com tecnologia indígena rudimentar.

Em 2002, o arqueólogo finlandês Martti Pärssinen vai a Rio Branco, onde, em companhia de Ranzi visita e sobrevoa os geoglifos então conhecidos. Em 2003, Ranzi e Pärssinen apresentam um trabalho sobre os geoglifos no VI Simpósio Internacional de Arte Rupestre na Argentina. No mesmo ano publicam dois artigos no livro *Western Amazonia: “Geometrically patterned ancient earthworks in the Rio Branco region of Acre, Brazil: New evidence of ancient chiefdom formations in Amazonian interfluvial terra firme environment”* (Pärssinen, Ranzi, Saunaluoma e Siiriäinen 2003), e “Geoglifos, Patrimônio Cultural do Acre” (Ranzi 2003) (Fig. 34).

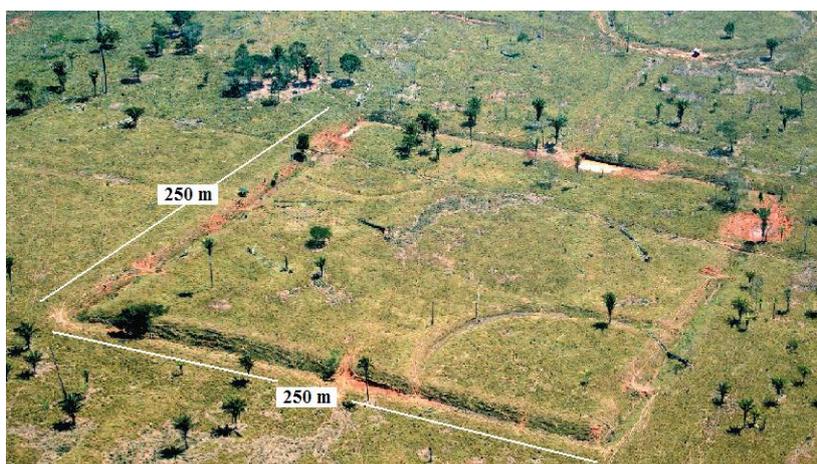


Fig. 34.- Um geoglifo quadrangular do estado do Acre, foto de Mann 2008.

No primeiro, como o título já implica, os autores ressaltavam o fato de que os geoglifos seriam remanescentes de antigas formações do tipo cacicado, conhecidas em outras partes da Amazônia tanto através dos cronistas das décadas iniciais da conquista, como das pesquisas arqueológicas. No artigo, os autores descrevem a visita feita aos sítios Jacó Sá, Fazenda Colorada, Severino Calazans e Baixa Verde, todos em propriedades particulares e próximos a rodovias (inclusive cortados por elas e por estradas vicinais), exibindo figuras de formas retangulares, circulares e em forma de “U”. Os autores consideram que “estruturas com fossos circulares, elípticos e semicirculares têm sido em geral interpretadas como assentamentos fortificados” (Pärssinen, et al. 2003: 127), logo os sítios poderiam também terem sido construídos com funções similares. Quanto à razão para isso, os autores apontam a existência de

conflitos ou captura de escravos, talvez impulsionados por fatores ideológicos, ambientais ou climáticos.

Durante a visita com os arqueólogos finlandeses, uma amostra de carvão foi retirada de uma estrutura que havia sido recém-cortada por uma retroescavadeira, na fazenda Colorada (Fig. 35), sendo essa data, de 1.275 AD, publicada no artigo como a única data existente sobre os geoglifos. Os autores não estavam a par, naquele momento, que outras datas já haviam sido processadas pela equipe de Ondemar Dias, pois as mesmas não haviam sido divulgadas. De qualquer maneira, a data obtida pelos pesquisadores colocou o período de ocupação do sítio no século XIII, época em que se multiplicam os assentamentos fortificados nos Andes e acontece um episódio árido (em torno de AD 1.250). Assim como Dias, Pärssinen e seus colegas ainda se perguntam o porquê das muretas serem construídas por fora dos fossos quando o mais correto seria o contrário. Sugere, nesse caso, como possibilidade, que os fossos serviriam como reservatórios de água, local onde se poderiam também criar moluscos e tartarugas (Pärssinen *et al.*, 2003, p.130).



Fig. 35.- Geoglifo circular de Acre próximo a estrada de terra.

Ainda no livro *Western Amazonia*, o capítulo: “Geoglifos, Patrimônio Cultural do Acre”, de autoria de Ranzi, apresenta pela primeira vez o inventário dos sítios do tipo geoglifo até então conhecidos e que já somavam 25, com suas respectivas indicações de localização e coordenadas geográficas. No artigo, Ranzi relata a primeira descoberta de um geoglifo feita em 1977, na Fazenda Palmares, em pesquisa coordenada por Ondemar Dias, e acrescenta:

“A descoberta de 1977 no Acre não obteve grande repercussão, talvez por falta de divulgação ou pela nossa não-percepção da importância do evento. A única observação registrada encontra-se no livro de André Prous, ‘Arqueologia Brasileira’, Editora da Universidade de Brasília, 1991, tendo por base informações fornecidas pelo Dr. Ondemar F. Dias Júnior” (Ranzi, 2003, p. 137).

Como se percebe, Ranzi não tinha conhecimento do artigo de Dias de 1988, ausente também da bibliografia de Prous em “Arqueologia Brasileira”, onde as poucas informações sobre o Acre foram creditadas a palestras (Prous, 1991, p. 463-4). Ranzi enumera, nesse artigo, as principais questões que deveriam nortear as pesquisas com os geoglifos, que diziam respeito à finalidade das construções, o contingente populacional existente na época e indagações a respeito do clima e vegetação que cobriria a área, entre outras.

Em 2004, Ranzi e Aguiar publicam o livro “Geoglifos da Amazônia – Perspectiva Aérea”, editado pelas Faculdades Energia de Florianópolis. O livro foi o resultado do projeto “Geoglifos, Patrimônio Cultural do Acre”, que obteve recursos da Fundação Elias Mansour. Trata-se de uma obra de divulgação, com fotos de Edison Caetano, cujo principal objetivo era divulgar e propor a preservação dos geoglifos como patrimônio nacional. Os autores definem geoglifo como *“um vestígio arqueológico representado por desenhos geométricos ou naturalistas, de grandes dimensões, elaborado sobre o solo”* (Ranzi e Aguiar, 2004, p.11). Além de comentar as hipóteses já levantadas nas publicações anteriores sobre os construtores dos geoglifos e suas razões, os autores apontam para a grande potencialidade turística de tais sítios, lembrando que os geoglifos de Nazca atraem visitantes de todas as partes do mundo, podendo ser esta uma alternativa econômica altamente rentável para o estado do Acre. Isso poderia se dar através da criação de museus, torres de observação e observatórios, atividades essas combinadas em um “plano de visitação turística” (Ranzi e Aguiar, 2004, p. 47).

Em 2005, o Museu Paraense Emílio Goeldi é contatado pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte para realizar um levantamento do potencial arqueológico na área de impacto da construção de duas linhas de transmissão de energia elétrica, uma das quais atravessando área de grande incidência de geoglifos. O levantamento foi realizado por Denise Schaan e Cláudia Plens, da Universidade de São Paulo (com a colaboração do Prof. Alceu Ranzi, que gentilmente colocou todas as informações à disposição), originando um relatório (Schaan e Plens, 2005) que recomendava a realização de pesquisa arqueológica que viesse a instrumentalizar um programa de educação patrimonial, considerado extremamente necessário tendo em

vista a destruição de alguns sítios tanto por estradas como por açudes. Tal programa nunca foi implantado.

A partir dessas visitas e pesquisas iniciou-se uma cooperação entre os pesquisadores Martti Pärssinen, Sanna Saunaluoma, Denise Pahl Schaan, Alceu Ranzi e Jacó César Piccoli no sentido de estudar os geoglifos. Elaborou-se o projeto “Natureza e Sociedade na História da Amazônia Ocidental”, que conta com financiamento da Academia de Ciências da Finlândia e que, inicialmente, dedica-se a estudar cinco sítios do tipo geoglifos. O mapeamento e escavação dos sítios iniciaram-se em junho de 2007.

Em agosto de 2007, Charles Mann, jornalista americano especializado em jornalismo científico e correspondente das revistas *Science* e *National Geographic* esteve em Rio Branco, sobrevoando, comigo e Alceu Ranzi, alguns geoglifos. Em seu livro *best-seller* 1941, recém-traduzido para o português - “1941: Novas revelações das Américas antes de Colombo” -, ele faz menção aos geoglifos, reproduzindo, à página 13, uma foto do sítio Fazenda Colorada. Assim como outros jornalistas e cientistas que já visitaram os sítios, ele se declarou fascinado pelos geoglifos, cuja visão, do alto, é realmente extasiante, para dizer o mínimo (Mann 2008).

5.2.- Hipóteses de sua função

Este item é crucial para atingir a correta função dos geoglifos pelo qual temos coletado algumas propostas descritas na literatura e propondo algumas novas. Por outro lado, as fontes etnohistóricas são bastante escassas com relação a essas estruturas, especialmente porque os brancos penetraram a essa região tardiamente, no século XIX, especialmente com o objeto de escravizar aos índios, gerando, já antes de sua chegada, extrema violência e uma grande desestruturação política e demográfica entre as populações da região (Métraux 1948).

Vamos destacar três hipóteses. Uma é a tradicional de ter sido centro cerimonial, a segunda de ter sido aldeias fortificadas e a terceira é um lugar de troca de povos dos Andes com os Amazônicos onde se comemoravam festas comunitárias.

A construção da primeira hipótese de ter sido centros cerimoniais começa em 1866. O engenheiro Chandles (1866), subindo o rio Acre na altura dos povoados de Brasileia e Xapurí, relata ter chegado a uma aldeia com 3 ou 4 casas, um pouco mais adiante havia outra casa, toda fechada, com uma pequena entrada, onde os índios lhe informaram que eram lugares para guardar os alimentos para as festas. Entre esse almazem e as casas havia uma trincheira, que Chandles imaginou ser uma obra de

defesa. No entanto, continua ele, os índios haveriam lhe explicado que era um local para festas (Chandles *ibid.*: 3). Naquela época os índios Apurinãs, que ocupavam a região, se encontravam já bastante dispersos, fugindo dos brancos e por tanto provavelmente não habitavam mais seus locais tradicionais. Nesse sentido, a ocupação desse local que parece ser um geoglifo pela explicação pode ter sido o abandono do sítio por aqueles que originalmente a construíram. Entre 1906 e 1907, o coronel Fawcett (2001) indica que haveria acampado num lugar chamado campo central, onde percebeu enormes clareiras de gramíneas de 1 a 2 km de diâmetro, que teriam sido feitas pelos índios Apurinã que allí viviam poucos anos antes de sua chegada. Aliás, ele também relata que alguns sobreviventes desse grupo viviam no campo de Gavião, onde havia sepulturas em vários locais da clareira. Segundo Fawcett, os índios eram enterrados em posição sentada. Apesar dele não falar sobre as trincheiras, o campo de Gavião é um lugar de geoglifos com fragmentos de cerâmica e solo antrópico.

A segunda hipótese concerne a ter sido aldeias fortificadas. Schaan et al. (2008) inicia sua pesquisa com a definição do termo trincheira geralmente interpretada como um modo de defender determinado território de invasão externa. Por tanto, no caso dos geoglifos, a função mais provável das trincheiras geométricas que circundam áreas de dimensões que variam entre 3 a 7 hectares, aponta que elas teriam sido aldeias fortificadas ou conjunto de aldeias e praças fortificadas. A localização dessas estruturas nas mesetas que circundam aos vales, de onde se tem uma vista excepcional, também indica a necessidade de buscar uma posição privilegiada com relação ao invasor que chegaria a partir dos rios.

Erickson et al. (2008) estudou a região de Baures, Bolívia, registrando estruturas semelhantes aos geoglifos, os que denominou de “zanjas circundantes”, com relatos etnohistóricos que as relacionam com aldeias fortificadas com palizadas. Não muito distante daí, na confluência dos rios Madre de Dios e Beni, em Riberalta, Bolívia, um sítio com trincheiras e paredes de pedra, estudado por Siiriäinen & Korpisaari (2002, 2003), foi interpretado como uma fortaleza inca que teria sido visitada por Tupac Inca a fins do século XV. As datações radiocarbônicas indicam uma ocupação a partir do século XIII, com a presença de cerâmica Inca à época suposta visita do emperador. A incursão de tropas incas é um forte indicador de lhamas na Amazônia.

A terceira proposta é do enfoque biocultural e paleopatológico, onde as populações que se concentravam nos geoglifos tinham que estar distante da violência, inserido nas festas religiosas e do comércio de longa distância com cerâmica subandina,

tropas de lhamas dos pastores e machados de basalto que chegavam de Goiás e Minas Gerais. Aliás, as clareiras e sulcos enormes foram cortados com os machados e os diferentes tipos de geoglifos poderiam ser indicadores de tribos diversas e cujos produtos trocados eram a chonta, pimento, penas, coca, artesanias, cerâmica, madeira talhada, ouro, palmito, borracha, peixe seco e salgado, sal, etc. Além disso, a incursão de pastores andinos teria condicionado o risco de infetar-se da leishmaniose mucosa, que precisamente nessa região dos geoglifos constituem os mais altos índices de mosquitos, moscas e vespas. Por isso a formação de clareiras para estar distantes das *Lutzomyias* (Altamirano et alii 2003). A extensa região da distribuição dos geoglifos amazônicos coincide com as áreas de grande endemicidade de leishmaniose da mucosa, causada pela *Leishmania braziliensis* e transmitida pelas moscas *Lutzomyia*. As plantações de coca e as recuas de lhamas teriam estado dinamizando essa região que o comércio interzonal ocorriam nesta região.

Esta hipótese se reforça com o comentário seguinte que na região de maior incidência de geoglifos, no estado de Acre, no município de Capixaba, tem referências de “campos” ou “clareiras” onde ainda viviam índios no século XIX. Nessa região era também área de passagem para aqueles homens que pretendiam ir do rio Acre (Aquiry na época) a Abunã (hoje faz fronteira de Brasil com Bolívia), que nesse ponto corriam paralelos e mais próximos de que nos outros cursos.

A pesar das informações históricas serem silenciosas ou lacônicas quanto às obras de terra, e a única menção existente sugerir uma função cerimonial (local para festas), sua configuração física indica mais seguramente uma função defensiva. Atualmente os sulcos estão cobertos por sedimentação, e as muretas destruídas por atividades antrópicas, de modo que sua configuração original deve ter sido abrupta e profunda, servindo-se melhor de função defensiva. Somente escavações futuras poderão indicar com certeza seu perfil original e contribuir para esclarecer sua funcionalidade.

A cerâmica encontrada nesses sítios é em geral simples e com engobo vermelho e incisões, painéis com rosto humano. Algumas urnas funerárias decoradas com rostos humanos foram encontradas na região de Plácido Castro (extremo leste do Estado) por não arqueólogos, e não se sabe se estão associados com os geoglifos. Painel de rosto humano, inciso, grande nariz, boca estilo “grão de café”, barbilha e orelhas grandes. É possível especular que o rosto corresponde a uma divindade andina chamada de “huacón” e a frequência desse tipo de painéis é indicador de alguma festa de culto a água e existência de uma grande seca (Fig. 36).



Fig. 36.- Cerâmica Quinari achada próximo aos geoglifos.

Parece haver diferenças entre os geoglifos com relação à intensidade da ocupação, mas em geral os restos cerâmicos achados na superfície são escassos. Além da cerâmica são encontrados lâminas de machado de basalto, obtidas a través de intercambio com outras regiões.

O solo encontrado no interior dos geoglifos não é o típico solo de terra preta que ocorre na maioria das vezes dos sítios amazônicos a partir do início da era cristã, associado a assentamentos densos. Na excavação realizada na fazenda São Paulo se identificou solo antrópico de cor marrom escuro (7,5YR3/4) com grande densidade de fragmentos de cerâmica. A presença desses cacos junto ao material construtivo das muretas externas indica que o local foi ocupado antes da construção das trincheiras. Isso pode apontar que as trincheiras passaram a ser construídas depois de algum tempo de ocupação, quando a necessidade de defesa do território se tornou prioritária.

5.3.- Discussão

A partir de 2006, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Acre, tendo à frente o Prof. Alceu Ranzi, passa a procurar geoglifos utilizando as imagens de satélite disponibilizadas gratuitamente na Internet por meio do *Google Earth*. Essa ferramenta possibilitou a realização de uma “varredura” nas áreas com boa definição de imagens, rapidamente multiplicando por cinco o número de geoglifos então conhecidos. O trabalho intitulado “Internet Software Programs Aid in Search for Amazonian Geoglyphs” foi publicado no periódico EOS, volume 88, em maio de 2007, de autoria de Alceu Ranzi, Roberto Feres e Foster Brown. Os autores preocuparam-se em estimar a densidade dos geoglifos e sua provável demografia: “o número médio de geoglifos por

transect foi de 1,5 por 100 km², com uma variação de 0 a 4,4 por 100 km². Ao sul e leste do rio Acre, a densidade média de geoglifos é de 2,1 por 100 km², mais do que o dobro da densidade de 0,8 por 100 km² ao norte e oeste do rio Acre”. Além disso, observaram que o rio Acre serviria como um divisor: a sudeste do rio, 30 dos 32 geoglifos identificadas são circulares, enquanto ao norte, cinco dos sete são retangulares. Quanto à densidade populacional, os autores calculam que “com base em uma variação de 10 a 100 pessoas por geoglifo, a média de 1,5 geoglifos por 100 km² seria equivalente a 0,15-1,5 pessoas por 100 km², sendo a última figura similar à população rural do estado do Acre em 2000” (Ranzi, Feres e Brown, 2007, p.229).

Atualmente já conhecemos a existência de cerca de 150 geoglifos no estado do Acre que, segundo sugere o Prof. Jacó Piccoli (*apud* Schaan 2007), podem representar apenas 10% dos existentes, tendo em vista que a cobertura obtida com o *Google Earth* é muito restrita e a maior parte das áreas está coberta por mata. Devemos lembrar que a descoberta dos geoglifos só foi possível graças (ainda que infelizmente) ao desmatamento que ocorreu na área nos últimos 20 anos, principalmente com a expansão das áreas destinadas à criação de gado. A localização dos sítios por fotografias aéreas, sobrevôos, imagens de satélite e prospecções segue, cada dia ampliando mais o universo de sítios conhecidos.

Dois grandes grupos de geoglifos amazônicos podem ser registrados. Um são os geométricos perfeitos (circular, quadrangular, concêntrico, oval, formas em “U”) e outro os geométricos quase perfeitos. Os primeiros se concentram nos estados de Acre, Amazonas e Rondônia (Brasil) e os segundos em Beni, Cochabamba, Madre de Dios no Norte de Bolívia e Peru, estendendo-se numa área de 250km em sentido norte-sul. Uma característica deles é sua localização preferentemente na cima dos vales, sobre mesetas com altitudes de 200 a 220m, próximo às cabeceiras dos rios com vertentes de água potável nas proximidades. Aliás, os rios estão a apenas 2 a 5km de distancia na maioria dos casos.

Os geoglifos se compõem de uma trincheira ou sulco excavado no chão, com largura de 11m e profundidade que varia atualmente entre 1 a 3m, na maioria dos casos. A terra retirada da trincheira foi utilizada para formar uma mureta que delimita o exterior da estrutura em toda sua extensão, formando, junto com o sulco, uma figura geométrica de grandes proporções. Uma excavação em um dos geoglifos da fazenda São Paulo alcançou o nível original da estrutura, demonstrando que processos de erosão e sedimentação adicionaram até 1,2m de detritus no fundo da trincheira, que na época

de sua construção era mais profunda. Estima-se ainda que quase 50cm da estratigrafia superior do sítio haveria sido retirada por máquinas quando ocorreu a derrubada da floresta e posterior mecanização para o plantio, por tanto, as muretas originalmente seriam mais bem altas, conforme a figura inferior (Fig. 37).

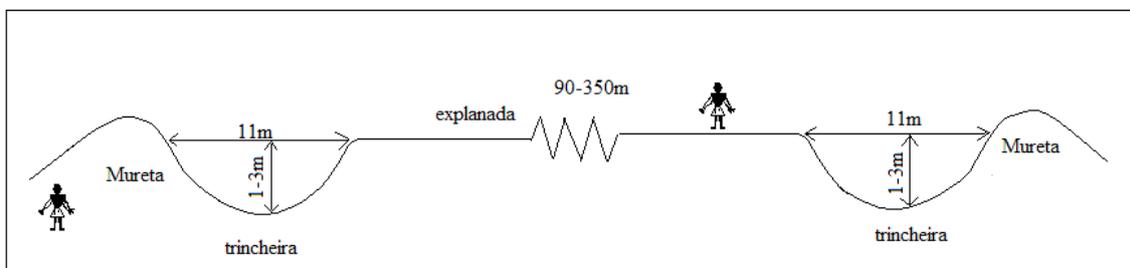


Fig. 37.- Esquema e corte transversal de um geoglifo amazônico.

O diâmetro dos geoglifos varia em media entre 90 e 350m. Os sítios arqueológicos são formados em geral por um conjunto de estruturas geométricas compostas de trincheiras/muretas, além de montículos no interior ou exterior dos geoglifos. Apesar das características semelhantes entre os sítios, há uma grande variabilidade em termos de formatos e quantidade de vestígios arqueológicos achados na superfície. A densidade dos fragmentos de cerâmica varia entre os sítios, tendo sítios nos quais não se encontra cerâmica na superfície. Da mesma forma, a coloração do solo também varia, sugerindo diferenças funcionais e demográficas entre eles, assumindo-se que a coloração do solo antrópico é em parte determinada pela densidade populacional e tempo de ocupação.

Nas alturas peruanas e bolivianas (*punas*) existem numerosos *camellones* e *cochas* que são estruturas gigantescas no solo com sulcos e muretas que serviam para a preparação da farinha de chuño com base na batata siri e mauna (Espinoza 1990; Altamirano 1993).³⁴ Em Pumpu, uma cidade Inca nas alturas de Pasco e Junin, existe varias estruturas quadrangulares em depressão que serviam para a preparação do *charqui* ou carne seca. Uma comparação com os geoglifos da Amazônia poderia sugerir que este tipo de técnica construtiva haveria servido para a preparação do secado de algum tipo de carne (quicá o de tartaruga) para o comercio nas festas regionais.

Também outra possível inferência da função destas muretas/estruturas ao lado de sulcos de quase 11m de largura teria servido para estarem livres dos mosquitos da

³⁴ As técnicas de processamento de farinhas e carne seca no território altoandino foram importantes para a preservação dos alimentos e dinamizaram diversas populações como pastores, comerciantes, agricultores e administradores da produção econômica ao serviço dos senhores caciques. Contudo, é muito diferente soa geoglifos da Amazônia.

Lutzomyia que era e é abundante na região, altamente antropofílicos e cujo vôo é caracterizado por ser curto, não gosta das clareiras e por tanto não teria sido para proteger-se de invasões de outras tribos, senão como um lugar multifuncional ligado como a sacralidade do comércio interzonal e as festas comunais, com abundante bebida de chicha de milho ou mandioca, com danças, e legitavam as relações de parentesco a parecer de tipo endogâmico para a coesão do grupo social.

Em termos de distribuição regional, se percebe que ao sul da área de ocorrência há maior abundância de estruturas circulares, em quanto que as quadrangulares abundam no norte. Ocorrem, contudo, diversas composições utilizando as duas formas geométricas, além de outras como hexágonos, octágonos, formas de “U”, de medialuas, etc. Mas que dizer sobre a mão-de-obra envolvida na construção de essas estruturas monumentais? Estima-se que a construção de um geoglifo com cerca de 200m de diâmetro demandaria a remoção de 8,000 metros cúbicos de terra, o que implicaria uma força de trabalho de 80 pessoas para construí-lo num prazo de 100 dias. Um maior contingente de homens diminuiria esse período, ao passo que a maior disponibilidade de mão-de-obra possibilitaria construí-las em menor tempo. Em qualquer circunstância esse dado demonstra que a população não poderia ser pequena como tradicionalmente esperado para as áreas de terra firme.

Uma única datação radiocarbônica está disponível, até o momento, para o sítio da fazenda Colorada, colocando-o no ano 1275 d.C. (Pärssinen et al. 2003). Esse dado é compatível com o desenvolvimento de outras sociedades complexas da Amazônia, como em Marajó (Roosevelt 1991, Schaan 2004), nos Ihanos de Mojos (Denevan 1966, Ericsson 1980, 2000), na Amazônia central (Neves et al. 2004, Machado 2005), no alto Xingu (Heckenberger 2005) e no Baixo Amazonas (rios Tapajós e Trombetas) (Roosevelt 1999, Guapindaia 2008).

A identificação dos geoglifos em tão vasta região ocidental amazônica tem sido realizada, principalmente, a través de sensoriamento remoto, com a utilização de imagens de satélite, fotografias aéreas não convencionais e vôos com aeronaves pequenas, depois da identificação é realizada uma visita de campo para que sejam tomadas as medidas, fotografias, realização de coleta de artefatos de superfície e registro. O sensoriamento remoto tem sido mais eficaz que a prospecção terrestre, uma vez que algumas estruturas estão cheias de sedimentação e são poucas visíveis a partir do solo.

Além disso, estruturas como muretas lineares são também pouco percebidas do solo e não são visíveis nas imagens de satélites. O vôo, no entanto, realizado principalmente nas primeiras horas da manhã possibilita um bom contraste de luz e sombra, revelando estruturas que se encontram muito deteriorado pelos pastos. As imagens de satélite procedem do satélite quickBird, disponíveis gratuitamente na Google Earth para algumas regiões (Ranzi et al. 2007). Assim como de satélite Formosat-2, do Spot, que são atualizadas constantemente e possuem o mesmo grau de resolução da Google. Essas últimas tem tido o apoio do governo do estado de Acre.

O início tardio das pesquisas arqueológicas no Acre é compreensível pelo próprio desenvolvimento tardio da disciplina no Brasil. Enquanto algumas pesquisas se realizavam de forma esporádica, foi somente a partir da década de 1950 que alguns programas de pesquisa e treinamento de arqueólogos tiveram lugar, impulsionados por pesquisadores estrangeiros como Anette Laming, José Emperaire, Wesley Hurt, Betty Meggers e Clifford Evans (Meggers 1985). O setor de arqueologia do Museu Goeldi passou por uma profunda reorganização com a chefia de Mario Simões em 1961, assumindo a liderança das pesquisas na Amazônia a partir de então, e tendo uma atuação fundamental mais tarde durante o PRONAPABA, como coordenador junto com Betty Meggers. Ainda em 1961, Ondemar Dias cria o Instituto de Arqueologia Brasileira-IAB, no Rio de Janeiro, que teve papel importante nas pesquisas no Estado do Acre. Deve-se a seu grupo de trabalho e ao PRONAPABA de modo geral o conhecimento que se possui hoje de diversas regiões do estado, apesar de tal conhecimento estar fragmentado em relatórios e algumas poucas publicações de difícil obtenção. Apesar do grande esforço do IAB em prospectar áreas tão recônditas, a arqueologia do Acre permaneceu, entretanto, desconhecida, tanto do público quanto dos acadêmicos.

Infelizmente, pesquisas realizadas na década de 1990 também não foram devidamente publicadas. Alguns salvamentos esporádicos de material cerâmico e urnas que afloravam à superfície teriam sido feitos por pessoas que participaram das pesquisas do IAB no Acre, sem que gerassem também nenhum conhecimento. A falta de arqueólogos³⁵ residindo no Estado, assim como o número restrito de arqueólogos

³⁵ A profissão de arqueólogo não é regulamentada, por isso a atuação desses está condicionada na maioria das vezes à capacidade de obtenção de licença para pesquisa junto ao Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O órgão considera arqueólogo aquele que tiver formação específica (graduação e/ou pós-graduação em arqueologia), tendo currículo compatível e publicações significativas na área.

atuando em arqueologia amazônica de modo geral contribuiu para a falta de projetos de pesquisa na região. Além disso, a não-exigência de estudos de impacto ambiental por parte dos órgãos licenciadores no Acre para a construção de estradas e para desflorestamento de grandes áreas também não gerou pesquisas e permitiu a destruição de muitos sítios. Some-se a isso a ausência da atuação do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre que, até pouco tempo, estava sob a responsabilidade da Superintendência de Manaus, que respondia também por Roraima e Rondônia.

A divulgação dos sítios tipo geoglifos, levada a cabo pelo professor Alceu Ranzi a partir de 1999 trouxe o Acre para o cenário arqueológico nacional e internacional e estimulou o interesse público e de pesquisadores sobre a região. O enorme apelo que os geoglifos possuem pela onda de mistério que cerca sua construção e as muitas perguntas que todos temos sobre eles certamente manterão por muitas décadas acesa a chama do interesse arqueológico sobre o Acre, atraindo muitos pesquisadores e a possibilidade de formação acadêmica de recursos humanos locais. Ainda que o patrimônio arqueológico do Acre possa ter outros sítios tão ou mais interessantes que os geoglifos do ponto de vista da ocupação pré-colombiana da região, a peculiaridade das estruturas de terra geométrica representa por si só um motivo a mais de interesse e necessidade de estudo.

A datação de 1.275 A.D. obtida por Pärssinen e seus colaboradores no sítio Fazenda Colorada coloca os geoglifos como contemporâneos das sociedades complexas que emergiram na várzea e savanas amazônicas ao final do primeiro milênio. Nessa época, se disseminam as construções de terra e a iconografia humana na cerâmica, o que também acontece no Acre, indicando a emergência de chefias regionais. A ocorrência de tais monumentos em terra firme faz cair por terra a antiga dicotomia várzea-terra firme, já questionada por Heckenberger (1996) e Heckenberger et alli (2003), obrigando os arqueólogos a definitivamente reverem seus modelos interpretativos sobre a complexidade social amazônica (Schaan, Pärssinen, Ranzi e Piccoli, 2007).

Ultimamente têm sido encontrados geoglifos também em região de várzea, no Estado do Amazonas (Boca do Acre) e até no oeste de Rondônia, indicando uma área gigantesca de dispersão das sociedades construtoras dessas formas geométricas. Com que propósito teriam os geoglifos sido construídos, e o que estaria por trás da perfeição de suas formas geométricas? Eram esses locais de moradia, culto ou encontro? Por quanto tempo foram construídos e ocupados? Havia floresta no momento de sua construção? Quando foram construídos? Ainda temos mais perguntas que respostas

sobre os geoglifos, o que nos indica a necessidade de aglutinarmos esforços através da participação de mais e mais pesquisadores, não só arqueólogos, mas profissionais de diversas áreas afins (geólogos, geógrafos, palinólogos, antropólogos, paleopatólogos, arqueozoólogos, etc) para fazermos frente às questões que se colocam.

Em 1988, por primeira vez, Ranzi visualizou um desses sítios a partir de uma aeronave comercial, voando de Porto Velho para Rio Branco, tratava-se de duas trincheiras anelares concêntricas, com quase 200m de diâmetro, localizadas na fazenda “Seu Chiquinho”. A descoberta foi noticiada nos jornais locais, mais nenhum estudo foi realizado. Já nos anos 1990, prospecções e algumas escavações foram realizadas pela equipe do IAB de Rio de Janeiro, em alguns sítios, mais novamente as estruturas de terra não foram interpretadas como obras monumentais que são, nem foram considerados em termos de sua inserção regional, até que porque poucos sítios haviam sido até então identificados.

Em 1999, novamente viajando de avião entre Porto Velho e Rio Branco, Ranzi visualizou outro sítio, na fazenda Colorada, composto de 3 estruturas geométricas: um círculo, um quadrado e uma “U” formado por uma dupla trincheira. A partir de então, se passou a pesquisar essas ocorrências a través de novos vôos aéreos e prospecções, percebendo que se tratava de figuras geométricas perfeitas, e as comparou com os de Nasca, pelo Ranzi as chamou de geoglifos. Apesar que o significado simbólico dessas estruturas permaneça desconhecido, o nome tem ajudado a chamar a atenção da opinião pública e da comunicação de sua existência. Isto ter sido importante na luta de sua preservação, proteção e pesquisa.

A importância dos geoglifos para o entendimento da ocupação humana da Amazônia ocidental dificilmente pode ser exagerada. A maioria desses estudos varia de 180 e 220m. Estas são áreas que tradicionalmente foram considerados como possuidores de baixo potencial agrícola e, por tanto, não serviria para assentamentos densos e permanentes. Até agora, cerca de 200 geoglifos foram identificados, alguns deles com mais de uma estrutura. Quase todos os sítios possuem caminhos que conectam as estruturas entre si, os que conduzem até o rio mais próximo, caminhos que possuem uma largura de até 60m, e se estendem por distâncias superiores a 500m.

O estudo desses sítios possui o potencial de responder questões de importância fundamental sobre antigas estratégias de subsistência em terra firme, e proporcionar evidência empírica sobre as formas de organização sociopolítica que caracterizam as sociedades precolombianas nesta parte da Amazônia. Esse conhecimento será também

de crucial importância para subsidiar programas de preservação do patrimônio arqueológico.

5.4.- Conclusões

Ainda é cedo especular sobre a demografia e o tipo de organização social que caracterizou a ocupação das mesetas dos vales do alto Purus e seus tributários no final do primeiro milênio d.C. A similaridade de técnicas construtivas, tamanhos e configuração dos geoglifos indica que houve uma mesma concepção sobre o uso do espaço e função social das estruturas que dominava todas essas construções.

Os sítios parecem estar conectados num mesmo sistema regional que, no entanto, não parece ter sido rigidamente centralizado, mais, ao contrário, indicava certo nível de igualdade entre os diversos assentamentos. Este tipo de organização social pode ser interpretado como uma confederação de aldeias ou chefia, ao estilo de “peer polity interaction” (Renfrew 1986). Mas também tem sido entendido como sistemas “hierárquicos” por outros autores (Crumley 1995; Roosevelt 1999). Isto é matéria de novas pesquisas.

O estudo dos geoglifos tem o potencial de contribuir significativamente para nosso entendimento sobre a ocupação da Amazônia e as relações que as sociedades humanas estabeleceram com os ecossistemas tropicais. Primeiro porque esses se localizam em ambientes de terra firme, que tradicionalmente eram considerados inadequados ao desenvolvimento de sociedades densas e complexas. Nesse sentido, vem a incrementar-se a outros trabalhos que tem enfatizado as possibilidades de interflúvios para o desenvolvimento de sociedades humanas, indicando suas potencialidades produtivas (Carneiro 1961; Heckenberger 1998) e a história de sua ocupação durante longos períodos de tempo (Heckenberger 2005).

Em segundo lugar, a pesquisa dos geoglifos tem o potencial de contribuir para a desmistificação do modelo generalizado de ambientes várzea/terra firme, em que a superioridade produtiva da várzea aparece como uma característica definidora dos tipos de assentamentos que ali poderiam ter se desenvolvido. A distribuição regional dos geoglifos nos mostra que, a pesar desse tipo de sítio ocorrer predominantemente em terra firme, alguns deles são encontrados também em ambientes de várzea, no rio Purus (Pärssinen *et al.*, 2009), indicando a ocupação de ambos os ambientes pelas mesmas populações.

A quantidade de sítios encontrados até agora, em torno de 200, indica uma grande população vivendo na região do interflúvio e várzea do alto Purus. É possível que o número de sítios seja ainda uma pequena fração de aqueles que se encontram dentro de áreas forestadas, por tanto, ainda não identificados. Por isso, as pesquisas na Amazônia ocidental irão contribuir decisivamente para a correta pesquisa da antiga ocupação da região, construindo-se novos modelos interpretativos que nos permitam compreender melhor a dinâmica de interação entre as populações humanas e o ambiente tropical que sirvam para que as políticas públicas venham a favorecer a preservação desses ambientes tão ricos em diversidade biológica e cultural.

Cap. 6.- A presença de lhamas na Amazônia brasileira no século XVI

O presente capítulo finaliza nosso estudo, mas demonstrando que as antigas populações humanas da Amazônia conseguiram dominar um território vasto, rico e multicultural. Porém, a prolongada adaptação biológica e cultural do homem no complexo geossistema tropical da Amazônia pré-colombiana foi um êxito, permitindo o desenvolvimento de uma complexa cultura de chefias com agricultura, densidade populacional, comércio inter-regional, guerras, bancos de armazenamento e religião xamânica que legitimava a existência de classes sociais bem estruturadas.³⁶ Entre os séculos IV-XVI, houve densas populações humanas que estavam articuladas num mosaico de cacicados e reinos interligados por uma rede de caminhos a pé e de cursos fluviais que se articulavam pelo menos a quatro grandes ecossistemas: os rios de águas negras, os de florestas altas, os de várzeas e os de savanas (Moran, 1990).

O grupo das várzeas havia desenvolvido um complexo sistema sócio-cultural e elevada densidade demográfica devido ao conhecimento da agricultura do milho e de raízes sob a técnica das “terras pretas” ou *coivara*, o armazenamento do peixe seco, sebo, o sal de caruru, a criação de tartarugas, a consolidação do poder através das guerras, a captura de prisioneiros-escravos, a elite dominada algumas por mulheres e outras por

³⁶ Esta ocupação humana pré-colombiana nas várzeas do Médio Solimões e Amazonas central começou desde há 8.000 a.C. por bandos de caçadores e coletores que migrando desde os pequenos vales amazônicos das matas ciliares saíram para as áreas abertas na procura do cultivo das raízes e do milho e a invenção da cerâmica (Roosevelt, 1992; Neves, 2001; Magalhães, 2007).

Aqueles povos tinham uma significativa produção agrícola, criavam tartarugas, produziam algodão e tecelagem, olarias decoradas de diversos tamanhos, confeccionavam instrumentos de fibras, troca de armas e de escravos, exibiam objetos de ouro e produziam bebidas de milho de boa qualidade. Essa diversificação da produção econômica permitiu uma organização política interna de cada etnia e com clara existência de acordos políticos entre diferentes chefias (Porro 1993; Bentes 2006). Embora não se havia elucidado uma posição firme sobre o tema dos camelídeos.

Nossa hipótese de trabalho propõe que durante o desenvolvimento das grandes sociedades amazônicas pré-colombianas das várzeas teria ocorrido a introdução de lhamas e/ou alpacas devido ao constante fluxo econômico com a região andina. Estes animais, considerados *a priori* de terras frias, teriam sido adquiridos pelas elites como símbolos de status para a elaboração de rituais como as alianças políticas, para a produção de tecido fino e vestes da elite amazônica e no comércio de largo alcance andino-amazônico, dinamizando uma rede de mercadores através de caminhos.

As recuas de camelídeos permitiriam transportar os produtos andinos (algodão, conchas, sal, tecidos finos e pedra bezoar³⁷) pelo peixe seco, sebo, tartarugas, madeiras, penas, macacos e pepitas de ouro, produzidos nos aldeamentos indígenas das várzeas. Mas com a chegada dos espanhóis, no século XVI, e após, os portugueses, houve guerras, epidemias e fome. As lhamas desapareceram rapidamente das várzeas da Amazônia devido ao impacto econômico europeu e pelas doenças infecciosas.

Devido às características de clima quente e chuvoso das terras baixas no Brasil foram motivos para considerar que os camelídeos sul-americanos, como as espécies domésticas: lhama (*Lama glama*) e a alpaca (*Lama pacos*), adaptados ao clima frio do território andino, jamais teriam vivido na Amazônia (Fausto, 2000; Porro, 1995). Este preconceito tem predominado nas pesquisas paleozoológicas brasileiras, indicando que esses ruminantes somente podiam viver nas terras altas e gélidas andinas onde estavam bem adaptadas durante milênios, criando-se uma barreira cultural e subjetiva nas pesquisas etnohistóricas e arqueológicas amazônicas até o fim do século XX.

Estudos arqueozoológicos andinos têm demonstrado que as alpacas e lhamas foram domesticadas nas punas da serra central do Peru entre o terceiro e quarto milênio

³⁷ É um cálculo estomacal, próprio dos ruminantes, formado no segundo estômago dos camelídeos chamado de rúmen pelo consumo de pastos lignificados e permitindo melhor digestão. As pedras adquirem forma sólida e esferoidal de 2-4 cm de diâmetro, compondo-se de carbonato de magnésio e sulfato de cálcio. Os xamãs a utilizavam nos ritos de cura para os doentes que sofriam pela picada de cobras e comidas envenenadas, prática muito frequente na Amazônia andina (Altamirano, 1995).

antes de Cristo (Wing, 1975; Wheeler, 1984; Bonavia, 1996). Posteriormente, durante fins do segundo milênio e inícios do primeiro milênio a.C, as lhamas foram introduzidas e adaptadas à costa peruana, nos oásis e nas terras baixas e desérticas, permitindo o comércio inter-regional entre os povos agricultores das serras com os pescadores do litoral. Assim, durante o desenvolvimento da sociedade teocrática Chavin (1.200-200 a.C.), na serra de Ancash, este animal contribuiu notavelmente como mecanismo de locomoção à formação de uma macro-articulação entre os povos amazônicos e litorâneos do Pacífico, atravessando os Andes. Posteriormente, intensificou-se a tradição do comércio intertribal através de centenas de recuas de camelídeos guiados por tratantes que se locomoviam e trocavam os produtos agrícolas, tecidos, lã, ouro, madeiras e charque, expandindo-se para todos os reinos e etnias dos Andes Centrais (Browman, 1974; Altamirano, 1993, 1995). Inclusive, é frequente observar nas cerâmicas Mochica e Recuay, cenas de lhamas transportando pessoas e produtos.

Dada a enorme importância econômica, religiosa e cultural das lhamas e alpacas no mundo andino (Sumar, 1992; Fausto, 2000, p. 14) é possível afirmar duas hipóteses: (1) elas teriam sido utilizadas nas relações comerciais entre as populações andinas e amazônicas, e (2) teriam existido populações amazônicas que estavam controlando rebanhos de camelídeos. Contudo, os dados etno-históricos escritos desde meados do século XVI, aqui transcritos e avaliados, permitem defender a importância econômica da presença desses ruminantes na Amazônia, o qual balança a velha hipótese da ausência de lhamas nessa região. Referendo-se à viagem que fizeram Francisco de Orellana e Frei Gaspar de Carvajal, em 1541, acompanhados de outros 57 homens pela trilha andina desde Equador, descendo pelo rio Napo para a descoberta do Rio Amazonas e os conflitos com mulheres guerreiras, provem relatos da presença de camelídeos na Amazônia.

Porro (1995, p. 126) aponta que na região da Amazônia, ao contrário do litoral brasileiro, houve um comércio indígena rico e diversificado, e que as poucas referências históricas a sociedades indígenas no Brasil sobre o comércio intertribal relatam uma atividade econômica sistemática e importante nessa região e, mais especificamente, das bacias do Solimões e do Rio Negro. Mas este pesquisador nega que essas populações teriam estado controlando o habitat das lhamas próximo aos Andes. Contudo, Said Zeitung Lopez (1991) sustenta que havia boas estradas de comércio, destinadas ao intercâmbio de produtos entre o altiplano boliviano e as comunidades amazônicas, no período pré-colonial.

Durante a expansão inca à imensa região tropical amazônica conhecida como *antisuyu*, no século XV, houve projetos de conquista. Mas, foram fracassados devidos a dois fatores principais. Um, é a barreira social pela presença de densos e fortes grupos humanos amazônicos chamados de *chunchos* e outra biológica pela doença da leishmaniose das mucosas (Gade, 1979, 1975), sendo questionada por Le Moine et al. (1987). Aliás, os reinos altiplânicos dos collas mantinham uma rede comercial com os moxos desde os séculos X-XI d.C. que dominavam os territórios do alto e médio Guaporé, hoje formam parte dos estados de Mato Grosso e Rondônia (Meireles, 1988). Dois, pela barreira biológica que mantém numerosos animais peçonhentos e ferozes no meio da mata e, sobretudo, pelas picadas de mosquitos, transmitindo-lhes diversas doenças tropicais e febris, principalmente a temida *espúndia* ou leishmaniose das mucosas que desgarrava os rostos e mutilava os narizes dos viajantes e comerciantes (Gade, 1979).

Por isso, as populações andinas estruturavam alianças políticas para o comércio inter-tribal. Naquela região viviam densamente os campas, puros, panos, cocamas, machifaros, omáguas, yurimaguas, jívaros, paguana, tupinambás e guaranis, entre outros (Lathrap, 1970; Porro, 1993, 1995; Heckenberger, 1996). A importância dos caminhos permitia a fluidez do transporte entre os habitantes das várzeas e das savanas, e cujos viveres eram transportados por lhamas ou por homens. Ao parecer, a incursão quéchua à Amazônia estava no início no momento da queda do império inca em 1532.

DADOS ETNO-HISTÓRICOS

Durante a descoberta do rio Amazonas pela expedição dirigida por Francisco de Orellana, entre novembro de 1541 e inícios de 1542, além dos 57 espanhóis, também participaram Diego de Ursua e frei Gaspar de Carvajal. Porém, o cronista Carvajal (1892, p. 45-6; 1986, p. 70-1) escreveu:

“Fuimos caminando por esta tierra de Omagua [con] más de cien leguas, al cabo de las cuales allegamos á otra tierra de un gran señor llamado Panagua, el cual tiene mucha gente y muy doméstica... Deste pueblo iban muchos caminos la tierra adentro, porque el señor no reside sobre el río, y dijeron nos los indios que fuésemos allá, que se holgará mucho con nosotros. En esta tierra este señor tiene muchas ovejas³⁸ de las del Perú y es muy rica en plata ...”.

O mesmo Carvajal (Op. cit., p. 83) prossegue narrando:

³⁸ O sublinhado é nosso. ‘Ovelhas do Peru’, no século XVI, era a designação dada para as alpacas. Estas produziam fibra animal que permitia elaborar tecidos finos para vestir as elites e adornar os ídolos. No entanto, os ‘carneiros da terra’ eram as lhamas.

“... el capitán [Orellana] mandó que caminásemos con mucha orden hasta de esta provincia de Sant Juan ... y otro día [veinte y cinco] de junio, pasamos por entre algunas islas ... por eso no nos dejaron de seguir hasta nos echar de sus pueblos... Esta noche llegamos a dormir ya fuera de todo lo [el] poblado ... y el indio le respondió que se llamaba de coyunco (quenyuc) y que era muy gran señor y que señoreaba hasta donde estábamos ... El capitán le preguntó que mujeres eran aquellas [que] habían venido a les ayudar y darnos guerra. El indio dijo que eran unas mujeres la tierra adentro [a] siete jornadas de la costa... Dijo más que entre todas estas mujeres hay una señora que sujeta y tiene todas las demás debajo de su mano y jurisdicción. La cual señora se llama Coñon ...Dijo que en la cabecera y principal ciudad en donde reside la señora hay cinco casas muy grandes que son adoratorios y casas dedicadas al Sol, las cuales ellas llaman de Caranain ...y andan vestidos de ropas de lana muy fina, porque en esta tierra hay muchas ovejas de las del Perú...”

Continua Carvajal (1894, p. 68; 1986, p. 87) anotando:

“Dijo más que en estas tierras según entendimos, hay camellos³⁹ que los cargan, y dice que hay otros animales, los cuales no supimos entender, que son del tamaño de un caballo [tapir ou anta] e que tiene el pelo de un gema y la pata hendida y que los tienen atados, y que de estos hay pocos”. (Fig. 33).



Fig. 33.- Lhamas carregando as pepitas de ouro ou prata em sacolas alongadas de couro na Amazônia (Theodor de Bry, 1601).

No manuscrito de Juan Bautista Muñoz (1955, p. 106) se pode ler:

“también según entendimos, que hay camellos y que hay otros animales que son muy grandes y que tienen una trompa [tapir ou anta]”.⁴⁰

Entre 1581 e 1586, o cronista espanhol Toribio de Ortiguera aponta sobre a jornada que fizera a expedição de Francisco de Orellana pelo rio Marañón, abaixo até o

³⁹ Estes camelos se referem as lhamas que serviam para o transporte da elite.

⁴⁰ Referência repetida por José Antonio del Busto (1975, p. 510). Os nativos amazonenses no século XVI estavam domesticando tapires e criados em estados de cativo.

mar do Norte e aliando-se à expedição de Gonzalo Pizarro na região de Zumaco e fundando a vila de Ávila, no Equador amazônico. Orellana prossegue a rota, chegando a Irimanaezes e depois pelas ilhas Cararies e pelo rio Machifaro, cuja população tem o mesmo nome. Sobre os camelídeos, Ortiguera (1968, p. 245) descreve que:

“En las canoas de algunos de estos indios hallaron [ropas] pintadas algunas cosas conforme a las de los Ingas del Cuzco, y en otras ovejas y carneros del Peru; y preguntándoles por las lenguas que llevaban qué significaban aquellas pinturas, les decían que a la tierra adentro había de aquel género de gente y animales, señalando unas cordilleras altas que están a la vista del río”.

Em 1534, o soldado espanhol Uriel Shmidel (1534-1554), recorrendo pelo sul do Brasil, aponta que havia um amplo caminho, chamado de *peabiru*, que conectava com a Bolívia, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Rio Grande do Sul e chegava até Cananéia, onde viu alpacas e lhamas na viagem ao rio da Prata, carregando tropa indígena, quiçá de origem tupiguarani (Fig. 34).

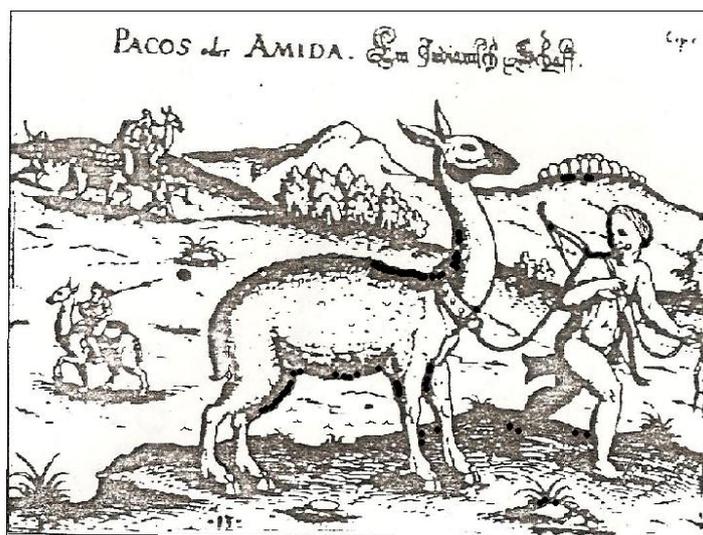


Fig. 34.- Lhamas domesticadas no Sul do Brasil, do livro de Uriel ou Ulrico Shmidel: Viaje al Rio de la Plata: 1534-1554.

Ausência de camelídeos

Um segundo grupo, composto de pesquisadores europeus, nega a presença de lhamas na Amazônia a partir do século XVII. Vejamos:

O suíço-alemão Johan Jakob von Tschudi foi o primeiro em discutir este assunto no fim do século XIX, escrevendo sobre o particular:

“Nada se pode resolver acerca da verdade do fato que Orellana viu algumas lhamas pertencentes a um cacique no rio Amazonas, mais arriba da confluência do rio Negro; mas isto é sumamente duvidoso. Em caso de ser certo o fato, não poderia tratar-se seguramente de outra coisa de que uns poucos animais soltos conservados ali, quiçá mais bem para curiosidade. Se sabe que os índios de Sul

- América são muito inclinados a ter animais. A notícia dada por Phillipp von Hutten [1557?] de que o sacerdote rei Kwareka, da nação dos Omagua, possuía grandes manadas de lhamas, pertence simplesmente ao domínio da fabula.” (Tschudi 1885, p. 94-5; 1891, p. 97; 1918, p. 207; 1969, p. 125).

O casal Chaumeil & Fraysse-Chaumeil (1981, p. 83-4) apontam que: “a pesar da controversa que se apresenta sobre a localização exata de seu território, um fato parece demonstrado: os Machifaro ocuparam as margens e ilhas do Amazonas, ao leste de Putumayo, em algum lugar entre os rios Jutai e o Teffé. As divergências de localização entre os cronistas não são por outra parte necessariamente contraditória, se se trata de em conta da dinâmica e das probabilidades migratórias desses grupos”. Concluem os franceses supracitados dizendo que:

“Os Machifaro dispunham de importantes reservas alimentícias, especialmente de milho armazenados numa sorte de silos ou galpões e milhares de tartarugas do rio, localizados em lugares artificiais. Pode ser inclusive que praticavam uma forma de piscicultura. Tudo isso contrasta naturalmente com o que sabemos dos ameríndios atuais e de sua pouca capacidade de armazenamento devido à inadequação dos procedimentos usados.” (Chaumeil *et al.* *Op. cit.*, p. 83-4).

Estes autores duvidam ou negam a presença de camelídeos na Amazônia. As discussões desses dados serão efetuadas a seguir.

DISCUSSÃO

Concernente à pesquisa histórica sobre a presença de lhamas e/ou alpacas na Amazônia indígena durante os séculos XVI e XVII podemos distinguir dois grupos antagônicos: Os que defendem sua presença nas terras baixas tropicais, e os que negam sua chegada, argumentando que os documentos históricos eram fantasiosos e jamais existiram rebanhos de camelídeos nas terras tropicais baixas do Amazonas. Mas este pressuposto é questionado segundo a análise comparativa dos documentos (Tabela 5).

Cronistas	Nº de referências sobre a presença de lhamas (Séc. XVI)	Nº de referências sobre a ausência de lhamas (Séc. XVII)	Total
-----------	---	--	-------

Espanhóis ⁴¹ (Séc. XVI)	11	-	11
Europeus: 1 suíço-alemão e 2 franceses (Séc. XVII)	-	2	2

Tabela 5.- Análise quantitativa da presença de camelídeos na Amazônia Central.

Esta tabela expõe claramente que todos os cronistas mencionados estavam corretos segundo os períodos em que foram registrados. Assim, os espanhóis do século XVI mencionam a presença de camelídeos, mas já no século XVII estes animais haviam desaparecido da região. Os camelídeos sul-americanos ou andinos foram amplamente importantes para as civilizações andinas e durante o império Inca, sendo utilizados na economia (carne, charque, transporte), religião (sacrifícios nas festas oficiais), questões políticas (sacrifícios e interpretação da fumaça do sebo, oráculo), medicina, arte, expansões militares, e todos os seus produtos, incluindo o esterco eram usados como abono nas plantações e nos rituais funerários. Milhares de ossadas de lhamas e alpacas pululam nos contextos arqueológicos tanto econômicos quanto religiosos.

Entre 1532 e 1570 duas grandes civilizações americanas - conhecidas como os Incas e Astecas - foram varridas do mapa sob o jugo espanhol, tanto no Peru quanto no México. Mas no Brasil, seis grandes senhorios amazônicos varzeanos como os Aparia, Omágua, Yurimágua, Machifaro ou Machiparo⁴², Paguana ou Panagua, Tapajós e outros, também foram dizimados pelos espanhóis em quase cinquenta anos. Os relatos de Carvajal, Muñoz e Ortiguera indicam que as lhamas jogaram um importante papel como produtor de fibra para elaborar tecidos finos para a elite e transporte dos senhores, além de articular a economia inter-regional e nos rituais dedicados ao Sol, semelhante ao mundo andino. A elevada morbi-mortalidade dessa população humana pelas doenças virais ou “espíritos malignos” e as guerras, produziram a grande desestruturação e

⁴¹ As referências da presença de lhamas na Amazônia Central são as de: Carvajal (1894, 1986 em duas vezes), Theodore de Bry (1560), Juan Bautista Muñoz (1955) e Toribio de Ortiguera (1968). Contudo, o relato de Carvajal tem sido conhecido por outros cronistas espanhóis e mestiços como Gonzalo Fernandez de Oviedo (1548 [1959]), López de Gomara (1552 [1946]), Agustín de Zárate (1555 [1947]), Inca Garcilaso de La Vega (1609 [1963]), Antonio de Herrera (1615 [1957]) e Pedro Cieza de León (1553 [1947]), reiterando as observações de Carvajal.

⁴² O português Diego Nunes, em 1538, foi o primeiro em registrar sobre a província de Machifaro. Ele integrava a expedição espanhola de Alonso Mercadillo que partiu de Cerro de Pasco e Huánuco (Peru) à conquista da Amazônia. Segundo o seu relato, os nativos daquela província utilizavam o trabalho forçado através da mão-de-obra escrava, adquirida em guerras contra outras populações. Os povos nativos utilizavam os escravos para fazer alianças políticas ou guerras com outras etnias. Aliás, Nunes registra em Machifaro a presença de um forte contingente de índios tupi que os enfrentou nessa região, permitindo o recuo dos espanhóis ao Peru (Nunes, 1553 [1950, p. 22]).

fragmentação social, os sobreviventes migraram para o interior das terras firmes pelo pavor aos brancos e isolaram-se, dificultando estabelecer a exata localização desses cacicados.

Roosevelt (1992) apontou que a arqueologia da Amazônia não havia sido pesquisada com rigorosidade científica, indicando que as populações humanas pré-colombianas era densa tanto na várzea da grande malha fluvial formada pelo rio Amazonas e seus tributários, quanto na imensa floresta de terra firme e a faixa do litoral marítimo. Segundo Porro (1993), a Amazônia que os europeus “*descobriram*” no século XVI estava composta de grandes grupos humanos em diferentes estágios culturais, com formas próprias de organização social que foram brutalmente destruídos durante o processo de colonização.

Para os índios o comércio é um fato ritual com cumprimentos, presentes e amizade. Assim, o piloto Bartolomé Ruiz em 1528 observou que os mercadores chinchanos do Peru possuíam lhamas ou alpacas brancas concentrados na ilha de Puná (no Equador) como uma forma de troca para realizar os rituais do comércio através de sacrifícios de lhamas e consolidar os vínculos de confiança e reciprocidade (Samano-Xerez, 1937). O sacrifício de camelídeos cumpria o papel articulador no início das relações diplomáticas entre os povos andinos, principalmente durante o período do Intermédio Tardio (1.200-1.460 d.C.) e Horizonte Tardio (1.460-1.532 d.C.). As lhamas e alpacas brancas eram consideradas como *napas* e serviam para os rituais de aliança e sacrificadas nas principais festas. No sítio inca de Choquequirao no Cuzco, Peru amazônico, existe uma arte lítica de calcário representando 28 lhamas brancas e alternadas com símbolos em forma de ziguezague, comum dos povos amazônicos como símbolos de aliança (Echevarría, 2008, Fig. 35).



Fig. 35.- O sítio Choquequirao no Peru amazônico com desenhos de lhamas brancas em lajes de calcário (Foto cortesia de Gory Echevarría Tumi, 2008).

Duccio Bonavia (1996), arqueólogo peruano, levantou tangencialmente o tema dos camelídeos na Amazônia brasileira. Comenta que nos relatos do El Dorado e La Canela, apontando a possibilidade de localizar-se na região andino-amazônica de Colômbia, tinham um líder no século XVI chamado o *sapi* dos Chibchas ou Muiscas, que influenciaram aos espanhóis na constante procura de novas aldeias com tesouros. Por outro lado, este pesquisador confirma que o relato de mulheres que haviam atacado aos espanhóis foi verdadeiro. No entanto, considera fantasiosa a existência de casas sagradas para o culto ao Sol, ídolos de ouro e prata, roupa fina de lã e incluindo as lhamas brancas para o sacrifício e consumo. Contudo, os estudos arqueológicos de Schaan (2004) no reino dos Camutins e de Gomes (2002) no de Tapajós, baseados na exaustiva análise da cerâmica existente nos museus brasileiros, MPEG em Belém e no MAE da USP no São Paulo, respectivamente, comprovam a existência de cacicados poderosos liderados por mulheres como o caso da Senhora Coñon, a rainha dos Tapajós, que era transportada por lhamas (Carvajal, 1894).

Dias Maderuelo (1986, p. 14, 15) também sugere que os cronistas espanhóis foram fantasiosos e influenciados pela “febre do ouro”. Posso discrepar desse enunciado porque a existência de minas de ouro na Amazônia, formados pelo constante arraste dos rios que descendem da cordilheira dos Andes e depositando-se durante milênios nas várzeas e intensamente explorados pelos garimpeiros, como os de Cuiabá, em 1720, e Minas Gerais, no período Colonial, permitiram a atração de bandeirantes e conseqüentemente gerou violência e ampla mortalidade de índios nessas regiões do Brasil.

Sobre o texto de Ortiguera podemos comentar que os espanhóis relatam várias canoas transportando pesados carregamentos de tecidos pintados com desenhos incaicos e noutras com *ovelhas* que os espanhóis chamavam assim às alpacas e *carneiros* às lhamas, levados para grupos humanos que viviam no interior da Amazônia com padrões culturais semelhantes aos andinos. Devido à elevada disseminação da língua tupi na Amazônia no período tardio e cujas aldeias originárias teriam estado localizados próximos às nascentes florestais dos rios Madeira e Tapajós (Heckenberger et al., 1998), é possível sugerir que a língua tupi teria sido a língua franca para realizarem os contactos econômicos a longa distância.

Sobre a cita de Carvajal comentamos, sem dúvida alguma, que os espanhóis presenciaram lhamas e/ou alpacas adaptadas e criadas em bom número nesta rica e densa região de Paguana ou Panagua, que se localizava depois da terra dos Omágua, em

direção aos Tapajós. Segundo Díaz Maderuelo (1986, notas 70 e 91) sugere que o senhorio de Paguana deve situar-se sobre a margem esquerda do Amazonas, entre a confluência rio Negro e o Catúa. Por outro lado, o cronista Antonio de Herrera em 1615 (1957, década sexta, livro nono, p. 196) ao relatar a viagem de Orellana diz que ao sair do povo de Machifaro se chega a outro povo [Panagua, Paraua ou Paguana] e daí encontraram:

“... otro señor, llamado Paguana, a donde los indios eran domésticos, i daban de los que tenían, i había ovejas de las del Peru ...”.

Herrera e outros espanhóis, que não participaram da expedição de Orellana, acreditavam das observações de seus colegas e realizou um interessante comentário dos registros de Carvajal, incluindo a existência das mulheres Amazonas e do grande rio do mesmo nome, um dado importante para a etnohistória brasileira. Se haviam elites de mulheres guerreiras como entre os Marajó e nos Tapajós, porque não acreditar na presença de lhamas no século XVI?. Sobre a localização do povo de Machifaro, Machifalo ou Machiparo, Dias de Maderuelo (1986, notas 57 e 59) anota que:

“El comienzo de las poblaciones sujetas al cacique de Machiparo [Machifaro] pueden situarse cerca de la confluencia del río Teffê con el Amazonas”.

Chaumeil e Fraysse-Chaumeil (1981, p. 83-4) em sua carta IV, sobre os Machifaro mencionam que estão registrados exclusivamente nos documentos do século XVI e é difícil estabelecer a sua exata localização.⁴³ Alfred Metraux (1948) tende agrupar-los no grupo não-tupi do Amazonas Médio. No entanto que Grohs (1974) os coloca mais próximo às populações do tronco Tupi. A asseveração do espanhol Marcos Jimenez de la Espada (1965), relacionando os Machifalo aos Iquitos do Peru dos séculos XVII e XVIII pode confirmar sua fragmentação e migração ao Oeste. Contudo, o estudo dos Machifaro deve ajudar resolver diversos problemas sociais e políticos do mundo amazônico no século XVI.

Sobre as cronologias dos documentos de Carvajal que data de 1542 e o de Rojas sobre a expedição portuguesa de Teixeira de 1638-39, tendo transcorrido quase um século depois da chegada dos espanhóis, podemos comentar que muita coisa mudou na Amazônia, incluindo os varzeanos e suas lhamas tinham desaparecido do mapa pela

⁴³ Bentes (2006) aponta que a Província dos Machifaros localizava-se na região do Médio Solimões, ocupava 20 Km ao longo do Solimões, entre os rios Tefé e Coari. A historiografia do século XVI faz referências a existência de uma população numerosa e a um padrão de ocupação humana na várzea do alto Solimões com a presença de povoados contínuos, construídos ao longo das margens deste rio e que se estendiam por quilômetros (Adonias, 1963).

agressividade européia e as doenças infecciosas introduzidas. Durante as incursões portuguesas na Amazônia e as construções de fortes a partir de 1616, já os camelídeos tinham desaparecido da região. Ou seja, a partir do século XVII em nenhum momento se fala das ovelhas e carneiros do Peru. É por isso que os cronistas portugueses não mencionam as versões sobre lhamas que estamos tratando, dando uma visão diferente dos cronistas espanhóis.

Um modelo de contato para o comércio intertribal teria ocorrido com as terras altas da Bolívia, através das savanas do Guaporé, Madeira e Mamoré e alto Xingu que se conectava com as chefias das várzeas através de uma rede de caminhos (Fig. 36).

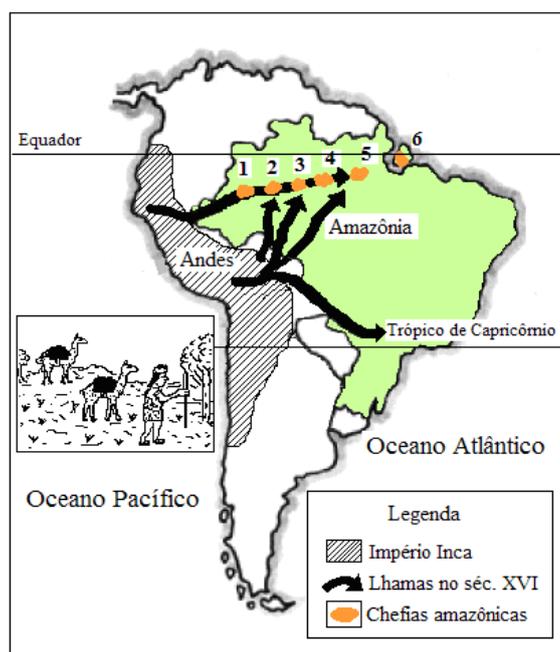


Fig. 36.- Reconstrução hipotética das rotas de comerciantes andinos com lhamas no séc. XVI. Relação de cacicados: (1) aparia, (2) machifaro, (3) omágua, (4) paguana, (5) tapajônica e (6) marajoara.

Por outro lado, na região de Roraima existe um petróglifo de lhama associado de um antigo caminho *peabiru* que confirma as menções feitas por Carvajal e outros a respeito da existência desse animal na Amazônia brasileira. Mas este petróglifo ainda precisa de futuras pesquisas. Além disso, existe em Manaus um criador de lhamas na fazenda São Salvador, km 16 da BR 010, estando os animais perfeitamente aclimatados e todos os anos se apresentam em exposições agropecuárias. Uma cerâmica modelada de estilo Corumbiara achado no alto-médio Guaporé, entre 900-1746 d.C., por Eurico Miller (1983) no Estado de Rondônia, representa uma cabeça de camelídeo que parece ser um *chasa-lhama* ou alpaca, associado de vários fusos de cerâmica, constituindo

outro forte indicador de animais de carga e produção de fibra de lã ou de algodão (Fig. 37).

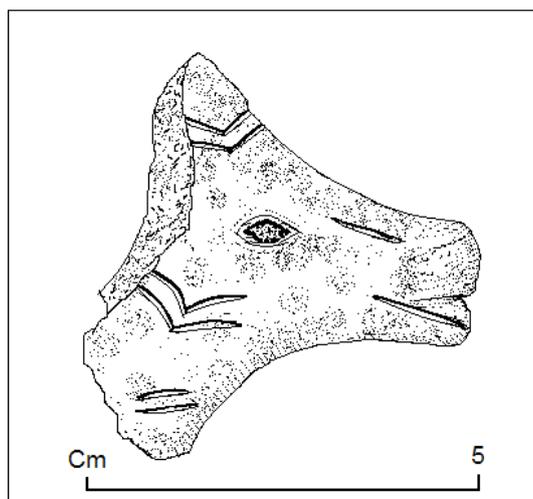


Fig. 37.- Cabeça de cerâmica de camélídeo do Alto-Meio Guaporé, Estado de Rondônia, achado por E.T. Miller (1983).

Sobre a desapareição das lhamas da Amazônia podemos comentar três pontos. Um, durante a colônia espanhola no litoral peruano, os camélídeos costeiros foram rapidamente exterminados devido ao surto de sarna, escabiose ou *karacha* de 1544/45, produzida pelo ácaro *Sarcoptes scabiei*,⁴⁴ que se alastrou pela costa e serra norte e central, paralelamente ao genocídio da população indígena. Já no século XVII, as lhamas haviam desaparecido totalmente da costa norte andina (Altamirano 1995, p. 26). Quiçá esta pandemia de sarna também se teria alastrado pela Amazônia ocidental matando os rebanhos de camélídeos.

O segundo fator é o brote da epidemia de sífilis, conhecida naquela época como *huanti*, na língua quéchuá, que atacou os espanhóis e portugueses, surgindo uma explicação fantasiosa. O mito indicava que as lhamas teriam sido os responsáveis pela difusão desse mal nas terras tropicais. O preconceito sífilítico predominava no conhecimento religioso cristão-católico pelo casamento entre irmãos, através do incesto, tradição largamente executada nas elites indígenas, os quais controlavam esses animais. Os jesuítas apontaram que a proliferação das feridas de pele e morte era um “castigo divino”, mito que se perpetuou até meados do séc. XX nas alturas de Ayacucho, Peru

⁴⁴ È um diminuto ácaro esbranquiçado, corpo globoso, ligeiramente oval, percorrido por estrias transversais escuras interrompidas na face dorsal por pequenas formações escamosas e áreas lisas (escudos dorsais). Os espinhos encontram-se também na fase dorsal e carecem de olhos. Produz uma irritação pruriginosa da pele do homem e animais caracterizada por uma erupção polimorfa. Aparece em aglomerações humanas de baixo padrão social e precárias condições de higiene: em aldeias, favelas e cortiços. Na pré-história andina era frequente o seu caráter epidêmico (Moraes, 2000, p. 461-2).

(Cavero, 1990). Contudo, estudos hematológicos e dermatológicos conduzidos nestes animais demonstram que jamais foram os reservatórios das bactérias das treponematoses, o agente *Treponema pallidum*.⁴⁵ Ao contrário, a sífilis é transmitida só entre humanos de pele a pele como o caso do piam e da bouba, amplamente disseminada no Brasil pré-colombiano, quiçá desde a época dos sambaquis (Scheel-Ybert *et alli*, 2003).

O terceiro fator é que os espanhóis, durante o processo de fundação de aldeias, vilas e fazendas, introduziram o cavalo, o asno e a mula como animal de transporte e mudando o uso tradicional dos animais nativos. Os portugueses tiveram ainda maior preconceito enquanto os costumes e alimentos autóctones. Já que os índios comiam com agrado a carne de lhama e os armazenavam em forma de charque, termo que deriva da voz quéchua de *charqui*. É possível assumir que nos séculos posteriores, entre o XVII e XXI, foi esquecendo-se paulatinamente a idéia da presença de lhamas na floresta amazônica.

Assim, essa rede comercial indígena entrou em colapso no século XVII devido ao surgimento de diversos e contínuos conflitos sociais na região. Por exemplo, na província de Machifaro, os problemas ficaram evidentes e instaurou-se a rebelião, que resultou na execução de Pedro de Ursúa e de seus correligionários. O comando da expedição, marcado pelo desentendimento, ficou sob o controle dos três tripulantes que arquitetaram a rebelião: Fernando de Guzmán, Lope de Aguirre e Lorenzo Salduendo (Torrente 1951). As discussões entre as lideranças no comando eram, principalmente, sobre os novos rumos que a expedição deveria tomar. Esses desencontros permitiram que Aguirre se sobressaísse. Na intenção de concretizar seu objetivo de assumir de vez o comando da expedição, Aguirre proclamou a Fernando de Guzmán como “Príncipe da Terra Firme, do Peru e Governador do Chile” (Vasquez, 1979).

A partir desses acontecimentos a expedição assumiu novos ares, deixando de ter como objetivos principais encontrar as províncias das Esmeraldas, o País de Rupa-Rupa, o El Dorado e o Lago de Paititi, que se apresentavam apenas como uma possibilidade imaginária de riqueza, e partiu para conquistar aqueles que pareciam mais reais, as terras incaicas. Esses homens não só buscavam riqueza e prestígio social, senão que esse prestígio deveria ser usufruído na Europa. Com a proclamação de Guzmán, à

⁴⁵ No período do contato, a sífilis brotou devido à baixa imunidade européia frente a esta bactéria, intensificada pela frequência das relações sexuais entre brancos e índias e a deficiente higiene pessoal. Porém, durante o processo de catequização foram criados diversos mitos que incentivavam à matança de camelídeos nas aldeias. Fato que teria produzido o extermínio destes ruminantes no ecossistema tropical.

revelia da Espanha, e a disposição para conquistar o Peru, os membros daquela expedição estavam deixando claro que eles não obedeciam mais à autoridade da coroa espanhola. Porém, sob a autoridade de Lope de Aguirre, quem não apoiasse a conquista das riquezas do Peru deveria ser eliminado, e assim surgiu outra intensa violência na região (Lastres & Seguin, 1942).

A expedição de Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre foi marcada pela tragédia, abusos aos índios e os relatos feitos refletem essa situação de crise, como bem destaca Auxiliomar Ugarte (2004, p. 60-61). Em 1640 Espanha já havia se apossado de duas colônias que eram administradas separadamente (México e Peru). Mas o Brasil era uma colônia e a região amazônica era outra. A única coisa que as duas tinham em comum era o fato que ambas pertencerem a Portugal. Como os portugueses foram muito prejudicados, devido à perda de várias colônias, eles precisavam se reerguer economicamente e vislumbraram na Amazônia a oportunidade de pagar a conta dos prejuízos do seu reino.

Diante da difícil situação enfrentada por Portugal, a Amazônia começou a ser colonizada através de uma intensa política de exploração econômica. O objetivo era transformar a região em uma grande fornecedora de matérias-primas de produtos agrícolas, ou qualquer coisa útil que pudesse ser vendida no mercado europeu, incluindo o tráfico de índios. Mas, para os lusos jamais houve interesse pela população nativa. Deu-se, então, o processo de exploração das chamadas ‘drogas do sertão’, mas, principalmente, buscaram-se metais preciosos e produtos do hábito alimentar indígena como: manteiga de ovos de tartaruga, peixes secos, sebo, charque, vaunilha, palmito, etc.; enfim, qualquer produto que pudesse dar lucro aos europeus.

Com a construção do Forte do Presépio no século XVII, os portugueses passaram a ter um ponto estratégico para iniciar as expedições de exploração ao interior do rio Amazonas, pelos quais os objetivos dessas jornadas eram: a coleta das ‘drogas do sertão’ e a captura de nativos para servirem como mão-de-obra para os portugueses nas terras ocupadas. Para atingir esses objetivos, os lusos formavam expedições compostas por leigos (pessoas não pertencentes ao clero católico) e religiosos; os leigos eram compostos por dois segmentos: os colonos (aqueles que efetivamente iam se apossar das terras) e os militares (aqueles a quem cabia defender os colonos e os religiosos). Os religiosos tinham por função catequizar os nativos. Mas, além desses elementos, as expedições contavam ainda com a participação de chefes índios que se “aliavam” aos portugueses.

À medida que os territórios eram invadidos, novos fortes eram construídos e nos arredores estabeleciam-se as missões religiosas. Essas missões ocupavam, preferencialmente, as margens do rio Amazonas e compunham-se de membros de ordens religiosas como: jesuítas, mercedários, franciscanos e carmelitas. Durante o período de colonização da Amazônia, os portugueses destruíram grande parte das populações aborígenes.⁴⁶

As primeiras vítimas da invasão portuguesa à Amazônia foram densas sociedades nativas que ocupavam as regiões às margens do rio Amazonas. Na medida em que os fortes eram construídos, aquelas sociedades iam sendo dizimadas pelas guerras e pelo trabalho escravo na busca das ‘drogas do sertão’. As poucas que restavam como os tapajós eram absorvidos pelas missões que se localizavam, preferencialmente, às margens do rio Amazonas. Outras, no entanto, para escaparem à dizimação, fugiam para o interior das selvas voltando a seus antigos sistemas de vida, ou seja, à caça e coleta. Porém, não foi uma degeneração cultural senão um mecanismo alternativo de resistência e de sobrevivência perante as epidemias exógenas produzido pelo europeu colonizador.⁴⁷

Nesse contexto social, o tráfico de produtos amazônicos entre as grandes regiões foi decaindo paulatinamente conforme os lusos conquistaram as margens do rio Amazonas, como o Negro e o Madeira. Também os contatos entre os povos das várzeas e os povos das terras firmes foram interrompidos. Com a chegada de um novo contingente populacional (europeu), com hábitos, costumes e práticas socioculturais completamente inadequados à floresta tropical, mas com interesses colonialistas e de dominação, cegados pela procura de ouro exterminaram aos índios da hiléia amazônica e mutilaram a extensa sequência cultural da civilização neotropical (Magalhães 2007). Durante a colônia, os índios amazônicos não evoluíram a uma degeneração cultural senão que os centros econômicos e políticos brasileiros mudaram de local para Rio de

⁴⁶ A catequização, levada em efeito pelos religiosos, tinha a missão de convencer os índios a abandonarem as antigas crenças xamânicas em suas divindades naturalistas e a se tornarem cristãos, seguidores do deus dos colonizadores. Tratava-se de confundir ao índio tapajós que adorava a *Tururucari* que significa o filho do Sol com o seu equivalente do deus cristão “O Senhor”. Pretendia-se também que os nativos abandonassem seus costumes e suas tradições e que adotassem os hábitos e valores do invasor europeu. Agindo contra todas as culturas dos povos da Amazônia, os religiosos diziam que estavam civilizando os nativos porque entendiam como civilização apenas as culturas européias.

⁴⁷ As doenças infecciosas introduzidas como sarampo, varíola, malária, tuberculose, pneumonia, peste bubônica, sarna e cólera, entre outras, produziram grande morbi-mortalidade e elevada migração para o interior da selva com deslocamentos significativos de grupos humanos para as terras firmes, causando conflitos entre os nativos e crise generalizada no Amazônia central.

Janeiro, São Paulo e Salvador, surgindo intensa violência, abandono, resistência e grande redução indígena no interior do país.

Em suma, a história da presença de camelídeos na Amazônia brasileira não é um tema novo senão que havia sido dominado pelo preconceito, permitindo comprovar que as antigas populações humanas no século XVI estavam adaptando estes animais andinos no clima tropical e úmido da Amazônia, principalmente nas terras altas que se localizam paralelas aos rios tributários da hiléia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (Cap. 1)

- AB'SABER, A. 2003. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades e limites. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ALVES, M. A. 2002. Teorias, métodos e avanços na arqueologia brasileira. *Canindé-Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, n. 2.
- ARENAS, V. I. & OBEDIENTE, S. M. 1992. Revisión crítica da la arqueología suramericana. In: Betty Meggers (Org.) *Prehistoria Suramericana, nuevas perspectivas*. Taraxacum/ Washington.
- BANDEIRA, A. M. 2005. O sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís: um estudo sobre a ocorrência cerâmica no registro arqueológico. Projeto de dissertação de mestrado a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. 2006a. Escavação arqueológica e ocorrência cerâmica em níveis profundos no sambaqui do Bacanga-São Luís-Maranhão. *Anais do IV Workshop arqueológico MAX/Petrobrás*. MAX/UFS, Aracaju.
- _____. 2006b. Povoamento pré-histórico da ilha de São Luís-Maranhão: síntese dos dados arqueológicos e hipóteses para compreensão dessa problemática. Caderno de resumos da V Sociedade de Arqueologia Brasileira- regional Sul. UFRG, Rio Grande do Sul.
- BLASIS, P. de 2001. Da era das glaciações às origens da agricultura: uma das mais antigas culturas do território brasileiro. In: Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial. São Paulo: Edusp, 2001.
- BROCHADO, J. P. 1984. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. Tese de Doutorado. Universidade de Illinois-Urbana-Champaign.
- DUARTE, P. 1968. O sambaqui visto através de alguns sambaquis. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.
- EVANS, C. & MEGGERS, B. 1978. Lowland South American and the Antilles. In *Ancient Native American*, Edited by J. D. Jennings, San Francisco: W. H. Freeman.
- FREITAS, M. V. de 2002. Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de Pedro II. Belo Horizonte: Ed. UFMG (Humanitas).
- GASPAR, M.D. 2000a. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GASPAR, M. D. 2000b. Os ocupantes do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GASPAR, M. D.; IMAZIO, M. 2000. Os pescadores-coletores-caçadores do litoral Norte brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GUIDON, Niéde 2005. Povoamento da América. In: BUCO, Cristiane & Ignácio, Elaine (Orgs.) *A arqueologia*. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano.
- HILBERT, P. P. 1959. Achados arqueológicos num sambaqui do Baixo Amazonas. In: *Boletim do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*. Belém, n° 10. 1959.
- HOOPEs, J. W. 1994. Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World, 6000-1500 B. C. In: *Journal of World Prehistory*. Vol. 8, N° 4.
- IMÁZIO, M. I. da & SCHAAN, D. P. 2005. A Amazônia também tem mar! O Piatamar e a arqueologia da zona costeira. In: *Caderno de resumos do XIII Congresso*

- da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Arqueologia, Patrimônio e Turismo, Campo Grande.*
- LATHRAP, D. W. 1977. Our father the Cayman, our mother the ground: Spinden revisited or a unitary model for emergence of agriculture. In : The New World. In REED, C. A. (ed). *Origins of Agriculture*, Mouton, The Hague.
- LIMA, O. C. 1991. Mário Simões e a arqueologia maranhense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, São Luís, Ano LXII, n. 14.
- LIMA, O. C.; AROSO O. C. L. 1989. *Pré-história maranhense*. São Luís: Gráfica Escolar S/A.
- LIMA, T. A. 1999/2000. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. In: *Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia II*, revistausp, São Paulo, n. 44.
- LOPES, R. 1924. A civilização lacustre do Brasil. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Nº 2, v. I, Rio de Janeiro, janeiro de 1924.
- LOPES, R. 1931. Entre a Amazônia e o Sertão. *Boletim do Museu Nacional*, vol. VII, Nº 3. Rio de Janeiro: setembro de 1931.
- _____. 1970. *Uma região Tropical*. Rio de Janeiro: Cia Fon-Fon e Seleta.
- MACHADO, A. L, CONCEIÇÃO G. C. e LOPES, D. F. 1991. Os sambaquis da Ilha de São Luís, Maranhão. *Anais do I Simpósio de pré-história do Nordeste Brasileiro (Recife-PE)*. CLIO-Série Arqueológica, Recife, n. 04- Extra.
- MARTIN, G. 1992. La antigüedad del hombre en el Nordeste de Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, Nº. 02.
- _____. 1996. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora da UFPE.
- _____. 2005. *Catálogo da Exposição ANTES - Histórias da Pré-história*.
- MEGGERS, B. & EVANS, C. 1960. *Archaeological excavations in the British Guiana*. Bureau of American Ethnology Bulletin, Nº 177. Washington: Smithsonian Institution.
- MEGGERS, B. 1979. *América Pré-Histórica*. Tradução: Eliana Texeira de Carvalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2º ed.
- _____. 1997. La cerámica temprana en América del Sur: ? Invención independiente o difusión?. *Revista de Arqueología Americana*, Nº 13, julio-diciembre.
- NEVES, E. G. Twenty years of Amazonian archaeology in Brazil (1977-1997). 1998. In *Antiquity, Special section: Issues in Brazilian Archaeology*, Nº 09, vol. I.
- NEVES, E. G. 1999. *Changing Perspectives in Amazonian Archaeology*. In: *Archaeology in Latin America*. Edited by B. Alberti. London: Routledge.
- NEVES, E. G. 1999/2000. O velho e o novo na arqueologia Amazônica. In: *Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia II*, revistausp, São Paulo, n. 44.
- NEVES, E. G. 2001. “A velha Hiléia”: paisagens e passado de povos amazônicos. In: *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial*. São Paulo: Edusp.
- PESSIS, A. M. 1996. *Revista Fundamentos-Anais da Conferência Internacional sobre o povoamento de América*. São Raimundo Nonato, Nº 1.
- PROUS, A. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Brasília-DF: Universidade de Brasília.
- PROUS, A. 1997. O Povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. In *Surgimento do homem na América*. Revista usp. São Paulo, Nº. 34.
- RANZI, A. 2000. *Paleocologia da Amazônia, megafauna do Pleistoceno*. Editorial da UFSC, Florianópolis. 101p.
- RANZI, A. 2008. *Paleontologia da Amazônia, mamíferos fósseis do Juruá*. Rio Branco: M.M. Paim, 130p.

- ROGOZINSKI, J. 1999. *A brief history of the Caribbean: from the Arawak and the Carib to the present*, New York, Facts on File, 1999, ISBN 0816038112.
- ROOSEVELT, A. C., et. al. 1991. Eight millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science*, N° 254, USA.
- ROOSEVELT, A. C. 1991. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem amazônico*. Org. NEVES, W. A. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR.
- _____. 1992. Arqueologia Amazônica. In: Organização CUNHA, M. C. da C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- _____. 1995. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In: *The emergence of pottery. Technology and innovation in ancient societies*. Eds. William K. Banrett and John Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press.
- _____. 1997. The demise of the Alaka initial ceramic phase has been greatly exaggerated: response to D. Williams. USA: *American Antiquity*, n° 62 (2).
- _____. 2000. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SCATAMACHIA, M. C. M. 1991. O aparecimento da cerâmica como indicador de mudança do padrão de subsistência. In: *Revista de Arqueologia. Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Vol. 6.
- SIMÕES, M. F. 1971. Relatório semestral de atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1975a. Relatório sucinto das atividades científicas de Mário Ferreira Simões realizadas no 1° semestre de 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1975b. Relatório semestral de atividades do pesquisador Mário Ferreira Simões em 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1975c. Plano de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1975d. Relatório de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1975e. Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à arqueologia da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- _____. 1978. Contribuição do Museu Goeldi à arqueologia da Amazônia. Belém: MPEG.
- _____. 1981. Coletores- pescadores ceramistas do litoral do Salgado, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Nova Série, Belém, n. 78.
- SIMÕES, M. F.; COSTA, F. de A. 1978. Áreas da Amazônia Legal brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 30.
- STEWART, J. 1948. Culture areas of the tropical forest. In Julian Steward (ed.) *The Handbook of South American Indians*, vol. 3. Washington: Bureau of American Ethnology, N° 143, Smithsonian Institution.
- WILLIAMS, D. 1997. Early pottery in the Amazon: a correction. USA: *American Antiquity*, N° 62 (2).

- ZINN, Howard 2002. *Une histoire populaire des Etats-Unis: de 1492 à nos jours*, Editions Agone, Paris.
- Zoneamento Ecológico e Ambiental do Estado do Maranhão, GOVERNO DO MARANHÃO 2004. separata.

BIBLIOGRAFIA (Cap. 2-3)

- ABBEVILLE, C. D. (1975). *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas Circunvizinhanças*. Edusp, São Paulo.
- ACUÑA, C. d. (1946). *Nuevo Descubrimiento del Gran Río de las Amazonas*. Emecé Editores, Buenos Aires.
- ANDRADE, L. (1992). A Marca dos Tempos: identidade, estrutura e mudança entre os Asurini do Trocará. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, editado por Lux Vidal. Fapesp, São Paulo.
- BARATA, F.M. (1944). Os maravilhosos cachimbos de Santarém. *Estudos brasileiros*, RJ, 13: 37-9.
- _____ (1950). A arte oleira dos tapajós I. *Publicações do Instituto de antropologia e etnologia de Pará*, Belém, 2, p. 7-48.
- _____ (1951). A arte oleira dos tapajós II. *Revista do Museu Paulista*. Nova série, SP, 5: 183-97.
- _____ (1963). A arte oleira dos tapajós II. *Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia de Pará*. Belém, 6. Reedição de 1951.
- BARBOSA RODRIGUES, J. (1876). Antiguidades amazônicas. *Ensaio de Ciência*, 1: 92-246. e 2: 1-82.
- _____ (1892). Antiguidades do Amazonas: necrópole de Miracangüera. *Velloso*. RJ, No. 2.
- _____ (1899). Os muiraquitã e os ídolos simbólicos. *Estudos da origem asiática da civilização do Amazonas nos tempos pré-históricos*. 2ª. Edição ampliada. RJ, imprensa nacional, 2 vols.
- BARROSO, A. E. V. (1954). *Estudo Etnográfico, Geológico, Histórico*. Americana, RJ.
- BARSE, W. P. (1993). Review of "Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil". Anna Curtenius Roosevelt. *American Antiquity* 58(2):373-374.
- BROCHADO, José P. (1980). *The social ecology of Marajoara culture*. M.A. Thesis, University of Illinois.
- _____ (1984). *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into southeastern South America*. PhD Dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign.
- _____ (1991). Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. In *Clio - Série Arqueologia - Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro*, pp. 85-88. UFPE.
- CARNEIRO, Robert L. (1961). Slash-and-burn cultivation among the Kuikuro and its implications for cultural development in the Amazon basin. In *The evolution of horticultural systems in native South America: causes and consequences, a symposium*, edited by J. Wilbert, pp. 47-67. Sociedad de Ciencias Naturales La Salle, Caracas.
- _____ (1970). The transition from hunting to horticulture in the Amazon basin. *Proceedings of the Eighth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Tokyo and Kyoto, 1968*. *Ethnology and Archaeology* 3:144-48.

- _____. (1981). The chiefdom as precursor to the state. In *The transition to statehood in the New World*, edited by R. Kautz, pp. 37-79. Cambridge University Press, Cambridge.
- CARVAJAL, G., A. ROJAS e C. ACUÑA (1941). *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Traduzido por C. Melo Leitão. Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- CHACON, Alex Peirano, ARCURI, Márcia, GIL, Gilberto (2005). “As Terras Baixas”, In *Por Ti América: Arte Pré-Colombiana*. Organizadores. Centro Cultural Banco do Brasil. RJ.
- CHARBONIER, G. (1989). *Arte, Linguagem, Etnologia. Entrevistas com Claude Lévi-Strauss*. Papyrus, Campinas.
- COSTA, Maria H. Fenelon (1987). O Sobrenatural, o humano e o vegetal na iconologia Mehináku. In *Suma Etnológica Brasileira Vol. 3*, edited by B. Ribeiro. Vozes, Petrópolis.
- CRULS, G. (1942). Arqueologia amazônica. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rj, 6, p. 169-220.
- DENEVAN, William (1976). The aboriginal population of Amazonia. In *The native populations of the Americas before 1492*, edited by W. Denevan. University of Wisconsin Press, Madison.
- DERBY, Orville A. (1879). The Artificial Mounds of the Island of Marajo. *American Naturalist* 13:224-229.
- _____. (1895). Carta ao cidadão Dr. Hermann von Ihering M.D. diretor do Museu paulista. *Revista do Museu Paulista*, SP, 1 (1): 13-15.
- DRENNAN, R. D. and C. A. URIBE (1987). *Chiefdoms in the Americas*. University Press of America, Lanham, MD.
- EARLE, Timothy (1977). A reappraisal of redistribution: complex Hawaiian chiefdoms. In *Exchange systems in prehistory*, edited by J. Ericson, pp. 213-29. Academic Press, New York.
- _____. (1991). *Chiefdoms: power, economy, and ideology*. School of American Research advanced seminar series. Cambridge University Press, Cambridge & New York.
- ECO, Umberto (1976). *A Estrutura Ausente: Introdução à Pesquisa Semiológica*. Perspectiva, São Paulo.
- ELIADE, Mircea (1985). *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Edições 70, Lisboa.
- EPSTEIN, I. (1986). *O Signo*. Ática, São Paulo.
- FARABEE, W. C. (1921). Explorations at the Mouth of the Amazon. *Mus. J. Univ. Penn* 12:142-161.
- FERREIRA PENNA, D. S. (1877). Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* 2:47-67.
- _____. (1885). Índios de Marajó. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* 6: 108-115.
- FIGUEIREDO, N. & M. F. SIMÕES (1963). Contribuição à arqueologia da fase Marajoara. *Revista do Museu Paulista* N.S. 14:455-65.
- GEERTZ, Clifford (1978). *A Interpretação das Culturas*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.
- _____. (1983). *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. Basic Books, New York.
- GOMES, D. M. C. (2008). O Uso Social da Cerâmica de Parauá, Santarém, Baixo Amazonas: uma análise funcional. *Arqueologia Suramericana*, v. 4, p. 4-33.
- _____. (2007). Cotidiano e poder na periferia da sociedade Santarém. *Ciência Hoje*, v. 40, p. 64-67.

- _____ (2007). Resenha da arqueologia da Amazônia. *Arqueología Suramericana*, v. 3, p. 104-106.
- _____ (2007). The diversity of social forms in pre-colonial Amazonia. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 25, p. 189-225.
- _____ (2003). A Amazônia antes da complexidade social: Um Estudo de Comunidades Pré-Coloniais no Baixo Tapajós. *Arqueoweb*, Espanha, v. 5, n. 2-3.
- _____ (2002). *Cerâmica arqueológica da Amazônia. Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP*. São Paulo: FAPESP/EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo, 355p.
- GUIDON, Niede, PESSIS, Anne-Marie, MARTIN, Gabriela (2004). Os Povos da Amazônia, In *Antes: Histórias da Pré-História*. Organizadores. Centro Cultural Banco do Brasil. RJ.
- HARTMANN, T. (2000).**
- HARTMANN, T. (1995). A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX. *Coleção Museu Paulista, Série Etnologia*, 1, 229p.
- HARTT, C. Fredrick (1871). The ancient indian pottery of Marajo, Brazil. *American Naturalist*, Lancaster, 5 (5): 259-271.
- _____ (1885). Contribuição para a etnologia do vale do Amazonas. *Arquivos do Museu Nacional*, 6: 1-174.
- HAYS, K. A. (1993). When is a symbol archaeologically meaningful?: meaning, function, and prehistoric visual arts. In *Archaeological theory: who sets the agenda?*, edited by A. Sherratt, pp. 81- 92. Cambridge University Press, Cambridge.
- HILBERT, P. P. (1952). Contribuição à arqueologia da Ilha de Marajó. Os tesos Marajoaras do alto Camutins e a atual situação da Ilha do Pacoval, no Arari. *Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará* 5:5-32.
- _____ (1992). Archäologische hinweise zum gebrauch von alluzinogenen schnupfdrögen in der Marajoara-Kultur, unterer Amazonas. *Baessler-Archiv. Beiträge zur völkercunde. Neue Folge, Band XL*:197-220.
- ILLIUS, B. (1988). La "Gran Boa". Arte y Cosmologia de los Shipibo-Conibo (Die Grosse Boa. Kunst und Kosmologie der Shipibo-Conibo). In *Die Mythen Sehen*, pp. 705-728, 732-735. vol. 2, Frankfurt.
- JOHNSON, A. W. and Timothy K. EARLE (2000). *The evolution of human societies: from foraging group to agrarian state*. 2nd ed. Stanford University Press, Stanford, Calif.
- JOHNSON, G. A. (1982). Organizational structure and scalar stress. In *Theory and Explanation in Archaeology: The Southampton Conference*, edited by B. A. Segraves, pp. 389-421. Academic Press, New York.
- KNOLL, M. (1963). Effects of Chemical Stimulation of Eletrically-Induced Phosphenes on their Bandwidth, Shape, Number and Intensity. *Confinia Neurologia*.
- KROEBER, Alfred L. (1987). Arte Indígena da América do Sul. In *Suma Etnológica Brasileira Vol 3*, edited by B. Ribeiro. Vozes/Finep, Petrópolis.
- LANGDON, Ester J. (1992). Alucinógenos: fonte de inspiração artística. A Cultura Siona e a Experiência Alucinógena. In *Grafismo Indígena*, editado por L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- LATHRAP, Donald W. (1970). *The Upper Amazon*. Praeger, New York.
- _____ (1972). Alternative models of populations movements in the Tropical Lowlands of South America. XXXIX Congreso Internacional de Americanistas. *Actas y Memorias* 4:13-23.
- _____ (1985) Jaws: the control over power in the early nuclear American ceremonial

- center. In *Early ceremonial architecture in the Andes*, edited by C. B. Donnan, pp. 241-68. Dumbarton Oaks, Washington DC.
- LEROI-GOURHAN, André (1985). *O Gesto e a Palavra. 1. Técnica e Linguagem*. Martins Fontes, São Paulo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1975). *Antropologia Estrutural 2*. Tempo Brasileiro, RJ.
- _____ (1978). *Mito e Significado*. Edições 70, Lisboa.
- _____ (1987). *A Oleira Ciumenta*. Edições 70, Lisboa.
- MAGALIS, J. E. (1975). *A Seriation of some Marajoara Painted Anthropomorphic Urns*. Ph.D. Dissertation, University of Illinois.
- MAUSS, Marcel (1972). *A General Theory of Magic*. Routledge and K. Paul, London, Boston.
- MEGGERS, Betty J. (1971). *Amazonia: man and culture in a counterfeit paradise*. Aldine Atherton, Chicago.
- _____ (1985). Advances in Brazilian archaeology, 1935-1985. *American antiquity*, vol. 50 (2): 364-73.
- _____ (1988). The prehistory of Amazonia. In *People of the Tropical Rain Forest*, edited by C. Padoch, pp. 54-62. University of California Press, Smithsonian Institution, Berkeley, Washington D.C.
- _____ (1992). Prehistoric population density in the Amazon Basin. In *Disease and demography in the Americas*, edited by D. H. Ubelaker, pp. 197-205. Smithsonian Institution Press, Washington D.C.
- MEGGERS, Betty J. and C. EVANS (1954). Uma interpretação das culturas da ilha do Marajó. Belém, Instituto de antropologia e etnologia do Pará, pub. 7.
- _____ (1957). *Archeological investigations at the mouth of the Amazon*. U.S. Govt. Print. Off., Washington DC.
- MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo (1991). História da arqueologia brasileira. RS. Instituto Anchietano de Pesquisas, antropologia, No. 46.
- MORDINI, A. (1947). L'Ile de Marajo (Bas Amazon): Un Problème Archéologique à Resoudre. *Intern. Congress. Amer. - Actes* 28:201-206.
- MÜLLER, R. P. (1990). *Os Asurini do Xingu. História e Arte*. Unicamp, Campinas.
- _____ (1992). Mensagens Visuais na Ornamentação Corporal Xavante. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, edited by L. Vidal. Studio Nobel/Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- MUNN, N. D. 1962 Walbiri Graphic Signs: an Analysis. *American Anthropologist* 64:972-984.
- _____ (1966). Visual Categories: an Approach to the Study of Representational Systems. *American Anthropologist* 68:936-950.
- _____ (1973). The Spatial Presentation of Cosmic Order in Wlabiri Iconography. In *Primitive Art and Society*, edited by A. Forge, pp. 193-220. vol. 4. Oxford University, London.
- NETTO, Ladislau M. (1885). Investigações sobre a Arqueologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* 6: 257-554.
- NEVES, Eduardo Góes (1994). O velho e o novo na arqueologia amazônica. USP.
- NIMUENDAJU, Kurt (1948).**
- NORDENSKIÖLD, Ernest (1930). *L'Archaeologie du Basin de L'Amazone*. G. van Oest, Paris.
- OTTEN, C. (1971). *Anthropology and Art. Readings in Cross-Cultural Aesthetics*. Univ. of Texas Press, Austin.
- PALMATARY, Helen C. (1939). Tapajós pottery. *Etnologiska studier*, Goteborg, 8: 1-

- _____ (1950). The pottery of Marajo Island, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society* 39 (3): 261-470.
- _____ (1960). The archaeology of the lower tapajos valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society* 50 (3): 1-243.
- PENNA, Domingos S. F. (1971). *Obras Completas de Domingos Soares Ferreira Penna* II. Conselho Estadual de Cultura, Belém.
- PESSIS, Ann Marie e N. GUIDON (1992). Registros Rupestres e Caracterização das Etnias Pré-Históricas. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, editado por L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- PORRO, Antonio (1987). O Antigo Comércio Indígena na Amazônia. *Leitura* 5 (56):2-3.
- _____ (1992). História Indígena do Alto e Médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII. In *História dos Índios no Brasil*, edited by M. C. Cunha. Companhia das Letras, Fapesp/SMC, São Paulo.
- _____ (1993). *As Crônicas do Rio Amazonas: Notas Etnohistóricas sobre as Antigas Populações Indígenas da Amazônia*. Vozes, Petrópolis.
- PROUS, André (1992). *Arqueologia Brasileira*. UNB, Brasília.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. (1975). *The Shaman and the Jaguar: a Study of Narcotic Drugs among the Indians of Colombia*. Temple University Press, Philadelphia.
- REX GONZALEZ, A. (1974). *Arte, Estructura y Arqueología. Análisis de Figuras Duales y Anatómicas del Noroeste Argentino*. Nueva Visión, Buenos Aires.
- RIBEIRO, B. (1987a). Desenhos Semânticos e Identidade Étnica: o Caso Kayabí. In *Suma Etnológica Brasileira Vol. 3*, edited by B. Ribeiro. Vozes/ FINEP, Petrópolis.
- _____ (1987b). A Linguagem Simbólica da Cultural Material. Introdução. In *Suma Etnológica Brasileira Vol. 3*, edited by B. Ribeiro. Vozes/ FINEP, Petrópolis.
- _____ (1988). *Dicionário do Artesanato Indígena*. Edusp, São Paulo.
- _____ (1992). Mitologia: Verdades Fundamentais e Expressão Gráfica. A Mitologia Pictórica dos Desâna. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, edited by L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- ROOSEVELT, A. C. (1987). Chiefdoms in the Amazon and Orinoco. In *Chiefdoms in the Americas*, edited by C. A. Uribe. University Press of Americas, Washington D.C.
- _____ (1989). Forest Civilizations of the Lower Amazon. *Natural History* 2:75-82.
- _____ (1991). *Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil*. Academic Press, San Diego.
- _____ (1992). Secrets of the Forest. An Archaeologist Reappraises the Past -and Future - of Amazonia. *The Sciences* Nov-Dez.
- ROOSEVELT, A. C., R. A. HOUSLEY, M. IMAZIO DA SILVEIRA, S. MARANCA and R. JONHSON (1991). Eighth millenium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science* 254:1557-1696.
- SANOJA, M. and I. VARGAS (1987). La Sociedad cacical del valle de Quíbor (Estado Lara, Venezuela). In *Chiefdoms in the Americas*, edited by C. A. Uribe. University Press of America, Boston.
- SCATAMACHIA, M. C., M. A. CAGGIANO and A. L. JACOBUS (1991). O aproveitamento científico de coleções museológicas: Proposta para a classificação de vasilhas cerâmicas da tradição Tupiguarani. *Anais do I Simpósio Pré-História do Nordeste - Clio* 4:89-94.

- SCHAAN, Denise P. (1997a). Evidência Arqueológica e Organização Social na Fase Marajoara. *Estudos Ibero-Americanos* XXIII (1): 97-114.
- _____ (1997b). A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara. Um Estudo da Arte Pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400-1300 AD). Coleção Arqueologia n. 3. Porto Alegre: Edipucrs. Dissertação de mestrado em história.
- _____ (1999). Cultura Marajoara: História e Iconografia. Em: *Resgate da Cultura Material e Iconográfica do Pará*, vol. I - Arte Rupestre e Cerâmica. Belém: Sebrae/MPEG.
- _____ (2000). Recent Investigations on Marajoara Culture, Marajó Island, Brazil. *Antiquity* (74): 469-70.
- _____ (2001a). Estatuetas Marajoara: o Simbolismo de Identidades de Gênero em uma Sociedade Complexa Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia 17(2):23-63.
- _____ (2001b). Into the Labyrinths of Marajoara Pottery: Status and Cultural Identity in an Amazonian Complex Society. In *The Unknown Amazon. Nature in Culture in Ancient Brazil*. Edited by C. McEwan, C. Barreto and E. Neves, pp. 108-133. London: British Museum Press.
- _____ (2004). *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajó Island*. Tese de doutorado apresentada na University of Pittsburgh.
- SERVICE, E. R. (1971 [1962]). *Primitive social organization: an evolutionary perspective*. Random House, New York.
- SHEPARD, A. O. (1965). *Ceramics for the Archaeologist*. Carnegie Institution of Washington publication; 609. Carnegie Institution of Washington, Washington, DC.
- SILVA, A. L. (1994). Mitos e cosmologia indígenas no Brasil: Breve introdução. In *Índios no Brasil*, edited by L. D. Grupioni. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília.
- SILVA, A. L. and A. T. FARIAS (1992). Pintura Corporal e Sociedade: os "Partidos" Xerente. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, edited by L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- SILVER, H. R. (1979). Ethnoart. *Ann. Rev. Anthropol.* 8:267-307.
- SIMÕES, M. F. (1967). Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (Ilha de Marajó). In *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, edited by L. H., pp. 207-24. vol. 2. CNPq, Belém.
- _____ (1969). The Castanheira site: new evidence on the antiquity and history of the Ananatuba phase (Marajó Island, Brazil). *American Antiquity* 34(4):402-410.
- _____ (1981). Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 78:1-26.
- _____ (1983). Pesquisas e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia legal brasileira. Belém, Museu Goeldi, (Pub. Avulsas 38).
- STEERE, J. (1927). The Archaeology of the Amazon. *Univ. Mich. Off. Publ.* 29(9):20-26.
- STEWART, J. H. (1948). The Tropical Forest Tribes. *Handbook of South American Indians* 3 (Bulletin 143).
- TOLEDO, M. and L. MOLINA (1987). Elementos para la definición arqueológica de los cacicazgos prehispánicos del noroeste de Venezuela. In *Chiefdoms in the Americas*, edited by C. A. Uribe. University Press of America, Boston.
- TORRES, H. A. (1940). Arte Indígena da Amazônia. *Publ. Inst. Patr. Hist. Art. Nac.* 6:15.
- TURNER, T. (1980). The Social Skin. In *Not Work Alone*, pp. 112-140. Temple Smith,

Londres.

- URBAN, W. M. (1952). *Lenguaje y Realidad: La Filosofía del Lenguaje y los Principios del Simbolismo*. Fondo de Cultura Económica, Mexico.
- VELTHEM, L. H. v. (1992). Das Cobras e Lagartas: a Iconografia Wayana. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, edited by L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- _____ (1994). Arte Indígena: referentes sociais e cosmológicos. In *Índios no Brasil*, edited by L. D. Grupioni. Min. da Educação e do Desporto, Brasília.
- VIDAL, Lux (1992). A Pintura Corporal e a Arte Gráfica entre os Kayapó-Xikrin do Cateté. In *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*, edited by L. Vidal. Studio Nobel/ Fapesp/ Edusp, São Paulo.
- VIDAL, Lux & A. L. SILVA (1995). O Sistema de objetos nas sociedades indígenas: Arte e Cultura Material. In *A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus*, edited by L. D. Grupioni. MEC/ MARI/ Unesco, Brasília.

Cap. 4: Referências Bibliográficas

- ANTHONY, D.W. 1990 "Migration in archaeology: the baby and the bathwater", *American Anthropologist* 92:895-914.
- BROCHADO, J.P. 1984 *An ecological model of the pread of pottery and agriculture into Eastern South America*, ph.d.dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, Ann Arbor UMI, Inc.
- _____ 1989 "A expansão dos Tupi e cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica", *Dédalo* 27:65-82.
- BROCHADO, J.P., E DONALD W.L. 1982 "Amazonia", unpublished manuscript.
- CARNEIRO, R.L. 1995 "The history of ecological interpretations of Amazonia: does Roosevelt have it right?", in SPONSEL, L. E. (ed.), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*, Tuscon, University of Arizona Press, pp. 45-70.
- n.d. "The ecological basis of Amazonian chiefdoms", *South American Indian Studies*, Bennington (forthcoming).
- DEBOER, W.R. 1990 "Interaction, imitation, and communication as expressed in style: the Ucayali experience", in CONKEY, M.W. AND HASTORF, C.A., (eds.), *The uses of style in archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 82-104.
- DIAS JR, O. 1994 "Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica Tupiguarani no Brasil", *Revista de Arqueologia* 8 (2): 113-132.
- FAUSTO, C. 1992 "Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico", in CARNEIRO DA CUNHA, M. M. (org.), *História dos índios no Brasil*, São Paulo, Campanha sa Letras, pp. 381-396.
- HECKENBERGER, M.J. 1996 *War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia, ca. A.D. 1400-2000*, ph.d. dissertation, University of Pittsburgh, Ann Arbor, UMI, Inc.
- HECKENBERGER, M.J., NEVES E.G, AND JAMES B. PETERSEN, J.B. s.d. Investigações arqueológicas no baixo Rio Negro, manuscrito.
- HECKENBERGER, M.J., PETERSEN, J.B E NEVES, E.G. 1998 "Village permanence in Amazonia: two archaeological case studies from Brazil", *Latin American Antiquity* (submetido para publicação).

- HELMS, M. 1979 *Ancient Panama: Chiefs in Search of Power*, Austin: University of Texas Press.
- HERRERA, L. 1989 "Amazonia Colombiana", in *Colombia prehispanica: regiones arqueológicas*, Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología, pp. 203-210.
- HILBERT, P.P. 1968 *Archäologische untersuchungen am mittleren Amazonas*, Marburger Studien Zur Volkerkunde, Band 1, Berlin, Dietrich Reimer.
- LATHRAP, D.W. 1970a *The Upper Amazon*, New York, Praeger.
- _____ 1970b "Review of 'Archäologische untersuchungen am mittleren Amazonas'" (P.P. HILBERT) *American Antiquity*. 35(4):499-501.
- _____ 1974 "The moist tropics, the arid lands, and the appearance of great art styles in the New World", In KING, M.E. and TRAYOR, JR, I.(eds.), *Art and Environment and Native North America*, Special Publications, The Museum Texas Tech University, No. 7, Texas Tech Press, Lubbock.
- _____ 1977 "Our father the cayman, our mother the gourd: Spinden revisited or a unitary model for the emergence of agriculture in the New World", REED, C. A. (ed.), *Origins of agriculture*, the Hague, Mouton, PP. 713-751.
- LATHRAP, D.E OLIVER, J. 1987 "Agüerito: el complejo policromo mas antiguo de America en la confluencia del Apure y Orinoco (Venezuela)", *Interciencia*, Caracas, 12:274-89.
- MIGLIAZZA, E.C. 1982 "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia", in PRANCE, G. T. (ed.), *Biological diversification in the tropics, proceedings of the Fifth International Symposium of the Association for Tropical Biology*, New York, Columbia University Press, pp. 497-519.
- MEGGERS, B.J., DIAS O.F., MILLER E.T. E PEROTA, C. 1988 "Implications of archaeological distributions in Amazonia", in HEYER, W.R. AND VANZOLINI, P.E. (eds.), *Proceeding of a workshop on neotropical distribution patterns*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Ciências, pp. 275-294.
- MEGGERS, B.J. E EVANS, C. 1983 "Lowland South America and the Antilles", in JENNINGS, J. D. (ed.), *Ancient South Americans*, San Francisco, W. H. Freeman and Company, pp. 286-335.
- MILLER, E. et all.
1992 *Arqueologia dos empreendimentos da Eletronorte: resultados preliminares Brasília*, Eletronorte
- NIMUENDAJÚ, C. 1982 (1944) *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*, Rio de Janeiro, IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória
- NOBLE, G.K. 1965 "Proto-Arawakan and its descendents", *Indiana University Publications in linguistics and anthropology*, 38, Bloomington.
- NOELLI, F.S. 1996 "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi", *Revista de Antropologia* 39(2):7-53.
- _____ s.d. *A fossilização de uma visão acadêmica: o desenvolvimento e a manutenção da produção científica de Betty Meggers (1948-1993)*, unpublished manuscript.
- OLIVER, J. 1989 *Archaeological, Ethnohistoric, and Linguistic Evidence for the Arawakan Expansion into Northwestern Venezuela and Northeastern Columbia*, ph.d. dissertation, University of Illinois at Urbana-Champaign, Ann Arbor, UMI, Inc.
- RENFREW, C. 1987 *Archaeology and language: the puzzle of Indo-European origins*, London, Jonathan Cape, Ltd.
- RODRIGUES, A.D. 1964 "A Classificação do Tronco Lingüístico Tupi", *Revista de Antropologia* 12:99-104.

- _____ 1985 "Evidences for Tupi-Carib relationship", in KLEIN, H. and STARK, L. (eds.), *South American indian languages: retrospect and prospect*, Austin, University of Texas Press, pp. 371-404.
- ROOSEVELT, A.C. 1991 *Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil*, Tuscon, Academic Press.
- _____ 1994 "Amazonian anthropology: strategy for a new synthesis", in ROOSEVELT, A. C. (ed.), *Amazonian indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*, Tuscon, University of Arizona Press, pp. 1-29.
- ROUSE, I. 1986 *Migrations in prehistory*, New Haven, Yale University Press.
- SIMÕES, M. 1977 Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*, 7(3): 297-300.
- SIMÕES, M E KALMANN, A. 1987 "Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas)", *Revista de Arqueologia* 4(1):83-116
- URBAN, G. 1992 "A história da cultura Brasileira segundo as linguas nativas", in CARNERIO DA CUNHA, M. M. (org.), *Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 87-102.
- _____ 1996 "On the geographical origins and dispersion of tupian languages", *Revista de Antropologia* 39(2):61-104
- VIVEIROS DE CASTRO, E. 1992 *From the enemy's point of view: humanity and divinity in an Amazonian society*, Chicago, Chicago University Press.
- _____ 1996 "Comentário ao artigo de Francisco Noelli", *Revista de Antropologia* 39(2):55-60.
- WHITEHEAD, N.L. 1994 "The ancient Amerindian polities of the Amazon, Orinoco, and the Atlantic coast: a preliminary analysis of their passage from antiquity to extinction, in ROOSEVELT, A. C. (ed.), *Amazonian indians from prehistory to the present: anthropological perspectives*, Tuscon, University of Arizona Press, pp. 33-53.

Cap. 5: Referências Bibliográficas

- BALÉE, William. 1989a. The culture of amazonian forests. In *Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. Advances in Economic Botany vol. 7*, editado por d. a. Posey & W. Balée, New York Botanical garden, New York, pp. 1-21.
- _____ 1989b. Managed forest succession in Amazonia: the Ka'apor case, In *Advances in Economic Botany* 7: 129-58.
- BARRETO, Mauro. 1992. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia* 8:203-94.
- CARNEIRO, Robert, 1961. Slash-and-burn cultivation among the Kuikuro and its implications for cultural development in the amazon basin. In *The evolution of horticultural systems in native South America: causes and consequences, a symposium*, editado por J. Wilbert, Sociedade de ciencias naturales la Salla, Caracas, pp. 47-67.
- CHANDLES, William 1866. Apontamentos sobre o rio Aquiry afluente do rio Purus. In *Relatório apresentado na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Sousa*, editado por minist. da agric. com. e obras públicas. perseverança, Rio.

- CRUMLEY, Carole 1995. Heterarchy and the analysis of complex societies. In *Heterarchy and the analysis of complex societies*, editado por r. m. ehrenreich, c. l. crumley e J. e. levy. archaeological papers of the american anthropological association n.6.
- DENEVAN, William 1966. *The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos*, Berkeley: University of California.
- DIAS, Ondemar. 1977. *Relatório do primeiro ano de pesquisas no Estado do Acre*. IAB - MPEG/Pronapaba.
- _____. 1979. *Relatório do terceiro ano de pesquisas no Estado do Acre*. IAB - MPEG/Pronapaba.
- _____. 1980. *Relatório do quarto ano de pesquisas no Estado do Acre*. IAB - MPEG/PRONAPABA.
- _____. 2006. As Estruturas Arqueológicas de Terra no Estado do Acre - Amazônia Ocidental, Brasil. Um Caso de Resiliência? In: *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*, editado por O. Dias, E. Carvalho e M. Zimmermann, pp. 59-168. Unitins: IAB, Palmas.
- _____. s/d. As estruturas arqueológicas de terra no Estado do Acre, Amazônia Ocidental. Um caso de resiliência? *Manuscrito*.
- DIAS, Ondemar e CARVALHO, Eliana. 1978. *Relatório do segundo ano de pesquisas no Estado do Acre*. IAB - MPEG/Pronapaba.
- _____. 1981. Pesquisas Arqueológicas nos Altos Cursos dos Rios Purus e Juruá. In: *Boletim do IAB. Série Catálogos 1. Aspectos da Arqueologia Amazônica*.
- _____. 1988. As Estruturas de Terra na Arqueologia do Acre. In: *Arqueo-IAB*, 29 pp. Rio de Janeiro.
- ERICKSON, Clark, ALVAREZ, Patricia & CALLA, Sergio 2008. *Zanjas circundantes: obras de tierra monumentales de Baures en la Amazonia Boliviana. Informe del trabajo de campo de la temporada 2007*.
- ERICKSON, Clark 1980. Sistemas agrícolas prehispánicos en los llanos de mojos. In *América Indígena* 40 (4): 731-755.
- _____, 2000. An artificial landscape-scale fishery in the Bolivian amazon. In *Nature* 408: 190-193.
- _____, 2006. The domesticated landscapes of the Bolivian amazon. In *Time and Complexity in Historical Ecology*, editado por W. Balée & C. Erickson, Columbia, New York.
- EVANS, Clifford e Betty J. MEGGERS 1965. *Guia para prospecção arqueológica no Brasil*. Guias nº 2. Belém: CNPq, INPA, MPEG.
- FAWCETT, Percy Harrison 2001. *Exploration Fawcett*, phoenix press, London.
- GUAPINDAIA, Vera 2008. *Além da margem do rio: a ocupação Konduri e Pocó em Porto Trombetas, PA*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- HECKENBERGER, Michael, 1998. Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the upper xingu example. *Antiquity* 72: 633-48.
- _____, 2005, *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. Routledge, Nova York & Londres.
- HECKENBERGER, Michael, Kuikuro Afukaka, Kuikuro Urissapá Tabata, Russel Christian, Schmidt Morgan, Fausto Carlos & Franchetto Bruna 2003. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland?, *Science* 301: 1710-1713.
- HECKENBERGER, Michael, Petersen James & Neves Eduardo 1999. Village size and permanence in amazonia: two archaeological examples from Brazil, in *Latin American Antiquity* 10: 353-376.

- HECKENBERGER, Michael J. 1996. *War and peace in the shadow of empire: Sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia A.D. 1400-2000*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Pittsburgh, EUA.
- LATINI, Rose Mary. 1998. *Caracterização, análise e datação de cerâmicas arqueológicas da bacia amazônica, através de técnicas nucleares*. Tese de Doutorado, Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense.
- LATINI, Rose Mary, Alfredo Victor Bellido, Marina B. A. Vasconcellos e Ondemar F. Dias. 2001. Classificação de Cerâmicas Arqueológicas da Bacia Amazônia. *Química Nova* 24(6):724-729.
- MACHADO, Juliana 2005. Processos de formação: hipóteses sobre a variabilidade do registro arqueológico de um montículo artificial no sítio hatahara, Amazonas, in *Revista de Arqueologia* 18: 9-24.
- MANN, Charles. 2007. *1491. Novas Revelações das Américas antes de Colombo*. Rio: Objetiva.
- _____. 2008. Ancient Earthmovers of the Amazon. *Science*, vol. 321, p. 1148-1153.
- MEGGERS, Betty J. Advances in Brazilian Archaeology, 1935-1985. 1985. *American Antiquity* 50(2):364-373.
- _____. 1990. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia* 6(2):183-203,
- MEGGERS, Betty & Evans Clifford 1957. *Archeological investigations at the mouth of the Amazon* Bulletin 167. U.S. govt. print. off., Washington, D.C., Smithsonian institution Bureau of american ethnology.
- MÉTRAUX, Alfred 1948. Tribes of the Juruá-purus Basin. In Steward Julian, 1948, *Handbook of South American Indians*, vol. 3. Smithsonian institution. Bureau of American ethnology. Bulletin 143, Washington D.C.
- NEVES, Eduardo, Petersen James, Bartone Robert & Heckenberger Michael 2004. The timing of terra preta formation in the central amazon: archaeological data from three sites. In *Amazonia Dark Earths: Explorations in Space and Time*, editado por B. Glaser e W. Woods, Springer, pp. 125-134.
- NÍCOLI, Iêda Gomes. 2000. *Estudo de cerâmicas de sítios com estrutura de terra circulares do alto curso do rio Purus, por meio de métodos geoquímicos: Datação e caracterização*. Tese de Doutorado, Departamento de Geoquímica, Universidade Federal Fluminense.
- PÄRSSINEN, Martti, Alceu Ranzi, Sanna Saunaluoma e Ari Siiriäinen. 2003. Geometrically patterned ancient earthworks in the Rio Branco region of Acre, Brazil. *Renvall Institute Publications. University of Helsinki* 14:97-133.
- PÄRSSINEN, Pärssinen Martti, Schaan Denise & Ranzi Alceu, em preparação, Pre-columbian geometric earthworks found in the floodplain, western amazonia, Brasil. *Antiquity*.
- POSEY, Darrell & Balée William (editores), 1989. *Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies*, New York Botanical garden, New York.
- POSEY, Darrell, 1985. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian amazon. *Agroforestry Systems* 3: 139-58.
- PROUS, André. 1979 (1991). *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB.
- RANZI, Alceu. 2003. Geoglifos. Patrimônio cultural do Acre. *Renvall Institute Publications. University of Helsinki* 14:135-172.

- RANZI, Alceu e Rodrigo AGUIAR. 2004. *Geoglifos da Amazônia. Perspectiva Aérea*. Florianópolis, Faculdades Energia,
- RANZI, Alceu, Roberto FERES e Foster BROWN. 2007. Internet Software Programs aid in search for Amazonian Geoglyphs. *Eos* 88(21-22): 226-29.
- RENFREW, Colin 1986. Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In *Peer Polity Interaction and Sociopolitical Change*, editado por c. renfrew e J. f. cherry, pp. 1-18. Cambridge university press, Cambridge.
- ROOSEVELT, Anna 1991. *Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil*, academic press, San Diego.
- _____, 1999, “the development of prehistoric complex societies: amazonia: a tropical forest”, in *Complex Polities in the Ancient Tropical World*, editado por E. A. Bacus e L. J. Lecero, pp. 13-33.
- SALAZAR, Ernesto 2000. *Pasado Precolombino de Morona Santiago*, Macas, Ecuador, casa de la cultura ecuatoriana Benjamín Carrión.
- SCHAAN, Denise P. e Cláudia PLENS. 2005. *Diagnóstico sobre a situação do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação das Linhas de Transmissão LT 138 kv Epitaciolândia/ Rio Branco e LT 69 kv Rio Branco/ Sena Madureira (incluindo áreas das subestações)*. Belém, MPEG. Relatório inédito.
- SCHAAN, Denise P., Martti PÄRSSINEN, Alceu RANZI e Jacó César PICCOLI. 2007. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme, in *Revista de Arqueologia* 20: 67-82.
- SCHAAN, Denise, 2004. *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Complex Societies on Marajó Island, Brazilian Amazon*, ph.d. dissertation, University of Pittsburgh.
- _____, 2005. La céramique des fêtes, rites et funéraires: le symbolisme sacré de l’art marajoara, in *Brésil Indien: les arts des amérindiens du Brésil ed. Paris* editado por L. D. Grupioni, réunion des musées nationaux, Paris, pp. 161-170
- _____, 2006. São tartarugas até lá embaixo! cultura, simbolismo e espacialidade na Amazônia pré-colombiana, in *Revista de Arqueologia Americana* 24: 99-124.
- _____, 2007. Arqueologia do Acre, in *História e História*. INTERNET. <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=16>.
- _____, 2008. The nonagricultural chiefdoms of marajó island, in *Handbook of South American Archaeology*, editado por H. Silverman e W. Isbell, Springer, New York, pp. 339-357.
- SIIRIÄINEN, Ari & KORPISAARI, Antti, 2002. *Reports of the Finnish-Bolivian archaeological project in the Bolivian Amazon*, university of Helsinki, Helsinki.
- _____, 2003, *Reports of the Finnish-Bolivian archaeological project in the Bolivian Amazon II*. university of Helsinki, Helsinki.
- SIMÕES, Mário F. 1977. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica* 7(3):297-300.
- SIMÕES, Mário F. e Fernanda Araújo-Costa 1978. *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi 30. Belém, CNPq-Museu Paraense Emílio Goeldi.
- STEWART, Julian 1948, “the tropical forest tribes”, in *Handbook of South American Indians*, editado por J. Stewart. vol. 3. Smithsonian institution. Bureau of American Ethnology. Bulletin 143, Washington D.C.
- VIVEIROS de Castro, Eduardo 1996. Images of nature and society in amazonian ethnology. In *Annual Review of Anthropology* 25: 179-200.

Cap. 6: Referências Bibliográficas

- ACUÑA, C. de 1986. Nuevo descubrimiento del gran río del Amazonas. In FIGUEROA; ACUÑA Y OTROS. Informes de Jesuítas en el Amazonas (1660-1684). Iquitos: CETA, col. Monumenta Amazónica B (1).
- ADONIAS, I. 1963. A cartografia da região amazônica. Catálogo descritivo, 1500-1961, 2 vols. Rio de Janeiro.
- ALMESTO, P. de 1986. Relación verdadera de todo lo que sucedía en la Jornada de Omagua y Dorado que el gobernador Pedro de Orsúa fue a descubrir por poderes y comisiones que le dió el virey Marques de Cañete, desde el Perú, por un río que llaman de Amazonas, que por otro nombre se dice el río Marañón, el cual tiene su nacimiento en el Perú, y entra en el mar cerca del Brasil. Trátase asimismo del alzamiento de don Fernando de Guzmán y Lope de Aguirre, y de las crueldades de estos perversos tiranos. [Editado pelo Marqués de la Fuensanta del Valle]. Colección de Bibliófilos Españoles, tomo XX. Madrid.
- ALTAMIRANO, A.J. 1993. Principales contribuciones paleozoológicas en los Andes Centrales durante los años 1970-1990. Boletín de Lima 90: 51-85. Lima.
- ALTAMIRANO, A.J. 1995. Función ritual de camélidos en la costa norte: ofrendas de Pacatnamú. Disertación de maestría en arqueología, PUC, Lima.
- AZEVEDO, J.L. de 1999. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Edição Fac-símile. Belém, SECULT.
- BENTES, D.S. 2006. As Primeiras imagens da Amazônia. Centro Cultural dos Povos da Amazônia – CCPA. Manaus, AM. Internet.
- BOLLAERT, W. 1861. *The expedition of Pedro de Ursua and Lope de Aguirre in search of ElDorado and Omagua in 1560-61*. Hakluyt Society, London.
- BONAVIA, D. 1996. Los camélidos sudamericanos (Una introducción a su estudio). IFEA-UPCH – Conservation Internacional, Lima.
- BROWMAN, D. 1974. Pastoral nomadism in the Andes. *Current Anthropology* 15 (2): 188-196.
- BRY, T. de 1601. Ícones seu genuinae ... que in hac. quarta indiae orientalis offerentur. Francoforti. Academia de Ciências de Lisboa.
- BUSTO DUTHURBURU; J.A. del 1975. Siglo XVI, historia interna. Historia marítima del Perú, tomo III, vol. 1. Instituto de estudios historico-marítimos del Perú. Editorial Ansonia, Lima.
- CABELLO de BALBOA, M. 1920. Historia del Perú [Ed. Por Horacio H. Urteaga & Carlos A. Romero]. Lima.
- CARVAJAL, G. de 1542. Relação do Rio Marañón segundo o que escreveu frei Gaspar de Carvajal. In PORRO, Antônio. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARVAJAL, G.; ROJAS; ACUÑA. 1941. Descubrimientos do rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora nacional. Tradução e notas por C. Melo-Leitão (Col. Brasileira, vol. 203). 1641.
- CAVERO, R.C. 1990. Incesto en los Andes. “Las llamas demoníacas” como castigo sobrenatural. Concytec, Lima.
- CHAUMEIL, J.P. & FAISSE-CHAUMEIL, J. 1981. La Canela y El Dorado: les indigenes du Napo et du hant-Amazone. Au XVIe siecle. *Bulletin do Inst. Français Etudes andines*, tomo X (3, 4), p. 55-86. Lima.
- CIEZA de LEÓN, P. 1553. La crónica del Perú. Biblioteca peruana. Ed. Peisa, Lima.
- CIEZA de LEÓN, P. 1554. Guerras civiles del Perú. Tomo I: Guerra de Las Salinas. García Rico, Madrid.

- CUNEO VIDAL, R. 1925. Las leyendas geográficas del Perú de los Incas: ElDorado, las Amazonas, Jauja. Boletín Acad. Hist., Madrid.
- DIAZ MADERUELO, R.G. de. 1986. La aventura del Amazonas. Historia 16, Información y Revistas, S. A., Madrid, p. 7-36. [Crónicas de América XIX].
- ECHEVARRIA LÓPEZ, G.T. 2008. Choquequirao, un estudio arqueológico de su arte figurativo. Editores hipocampo. Colección Escuela Latinoamericana 1. Lima.
- FAUSTO, C. 2000. Os índios antes do Brasil. RJ. Edições Zahar.
- FERNANDEZ DE OVIEDO, G. 1548 [1959]. Historia natural y general de las indias. Biblioteca de autores españoles, Madrid. Cinco volúmenes.
- FERREIRA, A.R. 1974. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (memórias antropológicas). Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura.
- FIGUEROA, F. de 1986. Informe de las Misiones en el Marañón, Gran Pará o Rio de las Amazonas. In FIGUEROA; ACUNA Y OTROS. Informes de Jesuítas en el Amazonas (1660-1684). Iquitos: CETA, col. Monumenta Amazónica B (1). Fonte de Internet: http://bnd.bn.pt/ed/viagens/brasil/11_tratado_tordesilhas.html.
- FONSECA, D.R. da 2007. A pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (séculos XVII ao XIX). Saber Científico 1(2): 203:223. Faculdades São Lucas e São Mateus, Porto Velho, RO.
- FRITZ, S. 1691. Mapa Geographica del Río Marañón ó Amazonas, en Rio Branco, 1899 (Atlas. 86-A, 86-B).
- FRITZ, S. 1993. Diário da descida do padre... In Porro, Antônio. As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, RJ.
- FUENSANTA DEL VALLE, M. 1881. Relación verdadera de la jornada de Omagua y El Dorado. Colección de Bibliófilos Españoles XX. Madrid.
- GADE, D.W. 1979. Inca and colonial settlement, coca cultivation and endemic disease in the tropical forest. *Journal of Historical Geography*, nº 5, pp. 263-79.
- GADE, D.W. 1975. Plants, man and the land in the Vilcanota valley of Peru. The Hague.
- GARCILASO DE LA VEGA, I. 1939. Historia general del Perú. 2 vols. Buenos Aires.
- GOMES, D.C. 2002. Cerâmica arqueológica da Amazônia. Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: FAPESP/EDUSP/Imprensa Oficial de São Paulo, 355p.
- GROHS, W. 1974. Los indios del alto amazonas del siglo XVI al XVIII. Bonner amerikanistische studium II, Bonn.
- GUTIÉRREZ, S.C. de 1963-1965. Quinquenarios o historia de las guerras civiles del Perú. In Juan Pérez de Tudela, ed.. Crónicas del Perú. 5 vols. Madrid.
- HECKENBERGER, M.J. 1996. War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia. AD 1250-2000. Tese de doutoramento, Pittsburgh, University of Pittsburgh.
- HECKENBERGER, M. J. 1999. O enigma das Grandes Cidades. Corpo Privado e Estado na Amazônia. In: A Outra Margem do Ocidente (Brasil 500 anos: Experiência e Destino). Edited by A.Novaes, p. 125-52. São Paulo: Cia. das Letras.
- HECKENBERGER, M.J., NEVES, E.G., PETERSEN, J.B. 1998. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. Rev. Antropol. vol.41 n.1 São Paulo.
- HERIARTE, M. de 1874. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold.

- HERRERA y TORDESILLAS, A. 1615 [1957]. Historia General de los hechos de los castellanos en las islas y Tierra firme del mar océano. Tomo X-XVII. Madrid.
- HOORNAERT, E. 1992. História da Igreja na Amazônia. Coord. Petrópolis: Vozes, RJ.
- JEREZ, F. de 1946-1947. Verdadera relación de la conquista del Perú y provincia del Cuzco, llamada la Nueva Castilla. In: Enrique de Vedia, ed., Historiadores primitivos de índias, 2 vols. Madrid.
- JIMÉNEZ DE LA ESPADA, M. E. 1895. La jornada del capitán Mercadillo a los indios Chupachos e Iscaicingas. Bol. Soc. Geogr. Madrid, n. 37: 197-237.
- JIMÉNEZ DE LA ESPADA, M. E. 1942-1943. Centenario del Amazonas. La expedición de Orellana y sus problemas históricos, Fuentes y bibliografía. Revista de Indias vol. 11-14.
- JIMÉNEZ DE LA ESPADA, M. E. 1950. *Ciencia y osadía sobre Lope de Aguirre, el peregrino, con documentos inéditos*. Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla.
- LA CRUZ, Fr. L. [1653] 1993. Novo Descobrimento do Rio Marañón, chamado das Amazonas. In PORRO, António. As crônicas do rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, RJ.
- LASTRES, J. B. & SEGUIN C.A. 1942. Lope de Aguirre el rebelde. Estudio histórico-psicológico. Buenos Aires.
- LATHRAP, D. 1970. O Alto Amazonas. Lisboa, Verbo.
- LE MOINE, G. & RAYMOND, S. 1987. Leishmaniasis and Inca settlement in the Peruvian jungle. *Journal of Historical Geography*, nº 13 (2), pp. 113-29.
- LIZÁRRAGA, R. de 1968. Descripción breve de toda la tierra del Perú, Tucumán, Río de La Plata y Chile [Estudio preliminar de Mário Hemández Sánchez-Barba], Biblioteca de Autores Españoles CCXVL. Madrid.
- LOHMANN V.G. 1956. El Marañón. Revista de Indias año 1956: 271-302.
- LOPEZ DE GOMARA, F. 1552 [1946]. *Hispania victrix. Primera y segunda parte de la historia general de las Indias*. Biblioteca de autores españoles, XXII. Madrid.
- LOPEZ, S.Z. 1991. Amazonia boliviana: introducción al estudio de la temática norteamazónica. 1ª. ed. La Paz: Visión.
- MAGALHÃES, M.P. 2007. A cultura neotropical. Museu Paraense Emílio Goeldi, CCH/Arqueologia, Belém.
- MALDONADO, Fr. J. de; ACUÑA, C.S.J. de 1942. Relaciones del descubrimiento del Río de las Amazonas. Revisado y anotado por MEDINA, Juan B. Bueno. Imp. Instituto gráfico limitada. Bogotá.
- MALFATTI, C. 1952. Tres relaciones de viajes por el río Marañón, llamado también de las Amazonas. Barcelona.
- MEGGERS, B.J. 1982. Amazônia, a Ilusão do Paraíso. São Paulo / Belo Horizonte, Udup / Itatiaia.
- MEIRELES, D.M. 1988. Guardiões da fronteira. Petrópolis: Vozes, RJ.
- MELLO E SOUZA, L. 1986. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo, Companhia das Letras.
- METRAUX, A. 1948. Tribes of the middle and upper Amazon river. In: Handbook of the South American Indians, tomo 3, the tropical forest tribes. Julian H. Steward ed. Smithsonian Institution bulletin 143, p. 465-506. Washington DC.
- MILLER, E.T. 1983. Estudos arqueológicos do alto-medio Guapore, Estado de Rondônia. Dissertação de mestrado, PUC de SC.
- MONGUÍA, P. de 1885. Relación breve fecha por Pedro de Monguía... de lo más sustancial... de la jornada del Gobernador Orsúa... e del alzamiento de Lope de Aguirre [1651]. Colección de Documentos inéditos relativos al descubrimiento,

- conquista y organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, del Archivo de Indias, Torno IV, pp. 191-215. Madrid.
- MONTEIRO, M.I. 1977. História da Cultura Amazonense. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas, vol. I.
- MONTESINOS, F. 1906. Anales del Peru [Ed. Por Victor M. Maurtua], 2 vols. Madrid.
- MORAES, R.G. 2000. Parasitologia e micologia humana. Atualizada por Reginaldo Peçanha Brazil. 4ª edição, RJ. Ed. Cultura Médica.
- MORALES PADRÓN, F. 1963. Historia del descubrimiento y conquista de América. Madrid.
- MORÁN, E.F. 1990. A Ecologia humana das populações da amazônia. Petrópolis, Vozes.
- NEVES, E.G. 2001. A Velha Hiléia: Paisagens e passado dos povos amazônicos. In MAE/USP. BRASIL 50 mil anos. Uma Viagem ao Passado Pré-Colonial. São Paulo, MAE; Edusp.
- NUNES, D. [1553] 1950. A carta de Diogo Nunes e migração dos tupi-guarani para o Peru. In Revista de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, introdução de Carlos Drummond, vol. I (1).
- ORTIGUERA, T. de 1968. Jornada del río Marañón [Estudio preliminar de D. Mário Hernández Sánchez-Barba]. Biblioteca de Autores Españoles, Tomo CCXVI, pp. 215-358. Madrid.
- FERNANDEZ DE OVIEDO, G. [1548] 1959. Historia natural y general de las indias. Biblioteca de autores españoles. Madrid, cinco volúmenes.
- PEREIRA, A. [1616] 1902. Relação do que há no grande rio das Amazonas, novamente descoberto. In Anais da Biblioteca do Pará. Belém, Tomo I.
- PORRAS, B. R. 1937. Las relaciones primitivas de la conquista del Perú. Paris.
- PORRO, A. 1985. Mercadorias e rotas de comércio intertribal na Amazônia, Revista do Museu Paulista, São Paulo, NS, vol. 30, p. 7-12.
- PORRO, A. 1987. O antigo comércio indígena na Amazônia, D.O. Leitura, São Paulo, Ano 5, nº 56 (janeiro), p.23.
- PORRO, A. 1993. As Crônicas do rio Amazonas. Notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis. Vozes.
- PORRO, A. 1995. O povo das Águas. Ensaios de Etno-história Amazônica, São Paulo: Edusp; Petrópolis: Vozes.
- PROUS, A. 1991. Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- REIS, A.C.F. 1989. História do Amazonas. 2.ª edição. Manaus / Belo Horizonte: SCA / Itatiaia.
- ROJAS, P.A. [1639] 1986. Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas, hoy San Francisco de Quito y Declaración del Mapa donde esta pintado. In CARVAJAL; ALMESTO; ROJAS. La aventura del Amazonas. Madrid, Historia 16 (Crónicas de América 19), Edição de Rafael Díaz. p. 231-52.
- ROOSEVELT, Anna C. 1992. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras / Fapesp.
- RUIZ, H. 1959. La búsqueda de El Dorado por Guyana. Anuário Estudios americanos ano 1959: 1-166.
- RUMAZO, G.J. 1946. La región amazónica del Ecuador en el siglo XVI. Anuário Estudios americanos vol..3: 1-268.
- SAMANO-XEREZ, R. [1528] 1937. Relación. Cuadernos de historia del Perú. Editados por Raul Porras Barrenechea, Paris.

- SCHAAN, D.P. 2004. The Camutins chiefdom: rise and development of social complexity on Marajó Island. Tese de doutorado apresentada na University of Pittsburgh.
- SCHEEL-YBERT, R., EGGERS, S; WESOLOWSKI, V; PETRONILHO, CC; BOYADJIAN, CH; DeBLASIS, PAD; BARBOSA-GUIMARÃES, M; GASPAS, MD 2003. Novas perspectivas na reconstrução do modo de vida dos sambaquieiros: Uma abordagem multidisciplinar. Revista Arqueologia, n. 16: 109-137, RJ.
- SERRANO; SANZ, M. 1909. Relación verdadera de la jornada de Omagua y El Dorado. In Historiadores del Indias. Tomo II. Nueva Biblioteca de Autores Españoles XV. Madrid.
- SILVEIRA, S. E. da 1624. Relação sumaria das cousas do Maranhão. Lisboa.
- SIMÓN, F.P. (1963). Noticias historiales de las conquistas de Tierra Firme en las Indias Occidentales. 2 vols. Academia Nacional de Historia. Caracas.
- STELLA, R.S. 2000. O Domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes (1580-1640). São Paulo, Unibero/cenaUn.
- SUMAR, J.K. 1992. Los camélidos andinos: pasado, presente y futuro. Revista Universitária Alma Mater UNMSM n. 2, p. 67-78. Lima.
- TEIXEIRA, P. [1639] 1993. Relação do Rio Amazonas. In PORRO, António. As crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes, RJ.
- TEIXEIRA, P. 1950. Relación general del río de las Amazonas para el Sr. Presidente. In CORTEZÃO, Jaime. O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos. In Anais do IV Congresso de História Nacional (21-28 de abril de 1949). Rio de Janeiro, IHGB, vol. 3.
- THOMAS, G. 1982. Política indigenista dos portugueses no Brasil (1500-1640). São Paulo, Edições Loyola, tradução de Jesús Hortal, SJ.
- TOCANTINS, L. 1960. Amazônia: Natureza, Homem e Tempo. Rio de Janeiro. Editorial Conquista.
- TOCANTINS, L. 1983. O Rio comanda a vida. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 11ª edição.
- TORRENTE, B.G. 1941. Lope de Aguirre. Crónica dramática de la historia americana. Entre Jornadas. Ediciones Escorial, Madrid.
- TRUJILLO, D. de 1948. Relación del descubrimiento del reino del Perú. Editado por Raul Porras Barrenechea, Sevilla.
- TSCHUDI, J.J. 1885. Das Lama (*Auchenia Lama Frisch*) in Seinen Beziehungen zum altperuanischen volksleben zietscharft für ethnologie organ der Berliner gesellschaft für anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte. Verlag von A. Asher & Co. Berlin, p. 93-109.
- TSCHUDI, J.J. 1918. Contribuciones a la historia, civilización y lingüística del Perú antiguo. Tomo I, Colección Libros y documentos referentes a la historia del Perú. Imprenta y librería San Marti y Compañía, Lima, p. 1-236.
- UGARTE, A.S. 2004. O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI e XVII). Tese de doutoramento na área de História Social. USP, São Paulo.
- VAINFAS, R. 1992. A América em tempo de conquista (Organizador). Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- VÁSQUEZ DE ESPINOSA, A. 1948. Compendio y descripción de las Indias Occidentales [Ed. Por Charles Upsfln Clarke]. Smithson. misc. Collns 108.
- VÁSQUEZ, F. [1561] 1881. Relación verdadera de todo lo que sucedía en la jornada de Omagua y Dorado que el Gobernador Pedro de Úrsua fue a descubrir... se trata así

mismo del alzamiento de don Hernando de Guzmán y Lope de Aguirre y otros tiranos. (Editado pelo Marquês de la Fuensanta del Valle]. Colección de Bibliófilos Españoles, tomo XX. Madrid.

- VÁSQUEZ, F. 1979. Jornada de Omagua y Dorado. Crónica de Lope de Aguirre. El peregrino. Miraguano Editores, Madrid.
- VERNHAGEN, F.A. 1959. História geral do Brasil. 6 ed. Integral, com notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramento.
- VIVEIROS, E. & CARNEIRO CUNHA, M. 1993. Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP.
- ZÁRATE, A. [1567] 1946-1947. Historia del descubrimiento y conquista de la provincia del Perú. In Enrique de Vedia, ed., Historiadores primitivos de Indias. 2 vols. Madrid.
- ZÚÑIGA, G. de 1885. Relación muy verdadera de todo lo sucedido en el río Marañón en la provincia del Dorado. Colección de Documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, del Archivo de Indias. Tomo IV, pp. 215-282.
- WHEELER, J. 1984. La domesticación de la alpaca (*Lama pacos*) y la llama (*Lama glama*) y el desarrollo temprano de la ganadería autóctona en los Andes Centrales. Boletín de Lima 36: 74-84, Lima.
- WING, E.S. 1975. La domesticación de los animales en los Andes. Allpanchis vol. 8: 24-44. Instituto pastoral Andina, Cusco.

Palestra de Alfredo José Altamirano no Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, maio de 2010, fechando o Curso de Pré-História Amazônica, organizado pelo CBA.

